

**Novas contribuições para o estudo  
da história e da historiografia da  
língua portuguesa**

*SÉRIE*  
**TRILHAS LINGÜÍSTICAS**  
nº 11 – 2007

**UNESP – Universidade Estadual Paulista**

Reitor: Marcos Macari

Vice: Herman Jacobus Cornelis Voorwald

**Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara**

Diretor: Cláudio Benedito Gomide de Souza

Vice: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

**Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa**

Coordenadora: Gladis Massini-Cagliari

**SÉRIE TRILHAS LINGÜÍSTICAS**

**Comissão Editorial da Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa**

Gladis Massini-Cagliari

Renata Coelho Marchezan

Arnaldo Cortina

Letícia Marcondes Rezende

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

Marymarcia Guedes

Rosane de Andrade Berlinck

Luiz Carlos Cagliari

**Conselho Editorial Acadêmico do Laboratório Editorial**

Paulo Rennes Marçal Ribeiro (Editor)

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (área de Letras)

Newton Duarte (área de Educação)

Maria Orlanda Pinassi (área de Ciências Sociais)

Waldemar Alvaro Di Giacomo (área de Administração e Economia)

Luci Regina Muzzeti (CENPE)

**Projeto gráfico:** Ivan Renato Albino e Antônio Parreira Neto

**Editoreção eletrônica:** Alexandre Aparecido Fachinetti

**Normalização:** Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

# **Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**

**Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa  
Maria Filomena Gonçalves  
(Org.)**

**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



Copyright © 2006 by Laboratório Editorial da FCL  
Direitos de publicação reservados a:  
Laboratório Editorial da FCL

Rod. Araraquara-Jaú, km 1  
14800-901 - Araraquara - SP  
Tel.: (16) 3301-6275  
E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br

N936 Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa / Organizado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa ; Maria Filomena Gonçalves. – Araraquara : FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007  
240p. ; 21 cm. – (Série Trilhas Lingüísticas; 11)

ISBN:

1. Língua portuguesa – História. 2. Língua portuguesa – Lexicografia. 3. Língua portuguesa – Vocabulários, glossários. I. Murakawa, Clotilde de Almeida Azevedo. II. Gonçalves, Maria Filomena Gonçalves. III. Série Trilhas Lingüísticas.

CDD 469.09

## SUMÁRIO

### *Apresentação*

Clotilde de A. Azevedo Murakawa e Maria Filomena Gonçalves .....7

### *Crônicas e relatos de viagens: fontes para o estudo da história da língua*

Rosane de Andrade Berlinck .....11

### *Expressões temporais e locativas na história do português*

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen .....29

### *A variação lexical no discurso metalingüístico de setecentos: apontamentos sobre o arcaísmo*

Maria Filomena Gonçalves .....45

### *O “Tractado das meditações e pensamentos de Sam Bernardo”: dimensões da construção discursiva*

Maria Aldina Marques e Aida Sampaio Lemos .....75

### *Legitimidade e identidade: da pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria de Afonso X como **corpus** da diacronia do Português*

Gladis Massini-Cagliari .....101

<i>A leitura de manuscritos em português: documentação do século XVII</i>	
Heitor Megale, Sílvio de Almeida Toledo Neto, Andrea Hitos Ferreira e Erica Cristina Camarotto de Souza .....	127
<i>D. Raphael Bluteau: marco na lexicografia portuguesa de setecentos</i>	
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa .....	159
<i>Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade)</i>	
Naidea Nunes Nunes .....	189
<i>Sobre os autores e os organizadores .....</i>	235

## APRESENTAÇÃO

Tendo como fio condutor a diacronia, o presente volume da Série **Trilhas Lingüísticas** reúne oito textos centrados em diferentes aspectos da Filologia e do estudo histórico da língua que vão da escrita e da paleografia, à sintaxe, à fonologia, à análise do discurso e à (meta)lexicologia e (meta)lexicografia, refletindo algumas das linhas de investigação lingüística na atualidade tanto no Brasil como em Portugal.

A participação de pesquisadores portugueses neste volume corresponde às pontes luso-brasileiras lançadas entre a UNESP (FCL/Araraquara) e a Universidade de Évora, graças ao Convênio Acadêmico-Científico assinado entre as duas instituições, e em cujo histórico se registram três edições do **Encontro de Estudos Diacrônicos do Português** (EDiP), realizadas em Araraquara nos anos de 1999, 2001 e 2005, o **Congresso Internacional “500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil”**, que decorreu em Évora de 8 a 13 de Maio de 2000, no âmbito das comemorações portuguesas do “achamento” do Brasil, e a **I Jornada de História da Língua Portuguesa – O Português do Brasil**, também realizada na Universidade de Évora a 6 e 7 de Outubro de 2003, assim como projetos conjuntos, publicações e intercâmbio de professores para a realização de cursos, conferências, etc.

Desta feita, ademais de Évora, a ponte luso-brasileira integra as Universidades do Minho e da Madeira, sendo que, neste último caso, o trabalho de Naidea Nunes Nunes, sob o título de “Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (século XV à atualidade)”, estabelece um traço de união entre a Ilha da Madeira e o Brasil, visto debruçar-se sobre alguns termos relativos

à produção açucareira partilhados por ambos os territórios, a saber: **garapa, açúcar panela, rapadura e açúcar somenos.**

No âmbito da (meta)lexicologia e da (meta)lexicografia inscrevem-se os textos de Maria Filomena Gonçalves e de Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, que tratam, respectivamente, da variação lexical no discurso metalingüístico do século XVIII e do contributo de D. Rafael Bluteau para a lexicografia portuguesa nesse mesmo século.

Baseado num *corpus* de finais do século XVI – os “Tratados da Terra e Gente do Brasil”, do Padre Fernão Cardim – o trabalho de Rosane de Andrade Berlinck contribui para a reflexão sobre a importância das “crônicas e relatos de viagem” como fontes para o estudo da História da Língua Portuguesa em documentos dos séculos XVI e XVII. Ao âmbito da sintaxe pertence também o texto de Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, que analisa a presença ou a ausência de preposições nas “expressões temporais e locativas na história do português”, aspecto de sumo interesse à luz da variação atual.

No terreno da Fonologia inscreve-se, por sua vez, o estudo de Gladis Massini-Cagliari. A partir de aspectos prosódicos das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio, a autora procura demonstrar a importância daquele *corpus* para o estudo da diacronia do português.

No campo da análise lingüística do discurso, da pragmática histórica em especial, integra-se o trabalho de Maria Aldina Marques e Aida Sampaio Lemos no qual são examinadas as “dimensões da construção discursiva” do “Tratado das meditações e pensamentos de sam Bernardo”, mostrando que novas perspectivas analíticas podem ser aplicadas, com vantagem, inclusive aos textos medievais.

Já no âmbito da Filologia, no texto intitulado “A leitura de manuscritos em português: documentação do século XVII”, os autores Heitor Megale, Sílvio de Almeida Toledo Neto, Andrea Hitos Ferreira e Erica Cristina Camarotto de Souza sistematizam e exemplificam alguns dos problemas paleográficos suscitados pela leitura de manuscritos seiscientistas. Quem quiser aventurar-se no

universo do manuscrito passa assim a dispor de um texto de grande valia no domínio filológico-paleográfico.

Por tudo isto, espera-se que a coletânea de textos agora publicada com o título de **Novas Contribuições para o Estudo da História e da Historiografia da Língua Portuguesa** possa trazer à comunidade científica novos elementos para o conhecimento de vários aspetos relevantes da diacronia do português, contribuindo para a atualização do saber nos domínios específicos por cada um dos textos aqui coligidos.

*Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa  
Maria Filomena Gonçalves*

# CRÔNICAS & RELATOS DE VIAGENS: FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Rosane de Andrade BERLINCK

## Introdução

Um dos mais intrincados desafios com o qual o historiador da língua se depara é o das fontes para o seu estudo em diferentes épocas. Por ter como objetivo seja o registro de um determinado estado passado de língua (sincronia no passado), seja o traçado de mudanças lingüísticas ao longo de extensos períodos de tempo (diacronia), o historiador trabalha, inevitavelmente, com registros escritos de épocas passadas. William Labov adverte para as dificuldades envolvidas nessa tarefa:

[...] os dados, que são ricos em tantos sentidos, são pobres em outros. Documentos históricos sobrevivem por acaso, não por um desígnio intencional, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das vernaculares dos escritores, refletindo, ao contrário, esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi língua nativa de ninguém. Como resultado, muitos documentos são totalmente afetados com os efeitos de hiper-

correção, mistura de dialetos e erros de escribas. (LABOV, 1994, p. 11, tradução nossa)<sup>1</sup>

É tendo em conta essas dificuldades que Labov, no mesmo texto, afirma que “a Linguística Histórica pode ser concebida como a arte de fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p.11, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Torna-se, então, imperioso para o pesquisador, avaliar cuidadosamente os dados que a história lhe legou. Se a mudança nasce na e da variação, e se essa é característica da língua falada, cabe ao lingüista buscar nos documentos históricos disponíveis aqueles que mais refletem a linguagem usual, livre das pressões normativas – o vernáculo (tal como definido por Labov (1972))<sup>3</sup>. O propósito deste artigo se insere nessa preocupação de ordem teórico-metodológica: trata-se, aqui, de discutir a viabilidade da utilização de crônicas e relatos de viagens como fontes para o estudo da história interna da língua.

Quanto à história externa, esse tipo de documento é inegavelmente de grande valia. E nesse caso, o autor nem precisa ser português ou brasileiro. Basta se referir à realidade lingüística que observou (caso dos viajantes europeus que relataram expedições pelo Brasil ao longo do período colonial e durante o Brasil Império, descrevendo suas experiências, a natureza e os habitantes do território).

<sup>1</sup> “[...] the data that are rich in so many ways are impoverished in other. Historical documents survive by chance, not by design, and the selection that is available is the product of an unpredictable series of historical accidents. The linguistic forms in such documents are often distinct from the vernacular of the writers, and instead reflect efforts to capture a normative dialect that never was any speaker’s native language. As a result, many documents are riddled with the effects of hypercorrection, dialect mixture, and scribal error.” (LABOV, 1994, p.11).

<sup>2</sup> “Historical linguistics can then be thought of as the art of making the best use of bad data.” (LABOV, 1994, p.11)

<sup>3</sup> Para Labov (1972), **vernáculo** corresponde ao estilo em que se presta a mínima atenção ao discurso, ou seja, a fala a mais espontânea possível. O autor entende que, nessa situação de pouco policiamento, o falante utiliza o sistema lingüístico que adquiriu no processo natural de aquisição de linguagem, como sua língua materna, e que compartilha com sua comunidade de fala.

A questão que se coloca é sobre a validade de se tomar textos dessa natureza como fonte de dados propriamente lingüísticos, como exemplares da língua utilizada na época em que foram produzidos. Para iniciar a discussão, passamos a algumas informações breves sobre o gênero<sup>4</sup> **crônica / relato de viagem** ou **literatura de viagens**.

### **A literatura de viagens: breve informação sobre o gênero**

Quando buscamos informações sobre **literatura de viagens** nos compêndios de literatura, encontramos referências aos textos produzidos por viajantes de outras épocas, relatos que revelam a curiosidade, o fascínio e a surpresa diante do exótico, do diferente, do inesperado. É o que se percebe nos textos dos cronistas que primeiro descreveram, por exemplo, o Brasil recém-‘descoberto’ pelos portugueses e que eles começavam a explorar, conhecer e ocupar, nos séculos XVI e XVII. É, ainda, o que depreendemos dos textos de viajantes mais recentes, europeus letrados – naturalistas, pesquisadores -, que percorreram o Brasil oitocentista (Spix; Martius 1817-20, Saint-Hilaire 1816-22, Rugendas 1835, Hartt 1865-78, entre outros).<sup>5</sup>

Dias (1997, p. 1) assim sintetiza o conceito:

[...] trata-se de uma expressão moderna, surgida nas últimas décadas deste século, a identificar como literatura autônoma, como subgênero, um espólio literário (e também cartográfico e iconográfico) constituído por um corpus de textos, cujas

<sup>4</sup> O conceito de **gênero** tem merecido uma discussão profunda na literatura: para além de uma visão tradicional que o concebe como “conjunto de objetos que partilham determinadas propriedades formais”, busca-se, seguindo uma orientação bakhtiniana, enfatizar sua natureza dinâmica, na medida em que o gênero se elabora “como tipos relativamente estáveis de enunciados no interior de cada esfera da atividade humana” (FARACO, 2003, p.111-112). Embora reconhecendo a importância do debate, a questão foge ao escopo deste estudo e não compromete nossos objetivos. Estamos assumindo a “literatura de viagens” como gênero, na medida em que assim tem sido tradicionalmente reconhecida.

<sup>5</sup> Cf. SPIX; MARTIUS, 1961; SAINT-HILAIRE, 1975; RUGENDAS, 1979; FREITAS, 2001.

balizas cronológicas se situam entre o século XV e o XIX e cuja natureza é em si compósita e interdisciplinar, compartilhando a sua actividade entre a antropologia, a geografia e a história.

Se o tom de surpresa, por vezes de deslumbramento, sempre de estranhamento, parece ser, de fato, característico desse tipo de texto, acreditamos que a “literatura de viagens” está longe de ficar circunscrita no tempo aos relatos desses primeiros exploradores. Na verdade, ela parece hoje estar bem presente na produção de escritores modernos (**José Saramago, Luiz Eduardo Agualusa, Bernardo Carvalho**<sup>6</sup>, para citar alguns poucos, de expressão portuguesa, seleção totalmente parcial e meramente ilustrativa) e em páginas de aventura na rede mundial, em que mochileiros da era da Internet narram suas experiências de viagem.

Os pontos de semelhança e de diferença entre “cronistas” tão afastados no tempo, como, por um lado, **Caminha, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, Gândavo, Spix e Martius, Rugendas, Saint-Hilaire**<sup>7</sup> e, por outro, os novos (inter)nautas, ainda precisam ser identificados. De todo modo, em ambos os casos, deparamos com narrativas, permeadas de descrições, que, com maior ou menor grau de envolvimento pessoal, têm por objetivo contar fatos e, muitas vezes, contar a si próprio, já que não há como eliminar do texto o sujeito. Como salienta Dias (1997) a respeito dos primeiros cronistas, e acreditamos ser pertinente também para os modernos,

[...] este corpus é integrado por obras redigidas, não por escritores (na moderna acepção da palavra), mas por participantes ou testemunhas presenciais dos acontecimentos narrados e que se identificam por uma temática comum - a descrição da alteridade geográfica e humana que a experiência ultramarina proporcionou, a revelação pela escrita de uma paisagem exótica (oriental e tropical) e da imagem do Outro,

<sup>6</sup> Cf. SARAMAGO, 1997; AGUALUSA, 2001; CARVALHO, 2003.

<sup>7</sup> Cf. CAMINHA, 1975; CARDIM, 1925, 1997, [1585?]a, [1585?]b; SOUSA, 1971; GÂNDAVO, 1980; SPIX; MARTIUS, 1961; RUGENDAS, 1979; SAINT-HILAIRE, 1975.

de uma humanidade diferente, com culturas, crenças, governos e costumes próprios. (DIAS, 1997, p.1).

Sob a forma de cartas, relatos, relações, comentários, crônicas, esse gênero de texto exerceu e continua exercendo um fascínio inegável. Textos dessa natureza têm sido objeto de estudo, principalmente, na literatura (LUNA, 2002), na análise do discurso (ORLANDI, 1990), na história (PRATT, 1999)<sup>8</sup> e em áreas tão variadas como a Geografia, a Geologia, a Biologia, entre outras. Mas não, particularmente, de estudos do estado de língua que possam representar. É justamente nessa perspectiva que nos interessa considerá-los: como possíveis documentos lingüísticos de uma época.

### **A utilização de crônicas e relatos como fonte para a história da língua**

O fato de se tratar de textos narrativos e descritivos de fatos e momentos históricos, geralmente vividos, experienciados diretamente por seus autores, e de se ter uma datação segura quanto à época de sua produção, é suficiente para torná-los boas fontes para o estudo da história da língua?

Certamente, a questão não se resolve tão simplesmente, embora pudéssemos desejar que assim o fosse. Se buscamos textos que nos permitam entrever as características da língua usada em uma determinada época, e em especial, que nos permitam identificar a variação, que é fonte da mudança lingüística, então é preciso conhecer muito bem as condições de produção de cada texto. Quem o produziu, para quem e com que objetivo. Não podemos isolar o texto de seu contexto, e isso inclui o “clima de opinião” que vigorava na época em que o texto foi produzido.

Para isso, a Lingüística não se basta. É preciso recorrer à História, de um modo geral, e à História da Literatura, em particular. Na

<sup>8</sup> Não seria possível citar todas as obras relevantes já produzidas sobre o tema. Para evitar erros fruto de nossa ignorância sobre o trabalho desenvolvido nessas áreas, limitamo-nos a mencionar esses três textos, a título meramente ilustrativo.

**História da Literatura Portuguesa** de Saraiva e Lopes (1961, p.317), por exemplo, encontramos a seguinte apreciação geral sobre o gênero:

A maior parte destas obras são ainda hoje de leitura interessante, pelo exotismo das regiões descritas, pelo imprevisível e arriscado das situações em que vieram a encontrar-se os protagonistas, **pela linguagem específica, directa**, por vezes colorida, enriquecida de metáforas e vocábulos próprios da marinharia. Os seus autores, em alguns casos, tinham mais conhecimentos dos factos que formação literária, e servem-se por isso de um **estilo familiar, não alatinado**. Outros, como os viajantes jesuítas, deixam transparecer a sua formação literária humanística.

Sob o olhar do crítico literário, trata-se, em geral, de uma expressão de menor valor:

[...] à excepção, como veremos, da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, **a literatura de viagens portuguesa quinhentista e seiscentista não passou de um nível de reportagem**; raro se elevou àquela tipificação ou àquele simbolismo que caracterizam a obra de arte. (SARAIVA; LOPES, 1961, p.318, grifo nosso).

O que, porém, para o especialista em literatura, aparece como deficiência, para o historiador da língua pode ser indicio de qualidade: sugere um registro menos formal da língua, menos planejado, e, portanto, possivelmente mais permeável aos usos (variáveis) correntes na linguagem da época.

Essa avaliação parece ser correta, se tomarmos por base o que afirma Dias (1997), a partir da análise do **Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa** (1530-1532). A autora considera que, ao buscar relatar uma “alteridade geográfica e humana”, os primeiros cronistas introduziram temas novos na literatura e também contribuíram para “uma ruptura em relação aos cânones clássicos”. É assim que:

A revelação pela escrita de uma paisagem humana, geográfica e cultural exótica, não codificada literariamente, é transmitida

numa **linguagem simples, que não se dirigia ao público letrado e sim ao leitor comum**, ávido de notícias sobre as novas terras descobertas. (DIAS, 1997, p.9, grifo nosso).

## Os manuscritos cardinianos: em busca da variação lingüística

Para concretizar as questões levantadas até agora, vamos analisar exemplares desse gênero de texto, em busca de indícios que atestem (ou não) a validade de sua inserção num *corpus* representativo da língua de sua época. Tomaremos como base dessa investigação dois textos produzidos pelo Padre Fernão Cardim, jesuíta que viveu no Brasil entre 1583 e 1625, tendo falecido na aldeia de Abrantes, nos subúrbios de Salvador: “Do clima e terra do Brasil” e “De algumas cousas notáveis que se acham assim na terra como no mar” e “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias”.<sup>9</sup>

Trata-se, então, de buscar nos textos em questão marcas lingüísticas que atestem as características apontadas pelos estudos anteriormente mencionados: linguagem simples e direta, estilo familiar, não alatinado.

Um primeiro exemplo que vem nesse sentido é o que encontramos na seguinte passagem do “princípio e origem dos índios do Brasil...”:

### (1) De seus enterramentos

*em peso chorão em alitanos q he estanho não comeram. Perme as mores e crons chamão a guerra. E pareces, esse se mineral ajunt se toda a vida a chorar. enisto tem tambem seus pontos de guerra, e nos q não chorão lançam pragas dizendo q não são de ser chorados. Depois de morto o fãmo. e prino*

<sup>9</sup> As edições utilizadas como fonte foram a de Caetano, Abreu e Garcia (1925), e a de Azevedo (1997). Todos os dados coletados foram cotejados com a cópia digitalizada do manuscrito, depositado na Biblioteca Pública de Évora (Códice CXVII/1-33, fol. 13-34).

Pera estas mortes e choros chamão os uizinhos E parentes, e se he principal ajunta se toda a aldeia a chorar e nisto tem tambem seus pontos de honrra, e **aos que não choraõ lançam pragas dizendo que não hão de ser chorados.** [fol.5r].<sup>10</sup>

A marca, aqui, se revela no uso da expressão “lançam pragas”, que seria própria de uma linguagem coloquial.

Mais adiante, no mesmo texto, observamos a seguinte construção:

(2) Das armas de que usam

*Das armas de que usam.  
As armas deste gentio o ordinario sam arcos, e frechas, e delles se honrraõ muyto, e os fazem de boas madeir<sup>as</sup>, e muito gallantes, tecidos cõ palma de uarias*

As armas deste gentio o ordinario sam arcos, e frechas, e delles se honrraõ muyto, e os fazem de boas madeir<sup>as</sup>, e muito gallantes, tecidos cõ palma de uarias [cores]. [fol.5v].

O que se vê aqui é uma típica estrutura de tópico, fenômeno já bastante estudado na variedade brasileira do português e uso típico da língua falada (tal como apontou, pioneiramente, Pontes (1987)). O sintagma nominal “as armas deste gentio”, aparecendo topicalizado, estabelece um quadro de referência em relação ao qual vai ser feita uma predicação. A estrutura poderia ser parafraseada por

<sup>10</sup> Levando em conta os objetivos do presente trabalho, julgamos adequado desdobrar algumas abreviaturas do texto original e segmentar as palavras ligadas, para permitir ao leitor, não necessariamente familiarizado com a escrita da época, uma maior facilidade de leitura, garantindo, assim, a clareza dos argumentos por nós desenvolvidos. Seguindo o procedimento usual nesses casos, os segmentos inseridos no desdobramento de abreviaturas aparecem na transcrição em itálico.

## Quanto às armas deste gentio, o ordinário são arcos e frechas.

É bastante claro o parentesco desse exemplo colhido no texto de Cardim e aqueles apresentados por Pontes (1987, p.31-34):

**Essa primeira parte** é interessante a crítica.

**Esse rádio** estragou o ponteiro.

**Doce** a gente pega um pouquinho.

**A Belina** deita o banco, sabe?

O último conjunto de dados diz respeito a um fenômeno bastante comum no português, notadamente, na variedade brasileira, nos séculos XIX e XX: a variação no uso de preposições em complementos verbais (BERLINCK, 1996, 1997, 2000a, 2000b, 2001; CASTILHO, 2004; GUEDES; BERLINCK, 2003; OLIVEIRA, 2005).

Os estudos mencionados revelaram que essa variação atinge, em particular, complementos que expressam sentidos de **localização** e de **meta**. A alternância observada em textos mais modernos também está presente nos manuscritos cardinianos, como veremos a seguir.

Em (3) e (4), temos excertos retirados “Do clima e terra do Brasil...”:

(3) Mandioca

*Contem esta mandioca de baixo das sy m<sup>tas</sup> species, e todas se come, e cõservaõ e dentro <sup>na</sup> terra, tres, quatro, e ate 8. años, e não he ~~celeiro~~ necessari<sup>o</sup> celeir<sup>o</sup>, porque não fazem senão tiralas, e fazer, o mantim<sup>to</sup> fresco de cada dia, e quãto mais **estão na terra**, tanto mais grossas se fazem, e rende mais.*

Contem esta mandioca debaixo de sy m<sup>tas</sup> species, e todas se comẽ e cõservaõ se dentro <sup>na</sup> da terra, tres, quatro, e ate 8 años, e não he ~~celeiro~~ necessari<sup>o</sup> celeir<sup>o</sup>, porque não fazem senão tiralas, e fazer, o mantim<sup>to</sup> fresco de cada dia, e quãto mais **estão na terra**, tanto mais grossas se fazem, e rende mais. [fol. 22v].

## (4) Ostras

chando outros denou; e de las cascas fazem cal, e de gu' so môte se fez parte do Collegio da Baya, os paços do governador e outros muytos ediffícios, e aynda não he esgotado. a cal he muyto alua, boa pera guarnecer, e cayar, se está á chuva faz se preta, e pera uedar agua em tanques não he tam segura, mas pera o mais tam boa como a de pedra em Espanha.

e destas cascas fazem cal, e de hũ soo môte se fez parte do Collegio da Baya, os paços do governador e outros muytos ediffícios, e aynda não he esgotado. a cal he muyto alua, boa pera guarnecer, e cayar, se está á chuva faz se preta, e pera uedar agua em tanques não he tam segura, mas pera o mais tam boa como a de pedra em Espanha. [fol. 28v].

Nesses dois casos, observamos uma estrutura de complementação envolvendo o sentido de 'localização', com o mesmo predicador verbal – **estar**. Constatamos duas possibilidades de marcação desse sentido por meio quer da preposição A, quer pela preposição EM. Modernamente, há um predomínio quase absoluto da preposição EM nesse tipo de contexto (GUEDES et al, 2002; GUEDES; BERLINCK, 2003). Mas sabe-se que a preposição A já foi uma opção possível em estágios anteriores da língua.

Os exemplos de (5) a (7) envolvem complementos com sentido de meta.

## (5) Porco montês

**Porco montês.**  
Ha grande copia de porcos monteses, e se ordinario mantem dos Indios desta terra, tem ombigo nas costas, e por elle lhes sae hu cheiro, como de vaporizos, e por este cheiro os seguem os caes, asão tomados facil<sup>mente</sup>.  
Hy outros chamados Fajacú turca, i. porco q' bate, e tranco os dentes, estes são majores q' os comuns, e mais raros, e tem seus dentes ata a cabeça quantos animans achão.  
Outros se chamão Fajacú giga. i. porco q' aprada, ou faz finca pee. Estes acomete os caes, e os homẽs: e comendo os os come, e são tão brauos q' de necess' subirem se os Somẽs nas aruores para lhe escapar. e algũs esperam ao pee das aruores alguns dias ate que o somẽ se deca, e porq' lhes sabem esta manha, sobem se logo cõ os arcs e frechas ás aruores, e de laa os matão.

Destacam-se, a seguir, do trecho, os casos relevantes para a discussão:

q' de necess' subirem se os Somẽs nas aruores para lhe escapar. e algũs  
lhes sabem esta manha, sobem se logo cõ os arcs e frechas ás aruores,  
e de laa os matão.

Outros se chamaõ Tayaçupigta.s. porco que aguarda, ou faz fincapee. Estes acometẽ os cães, e os homẽs: e tomando os os comẽ, e são tão brauos que he necessari<sup>o</sup> **subirem se os homẽs nas aruores**, pera lhe escapar. e algũs esperam ao pee das aruores alguns dias ate que o homẽ se deça, e porqu/ lhes sabem esta manha, **sobem se logo cõ os arcs e frechas ás aruores**,// e de laa os matão. [fol.13v].

O que observamos no excerto em (5) é bastante significativo do ponto de vista do estudo de processos de variação: com um intervalo curto, o autor usou opções diferentes para a mesma construção. Praticamente, o único elemento a diferenciar as duas ocorrências é a escolha da preposição EM no primeiro caso e da preposição A no segundo. Constata-se, assim, que as duas construções eram possíveis e estavam disponíveis ao uso.

Os dados em (6-7) referem-se ao complemento do verbo **ir**:

**(6) Ombu**  
Este Ombu de aruore grande, não m<sup>to</sup> alta, mas m<sup>to</sup> espalhada, dá certa fruta como a majores amexas, amarella, e redonda, e por esta rezão lhe chamão os portuguezes amexas, e os Indios que os comẽ os perdẽ facil<sup>mente</sup>. as raizes desta aruore se comẽ, e são gostosas e mais saborosas que abalancia porque são mais doces, e a duçura parece de acucar: são frios, sadios, e dão se

Este Ombú he aruore grande, não m<sup>to</sup> alta, mas m<sup>to</sup> espalhada, dá certa fruta como amexas aluares, amarella, e redonda, e por esta rezão lhe chamão os portuguezes amexas, faz perder os dentes, e os Indios que os comẽ os perdẽ facil<sup>mente</sup>. as raizes desta aruore se comẽ, e são gostosas e mais saborosas que abalancia porque são mais doces, e a duçura parece de acucar: são frios, sadios, e dão se

aos doentes de febres; e aos **que uão pera o sertão** serue de agua **quando** não tem outra. [fol. 20v].

(7) Da aruore que tem agoa

*Esta aruore se dá e os cãpos e sertão da Baya em lugares aonde não ha agoa. he m<sup>to</sup> grande e larga, nos ramos tẽ hũs ramos buracos de comprimento de hũ braço que estão cheos d'agua que não tresborda nẽ no ynuerno, nẽ no uerão, nẽ se sabe donde uẽ esta agõa, e quer della bebão m<sup>tos</sup>, quer poucos, sẽpre está e o mesmo ser, e assi serue não som<sup>te</sup> de fonte, mas ainda de hũ grande Rio caudal, e acozeca'chequea, soõ, almas, a peca della, etodos ficam agasalhados, bebẽ, e lauão tudo o que querẽ, e nũca falta água, he m<sup>to</sup> gostosa, e clara, e grande remedio pera os que uão ao sertão quando não achão outra.*

Esta arvore se dá e os cãpos e sertão da Baya em lugares aonde não ha agoa. he m<sup>to</sup> grande e larga, nos ramos tẽ hũs ramos buracos de comprimento de hũ braço *que* estão cheos d'agoa que não tresborda nẽ no ynuerno, nẽ no uerão, nẽ se sabe donde uẽ esta agõa, e quer della bebão m<sup>tos</sup>, quer poucos, sẽpre está e o mesmo ser, e assi serue não som<sup>te</sup> de fonte, mas ainda de hũ grande Rio caudal, e acozeca'chequea, soõ, almas, a peca della, etodos ficam agasalhados, bebẽ, e lauão tudo o *que* querẽ, e nũca falta água, he m<sup>to</sup> gostosa, e clara, e grande remedio **pera os que uão ao sertão quando** não achão outra. [fol. 22v].

À semelhança do que se observou em (5), as duas ocorrências se distinguem pelo uso da preposição PERA (PARA) em (6) e A em (7), apenas. Análises desse fenômeno no português brasileiro mostram uma diminuição significativa no emprego da preposição A nesse contexto, ao se considerar dados do século XIX em comparação com dados do século XX. Nesse processo, a preposição PARA (juntamente, no caso do verbo *ir*, com a preposição EM) constitui a escolha em ascensão de uso (BERLINCK, 2000b; GONÇALVES, 2004; MOLLICA, 1996)

### Considerações finais

Ao fim dessa exposição duas idéias gerais podem ser ressaltadas.

Primeiramente, deve ficar claro que não se está buscando, por meio da identificação de formas variáveis e indícios de oralidade, um atestado geral de que textos pertencentes ao gênero 'literatura de viagens' podem ser, por natureza, boas fontes de dados para o estudo da história da língua.

Como já vimos dizendo, cada texto, qualquer que seja o gênero a que pertence, deve ser considerado em função de suas condições de produção, o que inclui, também, contrapô-lo a outros textos pertencentes à mesma tradição em que ele se insere.

Segundo, o conjunto de dados apresentados, por certo, é muito pequeno e, por si só, não pode servir de resposta definitiva aos questionamentos que foram trazidos.

No entanto, parece-nos que pode ser tomado como ilustrativo da potencialidade existente na investigação desse gênero de textos. Os aspectos lingüísticos evidenciados, se, por um lado, mais geral, servem de baliza para uma avaliação dessa potencialidade, por outro, mais específico, referem-se a fenômenos atestadamente associados a processos de variação e mudança do português.

Desse modo, a discussão aqui desenvolvida, sem trazer respostas conclusivas, revela a validade de uma utilização criteriosa de crônicas e relatos de viagem como fontes e aposta na contribuição que tais documentos podem dar para o conhecimento de sincronias passadas de nossa língua.

### REFERÊNCIAS

AGUALUSA, L. E. **Um estranho em Goa**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

BERLINCK, R. de A. Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do 'dativo' no português. **Revista Letras**, Curitiba, v. 56, p.159-175, 2001.

\_\_\_\_\_. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 2., 1999, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABRALIN, 2000a. p.210-222.

\_\_\_\_\_. Complementos preposicionados: variação e mudança no português brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL 500 ANOS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL, 1., 2000, Évora, Portugal. **Resumos...** Évora: Universidade de Évora, 2000b. p. 12-13.

\_\_\_\_\_. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 2., 1997, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CelSul, 1997. p. 61-66.

\_\_\_\_\_. The portuguese dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCK, W. (Ed.). **The Dative: descriptive studies.** Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 119-151. (Case and grammatical relations across languages, 1).

CAMINHA, P.V. de. **A carta de Pero Vaz de Caminha.** Estudo crítico, paleológico e diplomático por José Augusto Vaz Valente. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975.

CARDIM, F. **Do principio & origem dos indios do Brasil & seus costumes, adoração & cerimoniais.** [1585?]a. Manuscrito pertencente à Biblioteca Pública de Évora. Códice CXVI/ 1-33, fol. 1-12. Cópia digitalizada. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Do Clima, & terra do Brasil e dialg.<sup>as</sup> causas notaveis que se achão assi na terra como no mar.** [1585?]b. Manuscrito pertencente à Biblioteca Pública de Évora. Códice CXVI / 1-33, fol. 13-34. Cópia digitalizada. 1CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Tratados da Terra e Gente do Brasil.** Introdução e notas de Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

\_\_\_\_\_. **Tratados da Terra e Gente do Brasil.** Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.

CARVALHO, B. **Mongólia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CASTILHO, A. T. de. Diacronia das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: NEGRI, L., FOLTRAN, M.J., OLIVEIRA, R.P.de (Org.) **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari.** São Paulo: Contexto, 2004. p.11-47.

DIAS, A.P.P. **Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa: a representação do real e os filtros da representação.** 1997. Disponível em:<<http://web.ipn.pt/literatura/letras/ensaio39.htm>>. Acesso em: 02 maio 2005.

FARACO, C.A. **Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin.** Curitiba: Criar Edições, 2003.

FREITAS, M. V. de. **Hartt: expedições pelo Brasil Imperial (1865-1878).** São Paulo: Metalivros, 2001.

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

GONÇALVES, P. de S. **Variação em complementos de verbos de movimento no português paulista do século XX.** Araraquara: PIBIC – CNPq; UNESP, 2004. Relatório final.

GUEDES, M. et al. Aspectos morfossintáticos do português brasileiro do século XIX: variação e mudança. **Estudos Lingüísticos**, v.31, 2002. 1 CD-ROM.

GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A. Variação em complementos preposicionados no português paulista do século XIX. **Estudos Lingüísticos**, v. 32, 2003. 1 CD-ROM.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

\_\_\_\_\_. **Principles of linguistic Change**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.v. 1.

LUNA, C. O deserto e a selva: paisagem e configuração da alteridade no romantismo hispano-americano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Hispanistas, 2002. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000012002000300013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000300013&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 02 maio 2005.

MOLLICA, M.C. de M.A regência variável do verbo *ir* de movimento. In: SILVA, G. M. de O., SCHERRE, M. M .P. (Org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Departamento de Lingüística e Filologia – UERJ, 1996.

OLIVEIRA, M. de. A preposição “a”: marcador de transitividade nas construções causativas e perceptivas do século XIX? In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.). **Estudos de lingüística histórica do português**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2005. p.111-122.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista!**: discurso do confronto; velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PONTES, E. **O Tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RUGENDAS, J.M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 4).

SARAIVA, A.J.; LOPES, Ó. **História da literatura portuguesa**. 6 ed. Porto: Porto Editora; Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1961.

SARAMAGO, J. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUSA, G. S. de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1971. (Coleção Brasiliana, v.117).

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K.F.P. von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Tradução de Lucia Furquim Lahoweyer. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

# EXPRESSÕES TEMPORAIS E LOCATIVAS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS<sup>1</sup>

Maria Antonieta Amarante de Mendonça COHEN

## Introdução

Investigamos neste trabalho as expressões temporais e locativas na história do português a partir da verificação da existência no português brasileiro, tanto falado, quanto escrito, de sentenças como as de (1) a (4) abaixo:

- (1) “Choveu Ø **essa madrugada**”.
- (2) “Choveu **nessa madrugada**.”
- (3) “...ali é **a fazenda que** eu nasci...”<sup>2</sup>
- (4) “... **no ano que** o senhor nasceu...”

Em (1) e (2) temos um complemento circunstancial de tempo **essa madrugada**, que pode ou não vir acompanhado pela preposição **em**. Em (3) e (4) observa-se fenômeno semelhante, numa estrutura complexa, pois **que eu nasci**, **que o senhor nasceu** são estruturas relativas circunstanciais, em que a preposição não acompanha o relativo. Note-se que, em (3), o chamado antecedente da relativa é a expressão entendida como locativa **a fazenda**. Em (4): **que o senhor nasceu**, o antecedente é a expressão temporal **no ano**.

---

<sup>1</sup> Projeto apoiado pelo CNPq

<sup>2</sup> Dados do projeto Pelas Trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais – apoiado pela Fapemig

A ausência de preposições acompanhando o relativizador é um tema amplamente discutido na literatura lingüística brasileira, embora não sejam tão exploradas as expressões circunstanciais não relativas como as de (1) e (2). Essa ausência tem sido analisada como resultante do “apagamento”/ “supressão”/ “cancelamento” da Preposição (P) ou do Sintagma Prepositivo (Sprep) ao qual esta pertence. Neste trabalho, exploro o fenômeno sob uma perspectiva histórica apenas na língua portuguesa, mas há evidências de ser o mesmo presente em outras línguas românicas, como o francês e o francoprovençal, e mesmo não-românicas como o inglês e polonês.

O tema da supressão de Preposições ou Sintagmas Prepositivos em construções relativas e outras não-relativas atraíram inúmeros pesquisadores da língua portuguesa desde os anos setenta, e versões de análise ligeiramente diferentes umas das outras foram apresentadas. Só para citar algumas: Lemle (1984), Mollica (1981, 1989), Saraiva (1984), dentre outros, além dos discutidos no corpo deste trabalho. Imbuídas, no meu entender, por um lado, da proposição da existência das regras de supressão (*deletion rules*) introduzidas pelos modelos gerativos de análise lingüística desde suas primeiras versões - que se tornaram correntes nas discussões lingüísticas, mesmo por parte de não-gerativistas - conhecimento que veio ao encontro das “elipses” da gramática tradicional portuguesa. Tais análises não questionaram a adequação ou a validade dessas supressões, e as adotaram para todos os casos estudados, colocando lado a lado, merecedoras da mesma descrição, ou seja, o apagamento, indiferentemente as Preposições ou Sintagmas Prepositivos, as estruturas topicalizadas ou não, nominais ou verbais; as estruturas verbais e nominais não-topicalizadas, os complementos de verbos de movimento, as relativas oblíquas e não-oblíquas, etc. Na verdade, a postulação de regras de apagamento de preposições ou de sintagmas prepositivos em estruturas outras além das relativas foram utilizadas como argumento independente para a existência de regras de supressão de tais constituintes na língua portuguesa, no sentido de fortalecer a hipótese do apagamento.

No que concerne às relativas oblíquas, a língua culta apresentada pela gramática normativa privilegia as estruturas em que a preposição precede o relativo, e quando esta não figura nelas, é porque sofreu elipse, criando, por exemplo, segundo Cunha (1981, p.439), “uma lacuna nas estruturas frásicas tidas por modelares”, elipse caracterizada como uma figura de sintaxe.

Urge que se separem os casos de relativização dos demais e, dentro destes, os de relativização oblíqua dos outros em que o relativizador pode vir ou não acompanhado de uma preposição, como os relativos objetos indiretos, complementos nominais e adjuntos adnominais. No que toca às relativas, restringimo-nos às relativas ditas circunstanciais, e distinguimo-las das não-oblíquas, a exemplo de Tarallo (1983), para nelas investigarmos a ausência das preposições.

Fora do âmbito das relativas, o reconhecimento da ausência de preposições em expressões circunstanciais é já feito por Câmara Junior (1968, p. 307), que esclarece que a **omissão das mesmas** ocorre com complementos de tempo indicando ocasião ou duração. Os exemplos que dá são: “Saí **Øsábado**: Saí **no sábado**”, “E o meu suplício durará **por** meses”, ou “durará **Ømeses**”, em que se vê claramente a possibilidade da alternância presença/ausência de preposições numa expressão circunstancial.

Introduziremos, nesta discussão, a dimensão diacrônica e investigaremos o fenômeno em períodos pretéritos da língua portuguesa. Do ponto-de-vista sincrônico, para o português contemporâneo, partiremos dos resultados de nossa proposta anterior de que a Preposição e não o Sintagma Prepositivo é cancelado das relativas oblíquas.

### As estruturas relativas e a ausência de preposição

Investigaremos diacronicamente as relativas oblíquas, voltando ao século XIV e acompanhando sua evolução até o XX, a fim de se avaliar a que período o fenômeno presença/ausência da preposição remonta, numa abordagem longitudinal. Pretende-se discutir se as referidas regras de cancelamento de preposições nessas relativas

oblíquas têm suporte diacrônico. Para tanto o fenômeno será abordado em suas relações com as relativas livres (sem antecedente) e com as expressões circunstanciais temporais e locativas não-relativas já referidas na seção 1.

(5) exemplifica o fenômeno da ausência de preposição numa estrutura relativa:

(5) **A rua Ø que** minha mãe mora é barulhenta.<sup>3</sup>

Observe-se que não há preposição precedendo o relativizador **que**, mas que, num registro mais formal, culto, a presença da preposição **em** seria desejável e também normativamente correta, como em (6):

(6) **A rua em que** minha mãe mora é barulhenta.

Embora introduzamos aqui a questão das construções circunstanciais locativas, como em (6), deter-nos-emos em primeiro lugar, nas temporais.

O tipo de relativa de (5) foi chamado por Tarallo (1983), por exemplo, de relativa cortadora, cujas características seriam: a) o Sintagma Nominal (SN) relativizado está ausente da sentença relativa; b) o **que** nelas presente é um simples complementizador; c) a preposição regente também está ausente: foi “cortada”, juntamente com o Sintagma Prepositivo (Sprep) que a domina.

Essa é uma das alternativas de análise possibilitada pelo modelo gerativo assim como mostra Van Riemsdijk e Williams (1987) para o inglês, por exemplo, segundo versões da Teoria da Gramática anteriores à Teoria da Regência e Vinculação, embora para o inglês se coloque também a questão da permanência da preposição no lugar de origem, antes do movimento do SN, denominada *preposition stranding*. No exemplo (5) acima, a preposição “apagada”, “cancelada” seria **em**, informação que se recupera através do verbo **morar**, isto é, **morar em**. (6) seria a relativa “completa”: a análise que comumente se lhe atribui é a de uma relativa que exhibe um pronome relativo **que** acompanhado de uma preposição, sintagma

cujas função sintática é a de um circunstancial locativo, no caso. A supressão, portanto, proposta na literatura pressupõe *ipso facto* uma estrutura básica **com** a preposição, da qual a mesma é apagada.

Semelhante à análise que propôs em Cohen (1982) a respeito da recuperabilidade das preposições apagadas em sentenças relativas, Tarallo (1983) também propõe uma escala de recuperabilidade para as preposições apagadas. Resumindo, em ambas as propostas a recuperação da Preposição ou do Sprep. dependeria de esta ser a única admitida pelo verbo ou não, para os casos em que sua existência é exigência da subcategorização desta.

A diferença relevante entre a proposta de Tarallo e a nossa é a classificação que ele faz dos verbos, que, no seu entender, não admitem Sintagmas Prepositivos em sua complementação, mas que ocorrem com uma expressão relativa que sofre a regra de supressão do Sprep.: são os verbos que aparecem com circunstanciais e locativos. Citemos dois de seus exemplos, da língua contemporânea:

(7) “Na rua Ø**que** nós **estávamos**, tinha só duas famílias.”<sup>4</sup>

(8) “Eles só não **vão em** lugar Ø**que tem** cachorro [...]”<sup>5</sup>

Adiando a discussão de se (7) realmente pertence ao mesmo tipo de (8), ou de se (7) e (8) apresentam a mesma problemática de (5), o importante dessas propostas para a presente análise é o fato de se suprimirem ou os Sintagmas Prepositivos, no ponto-de-vista de Tarallo, ou as Preposições apenas, no nosso ponto de vista, e dessa supressão ser proposta também para os processos de relativização oblíqua (SN’s circunstanciais).

## Novos dados: a língua portuguesa antiga

Nas relativas oblíquas da língua portuguesa arcaica ocorre tanto a presença como a ausência da preposição. Vejam-se os exemplos abaixo:

<sup>4</sup> Cf. TARALLO, 1983, p. 229.

<sup>5</sup> Cf. TARALLO, 1983, p. 229.

<sup>3</sup> Cf. COHEN, 1982, p.142.

(9) “[...] ataa **o tempo Øque** foy alçado por Rey [...]” (séc. XV)<sup>6</sup>

(10) “E **o dia Øque** a cidade foy tomada era dia de sam Crispim [...]” (séc. XV)<sup>7</sup>

Observe-se que nesses exemplos, a preposição **em** não aparece acompanhando o **que**, como apareceria nas paráfrases correspondentes cultas propostas para o Português Brasileiro atual:

(9) “...o tempo **em que** foi alçado a rei ...”

(10) “E o dia **em que** a cidade foi tomada...”

Já em (11), também do português arcaico, a preposição **em** acompanha o **que**:

(11) “E este é o dia **em que** havemos semelhar nossos avós.” (séc. XIV)<sup>8</sup>

Essas relativas circunstanciais de (9), (10) e (11) possuem valor temporal.

Silva (1989) registra o **que** relativo precedido de **en** no português trecentista e o analisa como equivalente a um SN complemento circunstancial, sendo a preposição que antecede o relativo a requerida pela relação expressa no sintagma circunstancial. Fornece os seguintes dados, esclarecendo que **en que** equivale a **hu**, relativo locativo arcaico:

(12) “Per si meesmo levava os livros santos **en que** estudava.”<sup>9</sup>

(13) “Eigreja **en que** servia hũu homen de santa vida.”<sup>10</sup>

<sup>6</sup> Cf. COHEN et al, 1999, p. 1.

<sup>7</sup> Cf. COHEN et al, 1999, p.30.

<sup>8</sup> Cf. MATTOSO, 1983, p. 132.

<sup>9</sup> Cf. SILVA, 1989, p. 761.

<sup>10</sup> Cf. SILVA, 1989, p. 761.

(14) “Hũu templo mui velho do tempo antigo dos gentiis **en que** avia hũu idolo.”<sup>11</sup>

Não registra, no entanto, relativas circunstanciais em que a preposição não aparece, como (9) e (10) acima.

Quanto à existência de tais características fora do âmbito das relativas, tanto na língua arcaica como na moderna encontram-se casos da presença e da ausência das preposições em expressões de tempo, por exemplo, como nas sentenças de (1) e (2) do português brasileiro contemporâneo, e em (14) e (15) abaixo.

(14) “Ca Ø **hũu dia** caeu um grande penedo.” (séc. XIV)<sup>12</sup>

(15) “E **en o outro dia** veo hũu cavaleiro en cima dũu cavalo.” (séc. XIV)<sup>13</sup>

A mesma ausência verifica-se em (16):

(16) “Rogo-te , irmão, que Ø**esta noite** que me non desampares.” (séc. XIV)<sup>14</sup>

Poder-se-ia propor a Supressão da Preposição também para o período arcaico da língua, à semelhança do que tem sido proposto para o português moderno: que a sentença (9) “[...] ataa **o tempo Øque** foy alçado por Rey [...]” procederia de qualquer outra como (9) “**o tempo en que** [...]”, através do cancelamento da preposição **en**. O mesmo seria válido para (10) “**E o dia que** a cidade foy tomada era dia de sam Crispim”, que seria o resultado do apagamento da preposição de (10) “**o dia en que** [...]”. A existência de estruturas como a de (14) ou (15), em que uma expressão temporal **não** é precedida de preposição, forneceria argumentos independentes para justificar a supressão da preposição nas relativas circunstanciais arcaicas.

O que se pretende aqui, no entanto, não é caracterizar a ausência da preposição como resultante de uma regra variável dentro do

<sup>11</sup> Cf. SILVA, 1989, p. 761.

<sup>12</sup> Cf. SILVA, 1989, p. 647.

<sup>13</sup> Cf. SILVA, 1989, p. 648.

<sup>14</sup> Cf. SILVA, 1989, p. 647.

processo de relativização, mas antes e sobretudo discutir esse fenômeno que se manifesta nas relativas cujo elemento relativizado é um adjunto circunstancial, e cujo funcionamento sintático difere do das relativas com antecedente, e aproximá-lo, por um lado, das relativas livres (sem antecedente), e por outro, das construções circunstanciais de Tempo e Lugar não-relativas.

As regras de apagamento pressupõem uma estrutura básica **com** a preposição, da qual a mesma é apagada, sugerindo, no nosso entender, inadequadamente, que a construção **com a preposição precede diacronicamente a sem preposição**, a despeito da variação presença~ausência da preposição nessas estruturas no período arcaico.

Nossa hipótese básica é a de que **a ausência de preposição em expressões circunstanciais em orações relativas**, como em (5) acima, existentes no Português Brasileiro Contemporâneo, **diacronicamente não resultam de uma regra de apagamento, mas de características de expressões locativas e temporais**. Sobretudo pretende-se discutir se a ausência dessas preposições deve ser entendida como resultante de uma **mudança** linguística ou se seria um caso de **retenção**.

Voltemos aos exemplos (9) e (10):

(9) “E des **o tempo** Ø**que** foi alçado por Rey [...]” (séc. XV)  
T

(10) “E **o dia** Ø**que** a cidade foy tomada era dia de sam Crispim.” (séc. XV)  
T

Segundo a nossa hipótese, em expressões temporais e locativas a preposição não é necessária, uma vez que nelas há sempre um elemento, na maioria das vezes, um Nome, que apresenta um valor temporal (**T**) ou locativo (**L**) intrínseco (HADERMANN, 1993). Vejamos a expressão temporal dos exemplos acima: simplificada, **o tempo** e **o dia** em (9) e (10) apresentariam um valor temporal intrínseco e seria desnecessário, para o estabelecimento da idéia de “tempo”, que uma preposição

retomasse essa idéia. Quando a preposição aparece, como em (11), ela é dispensável à expressão da idéia de “tempo” propriamente:

(11) “E este é **o dia em que** havemos semelhar nossos avoos [...]” (séc. XIV)  
T

O mesmo seria válido para as expressões locativas. Como pretendido por diversos lingüistas, as expressões locativas estariam na base de outras expressões lógicas, como as temporais, daí o conceito de “localização temporal”, de Lyons (1979) e Pontes (1992). Ambos tratam do estreito relacionamento entre espaço e tempo.

### Algumas informações quantitativas

Embora não seja nosso objetivo fornecer uma análise quantitativa do fenômeno sob investigação, consideramos relevante que se possa estimar a frequência de ocorrência do mesmo no português brasileiro contemporâneo e ao longo da história da língua portuguesa<sup>15</sup>.

Segundo Mollica (1981) de um total de 1299 orações relativas do português brasileiro falado contemporâneo apenas 7% apresentam Spreps relativizados. Apesar de a autora não distinguir, dentre esses Spreps, os que são complementos circunstanciais (que nos interessam) dos de outras funções, por exemplo, a de objeto indireto ou adjuntos adnominais, o que sua amostragem indica é que os Spreps se relativizam pouco em comparação a outras posições, como a de sujeito (61%).

No total das 1713 orações relativas ao longo da história do português do século XIV ao XX que constituem o corpus sob análise, a ocorrência de Spreps relativizados é também baixa, cerca de 8% por século, sendo que desses, os que são complementos circunstanciais representam minoria.

Pode-se inferir desses dados quantitativos que tanto no português brasileiro contemporâneo, como ao longo da história

<sup>15</sup> Considero que informações sobre a frequência de ocorrência dos fenômenos lingüísticos devem constar tanto de descrições sincrônicas quanto diacrônicas das línguas.

da língua portuguesa, a posição relativizada preenchida por Sprep's que são complementos circunstanciais não é a de maior frequência no universo das estruturas relativas. Estamos, portanto, lidando com um fenômeno que, em termos de frequência de ocorrência, é marcado (CRYSTAL, 1980, p. 219-220).

### Circunstanciais de tempo, acompanhados ou não por preposição em estruturas relativas

Observe-se (17) abaixo, sentença do português do século XIV<sup>16</sup>:

(17) "...e tu me prendiste, **em tempo** <sub>s</sub>[Ø **que** ainda eu podera vingar e cobrar mea honra.]" T

Como se vê, o relativizador **que** não se faz acompanhar de preposição e nem por isso perde seu valor temporal. O mesmo ocorre em (18), do século XV e (19), do XVII:

(18) "...porem meu filho senpre em teu coraçom ama justiça, **ca o dia** <sub>s</sub>[Ø **que** a leixares de fazer...]" (séc. XV)<sup>17</sup>  
T

(19) "... quando vi os embaraços **ao tempo** <sub>s</sub>[Ø **que** eu julgava que não havia nenhum...]" (séc. XVII)<sup>18</sup> T

Ou ainda (20), do século XVII, em que o mesmo fenômeno se manifesta duas vezes, ou seja um antecedente temporal - no caso, um Nome com valor intrínseco de tempo, retomado mais à frente pelo demonstrativo anafórico **o** - e o relativizador **que** desacompanhado de preposição, em ambas as sentenças.

(20) "...pois he so **o tempo** <sub>s</sub>[Ø **que** vivo] **o** <sub>s</sub>[Ø **que** fallo comvosco...]" (séc. XVII)<sup>19</sup> T ..... T

Além dos aspectos evidenciados, envolvidos na relativização oblíqua em questão, quais sejam, o rótulo categorial – um Sprep – sua função sintática – complemento circunstancial de tempo – e o valor temporal da expressão como um todo, fator semântico, serão também discutidos os fenômenos de conformidade categorial, funcional e semântica (COHEN,1990) típicos das relativas livres mas que se manifestam nas estruturas em foco.

### Efeitos de conformidade (*matching effects*)

Em trabalho anterior (COHEN, 1990) propus a existência de conformidade (*matching*) categorial e funcional, entre o constituinte que encabeça a relativa (SN ou SPrep) e a própria posição do relativizador, já dentro da sentença relativa, como condição para que relativas livres pudessem ser **reanalisadas** como relativas com antecedente. Numa segunda etapa, já de **extensão** da mudança, comprovou-se que uma conformidade semântica também desempenhava um papel no processo.

Assim propôs-se que a existência na língua portuguesa do “novo tipo sintático” de relativa livre evidenciado por (20), em que o Sprep satisfaz as exigências de subcategorização do verbo da sentença encaixada, pressupõe a existência de um outro tipo sintático, como (21) em que a conformidade categorial e funcional existem, além de outros fatores, como a co-referencialidade dos Sreps envolvidos.

(20) "...sem ter Ø <sub>s</sub>[**a** quem recorrer...]" (séc. XVII)<sup>20</sup>

(21) “Bem sabeis que **a quem** Cristo **deu** as chaves, **encomendou** as ovelhas; [...]"(séc. XVIII)<sup>21</sup>

Em (21) **a quem** satisfaz as exigências de subcategorização tanto de **dar** como de **entregar**, já que é objeto indireto de ambos, apresentando, portanto uma conformidade funcional. Apresenta também conformidade categorial, já que o Sprep é o mesmo para as duas sentenças, além da co-referencialidade dos Sreps, ou seja, “a

<sup>16</sup> Cf. COHEN et al, 1999, p.18.

<sup>17</sup> Cf. COHEN et al, 1999, p.14.

<sup>18</sup> Cf. CARTAS..., [entre 1630 e 1692].

<sup>19</sup> Cf. CARTAS..., [entre 1630 e 1692].

<sup>20</sup> Cf. CARTAS..., [entre 1630 e 1692].

<sup>21</sup> Cf. COHEN et al, 1999, p. 27.

pessoa a quem Christo deu as chaves é a mesma a quem entregou as ovelhas”.

Os tipos de (20) e (21) permitem que, por extensão, relativas com antecedentes expressos possam por sua vez ocorrer com [prep+quem...] dentro da relativa propriamente e nessa fase, nenhum requerimento de conformidade categorial é mais necessário, sendo criado o tipo (22), por nós considerado uma inovação da língua portuguesa a partir do século XVII.

(22) “Acho que sois **pessoa de quem** se pode fiar.”<sup>22</sup>

Em muitos dos casos analisados há conformidade completa, ou seja, categorial e funcional, ou seja, a oração relativa é encaixada em um SN ou SPrep que é um adjunto circunstancial de tempo e o relativizador também pertence ou a um SN ou a um SPrep, que é, por sua vez, também um adjunto circunstancial de tempo, como em (10), que repetimos:

(10) “E **o dia** Ø **que** a cidade foy tomada era dia de sam Crispim.”

o que se entende de (10) é o que se coloca em (23)

(23) ‘a cidade foi tomada Ø dia de Sam Crispim’

sem nenhuma preposição acompanhando **dia**, ou seja, é possível que uma estrutura como (23) existisse no período arcaico do português, como já foi comprovado por (14) acima, que repetimos:

(14) “Ca Ø **hũũ dia** caiu um grande penedo”

(10) exhibe, portanto, conformidade categorial, se se admitir que o **que** é um relativizador pronominal, substituindo o SN **dia de sam Crispim**. Não exhibe conformidade funcional, pois **o dia** é sujeito e não um circunstancial, mas exhibe conformidade semântica, já que tanto o SN **o dia**, quanto o **que**, quanto a expressão temporal que substitui “o dia de sam Crispim” expressam noção de tempo.

Isso visto, pode-se concluir que: a) as estruturas relativas oblíquas cujo elemento relativizado é um adjunto circunstancial de

tempo partilham características sintáticas e semânticas com outras expressões temporais não-relativas e com as relativas livres; b) a conformidade semântica parece atuar nessas estruturas relativas temporais ; c) é necessário que se reconheça a variabilidade da presença e ausência da preposição nas expressões temporais nos vários períodos da língua analisados para que uma descrição adequada das mesmas seja alcançada.

Desta forma, encaixa-se o fenômeno da ausência da preposição em expressões temporais no sub-sistema “orientacional” do português. Antes de levar à frente a relevância dos efeitos de conformidade para as estruturas em discussão, urge que se detalhem as expressões locativas<sup>23</sup>, paralelas às temporais analisadas.

Dentre as expressões circunstanciais que envolvem conformidade categorial, funcional, semântica, estão ao lado das temporais, as locativas. Na verdade, considera-se que as locativas incluiriam noções de tempo e de espaço, reunidas nos sistemas denominados “orientacionais”, já mencionados e seriam, portanto, mais básicas do que as temporais.

Este estudo prossegue com a investigação das estruturas locativas, em estruturas relativas ou simplesmente locativas, desenvolvido da mesma forma que o presente, mas por limitação de tempo e de espaço não o apresentamos aqui.

O redirecionamento da questão da ausência da preposição em expressões temporais, sejam relativas ou não, foi aqui discutido. Esperamos ter fornecido argumentos para que se enriqueça o entendimento da questão, com novos dados e incursão na visão diacrônica do fenômeno.

<sup>23</sup> Ver Duchowny (2002) para a relevância das estruturas locativas circunstanciais em processos diacrônicos.

<sup>22</sup> Cf. COHEN et al, 1999, p. 26.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ozon, 1968.

CARTAS de Catarina de Bragança. [entre 1630 e 1692]. 1 Microfilme. Manuscrito depositado na British Library. (Coleção Egerton, 1534).

COHEN, M. A. A M. **Syntactic change in Portuguese**: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase. 1990. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística Histórica)– Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Orações relativas restritivas em português**: registro formal e informal. 1982. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)– Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1982.

COHEN, M. A. A M. et al. **BTLH – Banco de textos para pesquisa em Linguística Histórica**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 1999. 1 disquete.

CRYSTAL, D. **A first dictionary of linguistics and phonetics**. London: André Deutsch, 1980.

CUNHA, C. **Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria, 1981.

DUCHOWNY, A T. Reanálise de estruturas locativas no judeu-espanhol oriental. In: COHEN, M. A. A. M.; RAMOS, J. M. (Org.). **Dialeto mineiro e outras falas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2002.

HADERMANN, P. **Étude morphosyntaxique du mot où**. Belgique: Champs Linguistiques, Duculot, 1993.

LEMLE, M. **Análise sintática**: teoria geral e descrição do português. São Paulo: Ática, 1984.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SILVA, R. V. M e. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.

MATTOSO, J. **Narrativas dos livros de linhagens**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1983

MOLLICA, M. C. **Queísmo e (de)queísmo no português do Brasil**. 1989. 306 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. La ‘copie’ dans les constructions relatives en Portugais. In: SANKOFF, D.; CEDERGREEN, H. (Org.). **Variation omnibus**. Edmonton; Carbonale: Linguistic Research, 1981.

PONTES, E. **Espaço e Tempo na Língua Portuguesa**. Campinas: Ed. Pontes, 1992.

SARAIVA, M. E. Análise funcional da elipse de preposições em português. **Ensaios de Lingüística**, Belo Horizonte, ano 6, n. 11, 1984, p.82-97.

VAN RIEMSDIJK, H; WILLIAMS, E. **Introduction to the theory of grammar**. Cambridge: MIT Press, 1986.

# A VARIAÇÃO LEXICAL NO DISCURSO METALINGUÍSTICO DE SETECENTOS: APONTAMENTOS SOBRE O ARCAÍSMO

Maria Filomena GONÇALVES

## Variação e discurso metalinguístico

As palavras dos antigos erão claras como a luz, e ellas mesmas eraõ luzes, emanadas do sol da verdade. Hoje as palavras são faiscas, que com instantaneo movimento scintillaõ, ou relampagos, que com trovões de estrondosas metáforas, e hyperbolicos estampidos desvanecem. (BLUTEAU, 1728, p. 5).

Não é novidade para ninguém que a variação linguística foi colocada no cerne da investigação graças ao contributo da Sociolinguística, já que nem o estruturalismo ou mesmo o gerativismo, reconhecendo embora a dinâmica do fenómeno, tinham atentado na sua verdadeira natureza e extensão. Mas se isto é bem verdade para a variação em sincronia, ainda o é mais para o estudo da variação em diacronia, campo que aguarda novos e instigantes percursos, uma vez que, para lá das habituais generalizações ou sínteses, pouco se conhece de épocas como o século XVIII, conquanto a elaboração de *corpora* históricos esteja no bom caminho para preencher as lacunas tanto daquele como de outros momentos da história da língua. Idênticas razões explicam

que a situação da historiografia linguística relativa a Setecentos não seja melhor, porque também nesse domínio muitos são os textos por resgatar com vista ao mais correcto e completo conhecimento das ideias e do discurso metalinguístico acerca do português. Afora os estudos centrados nas reformas do ensino, na polémica da gramática latina e na gramaticografia portuguesa (VERDELHO, 1982; GONÇALVES, 1997, 2001), é ponto consensual que boa parte do século XVIII permanece na sombra, motivo por que também o léxico, excepto talvez no que tange à metalexiconografia, não tem sido alvo de análise, facto tanto mais curioso quanto se reconhece ter sido a discussão da variação lexical tema privilegiado no discurso metalinguístico de Setecentos.

Da tensão entre as “palavras antigas” e as “palavras modernas” teve-se um esboço temporão logo em 1606, na *Origem da Lingoa Portuguesa*, obra em que Duarte Nunes de Leão apresenta um rol de cento e vinte e quatro “vocabulos antigos”. Em conformidade com o título do capítulo XVII da referida *Origem*, destinava-se este elenco a elucidar a leitura e interpretação textual, sendo as “antigas” acompanhadas das correspondentes palavras modernas, em assinalável exercício paralexiconográfico. No entanto, a variação diacrónica do léxico apenas será matéria para reflexão no capítulo intitulado “Da eleição que deuemos fazer dos vocabulos, & do exame, & circumstancias delles”, onde esclarece o autor:

Tendo pois nos feitas tantas diuisões de vocabulos que se varião pelo tempo, & hũs se extinguem, & outros renascem, & ha palauras tam antigas que ja não estão um vso, outras que são taes que em bocca de homens bem costumados se não deuem achar, parece que me obriguei a dar algũas lembranças para a eleição que dellas deuemos fazer. E tratando da antiguidade & nouidade dos vocabulos, para mais persuadirmos aos pertinazes, que não consintem deixarmos vocabulos velhos, por mui velhos que seião, nem admittem os nouos, daremoslhes authores authenticos, cuja autoridade os conuença. (LEÃO, 1606, p. 145).

Que a variação e, por conseguinte a mudança, não passara despercebida aos Quinhentistas nem aos Seiscentistas, fossem

eles gramáticos ou simplesmente escritores, mostrava-o já Fernão de Oliveira, que nos capítulos XXXII, XXXVI e XXXVII da sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* atentava nas “dições alheas”, nas “dições velhas” e nas “dições novas”. Para o fundador da tradição gramatical da língua portuguesa, a aceitação das duas últimas classes de palavras decorria do grau de antiguidade: “[...] das dições velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte.” (OLIVEIRA, 2000, p. 129). Acrescia o gramático quinhentista uma valiosa observação a respeito da transferência de certas palavras que, retiradas do uso geral, transitavam para âmbitos mais restritos e conservadores – os diatópicos –<sup>1</sup>, conforme assinalaria a lexicografia posterior ao fazer registo concomitante de uma marca diacrónica (antigo ou antiquado) e de outra diatópica (regional).

### Palavras antigas e antiquadas

Volvidos mais de dois séculos sobre a doutrina de Fernão de Oliveira, a preservação das palavras antigas, “soldados eméritos e aposentados” aos quais coubera sustentar os “decoros da lingoa materna” em tempos passados, levaria o Pe. Rafael Bluteau a recorrer, no *Vocabulário Portuguez & Latino* (GONÇALVES, 2004, 2005, 2006), aos provérbios como abonação textual das formas esquecidas ou em vias de o serem. Segundo este lexicógrafo,

<sup>1</sup> A esse propósito, acrescentava Fernão de Oliveira (2000, p. 129, grifo do autor): “Ainda porém que não sempre isto é acertado, porque muitas vezes algũas dições que há pouco são passadas são já agora muito avorrecidas, como *abém*, *ajuso*, *assuso* e *hoganno*, *algorrém* e outras muitas. E porém se estas e quaesquer outras semelhantes as metéremos em mão d’hũ homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal”. Ao tratar das “dições usadas”, retoma a variação diatópica à qual acresce a social: “[...] os da Beira têm hũas falas e os d’Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as do mancebo mais leves” (OLIVEIRA, 2000, p. 130).

“antigo” era sinónimo de “velho” (BLUTEAU, 1712, p. 404), enquanto que “antiquado” era perifrasticamente definido como “cousa, que já não está em uso”, fazendo ainda menção às “palavras antiquadas” (BLUTEAU, 1712, p. 410)<sup>2</sup>. Ao restringir e actualizar a nomenclatura de Bluteau em apenas dois volumes, António de Morais Silva (1789) considerava “antigo” como antónimo de “moderno, recente, novo”; “antiquado” e o verbo “antiquar” eram ali equivalentes de “pôr em desuso”, “cahir em desuso” (SILVA, 1789, p. 89). Dos dois lexicógrafos apenas o segundo regista “arcaísmo”, definido como “antigalha nas palavras, ou frases desusadas”, ilustradas nos exemplos “affeito, adur, outri, alhur, ende” (SILVA, 1789, p. 108) e, do mesmo modo, só Morais Silva recorre à marcação lexicográfica da informação diacrónica por meio das abreviaturas “ant.” e “antiq.”, as mesmas de que lançaram mão os académicos portugueses para assim inserirem a variação diacrónica no enunciado das entradas do Dicionário da Língua Portuguesa (1793), na esteira do seu modelo lexicográfico – o Dicionário das Autoridades (1726-1739)<sup>3</sup> e a segunda edição do *Diccionario de La lengua Castellana* de 1770 (JIMÉNEZ RÍOS, 2001, p. 47-50; p.115-137). Sobre a inclusão de palavras antigas no Dicionário da Língua Portuguesa, esclarecia a Academia portuguesa:

Todas as palavras antiquadas dos referidos escritos entrarão no Dicionário, da mesma sorte que as dos antigos monumentos,

<sup>2</sup> Aos incluídos na nomenclatura dos oito volumes do Vocabulário, no 2º volume do Suplemento (1727-1728), acrescenta Rafael Bluteau um “Vocabulário de Termos Commummente Ignorados, mas Antigamente Usados em Portugal, e outros, trazidos do Brasil, ou da Índia Oriental e Occidental”. Retirados de autores dos séculos XVI e XVII, ali se encontram sobretudo exotismos, sendo poucos os arcaísmos propriamente ditos. Segundo Bluteau, aos “termos antigamente usados” pertenciam “algerievia”, “batega”, “beitilhas”, “maduração”, “recudir”, “roquete” (BLUTEAU, 1728), entre outros. A respeito de outros vocabulários particulares, igualmente incluídos no Suplemento, vide Gonçalves (2004, 2005, 2006). Bluteau justificava a entrada de arcaísmos no Vocabulário como segue: “com esta commemoração dos termos antigos, não pedem as palavras antiquadas, que usemos delles, porque o discurso, como o corpo, sempre se há de vestir segundo o uso do tempo.” (BLUTEAU, 1728, p. 6).

<sup>3</sup> Cf. DICCIONARIO, 1984.

como escrituras, doações, testamentos, &. que estiverem impressos, ajuntandolhes a declaração do anno ou seculo, a que pertencem, e citandose o Autor ou livro, onde se encontra o tal monumento. (DICCIONARIO, 1793, p.XII).

Ademais das antiquadas, também os regionalismos autorizados pelos Clássicos tinham entrada no Dicionário académico, salvo as “expressões burlescas e vulgares”, as que “exprimem objecto deshonesto ou sordido”, bem como as da *gíria*, isto é, *gíria* (DICCIONARIO, 1793, p. XIII). Já averbada por Monte Carmelo e outros setecentistas, a destriça entre “palavras antigas” e as “palavras antiquadas” é devidamente matizada pela Academia portuguesa, adoptando por isso as marcas a elas correspondentes, conforme se lê a seguir:

Palavras antigas se dizem aquellas, que deixando de ser correntes no actual uso da língoa, poderão com tudo (a querelo assim o mesmo uso) renascer, ou por necessidade, ou por elegancia, se forem com discricção e moderadamente empregadas”. Palavras antiquadas se chamão as que de todo estão esquecidas, chegando algumas dellas a não ser hoje entendidas pelo commum da nação. (DICCIONARIO, 1793, p. XVI).

Na micro-estrutura do primeiro Dicionário académico, cujo único volume (Letra A – Azurrar) foi publicado pela Academia Real das Ciências em 1793, encontram-se inúmeros verbetes contendo as marcas “ant.” e “antiq.”<sup>4</sup>; não raro ocorrem logo após a entrada mas podem figurar em parágrafo próprio, estando por isso bem visíveis. Texto relevante para a compreensão tanto dos objectivos como da metodologia da Academia, a Planta do Dicionário da Língua Portuguesa justifica, no seu parágrafo VI, a inclusão das “palavras antiquadas” nos seguintes termos: “Todas as palavras appellativas da Língua Portuguesa, qualquer que seja dellas a especie, sem excluir (como já se disse) as antiquadas, terão lugar no Dicionário”. Extraídas dos mais antigos monumentos da língua – escrituras, doações, testamentos, etc. e literatura produzida até

<sup>4</sup> Para a lexicografia portuguesa não se conhece estudo equivalente ao de Jiménez Ríos (2001) para a lexicografia espanhola.

fnais do século XVII –, tais palavras representariam a “idade mais elegante da pureza da nossa lingua” (DICCIONARIO, 1793, p. XII), vale dizer, o período de 1540 a 1626, data da primeira parte da História de S. Domingos de Fr. Luís de Sousa. Na esteira das suas congéneres europeias, da *Real Academia Española* (RAE) em especial, bem como da italiana (*Accademia della Crusca*), para a Academia portuguesa o *corpus* textual e as abonações tinham como baliza cronológica o final de Seiscentos, recorte justificado não pela inexistência de Autoridades que validassem certas palavras da nomenclatura lexicográfica mas porque, ademais de aspectos de ordem estético-estilística (o Barroco e o Conceptismo) ou filosófico-pedagógica (a Escolástica), parte significativa dos setecentistas estava sob suspeição de afrancesamento, devido à influência dos livros e traduções em língua francesa<sup>5</sup>. Ao invocar o fenómeno da “francezia” para legitimar um *corpus* textual que excluía a produção de Setecentos, a Academia Real das Ciências, norteadada pelo pendor purista que então caracterizava o discurso metalinguístico, não se alheou do debate em curso acerca do galicismo e das suas repercussões fosse no léxico, fosse nas construções sintácticas, situação observada com a prudência própria de uma instituição académica:

<sup>5</sup> Na nota (c) da Planta do Dicionario esclarecia-se a respeito do *corpus* textual e da cronologia do mesmo: “Quando se fecha o numero dos Escritores, que autorizo as vozes do Dicionario, no fim do seculo XVII, não he porque se entenda, que desde então até ao presente deixára de haver entre nós quantidade de bons escritores em diferentes generos. Porém como, particularmente do meio do passado seculo por diante, os estudos escoláticos [sic], e o espirito commum de subtilizar, começáraõ a corromper a arte de bem dizer; e a maior parte dos Literatos, empregada em erudições, se foi descuidando de praticar os primores da nossa lingua, vindo esta depois com excesso a estragarse quasi de todo pela leitura de livros estrangeiros, especialmente Francezes, em que muitos só se occuparão, e mais que tudo pelas pessimas traducções dos ditos livros, fique por isso para tempo mais remoto do nosso, graduar o merecimento daquellas obras, que souberão preservarse de huma tal infecção. Semelhante juizo, como feito impune e livremente sem respeitos, nem parcialidade, ficará sendo, como he já por consenso universal o dos Autores, de que nos servimos, recto, sólido e inalteravel. Outro tanto fez a Academia Real Hespanhola no seu Dicionario, o que tambem já antes havia praticado a de Crusca, e varias outras.” (DICCIONARIO, 1793, p. IV).

[...] alguns dos termos novos, que se entender estão universalmente recebidos com pública aprovação, se podem igualmente admitir; pois que a falta de autoridade antiga, e o signal us., que tanto val, como voz usada ou só do uso commum, serão per si bastantes para lhes indicar o character. Mas nesta adopção de vocabulos modernos e estrangeiros se guarde sempre aquella judiciosa economia, que a Critica recommenda, por quanto como bem nos assegura o eloquentissimo Padre Antonio Vieira, só os mendigão de outras lingoas, os que são pobres de cabedades da nossa, tão rica e bem dotada, como filha primogenita da Latina. (DICCIONARIO, 1793, p. XIV).

Neste passo da Planta do Dicionario se faz de algum modo alusão à interessante e curiosa batalha travada entre os “modernistas”, partidários de neologismos de origem francesa, também conhecidos como “galiparlas”, na expressão de Filinto Elísio (1734-1819)<sup>6</sup>, e os puristas ou vernaculistas, defensores das palavras antigas. Por exceder o escopo deste trabalho, não se intenta sequer um resumo dos diversos matizes da referida discussão, acrescentando-se somente que o assunto transbordava do plano metalinguístico para o plano literário, pervadindo todos os domínios<sup>7</sup>. “Veneranda fonte” do “puro portuguez”, sobre todos os escritores eram os Quinhentistas o espelho linguístico que fornecia a Filinto Elísio o modelo vernacular contra os “francezistas”. Com efeito, para Filinto e seus epígonos – os filintistas –, apenas àqueles estava reservado lugar no panteão da vernaculidade e da pureza

<sup>6</sup> Cf. ELÍSIO, 1817.

<sup>7</sup> A título exemplificativo, veja-se o seguinte passo da impiedosa caricatura saída da pena de Filinto: “Até a lingua Lusa em Francez achão; / E riem c’um riso parvo dos que affanão / Por beberem nos Clássicos a phrase / Constante e pura; e revocarem / As antigas palavras que nos faltão / Para clareza, adorno, ou brevidade; / E degradar da lingua essa matúla / De termos franduleiros, que os patólas / Querem nella metter á queima-roupa: / E pois que esse Francez tanto nos gabão / De ricco, e bello, e de apto para tudo, / Quéro de Autor Francez acreditado / Por litterato Crítico profundo, / Citar em termos ibi a mesma urgencia / De restaurar á lingua antigas vózes / E phrases obsolétas. – Tendo ditto / Que a lingua é acanhada, porque a apurão, / Ou cuidão apurá-la, cerceando-lhe / Energia de termos, que já forão / Caro grangeio de seis bons Maiores [...]” (ELÍSIO, 1817, p. 86-87).

linguística. A posição da Academia era menos clara, porque, embora teoricamente estendesse o seu *corpus* até finais de Seiscentos, sobre os escritores deste século prevaleciam os Quinhentistas, pois a uma parte daqueles não era reconhecida suficiente qualidade para ingressar na “idade dourada” da língua. Por isso mesmo, qual “nariz Francez na Lusa cara”, às modernas (galicismos) contrapunha as palavras antigas, autorizadas pelos genuínos modelos linguísticos.

### Classificar a variação lexical

As fontes acima mencionadas, em especial os dicionários setecentistas, embora delineassem já uma tipificação do “diferencial linguístico” (THIELEMANN, 2001, p. 56), estão longe de fornecer um quadro completo dos problemas suscitados pelo fenómeno da variação à luz da perspectiva normalizadora ou reguladora predominante no chamado século das Luzes. De facto, em Setecentos a produção metalinguística pauta-se toda ela pelo desígnio normativista, porque, ainda quando aparenta descrever os usos em toda a sua variedade, seja ela diatópica, diastrática ou diafásica, sempre os dados linguísticos são submetidos ao crivo que os classifica, hierarquiza, circunscreve, repudia ou aprova em função das condições de uso geral ou particular, social ou cultural, sincrónico ou diacrónico. Graças a esse tipo de exercício taxinómico tem-se hoje uma percepção da dinâmica em curso, tanto no próprio sistema lexical quanto na construção do discurso metalinguístico acerca do léxico.

Para uma tipificação mais pormenorizada da variação lexical em Setecentos, atente-se em obras paralexigráficas como os vocabulários incluídos em ortografias e em obras de diferente natureza, como as Reflexões de Francisco José Freire (GONÇALVES, 2003). Entre as primeiras, dada a generosidade informativa e o intento terminológico, merece destaque o Compendio de Orthografia de Monte Carmelo (1767), sequela ampliada da Orthographia de Madureira Feijó (FEIJÓ, 1739; GONÇALVES, 1992), em que se nota idêntico esforço regulador dos usos. Na verdade, conquanto Feijó tenha fornecido o modelo

a Monte Carmelo, ao invés deste, não traçou um quadro explícito e pormenorizado da variação lexical (THIELEMANN, 2001). Todavia, na Terceira Parte da Orthographia (FEIJÓ, 1739), verdadeiro glossário dos erros e emendas da “pronunçiação”, acrescenta Madureira Feijó várias anotações que indiciam uma tipologia de usos, tanto sincrónica como diacrónica, das quais se destacam as seguintes:

<i>Auçã</i> . Palavra antiga, hoje <i>Açaã</i> . (p. 207).	<i>Lobrigar</i> , e <i>Lobregar</i> . São palavras rusticas, que significaõ ver de longe algũa cousa, que se não distingue o que he pela distancia. A primeira he mais usada. [...] Mas a palavra <i>Lubricar</i> so anda entre Medicos, como termo da Medicina, que significa abrandar com remedios o ventre, para purgar. [...] (p. 375).
<i>Colbúrno</i> . Hum calçado antigo que chegava ao meyo da perna. Hoje chamamos <i>Borçeguins</i> em Portuguez ao que no Latim <i>Colburnos</i> . (p.253).	<i>Sanear</i> . Verbo antigo, hoje <i>Sanar</i> , e mais usado <i>Sarar</i> . (p. 475).
<i>Modórna</i> . outros dizem <i>Madorra</i> , e <i>Madorna</i> . O pymeiro he mais usado, o somno pezado. (p. 396). <sup>8</sup>	<i>Tambáca</i> . hũa especie de cóbre fino, a que outros chamaõ <i>Tambáque</i> , o primeiro he mais usado. (p. 500).
<i>Ranúnculo</i> . Planta, e flor, a que o vulgo chama <i>Rianunculo</i> , e he abuso, porque no Latim não tem <i>i. Ranunculus</i> . (p. 454).	<i>Taracenas</i> . Que por uso universal, se escreve, e pronuncia <i>Tercênas</i> , as casas, que são celeiros juntos, &c. (p. 500).

**Quadro 1:** Tipologia de marcas lexicográficas em Madureira Feijó (1739).

Quanto ao Compendio de Monte Carmelo (1767), os vários tipos de micro-estrutura nele presentes contêm abundantes dados explícitos que permitem caracterizar o discurso sobre a variação

<sup>8</sup> Em 1910 “Madorna” aparece também entre os arcaísmos arrolados por H. Brunswick no seu Dicionario. Transferida para o terreno da variação diatópica, aquela forma permanece em uso na variedade alentejana. Também se encontra no Brasil

lexical em Setecentos (GONÇALVES, 1990, 1996). De facto, nem o chamado vocabulário exótico ou a terminologia técnica e científica (GONÇALVES, 1996) ficam apeados das listas de Monte Carmelo. Mais relevante que a inclusão desses dois aspectos é o rol de marcas correspondentes aos níveis e domínios de uso feito na “Explicação dos vocabulos latinos, e portuguezes abbreviados, que se encontram no seguinte prólogo, e compendio”, com vista à sua aplicação no vocabulário ortográfico do autor. Com efeito, Monte Carmelo constrói, em registos de grande subtilidade, um quadro sociolinguístico e cronológico dos usos lexicais, fundado nos critérios social, cultural e diacrónico (a vitalidade ou a obsolescência dos vocábulos), de cuja ocorrência cumulativa resultou a classificação resumida sob a forma de quadro.

Classificação	Definição
Térmo Antigo	“[...] isto he, proprio do segundo dialecto da Lingua Portugueza, o qual durou desde o tempo do Rei D. Dinis até o tempo do Senhor rei D. Joam IV (...)” (p. I)
Térmo Antigo, e Vulgar	“[...] do qual ainda usa o <i>Vulgo</i> , ou pessoas doudas menos cultas; pelo que poderá ter lugar em conversações, ou Escritos ordinarios, e tambem nos eruditos, Quando explicar bem o conceito” (p. I)
Térmo Antigo, e Plebeu	“[...] isto he, do qual ainda usa a <i>Plebe</i> , que nam se-ha-de imitar” (p. I)
Térmo Antiquado	“[...] isto he, proprio do primeiro Dialecto do Idioma Portuguez, o qual Dialecto durou até o tempo do Rei D. Dinis. Os Termos antiquados hoje menos perceptíveis, se-explicam neste <i>Compendio</i> para intelligencia dos Escriitores antigos Portuguezes” (p. I)
Térmo pouco usado	“[...] do qual hum Orthólogo nam deve usar sem necessidade algũa” (p. V)
Térmo Familiar	“[...] ou proprio de amigos, o Qual coincide com <i>Termo Cómico</i> ” (p. III)

<sup>9</sup> Cf. MONTE CARMELO, 1767.

Térmo Comico	“[...] que só póde ter uso em Materias brulescas, v.g. comedias, e Actos semelhantes, ou em Conversações, e escritos entre particulares amigos para honesto divertimento; mas nunca em Materias graves, ou serias, quando a Prudencia nam dicte o contrario alg   as vezes” (p. II)
Térmo Vulgar	“[...] de que ordinariamente usam pessoas graves, aindaque menos eruditas. Destes <i>Termos Vulgares</i> póde usar o Orthólogo, quando for conveniente, paraque explique o seu <i>Conceito</i> com energia” (p. V)
Térmo Vulgar, e Comico	“[...] de que ordinariamente usa o Vulgo” (p. V)
Térmo Plebeu	“[...] do qual nam deve usar hum Orthólogo. Neste <i>Compendio</i> se- distingue do <i>Vulgar</i> o <i>Termo Plebeu</i> conforme a sentença de alguns Eruditos, ou para maior clareza; aindaque nam foi possivel distinguir sempre estes <i>Termos</i> ” (p. V)
Térmo Rústico	“[...] ou proprio de Agricultores” (p. V)

**Quadro 2:** Tipologia de marcas lexicográficas em Monte Carmelo (1767)

Monte Carmelo completava o quadro da variação setecentista com referência exemplificada da gíria (*Gírea*, termo plebeu, era emendado em *Gíria*, ou *Gira*), definida como “Linguagem de marotos, ou bréjeiros”, à qual aludiria igualmente Francisco José Freire como “linguagem dos vadios” (FREIRE, 1842, p.87); porém, em conformidade com o apertado crivo purista deste autor, a forma correcta do termo seria *Gira* e não *Gíria*, visto a segunda ser própria da “errada pronuniação do vulgo”. Sem aparentar qualquer preferência por uma ou outra forma, sob a designação de “Gíria ou gira” arrolava Monte Carmelo termos estigmatizados, associados a certas actividades ou aos contextos sociais em que surgiram<sup>10</sup>. Posto

<sup>10</sup> A esse estrato pertenciam as seguintes palavras e expressões: “*Arames*, que significa *Espada*. *Artife* he Pam. *Avezar* he *Estar*. *Bastos* sam *Dedos*. *Bóla* he *Cabeça*. *Baiúca* he *Taberna*. *Baiuqueira* he *Taberneira*. *Calcorrear* he *Correr*. *Calcos*, sam *Sapatos*. *Calmar* he *Espancar*, ou dar *Pancadas*. *Catropéo* he *Cavallo*. *Cria* he *Carne de Vacca*. *Cachimbos* sam *Pés*. *Cazebre* he *Casa*. *Criar*

isto, no diferencial traçado pelo ortógrafo setecentista, afora os eixos diacrónico (antigo – antiquado) e sincrónico (usado – pouco usado – não usado) cruzam-se ainda, de forma evidente, o eixo social (familiar – vulgar – plebeu ; eruditos – pessoas cultas / pessoas graves / plebe) e o geográfico (campo / rural – cidade / urbano), acrescidos de notas estilísticas (cómico; matérias graves – matérias burlescas), em clara destrinça de estratos cronológicos, sociais e estilísticos que, quando aplicados às listas ou vocabulários, conformam um curioso espectro variacional da língua dos meados de Setecentos. Exemplos extraídos do glossário de Monte Carmelo (1767) ilustram a combinação de marcas sociais e cronológicas nos eixos acima referidos.

<i>Abusos</i> [Termo antigo, Antiquado, Plebeu, Vulgar, Cómico]	<i>Emendas</i> [Forma/significado em Setecentos]
Empecilho. Antig. e Pleb.	Obstáculo, Obice, Embaraço
Engrenhada. Antig. e Vulg.	Arripiada, Embaraçada, Erriçada, &c.
Enricar. Antiq.	Enriquecer
Ensejo. Antig. e Vulg.	Occasiam
Entejo, e Entojo. Antig. Pleb. e com.	Tedio, Nausea, Aversam, Fastio

he *Conseguir*, e *Possuir* algũa coisa. *Chêta* he *Vintem*, ou *Dinheiro*. *Dez Bófas* sam *Dez réis*. *Encanhas* sam *Meias*. *Falso* he *Lenço*. *Fáxo* he *Pao*. *Gábio* he *Chapéo*. *Galga* he *Fome*. *Gizar* he *Furtar*. *Ganchorra* he *Maõ*. *Ganiços* significa *Dados*. *Gao* he *Piolho*. *Giropa* he *Caldo*. *Golpe* he *Algibeira*. *Gris* he *Frio*. *Janízaro* he *Magano*, *Tunante*. *Jorna* he *Vagar*, v.g. *Estou de jorna, estou de vagar*. *Jornando*, v.g. *estou jornando* significa *Nam quero sahir*, *Nam quero movêr-me*. *Justa* he *Casaca*. *Lima* he *Camisa*. *Marco*, que se-aveza he *Homem, que está presente*. *Minas de caroço* he *Muito*, ou *Muita fazenda*, &c. *Monteira* he *Carapuça*, *Barrete*, &c. *Pilra* he *Cama*. *Pio* he *Vinho*. *Púrrio* he *Bêbedo*. *Rafa* he *Fome*. *Rafar* he *Sumir*, *Furtar*. *Rede* he *Capa*, ou *Capote*. *Rifar* he *Furtar*. *Roda* he *Tostâm*. *Rustir* he *Comer*. *Safar* he *Sumir*, ou *Furtar*. *Surrar* he *Furtar*. *Tardar* he *Vestido*. *Tiba* he *Faca*. *Tirantes* he *Calções*" (MONTE CARMELO, 1767, p. 613-615). Saliente-se que alguns dos termos aduzidos pelo ortógrafo setecentista ainda hoje são usados em Portugal, num registo popular, como é o caso de bola "cabeça" ou caroço "dinheiro".

Erro. Antig. e Pleb.	Vício, Falta. <b>Hoje</b> he o mesmo, que juízo falso
Escançâm. Antiq.	O que lança vinho na copa, ou Copeiro
Escaimbo, ou Escambo. Vulg. e Antiq.	Tróca
Esgares. Antiq. e Vulg.	Acênos, Gestos
Esgrouviada. Antiq. e Vulg.	Alta, e magra
Estofa. Antiq.	Quieta. Agua estofa he agua quieta. Estofa <b>hoje</b> he certo pânno, e tambem <i>Condiçâm</i> , <i>Qualidade</i> , &c. Estôfo he panno cheio de lãa, algodam, &c.
Estomentar. Antiq.	Estonar, Descascar, Sacudir, &c.
Estonce. Adv. Antiq.	Entâm
Estremança. Antiq.	Divisam, ou Extremidade.
Estrosa. Antiq.	Infeliz, Desgraçada, Miserval, &c.
Estrupada. Antiq.	Estrondo
Esvaecer. Antig.	Desvanecer, Evaporár-se, Desfazer-se, Desapparecer
Exceiçam. Antiq. e Pleb.	Excépçâm

Quadro 3: Marcas sociolectais e diacrónicas em Monte Carmelo (1767).

Apesar das alusões aos “eruditos”, aos “mais doutos” e às “pessoas graves” e “cultas”, para Monte Carmelo o conceito de variação não estava ainda sob a tutela dos Clássicos, ao invés do que defendiam os académicos no seu Dicionário, tal como se viu antes. Defensor da Autoridade daqueles autores, modelos de pureza e correcção da língua, Francisco José Freire, consciente das contradições entre usos sincrónicos e diacrónicos, não deixa de reconhecer a obsolescência de antigas “vozes”. Embora fossem publicadas em 1842, as Reflexões sobre a Língua Portuguesa do escritor arcádico espelham uma parte do ideário de Setecentos, pois Freire vivera entre 1719 e 1773, motivo por que também a dinâmica lexical nelas descrita corresponde à perspectiva de um neoclássico convicto da incomparável bondade linguístico-literária dos Quinhentistas. Notável polígrafo, conhecido igualmente com

o criptónimo de Cândido Lusitano, Francisco José Freire assistiu ao consulado pombalino, período em que publicou um famoso Dicionário Poético<sup>11</sup>. As Reflexões sobre a Língua Portuguesa, cujo manuscrito autógrafa se conserva na Biblioteca Pública de Évora, sai dos prelos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis por iniciativa de Heliodoro da Cunha Rivara, responsável pelas notas acrescentadas à obra de Freire. Pertencente à Congregação do Oratório, Freire terá contribuído para a entrada do “espírito filosófico” de Setecentos na esfera literária, nesta compreendendo o exercício linguístico e retórico. Integrante da Arcádia Lusitana ou Ulissiponense, cuja divisa propunha o combate às inutilidades formais, retóricas e temáticas, foi um dos principais teóricos da corrente neoclássica.<sup>12</sup> Se o galicismo fazia parte da “agenda nacionalista” (DIOGO; SILVESTRE, 1996, p. 46) porque maculava a pureza da língua, para Cândido Lusitano esta consistia em “usar daquelles vocabulos, daquellas frases e idiotismos, que constituem o distinctivo, e indole legitima do idioma em que se escreve” (FREIRE, 1842, p. 5), perspectiva que colocava a variação linguística no centro das preocupações do autor, porquanto se tratava de legitimar os usos antigos (arcaísmos), após confronto com os modernos (os galicismos em especial, assim como os plebeísmos). Ao terreno da variação associava Freire os conceitos de “idiotismo” e de “perfeição”, sendo que esta decorria da imitação dos **Auctores classicos** da língua. Segundo Francisco José Freire (1842), ao campo do idiotismo pertenciam construções como “Aborreço a affectação” em vez de “Aborreço-me a affectação”; “Esqueceu-me o negocio” por “Esqueci-me do negocio”, ou “Lembro-me eu” em lugar de “Lembra-me a mim”. Ao uso corrente, ao do **vulgo ignorante** sobretudo, opunha Freire o uso corrente e, sobre todos, o dos Clássicos, autores identificados logo na primeira das suas Reflexões. Se em Monte Carmelo sobressaía já um crivo normativo e normalizador, em Freire a intenção codificadora adensa-se em feição purista, porque

nem o “idiolecto culto” escapava ao filtro da Autoridade dos Clássicos nacionais, para os quais remete de forma sistemática. Para restituir a pureza à língua, o expurgo estendia-se da “plebe” aos estratos sociais compostos por pessoas que, sem serem ignorantes ou rústicas, não alcançavam o padrão linguístico dos autores maiores. Segundo Cândido Lusitano, o uso linguístico modelar era aquele que “floreceu, e floresce entre aquelles que mais se distinguiram na pureza do fallar proprio, genuino, e natural da sua nação” (FREIRE, 1842, p. 6). Consoante denotam as Memórias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa,<sup>13</sup> publicadas em 1792 e 1793, os adjectivos **legítimo** e **genuíno** faziam parte da agenda e do discurso metalinguísticos do último quartel de Setecentos, pervadindo todo o programa linguístico-literário subjacente às Reflexões de Freire. Procede este à graduação dos usos impróprios, apanágio do “povo idiota”, conquanto deles não estivessem isentos nem “letrados”, nem “rigoristas”. Promovido à condição de norma, o “bom uso” estribava em quatro qualidades, a saber, propriedade, energia, pureza e abundância da língua<sup>14</sup>, acrescentadas ainda da elegância e da gravidade. Em função da presença ou ausência dessas qualidades na **locução** e o **estilo** de um autor, assim seria este “de inferior classe” ou “mais ou menos clássico”. Baseado no exemplo de Quinhentistas e de uns poucos Seiscentistas, Freire examina uma extensa lista de palavras antiquadas, referidas como as que “floreceram reinantes, e vieram a murchar na idade presente, sem mais fundamento, que a opposição do uso, arbitro muitas vezes imprudente em taes materias” (FREIRE, 1842, p. 22). Não raro recolhidas até hoje nos dicionários da língua portuguesa, também as “palavras antiquadas” revelam a perspectiva purista de Freire, já que este procede à “selecção das espécies” linguísticas, identificando as reservadas a usos restritos ou literários, conforme seria o caso das seguintes: **esmolar** (i.e. dar esmola), **queixume**,

<sup>13</sup> Cf. ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1792-1793.

<sup>14</sup> Os conceitos continuam a fazer parte da terminologia filológico-linguística recolhida no Escholiaste Portuguez (NETO, 1884, p. 493, p. 222 e p. 498), o primeiro dicionário do género publicado em Portugal.

<sup>11</sup> Cf. FREIRE, 1765.

<sup>12</sup> Apesar da divisa *Inutilia trunat*, a Arcádia não conseguirá escapar completamente ao formalismo barroco, como se nota nas suas convenções.

**realiza** (“termo muito expressivo, que sem fundamento se antiquou”), **timoneiro**, **exéquias** (regionalismo beirão, segundo Cândido Lusitano), **alpargata** ou **esgares**. (FREIRE, 1842, p. 30-31, grifo nosso). Discordante dos “rigoristas”, o Autor não estava, porém, isento do excesso de zelo atribuído àqueles<sup>15</sup>, como demonstram as suas Reflexões sobre a Língua Portuguesa, escritas com o escopo de devolver à língua o rigor e a vernaculidade dos “bons auctores” – os “nossos clássicos” –, cujo exemplo libertaria a literatura nacional de artifícios inúteis. Em tal quadro, tinha todo o cabimento discutir o uso de palavras antiquadas, assim como o das populares (plebeísmos), das alatinadas, das emprestadas (galicismos e italianismos), ademais das sinónimas (FREIRE, 1842). De Quinhentos sobretudo mas também de Seiscentos, desenterra Freire os bons exemplos do legítimo e genuíno uso português, para repor tanto no léxico como nas demais componentes sistémicas o estado anterior ao aviltamento infringido à língua desde meados do século XVII, devido a diversos factores históricos e sociais. Importa articular a questão das palavras antigas ou antiquadas com o problema da sinonímia, não menos relevante no âmbito da doutrina de Freire. É sabido que o interesse pela significação das palavras e suas relações percorreu toda a Europa (HASSLER, 2001), disso sendo mostra cabal os muitos vocabulários de sinónimos publicados quer em França quer em Espanha (LÁZARO CARRETER, 1985; VERDELHO, 1981). Portugal acompanhou essa corrente sobretudo no último quartel do século XVIII e na primeira metade de Oitocentos (VERDELHO, 1981). Da sinonímia trata Freire na Reflexão 7<sup>a</sup> da 1<sup>a</sup> Parte das Reflexões, onde, a propósito da equivalência semântica, sublinha o Autor

<sup>15</sup> O termo não aparece propriamente nas Reflexões de Francisco José Freire, embora a posição deste corresponda por vezes ao perfil do **purista**. Em Oitocentos, segundo Neto (1884, p. 498-499, grifo do autor), **purismo** é definido como: “o defeito d’aquela que affecta muito a pureza da linguagem, ou que procura mui escupulosamente no estylo; é como o *rigorismo* na moral”. Já o **purista** é “aquella pessoa que presume de escrever e fallar puramente; dedica-se a não empregar expressões convenientes, phrases conformes com as regras da syntaxe, affectando de tal modo a pureza na linguagem, que se exprime sempre em phrase ridicula ou friamente correctá, de que gosta de fazer alarde.”

que o “valor e propriedade de muitos termos Portuguezes, a qual anda pervertida pelos Escriptores ignorantes, persuadidos de que são synonymas palavras, que muitas vezes na significação são entre si contrarias, e oppostas” (FREIRE, 1842, p. 70). Embora os sinónimos integrassem o programa de purificação linguística de Cândido Lusitano tanto quanto as palavras antiquadas e os galicismos, os primeiros são aqui postos de remissa<sup>16</sup>, atentando-se apenas na doutrina de Cândido Lusitano no que tange aos arcaísmos.

Sobre as “vozes antiquadas” esclarece Freire:

[...] o uso recebido pelos sabios, que se seguiram a estes mestres, tem maior auctoridade, do que elles, porque esta é a differença das Línguas vivas ás mortas, faremos agora memoria de algumas vozes, que tendo sido usadas pelos melhores Classicos, estão hoje inteiramente antiquadas. (FREIRE, 1842, p. 22).

E isto acrescenta depois:

[...] não espere aqui o leitor um Catalogo prolixo de nomes, que já despresára por antiquados o insigne João de Barros, quando em seus admiraveis escritos deo polimento, e cultura á nossa Linguagem, porque de taes vozes trataram já Duarte Nunes de Leão, Bento Pereira, e com especialidade o P. Bluteau em um

<sup>16</sup> Apenas se aponta uma pequena amostra dos termos analisados por Francisco José Freire: em “abastado, rico e opulento” encontra Freire uma relação de crescendo (FREIRE, 1842, p. 77); de “aroma, perfume, e fragrancia” entende não serem propriamente sinónimos (FREIRE, 1842, p. 85); de “aborrecer” e “desgostar” não são sinónimos (FREIRE, 1842, p. 77); “Abusão, e abuso não significaõ o mesmo, como entendem os ignorantes” (FREIRE, 1842, p. 78); “Batalhão, e esquadrão não são synonymos, como entendeu certo moderno” (FREIRE, 1842, p. 87); “Complacencia não é synonymo de qualquer gosto e prazer” (FREIRE, 1842, p. 94); “Crise” não era sinónimo de “critica” (FREIRE, 1842, p. 98); “Desmantelar” não é sinónimo de “derrubar”; “Detestar” não é sinónimo rigoroso de “abominar” (FREIRE, 1842, p. 105). Por último, acrescenta-se que para Freire os sinónimos podem ser mais ou menos próprios, encontrando-se casos de hiponímia e hiperonímia. Embora se tratasse de um problema semântico, a reflexão sobre os sinónimos tinha uma finalidade prática: auxiliar no exercício da escrita.

especial Catalogo, que anda no tomo segundo do Suplemento ao seu Vocabulário.” (FREIRE, 1842, p. 22).

O período aludido nesta 2ª Reflexão de Francisco José Freire estendia-se de João de Barros até ao Pe. António Vieira, época em que haviam vicejado palavras que, depois, na era do Autor, teriam murchado. Intrínseco a qualquer Catálogo, o critério alfabético está presente nas listas de Francisco José Freire (1842), que inclui as formas abaixo arroladas.

Agrura	Derra-deiro	Doestar	Esmolar	Genitura	Louçania	Prêa	Sobre-cenho
Alpargata	Desazo	Embair	Espareclado	Gentalha	Manceba	Precintado	Timoneiro
Anojo	Desdar	Embes-tegar	Esquivar	Governalho	Mescabar	Privado e Privança	
Arenga	Desnacer	Emboras	Estugar	Hoste	Miramento	Queixu-me	
Arrear	Despeado	Emprenhido	Fallecer	Imigo	Mutra	Realeza	
Atavio	Desquerido	Enfardo <sup>17</sup>	Feitiça	Ladear	Nadivel	Referta	
Cohirmão	Desviver	Escarcéu	Feitura	Látego	Patrisar	Remoela	
Companha	Devanco	Escudar	Feros	Lasso	Poento	Repleno e Repleno	
Córrego	Dição	Esgares	Grey	Lide	Pompear	Sáfaro	
Delonga	Dissidente	Esmear	Galaroar	Longor	Posteriores	Sahimento	

Quadro 4: “Palavras antiquadas” segundo Francisco José Freire (1842)

A respeito deste Catálogo dizia Freire (1842, p. 32) que o seu propósito era fazer

[...] memoria de todos os antigos termos, pertencentes ou á linguagem da plebe, ou á das sciencias, e artes, mas só dar uma

<sup>17</sup> Em Brunswick (1910, p. 108) aparece “enfaro”, isto é, “fastio, tédio por de determinada cousa”. Igualmente registado por Brunswick (1910, p. 251), “referta” equivale a “contenda, altercação; refrega”; “remoela” significa “troça, surriada, pirraça. – Acinte, desfeita”. Sublinhe-se que alguns dos arcaísmos arrolados por Freire, além de não figurarem no Dicionário da Antiga Linguagem Portuguesa de H. Brunswick, permanecem em uso até hoje, como “alpergata” ou “escarcéu”.

leve noticia daquellas palavras que se teem presentemente por antiquadas nos discursos graves, nas obras serias, e nas conversações polidas, damos fim a esta reflexão.

Àqueles arcaísmos acresce os seguintes: **carezia** (“por antiquado se não diz”), **festival** é antiquado (diz-se **festivo**), **lidimo** (“por legitimo é inteiramente antiquado [...]”), **pastorear** (“mais seguido que pastorar, de que usou diversas vezes [...]”)(FREIRE, 1842). Segundo os mais escrupulosos – opina Freire (1842) – estaria antiquado **poente** (foi seguida por outros Clássicos, mas antiquou-se sem fundamento); **semelhavel** (está antiquado); **tingidura** (por tintura, já se não pronuncia, “postoque se ache nos textos antigos”); **onzeneiro** (“val o mesmo que usura”); **Enxobregas** por **Xabregas**, embora a segunda fosse corrente ao tempo do Autor. Mas Freire introduz uma distinção entre o arcaísmo lexical, fruto da desfuncionalização semântica, e o arcaísmo fonético, conforme ilustra o seguinte elenco.

<i>Acezoado</i> (por <i>sazonado</i> , já se não diz). (p. 41)	<i>Galanice</i> era no seculo passado synonymo de <i>galanteio</i> . [...] Presentemente não tem uso, e diz-se galanteio. (p. 85)
<i>Almargem</i> (Porém <i>á margem</i> é o que presentemente de deve pronunciar pela força do uso). (p. 44)	<i>Groza</i> em lugar de <i>gloza</i> é pronunciação de todo antiquada [...] (p. 88)
<i>Alimaria</i> (é erro mais crasso do que archaismo). (p.43-44)	<i>Imigo</i> , sincope de <i>inimigo</i> , nem em poesia se pôde dizer, por estar inteiramente antiquado, assim como <i>esprito</i> , por espirito, <i>mor</i> por maior &c. (p.90)
<i>Aução</i> (Está inteiramente antiquada, e só no vulgo tem uso). (p. 41)	<i>Iffante</i> [...] temos por inteiramente antiquado. (p. 92)
<i>Avantagem</i> (posto que tenha bons exemplos, está antiquado). Vantagem é já de Vieira e de Francisco Rodrigues Lobo. (p. 50)	<i>Instructo</i> por <i>instruido</i> tem muitos por palavra mais latina que portugueza. [...] Não sei porque esta palavra se hade ir antiquando. (p. 94)
<i>Chins</i> (está hoje antiquada no uso de bons modernos: comtudo não se pôde condemnar absolutamente a pronunciação antiga). (p. 56)	<i>Lagôa</i> e não <i>alagôa</i> . Dão se hoje por antiquados os textos que trazem alagoa. (p. 97)
<i>Contagião</i> (porque já o não permite o uso). (p. 59)	<i>Melencolia</i> , ou <i>merencoria</i> , segundo a pronunciação muito antiga; pois já o era, quando Camões disse merencorio por melancólico. (p. 104)

<i>Desparzido</i> por <i>esparzido</i> (uma e outra pronúncia está antiquada, e só em poesia se soffre). (p. 65).	<i>Quiças</i> ou <i>quiçais</i> , como diziam os antigos. Não sei o fundamento os antigos. Não sei o fundamento com que os modernos antiquaram esta palavra [...]. (p.124)
<i>Esposorios</i> (já se não deve dizer, porque não quer o uso. <i>Esposoiras</i> , que trazem algumas das nossas Chronicas, ainda é mais antiquado). (p. 74)	<i>Represaria</i> e não <i>represalia</i> [...] porem esta pronúncia está de todo antiquada. (p.131)
<i>Fudario</i> e não <i>fudairo</i> (...) Algumas destas palavras assim as pronúnciam os bons Auctores antigos: hoje é erro. (p. 78).	<i>Traje</i> mais usado do que <i>trajo</i> , se bem que esta terminação em o tem a seu favor os textos mais graves, porem o uso antiquou-a. (p. 146)
<i>Flamengo</i> e não <i>framengo</i> , posto que assim o pronúnciam por muitos tempos os nossos antigos. (p. 80)	<i>Trença</i> e não <i>trança</i> [...] Está antiquada esta pronúncia que tambem foi de Sá de Miranda, e do insigne Barros. (p.147)

**Quadro 5:** Exemplos de “arcaísmo” segundo Francisco José Freire (1842)

À semelhança de Monte Carmelo, porém sem tanto pormenor e sistematicidade, Freire analisou a variação diastrática, da qual se dá uma amostra.

<i>Agazara</i> e não <i>algazarra</i> , como erradamente pronuncia o vulgo. (p. 43)	<i>Enojado</i> e não <i>anojado</i> , pronúncia plebe, de que usaram não poucos auctores. (p. 72).
<i>Aljofar</i> e não <i>aljofre</i> , como diz o vulgo. (p. 44)	<i>Furroma</i> e não <i>farromba</i> , como diz a plebe, de cuja classe é esta palavra. (p.78)
<i>Almirante</i> e não <i>almeirante</i> , como diz o povo ignorante. (p. 44)	<i>Marôma</i> e não <i>maromba</i> , como erradamente pronúnciam muitos, concordando com o vulgo. (p. 104)
<i>Alpiste</i> [...] o povo diz <i>alpista</i> . (p. 44)	<i>Olivel</i> por <i>livel</i> é pronúncia viciosa, que só na plebe se ouve. (p. 111)
<i>Bailar</i> e não <i>bálbar</i> como erradamente pronuncia o vulgo. (p.51)	<i>Perda</i> e não <i>perca</i> , como erradamente diz a plebe. (p.114)
<i>Boato</i> e não <i>voato</i> , como erradamente pronúnciam muitos, que não entram na classe do povo. (p. 53)	<i>Repertorio</i> e não <i>reportorio</i> , como ignorantemente pronuncia o povo. (p. 131).
<i>Estrago</i> e não <i>destrago</i> , á maneira da plebe. (p. 76)	<i>Rodopio</i> e não <i>corropio</i> , como pronuncia o vulgo nos seus particulares modos de fallar [...] (p. 126).

**Quadro 6:** A variação diastrática segundo Francisco José Freire (1842)

Par lá da estratificação social traduzida nestes e em outros exemplos, mesmo no uso sincrónico reconhece diversos graus de actualização ou desactualização do léxico, socorrendo-se para isso de expressões reveladoras quer dos usos vigentes, quer da possível transição da sincronia para a diacronia, a saber: “está mais em uso”, “temo-lo por mais usado”, “hoje não se diz senão”, “hoje devemos dizer” “é o que prevalece”, “não o admite o uso presente”, “parece que é hoje a usada”, “hoje diz-se”, “quando se não opõe o uso constante”, “não o temos ainda por antiquado”, “já não se usa”, “hoje está inteiramente antiquada”, “está inteiramente antiquada”, “o uso antiquou-a”.

Ademais da gradação decorrente do filtro purista de Cândido Lusitano, invocava este o uso dos autores, mesmo que estes nem sempre validassem certas formas, conforme mostram os casos seguintes:

<i>Aluguer</i> e não <i>aluguel</i> : ao Padre Bento Pereira ora servia uma pronúncia ora outra. (p.44-45).	<i>Morangão</i> e <i>morango</i> achamos no Padre Bluteau, sem exemplos de uma ou outra pronúncia. Morango parece que é hoje a usada. (p.109).
<i>Arabico</i> e não <i>arabigo</i> ou <i>arabe</i> , disse sempre Jacinto Freire, porém <i>arabigo</i> não é destituído de bons exemplos. <i>Arabe</i> tem melhor uso na poesia. (p. 47).	<i>Registro</i> e não <i>registo</i> é o que se acha nos Auctores de boa nota Freire. (p. 129).
<i>Alvenel</i> [pedreiro] e não <i>alvinéo</i> disse Fr. Luiz de Souza, seguindo a pronúncia dos antigos. (p. 45).	<i>Reposta</i> e não <i>resposta</i> é a pronúncia que seguiram os melhores Classicos, não obstante dizer-se responder, &c. (p. 131).
<i>Bateria</i> melhor do que <i>bataria</i> , se bem que nos Classicos [talvez por erro de impressão] algumas vezes se acha <i>bataria</i> . (1842, p. 52).	<i>Succo</i> por <i>sugo</i> ou <i>sumo</i> , além dos exemplos de Auctores da melhor nota, tem a auctoridade de Vieira [...] (p.143).
<i>Bilhafre</i> e não <i>milhafre</i> diz Diogo Fernandes, auctor Classico em termos pertencentes á caça. (p. 52).	<i>Ussu</i> e não <i>urso</i> achamos constantemente nos nossos Auctores Classicos: hoje ainda os querem (arcaísmos como usso) seguir alguns escrupulosos modernos, justos adoradores da antiguidade [...] (p. 146).

**Quadro 7:** Validação de usos segundo Francisco José Freire (1842).

Quanto à segurança no uso, expressões como “mais seguro”, “não é portuguez seguro” ou “hoje é mais seguro” indiciam que nem o exemplo dos modernos nem a Autoridade dos Clássicos garantia, contudo, a legitimidade de muitas palavras, conforme ilustra “*Erradicar* em vez de *desarraigar* não é portuguez seguro” (FREIRE, 1842, 73, grifo do autor) ou “*Filhação* e não *filiação* [...] hoje é mais seguro dizer *filiação*, posto que não temos por antiquada a outra pronunção” (FREIRE, 1842, p. 80, grifo do autor). À “segurança” acrescia Cândido Lusitano a questão do uso genuíno em consonância com o “génio da língua”, como atestam os exemplos: “*Filigrana* pertendem muitos, que seja a pronunção genuina, e não *filhegrana* ou *filhagrana*” (FREIRE, 1842, p. 31, grifo do autor) e “*Relogeiro* e não *relojeiro* parece pronunção mais conforme ao genio da nossa Língua. [...] Presentemente *relojeiro* é o mais usado” (FREIRE, 1842, p. 130, grifo do autor).

Para a reflexão setecentista sobre a variação, ainda que de maneira diferente, contribuíram igualmente os sócios académicos, alguns dos quais haviam carreado subsídios para a elaboração do Dicionario de 1793. Com o objectivo de darem cumprimento ao programa da Academia Real das Ciências, alguns dos ensaios académicos incluídos nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, saídas dos prelos em 1792 e 1793, expunham assuntos relativos ao problema da variação. Para se comprovar o alcance e as implicações da variação, bastam os títulos das memórias de Neves Pereira, Pereira de Figueiredo ou Dias Gomes. Nos anos acima referidos, António das Neves Pereira publica um texto intitulado “Ensaio critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escretores do Seculo XV e XVI; e deixarão esquecer os que depois a seguirão até ao presente” (PEREIRA, 1792), seguido da “Continuação” do mesmo Ensaio Crítico (PEREIRA, 1793a) e de um “Ensaio sobre a Filologia Portuguesa por meio do exame e comparação da Locução e Estilo dos nossos mais insignes Poetas, que florescêrão no seculo XVI” (PEREIRA, 1793b). Na mesma linha, em duas memórias académicas o oratoriano António Pereira de Figueiredo elevava o quinhentista João de Barros ao plano de um verdadeiro referencial linguístico (FIGUEIREDO,

1792, 1793). Por idêntico diapasão afinava Francisco Dias Gomes com a sua “Analyse e combinações filosóficas sobre a elocução, e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões, segundo o espirito do sabio Programma da Academia Real das Sciencias” (GOMES, 1793). A reflexão sobre a memória literária e linguística de Quinhentos e de parte de Seiscentos, tendo como denominador comum a suposta decadência ou degenerescência linguística, traduzir-se-ia, quase no dobrar do século, em produção específica ou especializada, linhagem iniciada com o “Elucidario das Palavras, Termos, e Phrases que antigamente se usáram e que hoje practicamente se ignoram”, de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1798)<sup>18</sup>, obra que serve de corolário às indagações setecentistas sobre o arcaísmo. Para estes caboqueiros da memória textual da língua portuguesa, “filólogos” ao jeito setecentista, os fiéis depositários das genuínas palavras portuguesas eram, sobre todos os escritores, os Quinhentistas, motivo por que se tornara tão premente a classificação e a triagem, tanto diacrónica como sincrónica, dos vários usos lexicais.

### Nota final

Presente em vários géneros, da lexicografia (BLUTEAU, 1712-1721, 1727, 1728; SILVA, 1789; ACADEMIA, 1793) às Reflexões (FREIRE, 1842) e Memórias académicas (PEREIRA, 1792, 1793a, 1793b; FIGUEIREDO, 1792, 1793; GOMES, 1793), passando pelos vocabulários ortográficos (FEIJÓ, 1739; MONTE CARMELO, 1767), ainda que sob diferentes formas e com escopos diversos, à vista dos apontamentos acima, a variação lexical configura-se como tema recorrente no discurso metalinguístico de Setecentos. Se até meados do século a variação surgia aos olhos dos setecentistas como factor perturbador da homegeneidade inerente à normalização e codificação linguísticas, já no último quartel do século, a variação diacrónica passava a ser vista como elemento favorecedor da decadência linguística, porquanto as mudanças e a proliferação de

<sup>18</sup> A linha continuou a frutificar ainda ao século XX, conforme mostra o Dicionario da Antiga Linguagem Portuguesa, de Henrique Brunswick (1910).

usos haviam acarretado para a língua muitas palavras e construções prejudiciais à sua vernaculidade e pureza.

Integrada na discussão da variação em geral, a questão das palavras antigas ou antiquadas (arcaísmos) revela a consciência e a formalização paulatina das diferenças sociolinguísticas no plano lexical, consideradas tanto sincrónica como diacronicamente, motivo por que ambos os eixos – sincrónico e diacrónico – estão presentes nas obras aqui referidas. Intentada a classificação dos usos segundo uma perspectiva hierarquizadora, à qual não seriam alheias as próprias mudanças registadas na sociedade de Setecentos, mormente a notória ascensão da burguesia, a partir da pirâmide social e da oposição entre o uso presente e uso passado torna-se evidente a dinâmica lexical em toda a sua amplitude, tão difícil de controlar por quantos desejavam impedir ou reverter um processo que, segundo alguns dos autores referidos, desvirtuara a língua e contrariara o seu génio, expressão esta que, sem ser nova, a finais de Setecentos adquiriu matizes semânticos em consonância com o ideário linguístico da época. Filtrada quer a intenção normativizadora, quer o pendor purista que caracteriza sobretudo as últimas três décadas do século XVIII, as fontes consultadas são tão relevantes para a historiografia do discurso metalinguístico atinente à variação lexical quanto são imprescindíveis para a história do léxico.

Apesar de estes apontamentos não esgotarem todas vertentes do problema do arcaísmo no século XVIII, nem esse era o seu objectivo, os dados respigados em várias fontes metalinguísticas dessa centúria mostraram, ainda assim, a emergência de uma reflexão histórica que, desencadeada para legitimar usos sincrónicos, produziria *corpora* textuais em que está coligida uma parte não despicienda do património em vernáculo, tarefa que, indubitavelmente, foi um notável legado da reflexão linguística em Setecentos.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memorias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792-1814. 8 tomos.

BLUTEAU, R. **Prosas portuguezas**. Lisboa: Officina de Antonio Joseph da Sylva, 1728. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Supplemento ao vocabulario portuguez e latino**. Lisboa: Patriarcal Officina da Musica, 1728. Tomo II.

\_\_\_\_\_. **Supplemento ao vocabulario portuguez e latino**. Lisboa: Officina Joseph Antonio da Sylva, 1727. Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Vocabulario portuguez & latino**. Coimbra-Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721. 8 v.

BRUNSWICK, H. **Diccionario da antiga linguagem portugueza**: intercalado com grande número de vocábulos hodiernos de obscura significação. Lisboa: Empresa Lusitana, 1910.

DICCIONARIO da lingua portugueza. Lisboa: Typographia da Real Academia das Sciencias, 1793.

DICCIONARIO das Autoridades: fac-símile da edição publicada em Madrid pela Imprenta de Francisco del Hierro, 1726-1739. Madrid: Gredos, 1984.

DIOGO, A. L.; SILVESTRE, O. **Rumo ao português legítimo**: língua e literatura (1750-1850). Braga: Angelus Novus, 1996.

ELÍSIO, F. **Obras Completas**. 2. ed. emendada e acresc. Paris: Officina de A. Bobée, 1817. Tomo I.

FEIJÓ, J. de M. M. **Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza**. Coimbra: Officina de Luis Secco Ferreira, 1739.

FIGUEIREDO, A. P. P. João de Barros, exemplar da mais solida eloquencia portugueza. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memorias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793. Tomo 4, p.5-25.

\_\_\_\_\_. Espirito da lingua portugueza, extrahido das décadas do insigne escritor João de Barros. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memórias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792. Tomo 2, p.11-226.

FREIRE, F. J. **Reflexões sobre a lingua portugueza**. Lisboa: Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1842.

\_\_\_\_\_. **Diccionario poetico**. Lisboa: Officina de Ameno, 1765. 2 v.

GOMES, F. D. Analyse, e combinações filosóficas sobre a elocução, e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões, segundo o espirito do sabio Programma da Academia Real das Sciencias, publicado em 17 de Janeiro de 1790. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memórias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da mesma Academia, 1793. Tomo 4, p.26-305.

GONÇALVES, M. F. As variedades dialectais no Vocabulário Portuguez e Latino (1712-1728) de D. Rafael Bluteau. In: VI CONGRESO DE LINGÜÍSTICA GENERAL, 6., 2004, Santiago de Compostela. **Actas...** Madrid: Arco/Libros, 2006. No prelo.

\_\_\_\_\_. Fraseologia no dicionário e dicionário fraseológico: o Vocabulario de termos propios, e metaforicos em materias analogas, de D. Rafael Bluteau (1728). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUISTICA, 20., 2004. Lisboa. **Actas....** Lisboa: APL, 2005. p. 615-623.

\_\_\_\_\_. Prosopopeia del idioma portuguez a sua hermana la lengua castellana (1721): D. Rafael Bluteau y las lenguas peninsulares. In: CORRALES ZUMBADO, C. et al. (Ed.). **Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística**: actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. Madrid: Arco/Libros, 2004. p. 669-677.

\_\_\_\_\_. As reflexões sobre a lingua portugueza (1773/1842) no contexto das ideias linguísticas do século XVIII. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA ROMÁNICAS, 23., 2003, Tübingen. **Actas...** Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2003. p. 181-189.

\_\_\_\_\_. Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina. In: THIELEMANN, W. (Ed.). **Século XVIII: século das luzes – século de Pombal**. Frankfurt am Main: TFM, 2001. p. 11-31.

\_\_\_\_\_. As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 37-59, jul./dez.1997.

\_\_\_\_\_. Antigas ortografias portuguesas e paralexiconografia no século XVIII. **Alfa – Revista de Lingüística**, São Paulo, v. 40, p.103-117, 1996.

\_\_\_\_\_. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII**: para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: ICALP, 1992.

\_\_\_\_\_. Lexicologia e lexicografia: o testemunho de antigos ortografistas. In: COLÓQUIO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA, Lisboa. **Anais...** Lisboa: INIC, 1990. p.242-247.

HASSLER, G. O problema da significação das palavras e as teorias linguísticas entre os séculos XVII e XVIII. In: THIELEMANN, W. (Ed.). **Século XVIII: século das luzes – século de Pombal**. Frankfurt am Main: TFM, 2001. p. 51-127.

JIMÉNEZ RÍOS, E. **Variación léxica y diccionario**: los arcaísmos en el diccionario de la Academia. Madrid: Vervuert, 2001.

LÁZARO CARRETER, F. **Las ideas lingüísticas en España el siglo XVIII**. Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

LEÃO, D. N. de. **Origem da lingua portuguesa**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

MONTE CARMELO, Fr. L. do. **Compendio de Orthographia**. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767.

NETO, A. M. de A. **Escholiaste Portuguez ou Subsídios Litterarios grammaticaes, philologicos e rhetoricos compiliados dos melhores auctores e divididos em tres partes accommodadas ao estudo elementar e complementar da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia Universal, 1884-1885. 3 partes.

OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa (1536)**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

PEREIRA, A. N. Continuação do ensaio critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons escritores do seculo XV e XVI; e deixáráõ esquecer os que depois a seguiraõ até ao presente”. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memorias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793a. Tomo 5, p. 152-252.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a filologia portugueza por meio do exame e comparação da locução e estilo dos nossos mais insignes poetas, que florecêraõ no século XVI. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memorias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da mesma academia, 1793b. Tomo 5, p. 1-151.

\_\_\_\_\_. Ensaio critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nosso bons Escritores do século XV., e XVI; e deixáráõ esquecer os que depois a seguiraõ até ao presente. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. **Memorias de litteratura portugueza**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792. Tomo 4, p. 229-466.

SILVA, A. de M. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v.

THIELEMANN, W. Língua culta—Palavras antiquadas—Plebeísmos: a linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Século XVIII: século das luzes – século de Pombal**. Frankfurt am Main: TFM, 2001. p. 50-97.

VERDELHO, E. Lexicografia sinonímica portuguesa: o “Vocabulario de Synonimos, e Phrases”, de Rafael Bluteau e o “Ensaio sobre alguns synonymos”, do Cardeal Saraiva. **Biblos**, Coimbra, v. 57, p. 171-221, 1981.

VERDELHO, T. Historiografia linguística e reforma do ensino (A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal). **Brigantia**, Bragança, v. II, n. 4, p. 347-383, 1982.

VITERBO, Fr. J. de S. R. de: **Elucidário das palavras, termos e phrases que em Portugal antigamente se usáraõ**. Lisboa: Officina da Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1798. 2 v.

# O “TRACTADO DAS MEDITAÇÕES E PENSAMENTOS DE SAM BERNARDO”: DIMENSÕES DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

Maria Aldina MARQUES

Aida Sampaio LEMOS

## Contextualização

Os textos<sup>1</sup> medievais têm uma tradição de análise filológica que centra muito do seu interesse no que os investigadores designam como “estudo lingüístico”. Entende-se assim recobrir uma área de análise referente sobretudo a aspectos gráfico-fónicos, morfológicos, lexicais e, embora em menor grau, sintácticos. Sem questionar a pertinência de tal perspectiva, antes acentuando a importância do seu contributo para o conhecimento histórico e diacrónico da língua, parece-nos, contudo, relevante acrescentar a essas dimensões um estudo relativo à análise discursiva, que complemente a primeira direcção de análise. A interdependência da dimensão local face à dimensão global acentua a necessidade de perspectivas diversas mas complementares na abordagem ao objecto complexo que é o texto/discurso. Sobre estas necessárias e complexas inter-relações entre o local e o global, citamos Joaquim Fonseca (2003, p. 199):

<sup>1</sup> Não faremos distinção entre texto e discurso. Por questões operatórias falaremos, no entanto, de “textos” por ser essa a tradição académica.

A complexidade do texto obriga, como se sabe, a considerar, na sua estruturação e na construção do sentido que nele se dá, níveis diferenciados. É, assim, hoje corrente falar-se dos níveis microestrutural e macroestrutural do texto[...]

Considerámos, assim, os contributos fundamentais da análise linguística do discurso como suporte teórico e metodológico da análise de um texto do século XV, O Tractado das Meditações e Pensamentos de Sam Bernardo<sup>2</sup> (a partir de agora referido apenas como Tractado), texto com características peculiares de **produção autoral**, estranhas aos olhos modernos, embora frequentes e aceites na época.

Na verdade, trata-se de um documento apócrifo, escrito em português quatrocentista, possivelmente tradução parcial de *Meditationes Piusime de Cognitione Humanae Conditionis* ou *De Interiori Homine*, putativamente de Hugo de S. Vítor (MARTINS, 1956, p. 267) –, e que se encontra no códice miscelado alcobacense CCXLIV/211 da Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>3</sup>. A apocrifia levanta modernamente questões importantes que se prendem com a esfera da produção do discurso, no entanto, ela tem de ser encarada à luz da cosmovisão medieval, na qual, como aponta Martins (1969, p. 83), haveria “o sentido comunitário da verdade”, sendo que a noção de probidade autoral seria uma questão menor se comparada à relevância da glorificação e consagração das verdades da fé cristã. Assim, quer a tradução, quer a apocrifia, desde que ligadas a nomes cuja autoridade fosse incontroversa, tiveram um papel de extrema relevância na história da nossa cultura e da nossa língua.

A especificidade deste objecto de análise – um texto medieval – merece atenção particular, pelas questões que neste enquadramento teórico levanta. A análise do discurso é uma perspectiva pragmática de análise linguística, enquanto se afirma como “análise da linguagem em uso”, ou seja, como interacção verbal considerada

<sup>2</sup> A edição do texto foi publicada por Lemos (2003, 2004).

<sup>3</sup> O pergaminho, de 266x208 mm, contém 104 fólios, dentre os quais as *Meditações*, entre os fólios 73 a 90v, escritas em letra gótica, com iniciais a vermelho, azul e violeta, algumas ornamentadas com filigrana.

enquanto prática social, conjugando, por conseguinte, dimensões mais estritamente linguísticas mas também textuais, psicológicas, sociais. A proeminência do “contexto” (consideremos o termo na sua acepção mais ampla) neste tipo de análise coloca a questão da pertinência de uma “pragmática histórica”<sup>4</sup> empenhada na análise de textos de que se desconhecem, muitas vezes, os interlocutores, as condições de produção.

Leva-nos esta questão ao problema da definição do contexto que é válida para qualquer tipo de “produção linguística”, qualquer que seja o momento e lugar da sua realização. Sem entrarmos por uma questão que nos leva obviamente para terrenos movediços (a Teoria da Relevância pretende responder a esta necessidade de estabelecer fronteiras), queremos afirmar a pertinência da abordagem discursiva dos textos medievais, porque o discurso fala do “mundo”, mas fala também de si e das suas condições de enunciação, recuperáveis nas marcas linguísticas presentes na superfície discursiva. Além disso, como prática social, o discurso capta e simultaneamente revela regras, regularidades, convenções, valores doxais, entre outros, que enformam a comunidade em que é produzido. As condições históricas da enunciação clarificam as marcas discursivas dessa presença em discursos que são institucionais.

E, por isso, a análise do discurso constitui uma mais valia na abordagem dos textos medievais<sup>5</sup>.

### O “Tractado das Meditações e Pensamentos de Sam Bernardo” – uma questão de género

O género discursivo, como sabemos, é uma questão central da análise linguística do discurso, porque é também componente

<sup>4</sup> Esta questão foi objecto de análise por Clara Barros (2003) em *Pragmática Histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais*.

<sup>5</sup> Uma outra questão aduzida por quem vê dificuldades de aplicação da análise do discurso aos textos medievais tem a ver com o facto de estarmos perante textos/discursos escritos, monológicos. A estrutura dialogal ou monológica é obviamente um factor importante, mas a análise do discurso vai mais além e procura analisar a dimensão dialógica que faz parte de todos os discursos porque são usos da linguagem em interacção.

fundamental da interacção verbal. A actividade verbal, o (saber-) dizer do locutor é indissociável do género discursivo. Do mesmo modo, o alocutário posiciona-se relativamente a um determinado género, “desde as primeiras palavras”, como afirmou Bakhtine (1984)<sup>6</sup>, para interagir com o seu interlocutor. Para além desta questão teórico-metodológica, é importante abordar a questão do género do Tractado, porque entendemos o género de discurso como “configuração de escolhas que se cristalizam progressivamente no quadro de um grupo social/linguístico” (MARQUES, 2003, p. 194) e, sobretudo, como “memória social dos discursos”<sup>7</sup>. Assim, a determinação do género em causa permite responder a questões fundamentais, nomeadamente no que concerne à unidade discursiva e à organização enunciativa do(s) discurso(s).

A inclusão do Tractado num género discursivo particular levanta questões diversas. Em primeiro lugar, porque relativamente externa à organização discursiva em consideração, deve ter-se em conta a tradicional divisão dos textos medievais, feita pelos estudiosos, em textos não literários e textos literários, de forma a distinguir, neste caso, textos com objectivos de produção e de recepção diferentes de documentos notariais e de outros intrinsecamente utilitários. A este propósito convém lembrar que o conceito de literatura é na história da cultura ocidental um conceito moderno, sendo que na época medieval a distinção era feita entre textos das Escrituras – os textos sagrados – e textos seculares e profanos que tinham objectivos distintos, embora muitos destes últimos servissem a leitura das Escrituras.

<sup>6</sup> “Nous apprenons à mouler notre parole dans les formes du genre et, entendant la parole d’autrui, nous savons d’emblée, aux tous premiers mots, en pressentir le genre [...] dès le début, nous sommes sensibles au tout discursif [...]” (BAKHTINE, 1984, p. 285).

<sup>7</sup> Este é um aspecto fundamental dos géneros discursivos que, mais uma vez, foi apontado por Bakhtine e “acentua a natureza sócio-histórica dos géneros, que pré-existem a cada acto discursivo, escolhas possíveis que a historicidade do uso da língua foi configurando, e o conformam e possibilitam, enquanto modos de dizer, de fazer discursivo, que interferem na produção e na interpretação do discurso, em interacção com o sistema funcional da língua.” (MARQUES, 2003, p. 192).

Em segundo lugar, o tema, de carácter místico-espiritual, inscreve este texto no discurso religioso, no subgénero discurso doutrinal, pela intenção discursiva global, que condiciona a estruturação textual argumentativa-explicativa, e a ocorrência de determinados mecanismos linguísticos que suportam este tipo de estruturação. Consideraremos o tema global como um ponto de ancoragem, uma espécie de “cais da enunciação”, enquanto é relativamente a ele que se constrói a relação interlocutiva, porque domina/activa a memória discursiva comum. Ora, o discurso religioso é um discurso fundacional na nossa Idade Média. Na verdade, a religião cristã estava globalmente presente em toda a vida do homem medieval cuja visão de si próprio e do mundo era moldada pelos preceitos doutrinários transmitidos pela Igreja, designadamente pelos seus representantes, clero secular e regular, tendo este, porque conhecedor das letras e capaz de pôr esse conhecimento ao serviço dos interesses da fé cristã e da instituição religiosa, uma ascendência considerável, quer sobre os homens em geral, quer sobre o clero secular, quer ainda sobre aqueles que ingressavam nos mosteiros. As ordens monásticas tiveram efectivamente um papel preponderante neste âmbito, formando aquilo que Berlioz (1994, p.11) denominou de “fenómeno total: religioso, social, económico, político, artístico e cultural”, oferecendo o discurso religioso monástico doutrinário a solução para a salvação eterna do homem, salvação que passava necessariamente pelo seguimento, na vida terrena, dos preceitos doutrinários transmitidos que levariam a uma união com Deus na vida eterna. A profusão de textos deste cariz confirma a influência da sua intervenção como meios reguladores de comportamentos.

Em terceiro lugar, o Tractado<sup>8</sup> está marcado, logo na titulação (e primeira linha do texto), em termos de género discursivo:

<sup>8</sup> A consulta de textos disponíveis da mesma época aponta para a ocorrência do termo na titulação de variadíssimos textos, que abordam temas diversificados – Tratado de Confissão, Tratado de Medicina, Tratados de Devoção, Tratado das Virtudes, Tratado de Cozinha da Infanta D. Maria, etc. Uma hipótese de caracterização tipológica passa por considerar que têm em comum o facto de constituírem textos de divulgação de um conhecimento alargado sobre determinado tema.

são “meditações e pensamentos” (de cariz doutrinal religioso, espiritual e místico). O Tractado, pese embora a distância temporal e especificidade social-cultural que o caracteriza e deve ser tida em conta, não deixa de apresentar “um ar de família” relativamente a um género específico, de grande actualidade, “a escrita [intencionalmente] fragmentária”. Citamos Fernanda Irene Fonseca (2004, p. 346-347), a propósito de características que nos parecem fundamentais para a análise da organização discursiva do Tractado:

O que é designado como texto fragmentário ou descontínuo é uma sequência de textos curtos (ou por vezes longos), separados graficamente por um espaço, e cuja sequencialização não obedece a critérios de ordenação de tipo textual/discursivo, uma vez que não se estabelecem, entre os textos alinhados em sequência, nem ligações formais marcadas pelo uso de conectores ou operadores diafóricos, nem relações de continuidade/progressão temática ou outra.

[...]

A fragmentação afecta, portanto, a sequencialização dos textos e não a estrutura de cada um deles, pelo que me parece mais apropriado falar de macro-textualidade fragmentária ou descontínua para designar esse tipo de organização macro-textual que tem como característica específica a falta de unidade, quer ao nível da sintaxe macro-textual quer da continuidade/progressão temática global.

O conceito de escrita fragmentária bem como a configuracionalidade constitutiva dos discursos, apontada por Adam (1990) como conformadora da complexidade global desta unidade de comunicação, justificam que se coloque a questão de o Tractado poder constituir não um texto, mas um conjunto de textos, subordinados a um tema comum e “maior”.

O suporte material do texto em análise apresenta uma disposição espacial que não possui uma relação directa com a estruturação discursiva por condicionantes que se prendem com o aproveitamento material do pergaminho; trata-se de um texto inserido num códice

que apresenta vários textos<sup>9</sup>, todos sequencialmente seguidos em termos espaciais, com as capitais, ornamentadas ou não, a destacarem a mudança de texto e/ou a mudança de assunto/ “tractado das meditações e pensamentos de sam bernardo título” dentro de cada texto.

## A organização discursiva do “Tractado”

No que concerne ao discurso propriamente dito, a discussão, que queremos colocar no âmbito da sua organização enunciativa, só é pertinente enquanto consideramos a distinção teórica entre autor do texto e locutor. Sendo conceitos fundamentais para a análise do discurso, são aqui particularmente fecundos para a análise de um texto onde a autoria é claramente objecto de duplo artifício. O primeiro já historicamente estabelecido: Tractado das Meditações e Pensamentos de Sam Bernardo<sup>10</sup> tem a ver com a especificidade da atribuição autoral que, conferida a S. Bernardo de Claraval, não lhe é factualmente imputável, dado tratar-se, como já foi dito, de um (dentre as dezenas existentes) texto apócrifo atribuído a S. Bernardo. O conhecimento deste artifício não implica, no entanto, que o discurso dado como proferido por este santo perca a vinculação entre a imagem pré-discursiva de S. Bernardo e a imagem construída no texto.

O segundo artifício, mais engenhoso, ao nível da organização composicional, tem a ver com a criação de dois níveis discursivos:

<sup>9</sup> Para além do texto das Meditações, o códice contém, tal como é indicado na sua folha de rosto, os seguintes textos de índole cristã e ascética: “Catecismo da doutrina cristã”; “Livro intitulado Vergel de prazer, e consolação”, dividido em 5. Partes, e subdividido em 18 capítulos; “Hystoria de Hhum Cavaleiro Chamado Túndalo ao Qual Forão Mostradas Penas do Inferno, e do Purgatorio; e os Gozos do Paraíso”.

<sup>10</sup> Fol.73. O título com que este texto é vulgarmente conhecido – Tratado das Meditações do Pseudo Bernardo – é uma titulação posterior de catalogação, aparecendo na folha de rosto do códice acrescentada no século XVIII, a indicação de que o referido códice contém as Meditações de S. Bernardo Traduzidas no Idioma Portuguez. No próprio texto, é apresentado como Tractado das Meditações e Pensamentos de Sam Bernardo e encerra com a referência a Meditações de San Bernardo Abbade de Claraval

o discurso de S. Bernardo e, a um nível metadiscursivo, o discurso comentativo do divulgador do primeiro discurso. São, portanto, dois quadros comunicativos diversos, com coordenadas enunciativas distintas:

– as meditações e pensamentos constituem-se como produção discursiva, entre  $L_1$  e  $A_1$ , num espaço/tempo – pretendido – da sociedade monástica do século XII.

– o comentário institui dois interlocutores,  $L_2 - A_2$ , que interagem num espaço/tempo da sociedade monástica do século XV<sup>11</sup>.

### Do metadiscurso ao discurso

A organização composicional do Tractado é condicionada pelas especificidades da circulação dos discursos na Idade Média, já referidas. O acto de divulgação de um texto pretendidamente alheio possibilita a construção de um novo quadro comunicativo que institui um nível autónomo, metadiscursivo, de comentário sobre esse “texto” em causa. Daqui resulta que o Tractado é, desde logo, composto por dois textos.

O comentário constitui-se, pelas características de género que possui, como interpretação de um outro texto a que chamaremos o texto primeiro ou texto origem ( $Tx_0$ ). É uma construção discursiva que decorre da função comunicativa desempenhada pelo locutor<sup>12</sup> num momento anterior, numa outra situação comunicativa. É, portanto, do domínio do interdiscurso e do metadiscurso.

Os dois textos estão sequencializados em alternância. Com efeito, o comentário distribui-se por 17 excertos<sup>13</sup> que enquadram fisicamente e estruturalmente as “meditações de San Bernardo”.  $L_2$  marca explicitamente, como já referimos, os limites inicial e final do  $Tx_0$ , no uso que faz dos verbos “começar” (1) e “acabar” (17), o que

<sup>11</sup> Assumimos que o registo do texto de S. Bernardo no códice alcobacense deu origem à integração dos comentários.

<sup>12</sup> Este locutor é um “locutor-ser-do-mundo”, social e historicamente enquadrado, que em diferentes espaços/tempos assume papéis comunicativos diversos.

<sup>13</sup> Ver em anexo.

confere unidade à sequencialização assim individualizada<sup>14</sup>. Além disso, cada acto de comentário de  $L_2$  é uma “intrusão” que secciona o texto comentado. Isto é, tem uma função composicional. Ao ser construído de forma espaçada, em alternância com  $Tx_0$ , determina uma organização estrutural global que se sobrepõe e condiciona a estruturação de  $Tx_0$ . É uma intrusão que conforma  $Tx_0$ , segundo uma estrutura decorrente do processo de interpretação. As várias intervenções comentativas têm, por um lado, a função demarcativa de abrir e fechar o texto (veja-se, na enumeração abaixo, os pontos 1 e 17) e, por outro, introduzir e delimitar os fragmentos/textos<sup>15</sup>, num acto de responsabilidade discursiva do  $L_2$ .

Quanto à função comentativa, esta está, no Tractado, marcada na superfície discursiva, com particular evidência para o uso do advérbio **aqui**, sempre em posição inicial de enunciado, que pontua cada intrusão do locutor e aponta, de modo catafórico, para o outro discurso, impondo do mesmo modo uma sequencialização sincopada. Esta localização espacial não é pois de natureza estritamente deíctica, expressão de uma das coordenadas da enunciação, antes aponta o espaço/tempo da sequencialização discursiva. Daí o seu valor catafórico.

No caso em apreço, o comentário não se confina à função metadiscursiva de explicitação de uma interpretação de  $Tx_0$ . É verdade que, desde logo,  $L_2$  vem impor uma leitura privilegiada. Cada comentário pretende guiar a interpretação do seu alocutário e desse modo vai confiná-lo aos seus objectivos particulares, enquanto responsável pelo acto de comentário. Mas, sobretudo,  $L_2$  condiciona a interpretação pela identificação do autor de  $Tx_0$ , a

<sup>14</sup> Não se trata unicamente de uma ritualização da abertura e do encerramento do texto. Este acto discursivo ganha importância quando confrontado com as condições materiais do suporte do texto, como referido acima.

<sup>15</sup> Cada fragmento/texto constitui, em regra, um movimento macro-argumentativo que parte das premissas para a conclusão. Contudo, os dois primeiros constituem um único movimento argumentativo. No primeiro são apresentadas as verdades gerais que permitem a  $L_1$  desenvolver a sua argumentação para uma conclusão.

que  $L_1$  é assimilado.  $L_2$  assume-se como garante da verdade dessa autoria<sup>16</sup> nas duas asserções que delimitam fisicamente o texto:

*Aquí se começa o tractado das meditações e pensamentos de Sam Bernardo.* (fol. 73r).

*Aquí se acabam as meditações de San Bernardo abbade de Claraval.* (fol. 90v).

Além de disponibilizar o pensamento, ou melhor, a voz de  $L_1$ , que intencionalmente identifica com uma voz de autoridade na instituição que é a Igreja Católica,  $L_2$  disponibiliza a “sua” interpretação. Deixa de ter a função de mero agente de divulgação, para se assumir, também ele, como voz de autoridade. É um real exercício de influência sobre o alocutário ( $A_2$ ), nomeadamente pelo facto de se centrar sobre os macro-actos discursivos que, na sua perspectiva, são realizados por  $L_1$  em cada fragmento/texto<sup>17</sup> que introduz. Marcados nas formas verbais que ocorrem em cada excerto,  $L_2$  apresenta a actividade discursiva de  $L_1$  como realização de diferentes macro-actos:

1. actos de crítica (excertos 1, 8, 10, 12 e 13)
2. actos injuntivos (excertos 13 e 16)
3. actos assertivos (excertos 1, 2, 3, 4, 10 e 11)<sup>18</sup>
4. actos rogativos (excertos 13, 14, 15)

A par destes macro-actos,  $L_2$  identifica a organização discursiva como demonstração. Tal classificação acentua, pela ligação necessária que estabelece entre as premissas e a conclusão, a força persuasiva da construção textual (5, 6, 7, 9, 14 e 16).

<sup>16</sup> Em termos da construção discursiva, da construção da imagem de  $L_1$  será talvez irrelevante que se trate de uma apócrifa. Como referido, a questão do autor real é aqui secundária.

<sup>17</sup> Usamos por agora esta designação para referir os excertos isolados pelos comentários. Voltaremos a esta questão.

<sup>18</sup> Dos verbos de locução aqui usados, “tractar” é particularmente interessante, na relação que pode ser estabelecida com Tractado, enquanto género discursivo.

## A organização enunciativa – construção das imagens discursivas

a) no comentário

Às funções acima referidas, deve acrescentar-se o facto de o comentário ser uma fonte precisa para a identificação dos interlocutores de  $Tx_0$ ,  $L_1$  e  $A_1$ <sup>19</sup>. A autoridade que o texto pretende ter, e consequente capacidade persuasiva<sup>20</sup>, advém, entre outras contribuições, da autoridade do locutor,  $L_1$ , identificado com S. Bernardo de Claraval.

O nome deste monge ficou na História como uma figura marcante da sociedade do seu tempo, da época medieval em geral e, em particular, da comunidade cisterciense da qual foi o grande impulsionador. Homem de pensamento e acção, um dos mais representativos do século XII, Bernardo de Claraval foi organizador da sua Ordem e das abadias a ela pertencentes, guia e disciplinador dos monges, crítico de poderosos, a ele ficou igualmente ligada a imagem de “árbitro da Europa” e de “conselheiro dos chefes religiosos e laicos” (DAVY, 2005, p.59):

Este monge cisterciense, essencialmente fascinado pela interioridade, proclamando a “arte de amar” ensinada nas escolas monásticas, também será um homem de acção. Veemente, por vezes duro, de animosidade insólita, insurgem-se violentamente contra o primado atribuído ao saber nas escolas profanas. Prodigalizando conselhos aos papas e bispos, criticando por vezes as acções da cúria romana, ele luta contra os cismas, os heréticos, os heterodoxos. (DAVY, 2005, p13).

$L_1$  é explicitamente apresentado, não apenas como pensador – “E *tracta my altamente* en como a alma per sy ha conhecimento da Santa Trindade” (f.73) –, mas sobretudo como santo: “tractado das meditações e pensamentos *de Sam Bernardo*”; “Aqui fala *este sancto*”,

<sup>19</sup> Em simultâneo, constroem-se, obviamente, as imagens de  $L_2$  e  $A_2$ .

<sup>20</sup> Não consideramos a possível distinção entre persuadir e convencer. Persuadir tem aqui um valor semântico global.

“Aqui nos demonstra *este sancto*”, “Aqui se acabam as meditações de San Bernardo abade de Claraval”. (f. 90v)

Estas referências trazem para o discurso, na imagem pré-discursiva de  $L_1$  que veiculam, uma voz de autoridade e, simultaneamente, criam uma consonância entre  $L_1$  e  $L_2$  que credibiliza este último não apenas na sua função de divulgador de outros discursos mas também de comentador.

Quanto ao alocutário,  $A_1^{21}$ , cada excerto, ou micro-comentário, marca-o, através de mecanismos linguísticos diferentes, nomeadamente os pronomes, determinantes, formas verbais e determinadas escolhas lexicais que permitem construir grupos referenciais particulares. A imagem do alocutário que tais mecanismos permitem construir é heterogénea, pelo que só em correlação com outras dimensões da configuracionalidade discursiva se pode determinar de forma completa a área/formato de alocação. Explicitamente,  $L_2$  aponta o destinatário de  $L_1$ . Desde logo, no excerto 1, mostra, no uso de expressões definidas genéricas, um alocutário colectivo:

[...] *en o qual reprehende os homeens orgulhosos. e querençosos do mundo e negligentes e non conheedores de si méésmos.* (fol. 73r).

Em 2, retoma o sintagma “os homens”, mas opera um alargamento referencial, pela ausência de modificadores, a toda a Humanidade.

*Aqui declara a materia que deuen os homeens téer porende.* (fol. 73r).

Nas intervenções comentativas seguintes, outros alocutários/destinatários são apresentados. A particularidade reside no facto de o próprio locutor,  $L_2$ , se apresentar como elemento desse

<sup>21</sup> Distinguimos aqui o alocutário construído no discurso do alocutário real (MARQUES, 2000). Como texto objecto de tradução, **as meditações** tiveram certamente públicos diferentes. No caso do códice alcobacense, estes pensamentos e meditações tinham como destinatário imediato, e privilegiado, os monges da ordem de Cister.

conjunto, pelo uso, nomeadamente, do pronome pessoal “nos”, o determinante “nossos” e as formas verbais “devemos”; “auemos”. A sua integração expressa no grupo referencial compõe a imagem de um locutor humilde, que se assume como parte integrante de um grupo ... de pecadores. É o caso dos excertos 4 a 7, 9, 10 e 16. O tema e o cotexto em que ocorrem suportam a identificação deste grupo com a própria Humanidade, o alocutário já privilegiado nos excertos anteriores:

*Aqui fala da consijrada de nossos feytos.* (fol.76r).

*Aqui nos demonstra a ben auentuyrança do parayso.* (fol. 78v).

*Aqui nos demonstra este sancto do uerdadeyro penitente como faça peendença.*(fol 79v).

*Aqui nos demonstra como deuemos rrezar e orar.* (fol. 81r).

*Aqui nos demonstra en como os nossos corações non son stauijs.* (fol. 83v).

*Aqui nos demonstra o defalecimento do mundo e a malicia da carne e costrange a alma que contradiga ao corpo.* (fol. 90v).

Nos excertos 8, 11 e 12, continuando a referir um alocutário colectivo,  $L_1$  opera uma restrição referencial. Aqui o  $A_1$  é identificado com uma classe religiosa: os monges. Explicitamente referidos em 12, o conhecimento das condições histórico-sociais, das formas de vida da época<sup>22</sup>, sustenta o alargamento dessa identificação aos excertos 8 (onde pelos uso de “nos”, se alarga a imagem de  $L_2$  à de um monge) e 10, apesar de aí não haver qualquer referência explícita:

*Aqui nos amoesta e acusa da disciplina de cantar e de leer e en como auemos de orar.* (fol. 82v).

*Aqui fala da confisson que se diz abertamente e da satisfaçon [...] E da soberua dos que cantam.* (fol. 85r).

*Aqui accusa e reprehende os monges.* (fol. 86v).

O excerto 14 é interessante pela referência a dois alocutários distintos, um alocutário colectivo marcado no pronome pessoal

<sup>22</sup> Tivemos em consideração, em particular, as referências aos actos de cantar, ler e orar, (quase) privativos das ordens religiosas.

“nos” e um alocutário individual que se identifica com  $L_2$  através do uso do possessivo “minha”:

*Aquí nos demonstru en como minha came he de lodo. (fol. 88r).*

A incongruência que daqui parece resultar é na verdade um paradoxo aparente, pois  $L_2$ , integrado no alocutário colectivo, faz aqui um uso genérico do possessivo de primeira pessoa/singular. Em ambos os casos ocorre, portanto, um processo de referenciação genérica.

Tal como em 14, também os excertos 13 e 15 apresentam dois alocutários: Deus (igualmente referido em 10), destinatário dos actos rogativos, o que configura uma interacção discursiva caracterizada como oração, sublinhada, aliás, pelo verbo escolhido (orar)<sup>23</sup>, e o alocutário colectivo, em que se inclui  $L_2$  em 13, ou ainda, em 15, um alocutário implícito, identificado com a Humanidade, pelo alcance da temática referida, isto é, a vida celestial para que foi criada:

*Aquí fala da confisson antrre (si) e Deus. rreprehendendo si meesmo. (fol. 84v).*

*Aquí ora e geme a Deus que (lhe de ajuda) [...] depois nos amoesta e costrange (fol. 87r).*

*Aquí ora e rreconta os dões e galardões dos ben auentuyrados da gloria celestial (fol. 90r).*

As escolhas lexicais que são realizadas em cada momento da discursivização confirmam a imagem de um alocutário colectivo, pecador, alargado ora à Humanidade ora restringido a uma classe social-religiosa específica, ou a um “eu” que diz respeito a cada ser humano, individualmente, mas sem excepção.

Da construção enunciativa global sobressaem as imagens de  $L_2$  e  $A_2$ . Relativamente a  $A_2$ , como vimos, emerge a imagem de um alocutário colectivo, moldado por  $L_2$ , a partir das considerações sobre os destinatários dos actos ilocutórios realizados por  $L_1$ . Nessa interacção desenvolve-se também a imagem de  $L_2$ , nos juízos valorativos que produz, mas sobretudo na sua integração explícita no grupo dos alocutários/destinatários de  $L_1$ .

<sup>23</sup> É a mesma situação de 15, onde o verbo se repete.

b) nas meditações

Consideremos, agora os interlocutores de  $Tx_0$  no espaço e tempo da construção discursiva. A imagem de  $L_1$  e  $A_1$  construída no próprio discurso ( $Tx_0$ ) reforça vectores que fomos apontando. Com efeito, há uma coincidência de imagens, porque há uma coincidência de valores morais e religiosos.

Se um género de texto denominado “pensamentos e meditações” é propício à expressão da (inter)subjectividade, isto é, de um ponto de vista construído para o Outro e com o Outro<sup>24</sup>, na retoma de outras vozes, em processos fundadores de alteridade enunciativa, a verdade é que o carácter doutrinal impõe um movimento contrário de “dessubjectivização”. Por isso, a construção das imagens dos interlocutores apoia uma desactualização genérica para depois ganhar, pela adesão dos intervenientes na interacção verbal, uma validade actual, local.

Distingue-se, assim, em  $Tx_0$  o locutor individual, responsável pela organização discursiva e explicitamente presente, em expressões de natureza metadiscursivas:

*Non te digo estas cousas por que as eu faça. (fol. 81r).*

*Ay de mjn mesquinho que digo estas cousas e non as faço. (fol. 83r).*

Nesta vertente da construção discursiva, ganha particular importância o uso do reformulador “quer dizer”<sup>25</sup>. Ao locutor cabe, afinal, explicar o significado das “coisas divinas”, ser mediador da verdade:

*Aa ymagen de Deus somos fectos. que quer dizer ao entendimento e conhocimento do Filho. (fol. 73v).*

Mas também, e essencialmente, se revela um “eu” genérico, em que o indivíduo assume a condição contraditória da Humanidade,

<sup>24</sup> Quer se trate do interlocutor real ou virtual.

<sup>25</sup> Que alterna com a palavra latina *scilicet*. “E enton ela nenbrase das suas obras maas e peores que maas. as quaes fez dia e nocte.scilicet. en todo tempo ou sempre”.

pecadora, mas em busca da salvação, na dualidade corpo e alma. O contexto em que ocorre o pronome suporta esta interpretação:

Que son eu homen de terra rregalada *que* fuy concebudo (fol. 74v) de semente de homen e dhũa pouca de spuma. qualhada. e pouco e pouco creçendo. fezesse *carne*. (fol. 75r)

Por essa razão os morfemas de primeira pessoa do singular podem alternar com os de plural:

Meu *Deus* e meu senhor. liurame de meus emijgos e de quantos me malqueren. [...] E daqui en diante começe de uiuer pela tua graça. Ca assy deuíamos a uiuer. (fol. 90r).

Finalmente, o eu-locutor, sendo também um eu-colectivo, mostra-se na sua condição de sacerdote/monge. Esta é a única classe social individualizada. O locutor representa-o na dupla dimensão de pecador entre os pecadores, e nesse sentido culpabiliza-o (culpabiliza-se), mas também de mediador necessário da salvação, para além da sua condição humana.

[...] *por que* quando eu peccador sacerdote chego ao altar de *Deus*. comigo sta a rreembrancha de ti. (fol.80v).

Trago *gram* coroa e uestidura rredonda e rrezo e canto nas horas con os outros. e con todo esto o meu coraçõ alongado stad de *Deus*. (fol. 86r).

Assi (arpreendendonos) de nossos peccados *que* fizemos. muy humildosamente os digamos en pura confisson aos sacerdotes.

E o homen *que* ouue mester homen medianeyro anre sy e *Deus* pera guaanhar a *graça que* de *Deus* auia perduda. *por que* a non poderia cobrar se non per homen medianeyro. (fol. 84v).

À semelhança da estratégia usada por L<sub>2</sub>, também aqui o locutor colectivo é representado pelo uso de “Nós” e outras expressões semanticamente similares:

*Que* bem poderia pensar en quantos males caymos (en muy pouco tempo) e quanto leyxamos dos beens *que* poderíamos fazer. (fol. 76r).

Quanto ao alocutário, L<sub>1</sub> fala à Humanidade que representa colectivamente e individualmente. Da multidão de pecadores, L<sub>1</sub> recorta, como alocutário privilegiado, o monge, de que partilha a condição:

En todo logar sey a *Deus* subiecto e nenbrate del. (fol. 82v) [...] E assy seras pacifico e filho de *Deus* e boon monge. (fol. 83r).

Na convocação do indivíduo, o pronome “tu” tem sempre valor genérico. O vocativo é um mecanismo linguístico fundamental para sustentar essa identificação:

Muyto deseiria *que* soubesses e entendesses e prauéesses saiesmente a tua postumaria e acabamento e ouuesses uerdadeyro conhocimento do uerdadeyro *Deus*. (fol. 90v).

Pois *que* assy he. homen. tornate a ti meesmo [...] Castiga teus errores (fol. 80v).

Abre ben os olhos tu homen e (ve) *que* fuste ante *que* naceses. (fol. 76v)

Vees homen *quam* nobre cousa he a tua alma e *quan* *grau*es foram as suas chagas. (fol. 77r).

Convocado em diferentes partes do discurso, é nas conclusões que essa chamada sempre se torne explícita. Tem a ver com a estruturação discursiva de tipo argumentativo. O Locutor parte de verdades gerais, aduz as justificações necessárias para chegar a uma conclusão, marcada por conectores conclusivos do tipo “pois” e “assy”. Tal desenvolvimento visa fazer aceitar a verdade para depois fazer agir. A desactualização gnómica que as asserções genéricas operam é invertida pela adesão do alocutário, pelo acordo e adesão dos interlocutores. A modalidade deontica ao serviço de actos discursivos injuntivos é característica destes momentos:

E pois assy he nenbresse a alma do seu criador *que* he *Deus*. (fol. 74r).

Pois *que* assy he. homen. tornate a ti meesmo [...] Castiga teus errores (fol. 80v).

Pois *que* esto sabemos. aparelhemosnos con grande afficamento en conprir a sseu plazer con nos meesmos. (fol. 81v)

Pois *que* assi *he* demostramos *que* *he* en nos esta *ymagen*. deseando (paz). fitando os olhos da alma na *uerdade*. encendendo os nossos desejos. em amor de *uerdade* e achemoslo sempre na memória. (fol. 73v).

As figuras da enunciação constroem-se como variações em torno de um tema, marcadas por diferentes recursos linguísticos que longe de serem antagónicos são complementares. É ilustrativo deste facto o percurso anafórico “homens – elles – todos – nenhum – somos” no passo seguinte:

*Deus* nos *homeens* *he* e *deue* seer hũ amor sobre todo amor ca el *he Deus* deles e elles son seu poboo [...] e todos el quer e per todos fez muyto e non despreça nenhũ e somos teudos de o amar de todo coração. Ca el primeiramente nos amou e aa sua figura e aa sua *ymagen* nos fez. (fol. 73v).

A comunidade de interlocução é coincidente com a Humanidade, o que, sem dúvida, constitui uma valorização da alocação. É uma estratégia discursiva que serve os objectivos da interacção verbal, quer do texto comentativo quer das **meditações**, enquanto realizações particulares de um discurso religioso que visa transmitir, dar a conhecer, uma verdade universal e eterna. Daí um certo carácter reiterativo, em termos temáticos, de fragmento/texto para fragmento/texto, que no entanto não é acompanhado de mecanismos de sequencialização discursiva, como conectores ou processos anafóricos<sup>26</sup>. Cada um deles tem autonomia dentro obviamente da interdiscursividade geradora do que Bakhtine (1984) aponta como a necessária incompletude do discurso e particularmente forte no discurso religioso doutrinal de “transmissão da Palavra”.

### c) a convocação de outras vozes

Na construção da imagem de autoridade, que para  $L_1$  é a autoridade da Palavra (marcada pela modalidade assertiva ao serviço

<sup>26</sup> Apenas num caso, o locutor retoma a expressão “o verdadeyro penitente. O companheyro leal. O seruo fiel” com que encerra o fragmento/texto 5 para a desenvolver em 6.

da representação de verdades gerais), as vozes convocadas assumem importância particular. O Tractado faz ouvir outros discursos numa polifonia que traz à voz do interlocutor uma importância decisiva na trama discursiva.

São, em primeiro lugar, vozes de autoridade, vindas dos textos ao serviço do processo de persuasão, mostradas em enunciados assertivos de valor gnómico:

[...] *homen non he* outra cousa. *senon* semente çuia e uil. (fol. 77r).

Ca *homen* es e de humor e do limo da terra. E da terra uiues e en terra te has de tornar (fol. 77v).

Explicitamente,  $L_1$  faz ouvir outras vozes, identificadas, a partir de textos sagrados ou em diálogos virtuais que apoiam o processo argumentativo em curso:

*Ihesu Cristo* (...) [...] benignamente e dira. Oie *seras* começo no *sancto* parayso. (fol. 89v).

[...] *por* en diz o *apostolo*. falemos *que Ihesu Cristo* mora *per* se en os nossos corações. (fol. 74r).

Neste último caso, Deus, os santos, a alma, as más acções, são trazidos ao discurso não como vozes distantes solitárias, mas em diálogos geradores de força persuasiva:

E [a alma] diz assy. Se al *non*. *dademe* hũa hora de spaço. En essa hora as suas *obras* lhe falecen e *dezen*lhe. Tu nos fezeste. nos somos tuas *obras* e non *desempararemos* e *staremos* contego en juizo. (fol. 75v)

El nos quer e nos chama e diz. *rreoluedores*. (fol. 83r) *tornadeuos* a uossos corações e *entendedeme*. Ca eu son *Deus*. (fol. 83v)

De particular relevo, a voz do alocutário, que  $L_1$  convoca para refutar, para esclarecer:

Pela *uentuyra*. *diras* tu. quem *he* este. Eu te digo *que he* a tua carne *meesma*. *que se leuanta* *contra* o teu *spíritu*. (fol. 89r).

Se *peruentuyra* tu dizes *abastame* a *mjn* de me *confessar* a *Deus* soo. ca o *sacerdote non* me *podera* *absoluer* dos peccados. A

esto en meu logar rresponde o *apostolo Santiago* e diz assy. Confessadeuos hũũ ao outro uossos peccados. (fol. 84v).

## O tempo/espaço da enunciação

Nas meditações, predomina o presente do indicativo, a par das ocorrências quantitativamente menos significativas do presente do conjuntivo, imperativo<sup>27</sup>, do pretérito perfeito e futuro do indicativo, mas discursivamente importantes, porque ao serviço da intenção persuasiva global do texto. O próprio locutor, em mais de um momento, sintetiza esse desiderato:

Abre *ben* os olhos tu *homen e (ve) que* fuste ante *que* nacesse e *que* es agora depois *que* ueeste ao mundo. ataa *que* te partas dele. e *que* seras depois *daquesta* uida. (fol. 76v).

O presente mostra o “agora” da enunciação, mas estende-o a um valor aspectual gnómico (omnitemporal), ao serviço da expressão da Verdade divina, intemporal. É frequente em toda a superfície discursiva, mas ganha relevo, no início de cada movimento argumentativo, ao serviço da expressão das verdades gerais de que L<sub>1</sub> parte para o desenvolvimento da sua argumentação:

Muytos *homeens* son en este mundo *que* saben muytas sabedorias (fol. 73r).  
O *uerdadeyro penitente sempre he* en door e en *trabalho*. (fol.79v).

O pretérito perfeito e o futuro simples do indicativo estão ao serviço da construção de sequências narrativas, actualizam factos do passado e antecipam o futuro. O passado justifica/ilustra a condição presente de pecador, o futuro antecipa a vida para além da morte.

*Primeyramente* fuste o *que* agora *non* es. e depois formaronte *dhũa uil materia e enuolueronte enũa uil cubertura. e fuste criado*

<sup>27</sup> Já nos referimos a estes usos a propósito dos valores injuntivos que suportam.

no uentre de tua madre *daquel* sangue a *que* chamam mesterno, a ssaya *primeyra con que* naciste foy hũũ manto *que* trouxeste do uentre de tua madre. (fol.76v).

Sey eu hũũ *que* uiueo contigo en *gran* familiaridade muytos *amos* ha e áá tua mesa comeo e a tua mão açenou. Dormio no teu rregaço. falou contigo *quanto quis e he* teu *seruo* de iur e de herdade. (fol.88v).

Quem poderia pensar. *quantos* choros. e *quantos* saluços. e *quanta* tristeza sera. *quando* os maaos *seram* apartados dos boons. e dos justos. e da uison de *Deus*. e *serom* postos en poder dos demoes. *con que* *hyram* ao fundo dos *jnfernos*. (fol. 78r)  
Cada hũũ dos peccadores *seram* juntos *con seus* semelhauis nas penas. *aly non aueram* outros cantos (fol. 78r).

Na localização espacial do acto enunciativo, os marcadores espaciais **aqui** e **ali/lá** asseguram a construção do espaço da enunciação por oposição a um outro espaço, em função do qual o **aqui** ganha valores simbólicos.

Esta questão leva-nos a uma outra vertente, a do tema. Há, em todo o texto, uma clara unidade temática que advém de ser um texto religioso. É a condição humana na relação com o Divino, que convoca subtemas, ou variações sobre o tema, tratados de forma dicotómica e construída segundo duas vertentes antitéticas. A dicotomia cristã que governa a sociedade da época – vida terrena / vida eterna<sup>28</sup> – é discursivamente representada por mecanismos linguísticos variados e, nomeadamente, na oposição de espaços:

Depois *que* *uijn* a este mundo chorando e braadando. E a *que* me *aqui* hu moro cheo de peccados. (fol. 75r).  
A *carne* comemna bischos *aqui* e a alma *queymaa* o fogo ala. (fol. 77v).  
Aly ha sabedoria *compida*. (fol. 78v).  
Aly entenderemos e gostaremos. *quam* *praziuil*. *quam* doce. *quam* benigno *he* o senhor. (fol. 79r).

<sup>28</sup> Os pares dicotómicos que relevam do texto são, na mundividência católica vários: o bem e o mal; o corpo e a alma; a terra e o céu; o céu e o inferno; a morte e a vida.

E pois *que* toda a corte do çeeo nos *spera* e nos deseia de seermos la nos. (fol. 81v).

O **aqui** e o **agora** cruzam-se com o **lá** e o **então**, tal como o sofrimento se cruza com a felicidade, em correlações **inversas**: ao aqui/agora de “sofrimento” corresponde um Ali/futuro/ “felicidade”, inversamente, a um aqui/agora de “prazer” se opõe o ali/futuro/ “sofrimento”:

[...] *por pequena alegria grande tristeza.* (fol. 77v)

Aly os atormentaram os atormentadores. nunca cansam. nunca morren. (fol. 78r).

Galardom dos beens. he ueer *Deus*. uiuer con *Deus*. *que* he soma de todos os beens. Ali ha compimento de bondade. e de toda alegria. e de toda liberdade. e de toda boa auentuyrança [...] Aly ha sabedoria comprida. Ali he toda fremosura. [...] Ali sera con *Deus*. (fol. 78v).

O *que* se aqui non castiga. no outro mundo he danado. (fol. 82r).

**Aqui** e **Agora** simbolizam o espaço-tempo da Humanidade. Daí as diferentes estratégias linguísticas para assegurar a genericidade.

## Conclusão

A resposta à pergunta condutora da análise, tendente a saber se o Tractado das Meditações do Pseudo-Bernardo será uma organização macro-textual descontínua ou uma colectânea de discursos passou pela determinação e análise de dois eixos constitutivos da interacção discursiva, a saber o género de discurso a que o Tractado pode ser agregado, por um lado, e a organização enunciativa do texto, por outra.

Considerando a possibilidade de classificação, que adiantámos, de “escrita fragmentária” ou pluralidade de textos, há uma efectiva autonomia estrutural entre os textos/fragmentos ligados por justaposição e delimitados pela intervenção de L<sub>2</sub>. É, pois, notório que os comentários são a linha mais forte que os une contribuindo para a construção de uma unidade. O encerramento feito pelo

comentador é necessário enquanto não existe nenhum dispositivo linguístico que feche este processo fundamentalmente enumerativo de “verdades e situações”. O Tractado fica, pois, entre a unidade e a pluralidade, uma “organização macro-textual descontínua” (FONSECA, 2003, p.348), suportada em termos dos planos textuais pela construção plural dos interlocutores.

Os contextos linguístico-social e intertextual em que se inscreve são também determinantes, na abertura que o texto faz ao intertexto: baseado nos Evangelhos e na doutrina oficial da Igreja assume, em diferentes mecanismos linguísticos, a permanência e intemporalidade de uma mundividência cristã.

A construção das imagens dos interlocutores e da relação discursiva que se estabelece entre eles é devedora dessa mundividência. L<sub>1</sub>, previamente identificado com uma voz de autoridade, Doutor da Igreja, dirige-se aos pecadores, para os persuadir da necessidade de conversão. L<sub>2</sub> assume-se na sua humildade de monge (como L<sub>1</sub>, aliás), mas sobretudo na função de mediador da doutrina, função geral e privativa das instituições religiosas.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. **Éléments de linguistique textuelle**. Liège: Mardaga, 1990.
- BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984.
- BARROS, C. Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais. In: FONSECA, F. I. (Org.). **Língua Portuguesa: estruturas, usos e contrastes**. Porto: CLUP, 2003. p.131-139.
- BERLIOZ, J. Apresentação. In: BERLIOZ, J. (Org.). **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

DAVY, M. M. **Bernardo de Claraval**: monge de Cister e mentor dos cavaleiros templários. Lisboa: Èsquilo, 2005.

FONSECA, F.I. Fragmentação e unidade: contributo para a análise de formas textuais intencionalmente fragmentárias. In: Oliveira, F.; Duarte, I. M. (org.). **Da língua e do discurso**. Porto: Campo da Lingüística, 2004. p 345-362.

FONSECA, J. Comparativas condicionais como elementos configuradores de textualidade. In: FONSECA, F. I. (Org.). **Língua Portuguesa**: estruturas, usos e contrastes. Porto: CLUP, 2003. p.199-257.

LEMOS, A.S. Textos de prosa literária escritos em Português do século XV: a edição do Tractado das Meditações do Pseudo-Bernardo (I). **Diacrítica**, Braga, n. 17-1, p. 163-188, 2003.

LEMOS, A. S. Textos de prosa literária escritos em Português do século XV: a edição do Tractado das Meditações do Pseudo-Bernardo (II). **Diacrítica**, Braga, n. 18-1, p. 85-102, 2004.

MARQUES, M. A. Renovação dos discursos – Novas formas de interacção e legitimação dos interlocutores. **Diacrítica**, Braga, n. 17-1, p. 189-219, 2003.

MARTINS. M. **Estudos de literatura medieval**. Lisboa: Verbo, 1956.

MARTINS. M. **Estudos de cultura medieval**. Braga: Livraria Cruz, 1969

## ANEXO

1. *Aquí se começa o tractado das meditações e pensamentos de Sam Bernardo en o qual reprehende os homeens orgulhosos. e querençosos do mundo e negligentes e non conheedores de si méésmos. E tracta muy altamente en como a alma per sy ha conhecimento da Sancta Trindade. (fol.73r).*

2. *Aquí declara a materia que deuen os homeens téer porende. (fol.73r).*

3. *Aquí fala este sancto da culpa do linhagem humanal. e da pena que cada hũñ padece quando morre e do dia do Juizo. E da ociosidade. (fol.74v).*

4. *Aquí fala da consijrada de nossos feytos. E da uileza do corpo. E do preço das almas. E do amoestamento de ben fazer. E do despreçamento do mundo. E das penas do jnferno. (fol..76r).*

5. *Aquí nos demonstra a ben auentuyrança do parayso. (fol.78v).*

6. *Aquí nos demonstra este sancto do uerdadeyro penitente como faça peendença. E como se deue auer con Deus e con seus sanctos. E outrosi (con o proximo) e como se aia de auer na confisson. e no acatamento do coração. e na compuçom do homen de dentro e no amor. (fol.79v).*

7. *Aquí nos demonstra como deuemos rrezar e orar. e pensar que os angeos presentes stam. no officio de Deus e da mente que continuadamente contempla en Deus. en toda hora e en todo lugar. (fol.81r).*

8. *Aquí nos amoesta e acusa da disciplina de cantar e de leer e en como auemos de orar.(fol.82v).*

9. *Aquí nos demonstra en como os nossos corações non son stauijs e en como a mente.(fol.83v).*

10. *Aquí fala da confisson antre (si) e Deus. rreprehendendo si meesmo.( fol..84v).*

11. *Aquí fala da confisson que se diz abertamente e da satisfaçon (...). E da soberua dos que cantam .fol.85r).*

12. *Aquí accusa e rreprehende os monges. (fol.86v).*

13. *Aquí ora e geme a Deus que (lhe de ajuda ) e esforço contra tres enmijgos. scilicet. contra a carne e contra o mundo e contra o diaboo. E*

depois nos amoesta e costringe que non consentamos nas tentações. mais que lhe *contradigamos*. (fol.87r).

14. *Aquí nos demonstra en como minha carne he de lodo. E porende me tres emmijos se leuanta contra a alma. (A)uen dela pensamentos çuios e delectosos. Do mundo uãos e orgulhosos e maliciosos. Estes tres emmijos me perseguen e me combaten aas uezes ascondudamente. aas uezes manifestamente e sempre maliciosamente.* (fol.88r).

15. *Aquí ora e rreconta os dões e galardões dos ben auenturados da gloria celestial.* (fol.90r).

16. *Aquí nos demonstra o defalecimento do mundo e a malicia da carne e costringe a alma que contradiga ao corpo e de si confortaa (con perdom e con a igreia de Ihesu Cristo).*(fol.90v).

17. *Aquí se acabam as meditações de San Bernardo abbade de Claraval.* (fol.90v).

## LEGITIMIDADE E IDENTIDADE: DA PERTINÊNCIA DA CONSIDERAÇÃO DAS CANTIGAS DE SANTA MARIA DE AFONSO X COMO *CORPUS* DA DIACRONIA DO PORTUGUÊS

Gladis MASSINI-CAGLIARI

### Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria (de agora em diante, CSM) de Afonso X como *corpus* da diacronia do Português, a partir da análise de alguns aspectos prosódicos da língua nelas registrada, em comparação com um *corpus* de cantigas profanas galego-portuguesas.

Embora em ambas as dimensões da lírica medieval galego-portuguesa a linguagem poética empregada possa ser classificada como palaciana, correspondendo a uma modalidade de língua restrita à corte e aos usos a que esta camada social estava acostumada,<sup>1</sup> há uma certa distância geográfica e de função entre essas duas vertentes

<sup>1</sup> Katz e Keller (1987, p. 2) referem-se a essa modalidade do galego-português como “a specialized and artificially erudite form of that particular language”. Filgueira Valverde (1985, p. XXXIX), porém, considera que “La lengua de los trovadores no era algo artificial, sino un producto artístico, sincero, inspirado muy cerca en el gallego vulgar, que hoy perdura con muchas características de aquélla, inmediata en las Cantigas a la lengua hablada”.

poéticas. Enquanto que, na lírica profana (cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer), proveniente de Portugal e Galiza, a língua poética corresponde a um uso artístico da língua nativa da população, nas cantigas religiosas, o galego-português é usado como língua de cultura em um país estrangeiro, Castela, a mando do Rei, para poder melhor louvar a Virgem, na língua mais apropriada para esta finalidade. Trata-se, portanto, de uma especialização de uso, em território alienígena. A este respeito, Aita (1922, p. 12) afirma:

O ter o Rei Afonso adoptado o gallego em vez do castelhano para as suas populares cantigas tinha preocupado muito os criticos antes da divulgação dos codices *vaticano 4803* e *Coloci Brancuti* que, revelando tantos trovadores espanhóis, e não da Galicia, que também dictaram as suas rimas em gallego, provaram a justeza da asserção do Marquês de Santillana, que, desde a metade do seculo XV, na sua famosa *carta ao condestavel de Portugal*, escrevia: «Non á muchos tiempos, qualesquier dicidores e trovadores destas partes, agora fuesen castellanos, andaluces ó de la Extremadura, todas sus obras componiam en lengua Gallega».

A razão que teria levado Afonso X a adotar uma língua estrangeira ao invés de sua língua materna, o castelhano, na principal obra poética que organizou, transcende, segundo Leão (2002, p. 2), os domínios ibéricos, sendo um fenômeno geral na Europa:

Parece que o motivo não estaria nem numa excentricidade do Artista, nem numa leviandade política do Monarca, mas no fascínio exercido por uma língua que se afirmava como apta, ou até como ideal, para a poesia. Aliás, esse fato não era único na Europa Medieval, onde três línguas vernáculas gozavam da preferência dos poetas: o galego-português, no mundo ibero-românico; o provençal no domínio galo-românico; e o toscano no âmbito ítalo-românico. O seu prestígio era tão amplamente reconhecido, que muitos trovadores, no ato de trovar, deixavam de lado as suas respectivas línguas maternas e adotavam uma das três grandes línguas poéticas de então. Foi o que ocorreu com D. Afonso X. Compôs suas próprias cantigas e dirigiu ou supervisionou a composição de outras pelos seus colaboradores, utilizando o galego-português.

Talvez tenha sido este fato que fez com que as CSM de Afonso X tenham ficado, por tanto tempo, praticamente esquecidas como fonte primária do português (ou galego-português) medieval. A questão que daí surgia era a seguinte: é legítimo considerar o produto de castelhanos (?) escrevendo em galego-português como uma manifestação ancestral do Português?<sup>2</sup>

No entanto, esta questão não é tão fechada assim, já que alguns estudiosos, entre eles Peña (1973, p. XIX apud LEÃO, 2002, p. 2)<sup>3</sup>, levantam a possibilidade de que Afonso X tenha sido falante nativo de galego-português:

A circunstância de que o rei tenha escrito a parte de sua obra que pode ser considerada mais íntima e pessoal, as Cantigas, em idioma galego-português, tem surpreendido a mais de um erudito. Isto, entretanto, não é estranho, se levarmos em conta que muito provavelmente o rei foi criado na Galiza.<sup>4</sup>

Filgueira Valverde (1985, p. XI) considera esta não uma possibilidade, mas uma certeza: “Seguramente passou parte da sua infância na Galiza, onde seu aio García Fernández de Villaldemiro, que era casado com uma dama de estirpe galega, Dona Mayor Arias, tinha propriedades”.<sup>5</sup>

<sup>2</sup> Segundo Leão (2002, p. 3), é preciso levar em conta, ainda, que “muitas das fontes utilizadas por Dom Afonso estavam escritas em latim, fosse nos hinos litúrgicos, fosse nas coleções de milagres de propriedade de santuários marianos. E isso transparece freqüentemente na sintaxe das Cantigas de Santa Maria. Algumas frases têm construção tão arrevesada em relação à linguagem oral, que se diriam cunhadas em moldes latinos.” A investigação da influência do latim na sintaxe das CSM escapa, no entanto, do escopo do presente artigo.

<sup>3</sup> Todas as traduções apresentadas no corpo do texto são da autora.

<sup>4</sup> *La circunstancia de que el rey haya escrito aquella parte de su obra que puede ser considerada más íntima y personal, las Cantigas, en idioma galaico-português, há sorprendido a más de un erudito. Ello, sin embargo, no es tan extraño si tenemos en cuenta que mui probablemente el rey fue criado en Galicia.* (PEÑA, 1973, p. xix apud LEÃO, 2002, p. 2).

<sup>5</sup> *Seguramente pasó parte de su infancia en Galicia, donde tenía posesiones su ayo García Fernández de Villaldemiro, casado con una dama de estirpe gallega, doña Mayor Arias.* (FILGUEIRA VALVERDE, 1985, p. XI).

Já à página XIV, Filgueira Valverde dá a extensão dessa estadia de Afonso X na Galiza durante a infância: de 1223 a 1231 – não-desprezíveis nove anos, bem na fase de aquisição da língua materna (dos dois aos onze anos).

Beltrán (1997, p. 8),<sup>6</sup> também considera que:

[...] em galego Afonso pôde aprender suas primeiras canções, já que, como afirma Ballestreros, o rei passou na Galiza, em terras de seu aio García Fernández, parte de sua infância. Desde o começo de sua vida o rei ouviu cantar em galego e aprende canções nesse idioma; desde muito criança, não há dúvida nisto – trata-se do século XIII – falam-lhe da Virgem, ensinam-no a amá-la, aprende preces dirigidas a Ela. Para ele María passou a ser desde muito cedo uma realidade muito honradamente sentida. [...]

Outra coisa que as suas composições em galego terão em comum é que estarão todas baseadas em conhecimentos adquiridos muito cedo e em sentimentos próprios e experiências próprias. [...] O castelhano, embora língua escrita, será para Afonso o veículo de uma classe de conhecimento, aquela que nos informa sobre um tipo de verdades que na sua época ainda se tendia a associar mais com «autoritas» do que com «experientia»; o galego será, por outro lado, o veículo de um conhecimento mais emotivo do que racional.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Em 1997, o autor retoma uma posição que já havia expresso anteriormente, em Beltrán (1990, p. 10-11).

<sup>7</sup> “[...] en gallego pudo aprender Alfonso sus primeras canciones ya que, como afirma Ballestreros, el rey pasó en Galicia, en tierras de su aio García Fernández, parte de su niñez. Desde el comienzo de su vida oye el rey cantar en gallego y aprende canciones en el mismo idioma; desde muy niño, no hay en esto duda posible – se trata del siglo XIII- se le habla de la Virgen, se le enseña a amarla, aprende plegarias dirigidas a Ella. Para él debió de ser María desde muy temprano una realidad muy hondamente sentida. [...]

Otra cosa que sus composiciones en gallego tendrán en común es que estarán todas basadas en conocimientos adquiridos muy temprano y en sentimientos propios y propias experiencias. [...] El castellano, en tanto que lengua escrita, va a ser para Alfonso el vehículo de una clase de conocimiento, el que nos informa sobre un tipo de verdades que en su época aún se tendía a asociar con «auctoritas» más que con «experientia»; el gallego va a ser, en cambio, el vehículo de un conocimiento emotivo más que racional.” (BELTRÁN, 1997, p. 8)

Por outro lado, Leão (2002, p. 3) considera que indubitavelmente Afonso X também “tem como língua materna o castelhano, o que torna inevitáveis as interferências dessa língua no galego-português do texto, principalmente se a Cantiga é da lavra do próprio Rei.”

Neste sentido, a proposta deste artigo, de comparar a língua das cantigas profanas e religiosas, se quer como tentativa de contribuir para responder a perguntas desse tipo, a partir da investigação de possíveis diferenças lingüísticas relevantes, no que diz respeito a elementos prosódicos, recortados e enfocados na presente análise. A preocupação se justifica porque há uma tendência, talvez pelo fato de o autor/organizador dos poemas ser castelhano, de identificar a linguagem das CSM mais com o galego do que com o português. De acordo com Leão (2002, p. 3):

Considerando o problema da identidade lingüística, o galego-português literário do século XIII constituía ainda uma unidade, mas certamente já começava a fragmentar-se no uso oral. Porém, mesmo dentro daquela unidade artificial da língua literária, já se percebiam prenúncios da separação que, da língua oral, penetravam no texto. Não é necessário falar aqui das razões sócio-políticas dessa separação, que gerou, de um lado, o galego e, de outro, o português, pois são fartamente conhecidas de todos.

Dentro da relativa unidade da língua literária, a tendência à separação pode notar-se, aliás, no conjunto da poesia trovadoresca. A linguagem dos três cancioneiros profanos se encaminha, pouco a pouco, para o padrão português em formação, enquanto que a linguagem das Cantigas de Santa Maria, pelo menos no que diz respeito à fonologia e à morfologia, tende para o padrão galego, que também se vai formando e firmando.

Para a efetivação da comparação a que este artigo se propõe, serão considerados dois *corpora*, o primeiro composto de cem

cantigas profanas (50 de amor e 50 de amigo), e o segundo, de 50 cantigas de Santa Maria.<sup>8</sup> As cantigas foram lidas a partir das edições fac-similadas que os cancioneiros de que foram retiradas receberam: a de 1994, da Távola Redonda, para o Cancioneiro da Ajuda (CA); a de 1982, da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, para o Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (CBN). Já, no caso das CSM, foram consultadas quatro edições fac-similadas, além da edição crítica de Mettmann: a 2003, para o manuscrito de Toledo (To); as de 1979 e 1989-91, da Edilán, para os códices Escorial rico (I) e de Florença (F), e a de Anglés (1964), para o códice dos músicos – Escorial (E).

### Proximidade prosódica

Em Massini-Cagliari (2005), foi feito um estudo de alguns fenômenos **prosódicos** do Português Arcaico (de agora em diante, PA)<sup>9</sup>, a partir de uma comparação das características lingüísticas

<sup>8</sup> Os critérios para seleção do *corpus* estão apresentados em Massini-Cagliari (2005, p. 34). O *corpus* é composto das seguintes cantigas: **CA**: 2, 10, 14, 16, 28, 35, 38, 41, 42, 50, 64, 68, 70, 80, 82, 87, 104, 111, 115, 122, 129, 131, 144, 155, 157, 158, 163, 172, 186, 198, 199, 201, 210, 215, 222, 224, 227, 229, 230, 242, 246, 251, 257, 260, 265, 281, 285, 288, 293, 295. **CBN**: 555, 573, 630, 636, 641, 653, 658, 676, 686, 696, 703, 714, 719, 723, 738, 785, 795, 798, 804, 820, 831, 840, 879, 920, 932, 936, 1036, 1040, 1092, 1118, 1128, 1136, 1147, 1158, 1173, 1189, 1198, 1202, 1204, 1218, 1226, 1245, 1250, 1256, 1262, 1272, 1280, 1290, 1298, 1390. **CSM**: B, 1, 2, 10, 15, 16, 17, 18, 24, 28, 52, 56, 60, 64, 69, 70, 76, 77, 100, 102, 132, 143, 160, 180, 183, 192, 200, 206, 210, 211, 213, 225, 246, 249, 259, 277, 280, 282, 283, 285, 312, 322, 335, 362, 384, 401, 411, 413, 425, 427.

<sup>9</sup> Optou-se pelo rótulo “Português Arcaico” em detrimento de “galego-português” porque o objetivo do Projeto mais amplo ao qual está vinculada a pesquisa que originou este artigo (Projeto Características Prosódicas do Português Arcaico, financiado pelo CNPq, processo 300690/2003-7), pelo menos a longo prazo, é estabelecer o percurso de possíveis mudanças fonológicas no português (e não no galego). Vale lembrar, porém, que, na época trovadoresca, essas duas línguas não se diferenciavam (ou pouco se diferenciavam) – o aspecto mais importante é que essas variedades (?) eram **reconhecidas** pelos falantes da época como sendo a “mesma” língua. A este respeito, Gladstone Chaves de Melo (1967, p. 114) afirma: “o que até o século XII era a mesma língua já são duas línguas

das cantigas medievais profanas com as das religiosas. Dentre os temas eleitos dentro do recorte feito ao objeto de estudo, foram focalizados, nessa tese de Livre-Docência, a silabação, o acento e dois processos que revelam as interações entre silabação, acento e ritmo: sândi e paragoge. Nessa tese, foi possível mostrar que as duas dimensões do PA consideradas, a vertente profana da lírica medieval galego-portuguesa e o seu contraponto religioso, as CSM, são muito próximas, no que diz respeito aos elementos prosódicos enfocados. As diferenças fonológicas notadas entre esses dois discursos são pouquíssimas.

Nas subseções seguintes, objetiva-se retomar alguns dos elementos prosódicos focalizados por Massini-Cagliari (2005), em busca de argumentos de sustentação à proximidade lingüística entre as cantigas profanas e religiosas em galego-português, que provem a legitimidade das CSM de Afonso X como ancestral do português.

### Complexidade do ataque silábico

Com relação à estruturação de *onsets* e codas silábicas, em Massini-Cagliari (2005) foi possível mostrar que as CSM são menos restritivas, quanto à constituição de *onsets* complexos do que as cantigas profanas – fato que pode ter sido ocasionado pela maior dimensão (em versos, não em cantigas) do *corpus* de cantigas religiosas, e pela maior diversidade lexical que encerra, dada a variedade temática imposta pela narrativa dos milagres, em oposição à mesmice discursiva das cantigas profanas (sobretudo das cantigas de amor), imposta pela tradição artística a que se associam os trovadores.

Em posição intervocálica, parece não haver restrições para a constituição de *onsets* simples em PA: todas as consoantes da língua podem figurar nessa posição – Quadro 1.<sup>10</sup> Esse quadro mostra,

diferentes no século XVI, dois co-dialetos, o português e o galego”.

<sup>10</sup> Como não é objetivo da presente pesquisa estabelecer as relações entre letras e sons com relação às grafias possíveis na lírica medieval galego-portuguesa, o Quadro 1 parte de informações coletadas em Mattos e Silva (1989), Maia (1986), Gonçalves e Ramos (1985), Toledo Neto (1996) e Pinheiro (2004). Também

também, que, em posição inicial de palavras, há algumas restrições que atuam na escolha da consoante do ataque: /ɲ/, /ʎ/ e /r/ só configuram *onsets* simples em posição intervocálica.<sup>11</sup>

Consoante	Grafema(s) correspondente(s)	Exemplos
p	p, pp	per, padre, peor, perfia, poder, pois, Espanna, çapata, apparellados
b	b	bailar, bispo, belas, buscar, bõa, ambos, cabeça
t	t, tt	uistes, tal, tan, tirar, todavia, toller, tornar, noite, majestade, quanttas
d	d	ondas, delgado, direito, dizer, dona, dar, dia, dulta
k	c, cc, qu, ch	coitado, candeia, cobra, cuidar, pecados, peccados, queimar, que, casa, patriarcha, quitar, querer
g	g, gu	guerra, vigo, gasalhado, gannar, gota, desguisado
k <sup>w</sup>	qu	quando, quantas, qual
g <sup>w</sup>	gu, go	guardar, guarir, lingua, lingoa
f	f, ff, ph	fazer, ffazer, fiar, folia, festa, soffrer, sofrer, prophetando, prophetas, profetaron
v	v, u	cevada, uiuer, ueer, valer, ualia, vegada, uiir, viuva, uosco
ʃ <sup>12</sup>	ç, c, z	pareceu, precisson, coração, corazõ, lança, çapata, çima, çego, conhoçuda

foram consultados Vasconcellos (1959), Coutinho (1954), Nunes (1969), Câmara Júnior (1985) e Cintra (1984).

<sup>11</sup> Para uma completa compreensão das posições assumidas no Quadro 1, são necessários alguns esclarecimentos, já que, nele, foram tomadas algumas decisões com relação a questões polêmicas (tais como a oposição entre ʃ/z, e s/z e a consideração de k<sup>w</sup>/g<sup>w</sup> como parte do inventário de fonemas do PA, bem como a consideração das consoantes /ɲ/ e /ʎ/ como geminadas) que necessitam de alguma discussão. Para os argumentos que sustentam as posições assumidas no quadro 1, remeto o leitor a Massini-Cagliari (2005, p. 90-93).

<sup>12</sup> Consoante fricativa pré-dorso dental surda, segundo Mattos e Silva (1989, p. 92).

ʒ <sup>13</sup>	z	fazia, juizo, sazon, razon, dizer, zarello
s, ts	ss, c, x, s, ç	sabedor, sair, sazon, seer, sinal, solaz, sofrer, canssada, assi, trouxe, Afonso, saia, precisson, Perssia, falsso, sse, ssüü
z, dz	s	mesura, casa, fremosa
ʃ, tʃ	ch, x (?), sch (?)	chamar, chave, crischãos, chus, chorar, chegar, xe, xi, Xerez, bischocos (?)
ʒ, dʒ	j, i, g, y (?)	magestade, majestade, ia, jazer, iazer, ya (?), gejũar, jograr, juizo
m	m	mar, madre, maldizer, mentiral, mha, migo, morrer, mui, namorado, amor, amigo
n	n, nn	nunca, nacer, nada, namorado, nembrar, noite, Anna
ɲ	nn, nh	tenno, sennor, sonno, senhor, sanha
l	l, ll	levado, lazerado, lavrar, leal, liar, loado, falla
ʎ	ll, lh	mellor, fillar, moller, senlleira, melhor, molher, olhos, ollos
r	r, rr	ramo, razon, recado, reinha, ren/rren, riir, rogar, querria, morrer, onrra, rrica
ɾ	r	Maria, parecer, poren, marauilhado, paraíso

**Quadro 1.** Consoantes que aparecem na posição de *onset* simples no Português Arcaico

**Fonte:** Massini-Cagliari (2005, p. 89).

Embora todas as consoantes do PA apareçam na posição de *onset* simples, há fortes restrições à formação de *onsets* complexos na língua. De todas as consoantes arroladas no Quadro 1, apenas /p, b, t, d, k, g, f, v/ aparecem na primeira posição de *onset* complexo; na segunda posição, somente as líquidas /l, r/ são permitidas. Os exemplos encontrados nos *corpora* de cantigas de amor e de amigo e de cantigas religiosas estão apresentados no Quadro 2, abaixo. Para as seqüências de obstruinte mais /r/, apenas alguns exemplos aparecem no Quadro 2; no entanto, com relação às seqüências C+l, todos os exemplos encontrados aparecem no Quadro 2. A

<sup>13</sup> Consoante fricativa pré-dorso dental sonora, segundo Mattos e Silva (1989, p. 92).

conclusão óbvia, a partir daí, é a de que a distribuição dos *onsets* do tipo C+I é muitíssimo mais restrita em PA do que a do tipo C+r.

Seqüência consonantal	Exemplos	Seqüência consonantal	Exemplos
pr	prologo, provarei, pran, prazer, sempre, aprouguer, primeira, comprida, prata	pl	templo
br	braço, cobrar, Gabriel, obridar, sobre, nembros, nembrar, nobreza, abrir	bl	poblo <sup>14</sup> , estabeçudo <sup>15</sup>
tr	trobar, mostrar, outras, outro, tres, estranna, maltreito, maestro, trage, entrar, mentre, tristura	tl	---
dr	madre, pedra, padre, ladron, Emperadriz, pedreiras	dl	---
kr	sepulcro, criada, Cristo, cruz, escrito, creer, crerigo, crerizon, craridade	kl	claridade <sup>16</sup> , clérigo <sup>17</sup> , clemêto

<sup>14</sup> No *corpus*, a palavra *poblo* aparece em quatro cantigas de Santa Maria: 28, 143, 211 e 225. Na versão do manuscrito de Toledo da cantiga 211 (ToVII), aparece a forma *poboo*; nas versões para as demais cantigas nesse códice, aparece *poblo*.

<sup>15</sup> A forma *estabeçudo* ocorre na CSM 384, que só foi transmitida pelo códice dos músicos (Escorial) – E384. Interessantemente, há um espaço entre as consoantes *b* e *l*, no manuscrito, claramente visível no facsímile de Anglés (1964, p. 345v): *segund estab leçud era*.

<sup>16</sup> Em E69 e To54, a palavra **claridade** aparece duas vezes, assim grafada, nos versos 31 e 33. Já no códice Escorial rico (T69), no verso 31, aparece **claridade**, mas na repetição, no verso 33, aparece *craridade*.

<sup>17</sup> A palavra *clérigo* aparece em três cantigas do *corpus*, todas religiosas. Em E225, a palavra **clérigo** aparece abreviada na epígrafe como **cligo**; no códice de Firenze (F67), aparece **crerigo**. Em E283, a palavra *clérigo* aparece na epígrafe e no verso 21 abreviada como **cligo**; já em F8 aparece duas vezes grafada como **crerigo**. Em E384, aparece no verso 10 abreviada como **cligo**.

gr	grado, sagrado, gran, miragre, groriosa, gracir, jograr, gresgar, alegria	gl	---
fr	fremosa, fror, offrecer, soffreu, francamente, fria, frade	fl	---
vr	lyvro, lavar, livrar, tõeverso	vl	paraula

**Quadro 2.** Onsets complexos (Exemplos tirados do *corpus*).

**Fonte:** Massini-Cagliari (2005, p. 94).

Com relação à constituição dos *onsets* complexos, há uma notável diferença, se comparados os dados advindos das cantigas profanas com os dados das cantigas religiosas. Na análise que foi feita das cem cantigas de amigo e de amor, só foi possível encontrar, em posição de *onset*, seqüências de oclusivas ou fricativas lábio-dentais mais tepe. A única palavra em que aparece uma lateral na segunda posição do *onset* seguindo uma oclusiva é o nome próprio *Clemenço* (grafado como *clemêto*, no Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, e como *clemento* e *clemenço*, no Cancioneiro da Vaticana) – cantiga “*Non vou eu a San Clemenço*” (B1202, V807), de Nuno Perez. Os outros seis exemplos presentes no Quadro 2 provêm das CSM.

Uma razão para esta marcante diferença pode estar no fato de o léxico das CSM ser muito mais variado e rico do que o das cantigas de amigo e de amor. Neste sentido, por ter de dar conta de campos semânticos mais variados no relato dos milagres, nas CSM, seria necessário aludir a termos religiosos e técnicos mais específicos. Mas, logo a uma primeira análise das palavras contendo seqüências C+I nas CSM pode-se perceber que não se trata de termos altamente especializados. No entanto, não se pode esquecer que as CSM têm um nível de formalidade de expressão muito maior do que as cantigas profanas; este fato pode levar à hipótese de poderem essas formas corresponderem a hipercorreções, típicas de uma linguagem que se quer de um nível elevado. Um argumento a favor dessa hipótese é o fato de, com exceção de *templo* e *Clemenço*, todas as demais formas terem correspondentes sem o *cluster* C+I dentro dos limites do próprio *corpus* (às vezes, ocorrendo nos limites da própria cantiga ou

em versões da mesma cantiga em outros manuscritos): *poblo* / *poboo*; *estabeçudo* / *estabeliçudo*; *claridade* / *craridade*; *clérigo* / *crérigo*; *paravla* / *palavra*. Por outro lado, várias formas com *l* na segunda posição de *onset* estão entre as palavras que Rodríguez (1983) arrola como castelhanismos presentes nas CSM (*poblo* é uma dessas palavras).

Mesmo na literatura especializada sobre o PA, podem ser encontradas poucas referências à ocorrência de seqüências de oclusivas e fricativas (lábio-dentais) mais lateral, na posição de *onset*. No Glossário de Michaëlis de Vasconcelos (1920, p. 68)<sup>18</sup>, estão arroladas apenas duas formas: *pleito* (*pleyto*: cantiga 269 da edição de 1904; Michaelis de Vasconcelos, 1994, p. 226) e *plazer* (sem abonação, com a classificação de “castelhanismo”).

Ao estudar a variação entre os grafemas *l* e *r* precedidos de consoantes, Mattos e Silva (1989, p. 100) observa que

[...] todos os casos de variação gráfica em causa provêm de consoante latina seguida de *l* e não de *r*. Consideramos rara essa variação em comparação, por exemplo, com a sistematicidade documentada em, pelo menos, 800 ocorrências de *pr* (< pl, pr) e de 106 ocorrências de *gr* (< gr), não incluídas aí as ocorrências de *gram*, *grande*, *s* (532).

Por sua vez, Maia (1986, p. 618-619 e p. 627) afirma, primeiro sobre os grupos consonânticos iniciais *pl*, *kl*, *fl* e, depois, sobre a seqüência *gl*:

Documenta-se [...] a tendência para manter inalterados os referidos grupos consonânticos, muito provavelmente por influência culta latinizante. [...] Com essas formas convivem outras em que *l*, segundo elemento de um dos grupos consonânticos considerados, se transforma em *r*.

[...] em documentos da Galiza, o referido grupo [*gl*] pode aparecer conservado em palavras de carácter culto (cf. *regla* [...]; *rreglas* [...]); à semelhança do que acontece em espanhol. É mesmo provável que se trate de formas devidas à influência do castelhano na Galiza.

A partir das observações de Mattos e Silva (1989) e Maia (1986), pode-se hipotetizar que essas formas com seqüências C+l estariam aparecendo com maior freqüência nas CSM do que nas cantigas profanas dada a tendência mais latinizante do discurso religioso, que, embora composto em galego-português, referia-se a um universo em que dominava o latim, língua oficial da Igreja. Neste sentido, não é de se admirar que, no conjunto das sete palavras do *corpus* contendo *clusters* cuja segunda posição é preenchida por *l*, cinco se referem ao universo religioso.

Além disso, o que a pouquíssima freqüência de palavras desse tipo comprova é que, diacronicamente, a substituição de /l/ por /r/ em *clusters* era um processo já bastante avançado nessa época do PA, mesmo em discursos mais formais e que se referiam ao universo religioso, como as CSM. Por isso, mesmo existindo, essas formas devem ser consideradas como obsoletismos, que, na quase totalidade, já se encontravam em variação com formas livres do grupo consonantal C+l.

Mesmo em glossários que (presumidamente) dão conta do léxico de toda a lírica galego-portuguesa, profana e religiosa, uma vez que, no conjunto, abrangem toda a lírica profana, inclusive as cantigas de escárnio e maldizer, e religiosa<sup>19</sup>, formas contendo *onsets* complexos cuja segunda posição é preenchida pela lateral são muito raras. Num levantamento exaustivo efetuado em todos os glossários e vocabulários considerados nessa pesquisa, foi possível encontrar apenas 35 palavras nessa categoria<sup>20</sup>; todas elas foram arroladas no Quadro 3, adiante.

Seqüência consonantal	Exemplos
pl	plazer, pleito, plena, completas, complidos, esplendor, templo

<sup>19</sup> Foram consultados os Glossários de Michaëlis de Vasconcelos de 1920 (republicado em Michaelis de Vasconcelos, 1990) e Nunes (1973), o Índice Onomástico e o Vocabulário de Lapa (1970), o Glosario de Mettmann (1972, 1989) e o *Lessico in Rima* de Betti (1997).

<sup>20</sup> Nesse total, obviamente, estão incluídas as sete palavras já mapeadas no *corpus*.

<sup>18</sup> Republicado em Michaëlis de Vasconcelos (1990).

bl	blanco, blando, poblado, poblador, establo, noble, poblo, establecer
tl	---
dl	---
kl	clérigo, clerizia, clemente, clusa, Claraval, claridade, claro, claustro, clemenço, esclareceu, clerizon
gl	glorioso, igleja/egleja; Englaterra
fl	flores/fior, flemoso
vl	nevla, paravla, tavleiro, tavlado

**Quadro 3.** *Onsets* complexos: C+1 (Exemplos tirados dos Glossários)

**Fonte:** Massini-Cagliari (2005, p. 97).

Pode-se perceber, com relação às seqüências de obstruintes mais lateral na posição de *onset*, que as mais produtivas (em termos de quantidade de palavras em que figuram) são as constituídas de oclusivas labiais (/p, b/) e oclusivas palatais surdas /k/: as seqüências *pl*, *bl* e *kl* foram mapeadas tanto no *corpus* como nos vocabulários. A seqüência *gl*, por sua vez, aparece apenas em três palavras. As seqüências de fricativas lábio-dentais /f, v/ seguidas de lateral são menos freqüentes, mas são possíveis. Com relação a essas seqüências, pode-se dizer que, a exemplo do que acontece com relação ao *cluster vr*, a seqüência *vl* apresenta uma distribuição restrita: não ocorre em início de palavra.

No entanto, as seqüências *tl* e *dl*, ao que tudo indica, são impossíveis em PA. A razão para essa impossibilidade pode ser encontrada na obrigatoriedade da formação de um contorno dentro do constituinte de ataque, contorno este impossível de ser alcançado dado o caráter [+ coronal] tanto das oclusivas alveolares como da lateral.<sup>21</sup>

### Travamento silábico

Em Massini-Cagliari (2005), mostrou-se que, com relação ao preenchimento silábico, dada a maior presença de palavras estrangeiras associadas às histórias milagrosas, há maior ocorrência

<sup>21</sup> A respeito dessa mesma restrição no Português Brasileiro atual, veja-se Collischonn (1996, p. 105).

de codas irregulares constituídas de oclusivas nas cantigas religiosas do que nas profanas.

Embora no PA predominem as sílabas abertas (no *corpus* analisado por Biagioni (2002, p. 87-88), 65.42% correspondem a sílabas abertas), o travamento silábico é permitido. No entanto, são bastante restritas as possibilidades quanto às consoantes que podem ocupar a posição de coda nessa língua, como mostra o Quadro 4, abaixo.

Consoante	Grafema(s) correspondente(s)	Exemplos
/l/	l	soldada, salvar, deslealdade, altar, dulta
/R/	r	lazerar, ueer, flor, mar, loor, carne, portas, altar, salvar, abrir,
/S/	s, x, z	poys, quix, diz, cantigas, mais, deus, deslealdade, aduz, cruz,
/N/	m, n, ~	bem, ben, bē, cantiga, bondade, razon, enton, coração, porē, êtender

**Quadro 4.** Consoantes em posição de coda simples.

**Fonte:** Massini-Cagliari (2005, p. 100).

Com relação ao preenchimento de codas simples, nota-se uma interessante oposição entre os *corpora* de cantigas profanas e de cantigas religiosas. No *corpus* de cantigas profanas, só há casos de codas simples preenchidas pelas consoantes listadas no Quadro 4. No entanto, no *corpus* de cantigas religiosas, puderam ser mapeados alguns casos problemáticos, com relação aos quais a dúvida que se levanta é a seguinte: trata-se de consoantes mudas (ou seja, sem correspondentes na fala, apenas consoantes da escrita, etimológicas, em alguns casos) ou da realização de consoantes oclusivas na coda? O que motiva a dúvida, nesses casos, é o fato de, em todos os casos mapeados, a métrica do verso estar correta, sem a necessidade de inserção de uma vogal epentética, após a (suposta) oclusiva na coda. Este é o caso dos exemplos abaixo:

(1) *Elisabetb*, que foi dultar (CSM1, v.21)  
a Virgen, d' *Elisabet* coirmãa (CSM69, v.88)

En *Monsarrat*, de que vos ja contei (CSM52, v.10)<sup>22</sup>  
dentro en *Cidad*-Rodrigo. E é mui maravilloso (CSM225, v.9)

É interessante notar, porém, que todos os casos citados em (1) envolvem nomes próprios não-galego-portugueses, em cuja língua de origem a consoante em questão figurava na coda. Por esta razão, no discurso poético, em que tradicionalmente desvios do padrão da língua são explorados com finalidades estilísticas, pode-se explicar a ocorrência dessas consoantes na coda, mesmo que esse padrão esteja completamente banido da estrutura do PA. Por outro lado, é possível que essas consoantes não fossem “pronunciadas”, constituindo o que se convencionou chamar de “consoantes mudas”. Note-se, também, que pelo menos dois desses nomes são castelhanos, o que pode ser um argumento a considerar esses casos de castelhanismos, uma vez que esse fenômeno é exclusivo do *corpus* das cantigas religiosas.

No entanto, deve-se levar também em consideração o nível de formalidade da escrita dos manuscritos da CSM, muito mais ricos e cuidados do que os manuscritos remanescentes das cantigas profanas, o que leva à clara manutenção de latinismos na escrita, como o que ocorre no exemplo (2). Neste exemplo, claramente **não** há a inclusão de uma vogal epentética após a consoante *c* de *doctores*.

(2) segund' estableçud' era polos seus santos *doctores* (CSM384, v.53)

Outros exemplos há, entretanto, em que a oclusiva “muda” aparece antecedendo outra oclusiva, como em (3) ou após uma nasal (4).

(3) Judas, que foi gran tenpo | *cabdelo* dos judeus (CSM401, v.21)

(4) que del Cond don Ponç' era connoçudo (CSM69, v.16)  
sempr' en ela fora, *segund* fui oyr (CSM76, v.9)

<sup>22</sup> Além de figurar neste verso, a forma *Montsarrat* aparece na epígrafe da CSM52.

Nunca se pode perder de vista que o que se tem são poemas compostos para serem cantados: portanto, o nível fonético de realização das palavras, e sua realização específica no canto, é o alvo. Ora, reestruturações não permitidas no nível lexical em uma língua são possíveis em um nível fonético pós-lexical. No Português Brasileiro atual, pronúncias do tipo [pɔtʃ] e [númro], para **pote** e **número** (que contêm, respectivamente, uma consoante obstruente africada na coda e um *onset* complexo constituído de nasal mais tepe, estruturas proibidas na fonologia da língua) são atestadas e podem ser utilizadas por poetas para “acertar” a métrica de versos em poemas metrificados. Pode-se argumentar, então, que processos desse tipo poderiam estar sendo explorados pelos trovadores do século XIII, gerando formas proibidas pela língua no nível fonológico de organização das sílabas, mas “permitidas” no nível da pronúncia, sobretudo quando recursos estilísticos que exploram os limites estruturais da língua com finalidades estéticas se aplicam.

### Processos de sândi

Com relação aos processos de sândi no PA, Massini-Cagliari (2005) mostra que há uma diferença relevante entre as duas dimensões da lírica medieval consideradas, no que concerne à preferência dos processos. Como pode ser observado na tabela 1, no *corpus* de cantigas profanas, há uma preponderância de elisões sobre hiatos, na resolução das seqüências vocálicas em juntura de palavra; no *corpus* de cantigas religiosas, essa relação de preponderância se inverte, já que os hiatos são mais recorrentes do que as elisões. Com relação à ditongação, em ambos os *corpora*, o processo é minoritário, apesar de ser mais relevante no *corpus* de profanas do que no de religiosas.

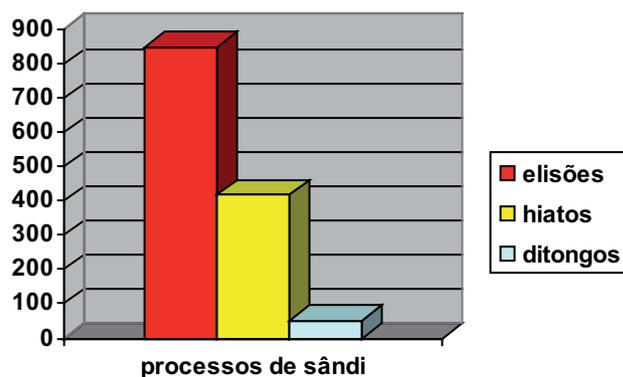
A tabela 4.1 mostra que 52.8% dos encontros de vogais em juntura vocabular foram resolvidos em elisões, 45.7%, em hiatos, e apenas 1.5%, em ditongos. A elisão é, pois, de modo geral, o processo de sândi mais recorrente nas cantigas medievais galego-portuguesas.

**Tabela 1.** Soluções para os encontros vocálicos nas cantigas profanas e religiosas.

Processos de sândi	cantigas profanas	CSM	Quantidade (percentual)
Elisões	848 (21.4%)	1241 (31.4%)	2089 (52.8%)
Hiatos	418 (10.6%)	1388 (35.1%)	1806 (45.7%)
Ditongos	51 (1.3%)	10 (0.2%)	61 (1.5%)
<b>Total</b>	<b>1317 (33.3%)</b>	<b>2639 (66.7%)</b>	<b>3956 (100%)</b>

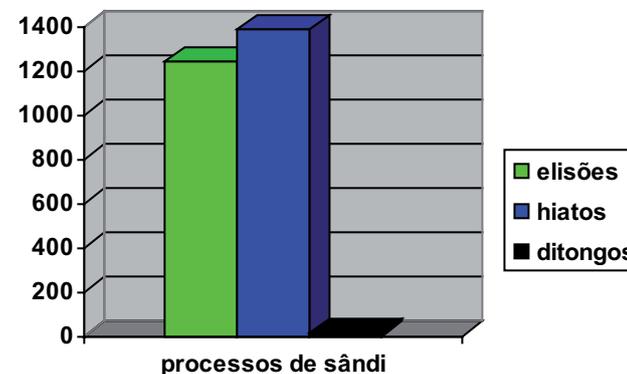
Fonte: Massini-Cagliari (2005, p. 225)

No entanto, como mostram a tabela 1 e os gráficos 1 e 2, a preponderância da elisão se dá principalmente no *corpus* de cantigas profanas, em que a elisão ocorre em 848 de 1317 casos (64.4% do total, contra 31.7% de hiatos).



**Gráfico 1.** Soluções para os encontros vocálicos: cantigas profanas.

Já no *corpus* de cantigas religiosas, como mostra o gráfico 2, o hiato é a solução mais recorrente para o encontro de vogais em situação de junção de palavras. Entretanto, a diferença entre os casos de hiatos e de elisões não é tão acentuada quanto no *corpus* de cantigas profanas. O hiato é a solução encontrada em 52.6% dos casos (1388 em 2639), enquanto a elisão aparece em 47% (1241 casos).



**Gráfico 2.** Soluções para os encontros vocálicos: cantigas religiosas.

Os dois *corpora* mostram também concordâncias e discrepâncias com relação à consideração da ditongação como processo de sândi vocálico externo. Em ambos os *corpora*, o processo de ditongação é minoritário, apesar de se constituir em um processo mais relevante no *corpus* de profanas do que no de religiosas. Como foi mostrado em Massini-Cagliari (2005), a pouca ocorrência de casos de ditongação como processo de resolução de junção vocabular dá-se em decorrência do contexto extremamente restrito de sua aplicação: a sinalefa só pode acontecer com os pronomes *mi* e *ti* - e apenas quando seguidos das vogais [a, o, ɔ].

### Encontros vocálicos intravocábulares

Contrariamente ao que ocorre com relação aos encontros vocálicos intervocábulares, no que concerne à solução encontrada aos encontros vocálicos internamente às palavras, não há diferenças de padrões mapeados nos dois *corpora*, de cantigas profanas e religiosas – conforme tabela 2. As diferenças são mais de frequência de dados (sobretudo com relação a padrões excepcionais, como os ditongos crescentes I+V, muito mais frequentes nas cantigas de amigo do que em qualquer gênero) do que de tipos (MASSINI-CAGLIARI, 2005).

**Tabela 2.** Tipos de Encontro Vocálico no Português Arcaico.

Tipo do Encontro Vocálico	Quantidade absoluta (percentual)
<b>Ditongos crescentes</b>	
I+V	
profanas:	127 (1.8%)
religiosas:	45 (0.7%)
Subtotal (ditongos I+V):	172 (2.5%)
QU-/GU- + V	
profanas:	135 (2%)
religiosas:	201 (3%)
Subtotal (ditongos QU-/GU- + V):	336 (5%)
Subtotal (ditongos crescentes):	508 (7.5%)
<b>Ditongos decrescentes:</b>	
profanas:	1702 (25.1%)
religiosas:	2554 (37.7%)
Subtotal (ditongos decrescentes):	4256 (62.8%)
Subtotal (ditongos)	4764 (70.3%)
<b>Hiatos (vogal oral + vogal):</b>	
profanas:	313 (4.7%)
religiosas:	1182 (17.4%)
Subtotal (hiatos vogal oral + vogal):	1495 (22.1%)
<b>Hiatos (vogal nasal + vogal):</b>	
profanas:	54 (0.8%)
religiosas:	464 (6.8%)
Subtotal (hiatos vogal nasal + vogal):	518 (7.6%)
Subtotal (hiatos):	2013 (29.7%)
<b>TOTAL:</b>	<b>6777 (100%)</b>

## Acento

Também com relação ao acento as diferenças observadas dizem respeito mais a frequência do que à diversidade tipológica, uma vez que padrões excepcionais (proparoxítonas e oxítonas terminadas em sílaba leve) puderam ser mais frequentemente mapeados no *corpus* de cantigas religiosas do que no de profanas, mas ocorrem

também nas cantigas de amor e de amigo. É, pois, uma questão de frequência de dados, não de variação de estruturas. Neste sentido, o caso das proparoxítonas é emblemático.

Massini-Cagliari (2005) mostra que, a partir da análise da relação entre o padrão de verso (grave ou agudo) e o tipo de palavra, quanto à pauta acentual (oxítona, paroxítona ou proparoxítona), que aparece na posição proeminente do verso, em posição de relevo rítmico no verso, os únicos padrões possíveis são as paroxítonas e as oxítonas. Em outras palavras, não há proparoxítonas em posição de rima. Esta constatação confirma o caráter marginal – fora do “espírito” da língua – desse padrão prosódico, considerado como “estranho”, “estrambótico” por Michaëlis de Vasconcelos ([1912-1913], p. 61). Sendo a posição de rima o foco prosódico por excelência do verso, e sendo que os versos são construídos **a partir** (e jamais **ao contrário**) do ritmo lingüístico do idioma que lhes dá suporte, é a investigação do aproveitamento estilístico das terminações graves e agudas (e nunca esdrúxulas) nessa posição de destaque que revela a tendência rítmica do PA.

No *corpus* de cantigas profanas e nos glossários que dão conta desse tipo de cantigas, a ocorrência de proparoxítonas é bastante marginal. Já no *corpus* das cantigas religiosas e nos glossários das CSM (METTMANN, 1972, 1989; BETTI 1997) as proparoxítonas são um pouco menos raras, embora seja esse padrão ainda bastante excepcional. No entanto, esse tipo de pauta acentual jamais ocorre na posição rítmica mais importante do verso (posição de rima). Mesmo nas cantigas religiosas, nas quais as proparoxítonas podem ser localizadas nas epígrafes das cantigas, esse padrão ocorre apenas em posição medial do verso.

Porém, não apenas a pouca ocorrência atesta o caráter marginal desse padrão prosódico; processos fonológicos que transformam antigas proparoxítonas em paroxítonas são bastante atestados. Mettmann (1972, p. 232), no Glossário das CSM, dá conta da ocorrência de *perigo* e *periglo*, ao lado de *perigoo*. O mesmo tipo de variação ocorre com as formas *poboo* vs. *pobro* e *poblo* (METTMANN, 1972, p. 235). São atestadas também as formas *cimiteiro*, *coissairo* e *santuairo* (METTMANN, 1972, p. 62, p. 79 e p. 276).

## Conclusão

O que mostra a comparação entre os *corpora* de cantigas profanas e religiosas é que as distinções lingüísticas entre essas duas vertentes, quanto aos fenômenos prosódicos observados, não são de tipologia dos fenômenos, mas de frequência. Não havendo distinções tipológicas, não há diferença de sistema; em outras palavras, trata-se de **uma e a mesma** língua. Desta forma, o presente artigo traz elementos que comprovam a legitimidade das CSM como fonte primária do galego-português, para o estudo do passado da nossa língua.

As diferenças observadas entre dois *corpora* são, sobretudo, de uso. São casos em que os poetas optam por desvios do padrão, com finalidades artísticas muito bem definidas. Encaixam-se nesse padrão as oclusivas em coda encontradas sobretudo nas CSM e os usos estilísticos dos fenômenos de elisão e hiato, que percorrem todo o conjunto das cantigas medievais galego-portuguesas, não sendo uma exclusividade do discurso religioso. Sendo uma lírica mais “elevada” (afinal, destinava-se à Virgem em pessoa, e não a um mero mortal), é natural que efeitos de estilo sejam mais frequentes no *corpus* de cantigas religiosas do que no de profanas. Para Leão (2002, p. 3):

A versificação das Cantigas de Santa Maria é extremamente sofisticada, tanto na escolha e combinação dos metros, quanto na construção das estrofes e na disposição das rimas, deixando longe a simplicidade estrutural das cantigas de amigo e mesmo das cantigas de amor.

## REFERÊNCIAS

ALFONSO X, o sábio. **Cantigas de Santa Maria**: edición facsímile do Códice de Toledo (To) da Biblioteca Nacional de Madrid (Ms. 10.069). Vigo: Consello da Cultura Galega, Galáxia, 2003.

ALFONSO X, el sabio. **Cantigas de Santa Maria**: edición facsímil del códice T.I.1 de la Biblioteca de San Lorenzo el Real de El Escorial, siglo XIII. Madrid: Edilan, 1979. 2v.

\_\_\_\_\_. **Cantigas de Santa Maria**: edición facsímil del códice B.R.20 de la Biblioteca Centrale de Florencia, siglo XIII.. Madrid: Edilan, 1989-1991. 2v.

AITA, N. **O códice florentino das cantigas do Rey Affonso, o sábio**. Rio de Janeiro: Litho-Typo Fluminense, 1922.

ANGLÉS, H. **La música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el sabio**: facsímil, transcripción y estudio crítico por Higinio Anglés. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona, 1964. v. 1.

BELTRÁN, L. Introducción. In: \_\_\_\_\_. **Cuarenta y cinco cantigas del códice rico de Alfonso el Sabio**: textos pictóricos y verbales. Palma de Mallorca: José J. de Olañeta, 1997. p. 7-10.

\_\_\_\_\_. Texto verbal y texto pictórico: las cantigas de loor del codice rico. In: \_\_\_\_\_. **Las cantigas de loor de Alfonso X el Sabio**: edición bilingüe. Madrid: Ediciones Júcar, 1990. p. 7-106.

BETTI, M. P. **Lessico in Rima; Rimario e Lessico in Rima delle Cantigas de Santa Maria di Alfonso X di Castiglia**. Pisa: Pacini Editore, 1997. p. 311-388.

BIAGIONI, A. B. **A sílaba em português arcaico**. 2002. 276f. Dissertação (Mestrado em Lingüística)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CANCIONEIRO DA AJUDA: edição fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1994.

CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA Nacional (Colocci-Brancuti): cód. 10991. Reprodução fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1982.

CANCIONEIRO PORTUGUÊS da Biblioteca Vaticana (Cód. 4803): reprodução facsimilada com introdução de L. F. Lindley Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, Instituto de Alta Cultura, 1973.

CINTRA, L. F. L. **A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo**: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 95-126.

COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X, el sabio. **Cantigas de Santa María**: códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

GONÇALVES, E.; RAMOS, M. A. **A lírica galego-portuguesa (textos escolhidos)**. 2. ed. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985.

KATZ, I. J.; KELLER, J. E. Introduction. In: KATZ, I. J.; KELLER, J. E. (Ed.). **Studies on the Cantigas de Santa Maria**: Art, Music, and Poetry. Madison: The Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1987. p. 1-5.

LAPA, M. R. **Vocabulário galego-português**: extraído da edição crítica das “*Cantigas d’escarnho e de mal dizer*”. Vigo: Galaxia, 1970.

LEÃO, Â. V. Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X. **Ensaio**, Associação Internacional de Lusitanistas [AIL], 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

MAIA, C. **História do galego-português**. 2. ed. reim. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

MASSINI-CAGLIARI, G. **A música da fala dos trovadores**: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas. 2005. 348 f. Tese (Livre-Docência em Fonologia)– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

MATTOS E SILVA, R. V.. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.

MELO, G. C. **Iniciação à filologia portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

METTMANN, W. (Ed.). **Cantigas de Santa María (cantigas 261 a 427)**: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1989.

\_\_\_\_\_. **Cantigas de Santa María (cantigas 101 a 260)**: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)**: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986.

METTMANN, W. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. **Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. v. IV.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. **Lições de filologia portuguesa (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) seguidas das lições práticas de português arcaico**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, [1912-1913].

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. Glossário do Cancioneiro da Ajuda: Revista Lusitana, XXIII. In: CANCIONEIRO DA AJUDA. Edição de Michaëlis de Vasconcelos. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do Glossário das cantigas (Revista Lusitana, XXIII, 1920). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990. v. I, p. 1-95.

NUNES, J. J. **Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses**. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia**. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1969.

PINHEIRO, M. H. D. **O sistema consonantal do português arcaico visto através das cantigas profanas**. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística)– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

RODRÍGUEZ, J. L. Castelhanismos no galego-português de Afonso X, o sábio. **Boletim de Filologia**, Lisboa, v.1, n. 28, p. 7-19, 1993.

TOLEDO NETO, S. de A. **Variação grafemática consonantal no livro de José de Arimatéia (Cod. Antt 643)**. 1996. 107 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa)– Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

VASCONCELLOS, J. L. **Lições de filologia portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

## A LEITURA DE MANUSCRITOS EM PORTUGUÊS: DOCUMENTAÇÃO DO SÉCULO XVII

Heitor MEGALE

Sílvio de Almeida TOLEDO NETO

Andrea Hitos FERREIRA

Erica Cristina Camarotto de SOUZA

### Introdução

Se a cultura ágrafa é aquela que não tem meios de fixar por escrito sua fala, a que possui o domínio da escrita consegue a representação da linguagem falada por meio de sinais, conquista de toda cultura que pode mais facilmente perpetuar seus dados. Segundo Higounet (1986), a escrita se faz por meio de um sistema de sinais convencionados por uma comunidade para fixar a linguagem oral humana num suporte material. Pode ser pictográfica, isto é, fixada por meio de ícones, como as pinturas rupestres; ideográfica, fixada por meio de símbolos, como os hieróglifos egípcios, os ideógrafos chineses, os algarismos árabes ou os sinais de pontuação; e fonográfica, por meio de caracteres correspondentes aos sons e unidades fonológicas.

Dentro desse último grupo insere-se todo texto escrito em língua portuguesa, cujo conjunto de caracteres gráficos, o alfabeto, que tem sua origem no latino, não corresponde integralmente ao inventário

de sons da língua. Esses casos de falta de correspondência entre grafia e som vão nos interessar, particularmente, logo adiante, tanto quanto aqueles em que há mais de um sinal que pode valer para o mesmo som.

Todo manuscrito põe diante dos olhos do leitor um conjunto de características que revelam o nível de conhecimento da língua utilizada por quem o produziu, o que está intrinsecamente associado ao grau de domínio do ato de escrever nessa língua. A esse conjunto, concisa expressão latina, com muita precisão, designa como *usus scribendi*. Dita em português “modo de escrever” ou “hábitos de escrita” prevalece o aspecto externo da escrita, a letra, sua apresentação, seu grau de legibilidade, se quem a produziu tem costume de escrever, se escreve por profissão, ou se seu manuscrito é eventual. Esta reflexão se faz sobre o *usus scribendi* no sentido latino, enquanto exame do fluxo da escrita como resultado do ato físico de escrever o qual, por sua vez, revela o grau de domínio da língua em que se escreve, as preferências estilísticas do escriba, além, obviamente, do nível de conhecimento da matéria de que trata o texto.

Dadas as limitações de um artigo, foi feita opção por material suficiente para o exame do fluxo da escrita, razão pela qual os fragmentos têm extensão aproximada daquela do documento integral escolhido. Estudam-se os grafemas e seus alógrafos, fundamentando o emprego de cada um por sua posição no vocábulo, inicial, interna e final, pelo contexto das letras vizinhas e da sílaba. Ainda que breves, os textos permitem observações a respeito de avaliação da habilidade na escrita, bem como de diversa relação grafema / fonema, e eventuais marcas dialetais.

### A escrita em manuscritos portugueses ao tempo do descobrimento do Brasil

No final do século XV, Portugal passa por importantes mudanças que atingem os meios de fixação e transmissão da cultura. A imprensa, sob o comando de impressores vindos da Alemanha, começa a produzir os primeiros incunábulos. Ao mesmo

tempo, a escrita manual vê substituir-se o suporte pergamináceo ou membranáceo, de base animal, pelo cartáceo, de base vegetal. Sem dúvida, o pergaminho foi o suporte mais consumido na Idade Média, tanto nos *scriptoria* medievais, como nas chancelarias da corte. O papel começa por dividir a função de suporte com o pergaminho, e logo o supera, por razões de economia, bem como por ser o suporte natural da imprensa. Com os livros a substituir os códices, os *scriptoria* começam a deixar de ditar regras da geração de manuscritos, abrindo espaço para uma forte influência do ambiente notarial, em franco crescimento na virada da Idade Média para o Renascimento. Esse ambiente renova-se e praticamente substitui o gótico tardio pela letra cursiva com os sinais alfabéticos encadeados, o que, aliás, de maneira pouco sistemática, vinha acontecendo com o gótico bastardo, desenvolvendo-se mais na letra humanística.

No último ano do século XV, encontramos na Carta de Caminha essa letra que, na expressão de Cortesão (1943, p.117), classifica-se como

[...] cursiva processual, degeneração da cursiva cortesã, traçada mais *currente calamo*, e em que, por isso mesmo, ainda que os caracteres e as abreviaturas permaneçam semelhantes, a sua figuração em conjunto é mais distendida, volumosa, descuidada, rica de enlaces ou irregular na separação das palavras.

Essa letra de fins do século XV predomina no século XVI, chegando até o último quartel do XVII com muito pouca alteração. Não quer isso dizer que o gótico desaparece, pois ainda no século XVI são feitos manuscritos em gótico com as letras isoladas umas das outras, teoricamente com maior distância na fronteira de palavras, o que na prática nem sempre ocorre.<sup>1</sup> Como ficou dito, o chamado gótico bastardo arredonda as letras e começa a emendá-las. Desenvolve todo um sistema de ligaduras, traços que emendam as letras umas com as outras, teoricamente, dentro do vocábulo, mas essa limitação nem sempre se cumpre, permitindo à escrita a identificação do chamado vocábulo fonológico, com o avanço da

<sup>1</sup> A “Leitura Nova” do reinado de Dom Manuel, por exemplo, é toda em gótico.

ligação para além de um vocábulo, encontrando-se, não raro, linhas em que praticamente as palavras estão quase todas ligadas entre si.

O códice da Demanda do Santo Graal<sup>2</sup>, cópia feita no século XV, possivelmente no segundo quartel, conta a história da passagem da letra isolada para a letra encadeada. Até o fólio 134v., as letras da primeira palavra dos capítulos, e com menor freqüência, de todas as palavras dessa primeira linha de capítulo, estão escritas com corpo maior, isoladas e sem ligaduras, o que se vê também, embora não seja constante, na letra do texto de muitos capítulos. A partir do fólio 135r., não há mais palavras com letra de corpo maior, mas apenas a inicial da primeira palavra, uma capital, seguindo-se o texto, com maior freqüência de letras emendadas, como se fora um gótico cursivo.

Veja-se esta figura de primeira linha de capítulo, no fólio 98v., com todas as palavras com letra de corpo maior, seguindo-se o texto com letras de corpo normal, sendo possível verificar encadeamento no nome do cavaleiro, *Moordret* e nos substantivos *hirmããos* e *uëtura*, bem como no adjetivo *gram*.

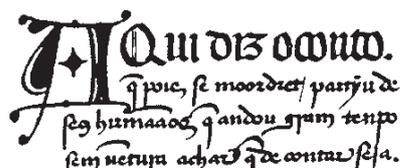


Figura 1: Fragmento de A Demanda do Santo Graal, fólio 98v.

Aqui diz o conto.

que pois se moordret / partyu de  
seos hirmããos que andou gram tempo  
sem uëtura achar que de contar seja.

Nesta outra figura do fólio 47r., é maior a freqüência de letras encadeadas, percebendo-se facilmente as ligaduras das letras nos vocábulos: *Entam*, *estor*, *aa*, *carreira*, *quanto*, na expressão *agalope*, e nos vocábulos da seqüência final, *nom andou mujto*:

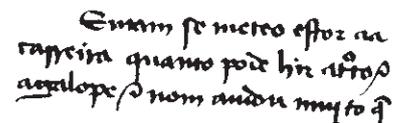


Figura 2 - Fragmento de A Demanda do Santo Graal, fólio 47r.

Entam se meteo estor aa  
carreira quanto pode hir atroto e  
agalope e nom andou mujto que

Depois que a letra cursiva passa a predominar, o que acontece até hoje, não se extingue a escrita de letra isolada uma da outra, o que ainda se pratica atualmente na escrita com letra de forma, preferivelmente maiúscula, podendo ocorrer também com a minúscula. Tal uso, porém, pode não configurar um padrão de escrita, antes uma opção da pessoa, talvez mais como realização extemporânea a seu modo de escrever, mais comum em textos breves.

### A letra da Carta de Caminha

Como ponto de partida para o exame da letra cursiva processual, toma-se um fragmento da Carta de Caminha, de 1.º de maio de 1500.

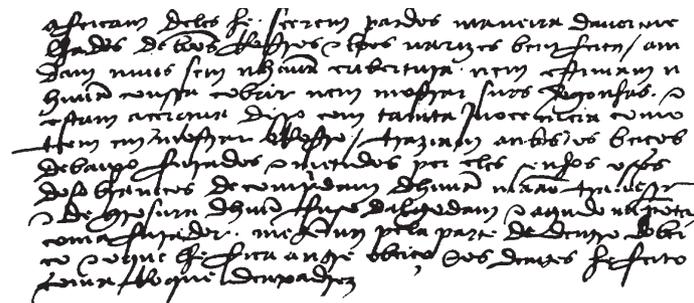


Figura 3: Fragmento da Carta de Caminha, fólio 2v.

afeiçam Deles he seerem pardos maneira dauerme  
lhados De bõos Rostros e bõos narizes bem feitos / am

<sup>2</sup> Cf. A DEMANDA..., [14--].



que avançou pelos séculos, tendo chegado à imprensa portuguesa do século XVIII, é o 7 recurvado para a esquerda, com valor de conjunção aditiva *e*. É um sinal que se apresenta com formas variadas, tanto que na edição paleográfica do Livro de José de Arimatéia, Carter (1967) o representa pelo algarismo 2. Como se vê, na cursiva processual da Carta de Caminha, esse sinal já não lembra mais um 7, nem um 2. Visto ser um sinal que equivale à conjunção aditiva “e”, na lição semidiplomática, fica bem em seu lugar um *e* em itálico, assim marcado para passar a informação de que no manuscrito está um sinal tironiano.

### Alógrafo

Os grafemas diferentes do padrão para a mesma letra são os alógrafos. Toda pessoa que escreve a mão utiliza-se de alógrafos. Basta o leitor deter-se a observar a própria letra minúscula para ver que um <r> inicial pode ter um traçado diferente de um <r> em meio de palavra, e ambos podem ser diferentes de um <r> final de palavra; o mesmo pode acontecer com o <s>. Uma observação mais atenta pode revelar que um <s> que precede um <t> pode ter um traçado ainda diferente, dependendo da ligadura para o <t>; um <l> em determinado contexto pode apresentar-se sempre aberto, em outro contexto, pode ter uma haste vertical ou reta com inclinação à esquerda ou à direita, com traçado parecido com o de um <d>, sem abertura, sendo possível acontecer o mesmo com um <h> ou com a haste de um <f> e por aí vão as diferenças no traçado dos grafemas.

Observando o traçado de maiúsculas, podem-se identificar formas diferentes para o grafema <B>, sendo que um lembra o <B> de imprensa, de um traço reto, vertical ou com alguma inclinação seguido do traço que faz os dois arcos com as curvas à direita ficando o ponto comum aos dois arcos próximo ao centro do traço reto; um outro substitui o traço reto por um traço com duas curvas, começando no alto à direita e descendo com inclinação para a esquerda; à direita desse traço aplicam-se os dois arcos descendo com a mesma inclinação da direita para a esquerda, os dois arcos

tanto podem se enlaçar ao centro do traço curvo, como ter sobre esse traço apenas num ponto comum. Convém destacar o uso exclusivo do primeiro <B> no manuscrito da ata da Câmara da Vila de Santa Ana das Cruzes de Mogi Mirim<sup>5</sup> (*Bē*), e a presença do segundo no fragmento do testamento de Bartolomeu da Cunha Gago<sup>6</sup> (*Belchior*).

Para a letra <i>, o grafema <i> pequeno tem frequência quase absoluta nos documentos, com apenas duas ocorrências do chamado <j> longo, *jnocencia*, no fragmento da Carta de Caminha, e *mjl*, na ata da Câmara da Vila de Santa Ana das Cruzes de Mogi Mirim. Nesse documento, observa-se o emprego de <y>.

A letra <M>, cujo traçado manual oscila entre uma forma mais parecida com a maiúscula de imprensa, e outro mais próximo da minúscula, mas com tamanho de maiúscula, está com esses dois traçados no fragmento do testamento de Bartolomeu da Cunha Gago (*Mjl*, *Men*). Algo parecido acontece com outras tantas maiúsculas. Enfim, observação mais acurada pode revelar mais variações de traçados de letras do que se pode supor.

Os diferentes traçados atuais de uma mesma letra não causam dificuldade de leitura, desde que dentro de um certo padrão atual de escrita. Se o manuscrito, ainda que contemporâneo, foge muito desse padrão, instala-se determinado grau de dificuldade que vai resultar numa classificação da escrita como parcial ou totalmente ilegível. Há escritos que justificam a classificação como de autoria de mãos inábeis, isto é, escrito por pessoas sem habilidade para escrever, um manuscrito eventual na vida de pessoas que não aprenderam o padrão da escrita. Tratando-se de manuscritos distantes alguns séculos de nosso tempo, num padrão de escrita já desconhecido, há que se proceder a um aprendizado para que a leitura se aproxime da fluência daquela da escrita padrão de hoje.

No fragmento da Carta de Caminha<sup>7</sup>, algumas letras podem oferecer dificuldade de leitura, a começar pelo próprio <a>.

<sup>5</sup> Cf. ATA..., 1617.

<sup>6</sup> Cf. TESTAMENTO..., 1685.

<sup>7</sup> Cf. CAMBRAIA, 1999.

Distinguem-se nesse fragmento basicamente dois <a>, tendo cada um deles seu desdobramento. A primeira ocorrência é do <a> arredondado com essa forma oca fechada, vindo-se à esquerda o traço inicial e, à direita, a chamada perna do <a>, uma ponta que termina a letra. Se for um <a> em começo ou dentro de vocábulo pode essa ponta acabar por ligá-la à letra seguinte (*afeiçam*) e, se for final de palavra, não é raro um prolongamento dessa ponta para cima com avanço à direita (*pôta*), ou com curvatura sobre o corpo da própria letra, que tanto pode ser um traço de arremate como marca de nasalidade do próprio <a> ou de vogal anterior (*nhũã*, *Dhuua*); a outra ocorrência não tem a forma arredondada, mas apenas os traços, com o desdobramento entre um traçado que simula um <u>, pela falta do fechamento em cima (*maneira*) e o outro que se confunde com um <x> (*estimam*, *inocencia*).

A letra <e> tem um traçado de mais alta freqüência que se caracteriza por sua semelhança com o <e> do gótico bastardo, procedente do gótico, mas carente de alguns traços deste. A marca da origem é muito clara, por exemplo, em *he*, *seerem*, *maneira*, *senhos*, *metê* e *Roque*, tendo como desdobramento um traçado ainda mais simplificado, confundindo-se com um <i>, pela ausência do arredondado, como por exemplo, em *afeiçam*, *nariçes*, *acerqua* e *beijos*. Com apenas uma ocorrência, há um <e> com traçado próximo ao de letra de forma, certamente avançado para a época, e a respeito do <e> tironiano a informação já foi dada em tópico específico.

Outra letra com dois grafemas bem definidos é o <h>, com a primeira ocorrência em *he*<sup>8</sup>, na linha 1, que se repete na linha 11. Esse traçado começa leve subindo em curva à direita, abre uma volta e dobra-se à esquerda para descer pesado, fazendo uma cauda com outra volta à esquerda e sobe para a letra seguinte, no caso, um <e>, cuja descrição foi feita no parágrafo anterior. Esse mesmo traçado é utilizado para o <h> nos seguintes vocábulos: *auermelhados*, *vergonhas*, *senhos* e *lbe*. Forma diferente desta para a mesma letra <h> é utilizada em *nhũã*, na linha 3, que se repete no fim dessa linha para a linha 4. Esse traçado vem leve da letra anterior, <n>, para fazer

<sup>8</sup> A terceira pessoa do presente do indicativo do verbo *ser* tem o <h> pseudo-etimológico, usual no período.

a haste com volta à direita, subindo e dobrando à esquerda para descer até a linha base, de onde sobe até a linha de altura do corpo fazendo a volta à direita e descendo abaixo da linha de base numa cauda em curva para a esquerda. Esse mesmo grafema aparece nas palavras: *Dhuua* e *dhũã*.

Convém observar que no mesmo contexto de dígrafo <lh>, *auermelhados* e *lbe*, é utilizada a mesma forma para o <h>, o que não ocorre no contexto do dígrafo <nh>, visto que nos vocábulos *vergonhas*, *senhos* é usado o primeiro e em *nhũã*, com duas ocorrências, linhas 3 e 5, o segundo.

A letra <r> apresenta variedade de formas, sendo a primeira ocorrência em *seerem* um <r> normal, em meio de palavra, que se repete em *pardos*, *maneira*, *auermelhados*, *nariçes*, *cobertura*, apenas no primeiro, *cobrir* e *mostrar*, apenas o final, *acerqua*, *grosura*, apenas o segundo, *furador*, apenas o final. Outro alógrafo é o <r> longo, cuja haste desce, como nos vocábulos *Rostros* e *cobertura*, apenas no segundo, *mostrar*, duas ocorrências, apenas o primeiro, *Rostro*, apenas o segundo, *traçiam*, *furados*, *bramcos*, *travessa*, *grosura*, apenas o primeiro, *furador*, apenas o primeiro. Há três ocorrências de um mesmo grafema <r> inicial, cujo traçado começa no alto, desce para fazer uma volta à direita, sobe abrindo outra volta à esquerda, avança cortando os dois traços anteriores, faz curva para cima, cruza de volta os mesmos traços para fazer a minúscula <o> em cada uma das palavras, *Rostros*, *Rostro* e *Roque*.

Outra letra que tem variedade de formas é o <s>, sendo a primeira ocorrência um <s> longo inicial de palavra, em *seerem*, o que se repete em *sem*, *suas* e *senhos*. Esse mesmo <s> longo trava sílaba interna de palavra em *rostros*, *estimam*, *mostrar*, *estam*, *mostrar* e *rosto*. Há um <s> longo em *oso*, com a particularidade de a palavra entrar na composição do vocábulo fonológico *Doso*, devido à aglutinação que absorveu a fronteira entre a preposição e o substantivo. Em vocábulos escritos com <ss>, habitualmente o primeiro é longo e o segundo, normal, como se pode ver nos vocábulos *e coussa* e *trauessa*. O <s> final de palavra, o mais freqüente neste fragmento, tem sempre a mesma forma, um <s> pequeno com um volteio para cima à direita, cruzando o traço inicial da própria letra: *deles*,

*auermelhados, bôds, rostros, boos, feitos, nuus, suas, vergonhas, ambos, os, beiços, furados, metidos, senbor, osos, bramcos, nos, os, demtes.* Por fim, há o <s> final de palavra que prolonga seu traço para baixo em curva à esquerda, como em *feitos* e *nos*. O exame desses grafemas permite o quadro que segue:

Letra	Grafema	Ocorrências no fragmento da Carta de Caminha
a		<i>afeiçam</i> (1), <i>pardos</i> (1), <i>dauermelhados</i> (1), <i>amDam</i> (2), <i>cubertura</i> (3), <i>açerqua</i> (5), <i>tamta</i> (5), <i>traziam</i> (6), <i>ambos</i> (6), <i>Debaixo</i> (7), <i>compridam</i> (8), <i>Dhuua</i> (8) <i>mãõ</i> (8), <i>trauessa</i> (8), <i>grosura</i> (9), <i>agudo</i> (9), <i>põta</i> (9) <i>coma</i> (10, 12), <i>furador</i> (10), <i>pela</i> (10), <i>parte</i> (10), <i>denxadrez</i> (12).
a		<i>maneira</i> (1), <i>narizes</i> (2), <i>nhũa</i> (3-4), <i>estimam</i> (3), <i>coussa</i> (4), <i>mostrar</i> (4) <i>suas</i> (4) <i>vergonhas</i> (4), <i>estam</i> (5), <i>açerqua</i> (5), <i>jnocemcia</i> (5), <i>traziam</i> (6), <i>furados</i> (7), <i>bramcos</i> (8), <i>Dalgodam</i> (9), <i>na</i> (9), <i>fica</i> (11), <i>antre</i> (11).
e gótico cortesão		<i>Deles</i> (1), <i>he</i> (1, 11), <i>seerem</i> (1), <i>maneira</i> (1), <i>dauermelhados</i> (1), <i>De</i> (2), <i>narizes</i> (2), <i>bem</i> (2), <i>feitos</i> (2), <i>sem</i> (3), <i>cubertura</i> (3), <i>estimam</i> (3), <i>nem</i> (3), <i>açerqua</i> (5), <i>jnocemcia</i> (5), <i>teem</i> (6), <i>beiços</i> (6, 11), <i>mostrar</i> (6), <i>Debaixo</i> (7), <i>eles</i> (7), <i>senhos</i> (7), <i>travessa</i> (8), <i>De</i> (8), <i>parte</i> (10), <i>dentro</i> (10), <i>que</i> (11), <i>feito</i> (11), <i>denxadrez</i> (12).
E		<i>e</i> (11).
e tironiano		<i>e</i> (2, 4, 6)
h		<i>he</i> (1, 11), <i>auermelhados</i> (2), <i>vergonhas</i> (4), <i>senhos</i> (7), <i>lhe</i> (11).
h		<i>nhũa</i> (3, 5), <i>Dhuua</i> (8) e <i>dhũu</i> (9).
i pequeno		<i>maneira</i> (1), <i>narizes</i> (2), <i>feitos</i> (2), <i>estimam</i> (3), <i>cobrir</i> (4), <i>disso</i> (5), <i>jnocemcia</i> (5), <i>traziam</i> (6), <i>beiços</i> (6, 10, 11), <i>Debaixo</i> (7), <i>metidos</i> (7), <i>compridam</i> (8), <i>fica</i> (11),
i longo		<i>jnocemcia</i> (5)

r pequeno		<i>seerem</i> (1), <i>pardos</i> (1), <i>maneira</i> (1), <i>auermelhados</i> (1), <i>narizes</i> (2), <i>cubertura</i> (3), <i>cobrir</i> (4), <i>mostrar</i> (4, 6), <i>açerqua</i> (5), <i>por</i> (7), <i>grosura</i> (9), <i>furador</i> (10), <i>parte</i> (10).
r longo		<i>Rostros</i> (2), <i>cubertura</i> (3), <i>mostrar</i> (4, 6), <i>Rostro</i> (6), <i>traziam</i> (6), <i>por</i> (7), <i>furados</i> (7), <i>bramcos</i> (8), <i>trauessa</i> (8), <i>grosura</i> (9), <i>furador</i> (10), <i>dentro</i> (10), <i>antre</i> (11), <i>denxadrez</i> (12).
R		<i>Rostros</i> (2), <i>Rostro</i> (6), <i>Roque</i> (12).
s longo		<i>seerem</i> (1), <i>Rostros</i> (2), <i>sem</i> (3), <i>estimam</i> (3), <i>suas</i> (4), <i>mostrar</i> (4, 6), <i>estam</i> (5), <i>Rostrro</i> (6), <i>senhos</i> (7), <i>Doso</i> (8), <i>grosura</i> (9), <i>fuso</i> (9).
s longo s pequeno		<i>coussa</i> (4), <i>Disso</i> (5), <i>trauessa</i> (8).
s		<i>Deles</i> (1), <i>auermelhados</i> (2), <i>bôds</i> (2, 2), <i>Rostros</i> (2), <i>nuus</i> (3), <i>suas</i> (4), <i>vergonhas</i> (4), <i>ambos</i> (6), <i>os</i> (6), <i>beiços</i> (6), <i>furados</i> (7), <i>metidos</i> (7), <i>senhos</i> (7), <i>osos</i> (7), <i>bramcos</i> (8), <i>os</i> (11), <i>demtes</i> (11).
s		<i>feitos</i> (2), <i>nos</i> (10).

**Quadro 1:** Letra / Grafema: ocorrências no fragmento da Carta de Caminha .

### Ata da Câmara da Vila de Santana das Cruzes de Mogi-mirim

Travado esse conhecimento com a letra cursiva em suas origens, avança-se um século para examinar dois documentos brasileiros. Pela ordem cronológica, o primeiro dos dois documentos do século XVII é uma ata da Câmara da Vila de Santa Ana das Cruzes de Mogi Mirim, atual Mogi das Cruzes, datada de 21 de janeiro de 1617, portanto, um documento redigido no então Estado do Brasil, Capitania de Sam Vicente. Percebe-se nítida diferença de domínio do ato de escrever entre o manuscrito de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Cabral e o de Gaspar dos Reis, escrivão da Câmara da Vila de Santana das Cruzes de Mogi Mirim.

Este é o teor da ata da reunião da Câmara da Vila de Santana das Cruzes de Mogi Mirim, de 21 de janeiro de 1617:

Figura 4 - Ata da Câmara, fólio 5r.

Em os Bynte eum dyas do mes deganero da era demil  
 e seyssemtos edezasete anos nesta Byla de sãtaanadas  
 Cruzes demo gy myrym nas pouzadas do guys leonardo  
 RyBero por nã aBer caza do cõselho se aguntarõ  
 5 os o fysyays da camara com Bẽ asa Ber amtonyo fernandez  
 eseu par sero amtonio gũo zal Bes eo pre qurador  
 geronymo rodñguez y o Brea dor mays Belho que ser Bya degu  
 ys na auzem sya do guys leonar dorryBero esemdo  
 guntos pera em camara tratarem emcozas do  
 10 Bẽ comum destepo Bo y eu gas par dos reys escry  
 Bãda camara que o escreBy Antonyo fernandez  
Antonio gonsalvez<sup>9</sup> — Jeronimo Rodriguez<sup>10</sup>

Certamente, do ponto de vista da escrita, o que mais chama a atenção nas doze linhas desta ata é o problema da fronteira de palavras, porque as há coladas umas às outras, divididas e com

segmentos de uma colados ao de outras. Se, à primeira vista, essa lição do manuscrito pode causar estranhamento, depois de breve exame, o leitor sente-se estimulado a ler, e as segmentações com que se depara deixam de representar qualquer dificuldade. Logo na primeira linha, está escrito *eum*, por *e um*, vindo a conjunção colada ao artigo indefinido; na linha 2, *edezasete*, em que a mesma conjunção cola-se ao numeral, *sãtaanadas*, por *sãta ana das*, início do topônimo; na linha 3, *demo gy*, por *de mogy*, a preposição vem colada à primeira sílaba de palavra do topônimo, deixando separada a sílaba final; na linha 5, *o fysyays*, por *ofysyays*, separada a primeira letra do substantivo; *com, Bẽ*, por *comBẽ*, a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo *convir* dividida em duas formas, *asa Ber*, por *a saBer*, a expressão segmentada com a preposição colada à primeira sílaba da forma verbal que está separada da sílaba final; na linha 6, *eseu*, por *e seu*, conjunção e possessivo juntos; *par, sero*, por *parsero*, o substantivo dividido; *gũo, zal, Bes*, por *gũonzalBes*, o sobrenome de um vereador em três segmentos; *eo*, por *e o*, conjunção colada ao artigo definido; *pre, qurador*, por *prequrador*, o substantivo em dois segmentos; na linha 7, *Brea, dor*, por *Breador*, o substantivo em dois segmentos; *ser, Bia*, por *serBia*, a forma verbal do imperfeito do verbo *servir* em dois segmentos; na linha 8, *auzem, sya*, por *auzemsya*, o vocábulo em dois segmentos, *leonar, dorry, Bero*, por *leonardo rryBero*, o nome do juiz com segmentação do prenome cuja última sílaba cola-se à primeira do sobrenome, isolando as outras duas sílabas; *esemdo*, por *e semdo*, a conjunção colada ao gerúndio do verbo *ser*; na linha 9, *cama, ra*, por *camara*, um substantivo dividido por uma fronteira antes da última sílaba; na linha 10, *des, tepo, Bo*, por *deste pobo*, um demonstrativo cuja última sílaba fica separada e cola-se à primeira sílaba da palavra seguinte, isolando a última; *gas, par*, por *gaspar*, nome do próprio redator do documento, com duas sílabas, vindo uma separada da outra, e na linha 11, *Bãda*, sendo que a sílaba *Bã* termina o substantivo *escriBã*, cujas duas primeiras sílabas ficaram no fim da linha anterior, e à sílaba *Bã*, juntou-se a combinação da preposição *de* com o artigo definido feminino singular *a*.

<sup>9</sup> O nome de Antonio gonsalves aparece por extenso com <i> pequeno e com <v>.

<sup>10</sup> Jeronimo Rodriguez assina por extenso com <i> pequeno.

## A fronteira de palavras

Como se pode deduzir, uma lição desse documento com as fronteiras entre as palavras regularizadas, de acordo com o hábito de escrita de hoje, apaga as mais importantes marcas para a história da escrita, ao mesmo tempo em que cancela a possibilidade de se inferir, de início, o grau de domínio do ato de escrever e o nível de conhecimento da língua por parte do autor dessa ata e, por conseqüência uma série de outras informações fundamentais para a própria história da língua.

O estado de língua em que se apresentam os manuscritos preservados que chegaram até nós constitui a única fonte de dados lingüísticos para a história da língua portuguesa no Brasil do século XVII. O levantamento de dados que os fragmentos dos documentos selecionados propiciam para nossa reflexão, como vem sendo aqui realizado, já impõe algumas considerações a respeito da questão da fronteira de palavras.

Com esta pequena ata em mãos, Tarallo (1990) certamente ficaria mais impressionado do que com aquela longa carta de 1725, que provocou seu comentário com alusões a um texto irreconhecível a um leitor inexperiente sobre questões da história do português.<sup>11</sup> De fato, os segmentos que aponta nunca chegam a segmentar um vocábulo, apenas acoplam vocábulos entre si, particularmente os clíticos que tanto impressionaram o pesquisador, por considerá-los, “à primeira vista, totalmente estranhos e irreconhecíveis de tal forma que um leitor contemporâneo poderia tentar atribuir a eles valores errôneos, por exemplo, interpretá-los como segmentos indecomponíveis”, tanto que passa a decompô-los.

O encadeamento da letra cursiva certamente não se define por algum critério gramatical, como seria o da escolha dos determinantes ou dos pronomes oblíquos para escrevê-los colados a determinados ou a formas verbais.

Como prevê Tarallo (1990), é com toda a gama de marcas de um estado de língua preservado que se faz história. Quanto maior

o volume de documentos originais manuscritos que se lê, com mais marcas lingüísticas se defronta o pesquisador, e quando acha que dificilmente aparecerá uma novidade, surge à sua frente um documento como essa ata de 1617.

A respeito dessa questão da fronteira de palavras, uma das hipóteses para o acoplamento de vocábulos parte da associação do fluxo da escrita com a capacidade de tinta da pena. Consumida a tinta da pena, o escriba levanta a caneta, no século XVII, a própria pena de ave, do suporte e leva-a ao tinteiro, para então voltar a escrever.<sup>12</sup> Terminado o ato de reabastecimento de tinta na pena, o punho volta ao suporte, mas dificilmente ao exato ponto em que deixou o último traço. Ainda que procurasse essa ligação, deixaria inequívoco vestígio. Esse dado prático descreve um hábito de escrita de que resulta, às vezes, uma linha inteira com uma fronteira ou duas entre palavras de uma escrita encadeada, pelo fluxo da letra cursiva. Assim como há o fluxo rápido que só levanta a pena para reabastecê-la, há também o fluxo lento que suspende a pena a breves intervalos por diversas razões, entre as quais uma pode ser simplesmente o hábito de escrever e outra, uma necessidade criada, por exemplo, por alguma inabilidade na escrita, isto é, por falta de domínio da técnica da escrita ou da própria língua em que escreve, o que permitiria, no caso, hesitações a provocar suspensões.

A Ata da Câmara da Vila de Santana das Cruzes de Mogi Mirim (1617), em questão, permitiria essa última hipótese, se levado em conta que, aparentemente, seu redator ignora grafema minúsculo para a letra <b>. De fato, há catorze grafemas <B>, que poderiam todos ter sido grafados com letra minúscula, no entanto, são todos grafados com maiúscula com a mesma forma, aquela que lembra o <B> de imprensa, o primeiro dos dois descrito no item 4, de um traço reto, vertical ou com alguma inclinação seguido do traço que faz os dois arcos com as curvas à direita ficando o ponto comum aos dois arcos próximo ao centro do traço reto: *Byla, a Ber, com Bẽ, gão zãl Bes, Brea dor, Belho, ser Bya, des tepo Bo, escry Bãda, escreBy,*

<sup>11</sup> A lição de que se vale Tarallo não é do original manuscrito, mas da edição de Schumann (1915).

<sup>12</sup> As primeiras penas metálicas são de fins do século XVIII.

RyBero, asa Ber, leonar dorry Bero, Bẽ comum. Acresce a essa limitação de natureza grafemática que apenas os últimos quatro grafemas correspondem ao padrão do emprego da letra <b>, reivindicado o emprego das letras minúsculas nessas palavras, sendo que os dez anteriores correspondem ao padrão do emprego da letra <v>. Assim, de dois dados a considerar, o primeiro seria uma forte marca dialetal, pelo emprego sistemático do <b> por <v> em dez ocorrências e o segundo, uma aplicação, igualmente inequívoca, da suspensão da pena a intervalos curtos porventura por alguma inabilidade que não se tem o propósito de analisar aqui.

Sobrepõem-se à questão da fronteira de palavras e ao registro exclusivo do grafema <B> algumas outras variedades de grafemas para algumas letras, como <d>, <l>, <r> e <s>. Há dois grafemas para a letra <d>, com pequena diferença de um para o outro, vindo o primeiro com a haste aberta para a esquerda, como nos vocábulos *dyas*, *dezasete*, *precurador*; o outro apresenta essa haste para cima, sem a acentuada inclinação à esquerda, como em *de*, *leonardo* e *semdo*. Há dois <l> minúsculos, sendo um aberto, como em *mil*, e o outro, um traço reto, como em *Byla* e *leonardo*. Há apenas uma ocorrência de <j> longo, *mjl*, no teor da ata, em que é alta a frequência do <y>. Na assinatura de Antonio Fernandes é nítido o grafema <y>, não sendo possível saber o grafema utilizado nas duas subseqüentes, *Antonio gonsalvez* e *Jeronimo Rodriguez*, por virem abreviadas, salvo o <i> do sobrenome *Rodriguez*.

O <r> distribui-se entre o pequeno, como em *ganero*, *era*, *myrim*, e o longo, como em *par sero*, já o <R> maiúsculo tem apenas uma ocorrência na assinatura *Rodriguez*. Há três <s> minúsculos, sendo o mais freqüente aquele que vem com um laço ou com dois, como em *Os*, *dyas*, *mes*, um outro com menor freqüente não apresenta laço, como em *Cruzes*, *guys*, *escreBy*, e o terceiro com apenas uma ocorrência no vocábulo *conselho*.

Letra	Grafema	Ocorrências no fragmento da Ata da Camara
d		<i>dyas</i> (1), <i>do</i> (1, 8), <i>de</i> (1, 3), <i>da</i> (1, 5, 11), <i>dezasete</i> (2), <i>das</i> (2), <i>pouzadas</i> (3), <i>precurador</i> (6), <i>Breador</i> (7), <i>deste</i> (10), <i>dos</i> (10).
d		<i>de</i> (2), <i>do</i> (3, 8), <i>leonardo</i> (3, 8), <i>semdo</i> (8).
i longo		<i>mjl</i> (1).
l aberto		<i>mjl</i> (1), <i>guõzalBes</i> (6).
l reto		<i>Byla</i> (2), <i>leonardo</i> (3, 8), <i>cõselho</i> (4), <i>Belho</i> (7), <i>leonardo</i>
r pequeno		<i>ganero</i> (1), <i>era</i> (1), <i>Cruzes</i> (1), <i>myrim</i> (1), <i>leonardo</i> (3, 8), <i>RiBero</i> (4, 8), <i>por</i> (4), <i>aBer</i> (4), <i>aguntarõ</i> (4), <i>camara</i> (5), <i>saBer</i> (5), <i>precurador</i> (6), <i>geronymo</i> (7), <i>serBya</i> (7), <i>pera</i> (9), <i>reys</i> (10), <i>escryBã</i> (10), <i>escreBy</i> (11).
r longo		<i>parsero</i> (6), <i>tratarem</i> (9).
R		<i>Rodriguez</i> (12).
s		<i>Os</i> (1), <i>mes</i> (1), <i>seyssentos</i> (2), <i>dezasete</i> (2), <i>nesta</i> (2), <i>sãtaana</i> (2), <i>das</i> (2), <i>nas</i> (3), <i>pouzadas</i> (3), <i>asaBer</i> (5), <i>gõosalBes</i> (6), <i>esemdo</i> (8), <i>gaspar</i> (10), <i>dos</i> (10), <i>reys</i> (10).
s		<i>dyas</i> (1), <i>Cruzes</i> (3), <i>ofyisyays</i> (5), <i>guys</i> (3-8), <i>mays</i> (7), <i>escryBã</i> (10), <i>escreBy</i> (11).
s		<i>cõselho</i> (4).

Quadro 2: Letra /Grafema: Ocorrências no fragmento da Ata da Câmara.

É possível apontar características de escrita de mão inábil nessa Ata, o que fica para o item 9, com o exame da correspondência

grafema / fonema, o que se faz depois de examinado o fragmento do testamento de Bartolomeu da Cunha Gago.

### Ligadura

Se a letra gótica isola as letras umas das outras, a ponto de a fronteira entre vocábulos se definir por distância maior entre a última letra de um e a primeira do próximo, do que a das letras de um mesmo vocábulo entre si, a cursiva processual liga os grafemas dentro do vocábulo e facilmente os vocábulos uns aos outros, conforme se pode verificar pelas três imagens dos manuscritos (figuras 3, 4 e 6) e por sua respectiva lição semidiplomática.

Santos (1994, p.96) trata dessas ligaduras como nexos de letras assinalando que algumas letras mais correntemente formam nexos, o que dificulta distinguir onde termina uma e começa outra. A autora, que trabalha da letra visigótica à carolina, identifica como mais propícias a nexos as letras *a, e, g, o, q, r, s e t*.

Com relação à cursiva processual pode-se dizer que não há preferência de letras para as ligaduras, porque é da natureza da cursiva processual que as letras sejam escritas encadeadas, isto é, ligadas em cadeia. A ausência de encadeamento pode estar marcando tão somente a interrupção da escrita para molhar a pena de tinta. Essa interrupção é incontestável, mas não impede que haja interrupções entre um e outro ato de molhar a pena. O ritmo da cursiva depende dos hábitos do escriba, o que significa que varia de um para outro escriba. No fragmento da Carta de Caminha<sup>13</sup>, observa-se que há muitos casos em que não está feita a fronteira entre as palavras, ou por outra, há vocábulos que estão conectados, ligados ao seguinte. Os nexos ou as ligaduras são, pois, esses traços, quase sempre leves, que emendam os vocábulos uns com os outros, chegando, às vezes, a ligar praticamente todos os vocábulos de uma linha do manuscrito. Não é o caso da Carta de Caminha, mas ocorrem linhas com pouca fronteira entre vocábulos em manuscritos de letra cursiva.

Faz parte da História da Paleografia a ligadura (*ligatura*) que reduz a escrita de fim de palavras, ficando as últimas letras supridas por esse traço que se liga ao início da palavra seguinte. Como diz Houaiss (1967, p.10), essa ligadura é o mal necessário, que estaria na origem das abreviaturas. A Filologia Clássica reconhece nelas uma fonte das notas tironianas de que tratamos anteriormente.

As ligaduras incomodam o principiante em leitura de manuscrito, sobretudo quando o final de uma palavra faz fronteira com a parte inicial, e fica isolado, ou vem ligado à parte inicial da palavra seguinte, que, por sua vez, faz fronteira com sua parte final. O exemplo que vem da ata que examinamos é algo próximo disso:

**Figura 5:** Passagem da Ata da Camara, fólio 5r.

Com Bẽ asa Ber

Conclui-se que a ligadura é dado essencial para a história da escrita, portanto, para o estado de língua dos manuscritos.

### Fragmento do Testamento de Bartolomeu da Cunha Gago

“Estando doente em cama e em perfeito juízo e entendimento [...], faço este testamento na forma seguinte”, escreve Bartolomeu da Cunha Gago, em 17 de janeiro de 1685. É um texto com 40 itens numerados, dos quais seguem os itens 31 a 35. No item 3, declara que é natural de São Paulo, filho de Antônio da Cunha Gago e de Marta de Miranda e que é casado, “a face da Igreja”, em Santa Ana das Cruzes da Vila de Mogi, com Maria Portes Del Rei, filha do Capitão João Portes Del Rei e de sua mulher Juliana Antunes Cardoso.

<sup>13</sup> Cf. CAMBRAIA, 1999.

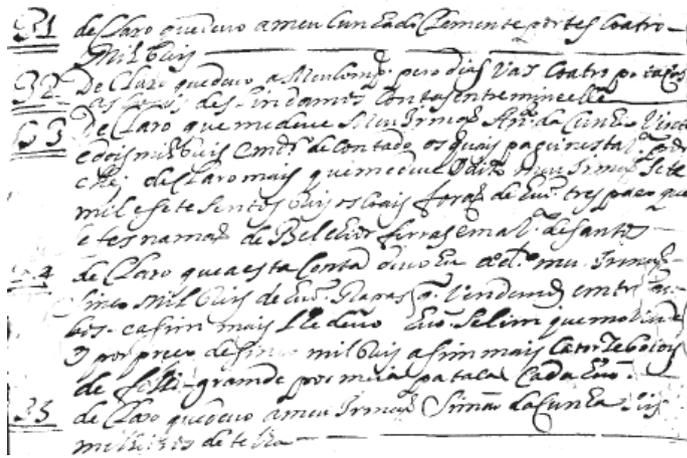


Figura 6 - Fragmento do Testamento de Bartolomeu, fôlio 4r.

- 31 deClaro que deuo a meu Cunhado Clemente portes Coatro Mil Reis  
 32 DeClaro que deuo aMeu Compadre pero dias Vas Coatro pataCas  
 as Coais desLindamos contas entre min eelle  
 38 DeClaro que me deue Meu Irmaõ Antonio da Cunha Vinte  
 e dois mil Reis em dinheiro de contado os quais pagei nesta Villa por  
 elle; deClaro mais que me deue O dito meu Irmaõ Sete  
 mil esete Sentos Reis os Coais foraõ de hũo. trespaso que  
 Se fes na maõ de Belchior ferras em a Villa desantos  
 34 deClaro que a esta Conta deuo Eu a<o> dito meu Irmaõ  
 Sinco Mil Reis de hũo. Rapas que Vendemos emtre  
 bos. easim mais lhe deuo hũo. Selim que mo Vende  
 O por preço desinco mil Reis asim mais Catorze botois  
 de filla grande por meia pataca Cada hũo  
 35 deClaro que deuo a meu Irmaõ Simaõ daCunha Seis  
 milheiros de telha

A dezesseis anos do final do século XVIII, alguns grafemas apresentam maior variedade, como os utilizados para a letra <c>, passando a minúscula a ter na prática grafema com dois tamanhos, o pequeno em meio de palavra, e outro, de corpo um pouco mais alto, no início de palavra; o maiúsculo, no caso deste fragmento, passa a linha de base. Ficam nítidas as dobras da haste à esquerda e

à direita para o grafema <d>, havendo também o <d> sem dobra, apenas com inclinação da haste. Está presente um <f> de traçado mais simples do que era corrente, mas o traçado arrevesado avança pelo século XVIII. O grafema novo em relação aos testemunhos anteriores é o <h>, por sua semelhança com um <E> maiúsculo. Chama a atenção neste documento o emprego do <L> maiúsculo em meio de palavras, em contexto igual ao de um <l> minúsculo. Além do <r> pequeno, há outros dois traçados diferentes para a letra <r> minúscula, sendo que o segundo vai passar por uma simplificação que entra pelo século XVIII. Para o <s> minúsculo, além do pequeno, há o longo e dois outros traçados de <s> que termina a palavra, um que apenas prolonga a curva descendente à esquerda e outro que não a prolonga. O <S> maiúsculo desse fragmento semelha o longo minúsculo, mas não desce além da linha de base. Por fim, o <z> minúsculo que também não ultrapassa essa linha.

Letra	Grafema	Ocorrências no fragmento do Testamento de Bartolomeu
õ em ditongo nasal		Irmaõ (5, 7, 10, 15), foraõ (8), maõ (9).
c pequeno		Belchior (9), Sinco (11, 13), patacas (14).
c em início de palavra		Cunhado (1), Coatro (1, 3), Compadre (3), contas (4), contado (6), coais (8), Conta (10), Catorze (13), pataca (14).
C		deClaro (1, 7, 10, 15), Clemente (1), DeClaro (3, 5), pataCas (3), Cunha (5, 15), Conta (10), Cada (14).
D		DeClaro (3, 5).
d c/ haste à esquerda		deuo (1, 3, 10, 15), dias (3), dois (6), deue (7), vendemos (11), grande (14), Cada (14).

d c/ haste à direita		<i>deCLaro</i> (1, 7, 10, 15), <i>desLindamos</i> (4), <i>deue</i> (5), <i>de</i> (6, 8, 9, 13, 14, 16), <i>deuo</i> (12), <i>da</i> (15).
d sem dobra		<i>dito</i> (7, 10), <i>de</i> (11).
f		<i>foraõ</i> (8), <i>fez</i> (9), <i>ferras</i> (9), <i>filla</i> (14).
h		<i>Cunhado</i> (1), <i>hũo</i> (8), <i>Belchior</i> (9), <i>hũo</i> (10), <i>lhe</i> (12), <i>hũo</i> (12), <i>Cunha</i> (15), <i>milheiros</i> (16), <i>telha</i> (16).
l		<i>Belchior</i> (9), <i>Mjl</i> (11), <i>Selim</i> (12).
L		<i>deCLaro</i> (1, 7, 10, 15), <i>Clemente</i> (1), <i>DeClaro</i> (3, 5), <i>desLindamos</i> (4).
r pequeno		<i>deCLaro</i> (1, 7, 10, 15), <i>portes</i> (1), <i>Coatro</i> (3), <i>DeClaro</i> (3, 5), <i>entre</i> (4), <i>Irmão</i> (5, 7, 10, 15), <i>por</i> (6, 14), <i>trespaço</i> (8), <i>foraõ</i> (8), <i>Belchior</i> (9), <i>ferras</i> (9), <i>entre</i> (11), <i>preço</i> (13), <i>catorze</i> (13), <i>grande</i> (14), <i>milheiros</i> (16).
R		<i>Rapas</i> (11).
R		<i>Reis</i> (2, 6, 11).
s longo		<i>dias</i> (3), <i>sete</i> (8), <i>santos</i> (9), <i>easim</i> (12), <i>sinco</i> (11, 13), <i>asim</i> (13).
s final		<i>portes</i> (1), <i>Reis</i> (2, 6, 11), <i>mais</i> (7, 12), <i>coais</i> (8), <i>ferras</i> (9), <i>esta</i> (10).
s pequeno		<i>Vas</i> (3), <i>fes</i> (9), <i>santos</i> (9).
S		<i>Simão</i> (15).
z		<i>catorze</i> (13).

**Quadro 3:** Letra / Grafema: Ocorrências no fragmento do Testamento de Bartolomeu.

## Representação gráfica: casos de variação

Os documentos manuscritos estudados apresentam diversos casos de polivalência de grafemas, cuja frequência depende da habilidade de quem escreve. Identificam-se neste item casos de variação gráfica nos textos em análise, a partir de um levantamento que pode fornecer subsídios tanto para a caracterização de hábitos gráficos quanto para o estudo de realizações fônicas refletidas nas opções do escriba. Tal como no caso das fronteiras de palavra, somente uma transcrição conservadora revela a variação gráfica e permite ao pesquisador considerar o estado de língua da época.

No fragmento da Carta de Caminha, quanto à representação gráfica de consoantes, começa-se pela variação das sibilantes. Ocorrências como *disso* e *tranessa*, a par de *grosura* e *oso* mostram a convivência entre as grafias <ss> e <s> para representar consoante áptico-alveolar surda. Varia também a representação da sibilante áptico-alveolar sonora, entre <s> e <ss>, que se equivalem em posição medial, como demonstram *fuso* e *coussa*. As grafias <ç>, e <c> antes de <e> e <i> representam as predorsodentais surdas; <ç> ocorre independentemente da vogal ou semivogal que o segue: *feçam*, *açerqua*, *beços* e *beço*, com apenas uma ocorrência <c>. Quanto à representação da velar [k], convivem as grafias <c> e <qu> em posição medial, como em *fica* a par de *açerqua*, predominando <c>. A alternância entre <o> e <u> precedidos da velar surda [k] em posição pretônica dá-se entre palavras cognatas e pode indicar, no caso de *cobertura*, harmonização vocálica com a vogal alta da sílaba tônica. Outro caso de variação vocálica é o de <i> e <j>, com *jnocemcia* e diversas formas com <i> em posição medial.<sup>14</sup> A partir do que até agora se disse, apresenta-se o quadro a seguir.

<sup>14</sup> O par <i> / <y> não foi incluído no quadro 3 por não haver exemplo de <i> em posição inicial. No mesmo fragmento, varia a representação da marca de nasalidade das vogais simples. Em posição medial e final, o copista escolhe o <m> com maior frequência, como em *brancos* e *nem*. A grafia <n> ocorre somente em posição medial, enquanto que o til apresenta uma ocorrência para cada posição.

Consoantes / Vogais	Grafias	Ocorrências
Ápico-alveolar surda [s]	<ss> / <s>	<i>disso</i> (5), <i>tranessa</i> (8) / <i>osos</i> (7), <i>oso</i> (8), <i>grossura</i> (9).
Ápico-alveolar sonora [z]	<s> / <ss>	<i>fuso</i> (9) / <i>coussa</i> (4).
Predorsodental surda [ʃ]	<ç> / <c>	<i>feçam</i> (1) <i>açerqua</i> (5), <i>inocencia</i> (5) <i>beços</i> (6), <i>beço</i> (10,11), / <i>inocencia</i> (5).
Oclusiva velar surda [k] em posição medial	<c> / <qu>	<i>brancos</i> (8), <i>fica</i> (11) / <i>açerqua</i> (5) <i>Roque</i> (12).
Média [o] e alta [u] em posição pretônica	<o> / <u>	<i>cobrir</i> (4) / <i>cubertura</i> (3)

**Quadro 4:** Variação gráfica no fragmento da Carta de Caminha.

Na Ata da Câmara seiscentista, ocorrem diversos casos de variação gráfica, dos quais se trata a seguir. Na representação de oclusiva velar sonora antes de <a> e de <o>, convivem as grafias <g> e <gu>, em *gaspar* e *gũozalBes*. Decorre a oscilação de escolha, para um mesmo contexto, de grafias com uso distinto, ou da representação de variantes dialetais. Quanto ao uso de <g> a par de <j> para fricativa palatal sonora [ʃ], é possível supor que essa consoante oscilasse com uma africada [dʒ] em *geronymo*, *ganero*, *guntos*. Nesse caso, pode-se estar diante de uma retenção lingüística no dialeto do escriba da ata, que é sistemático no uso de <g> e contrasta com o uso de <j> por um dos signatários. A representação de outra consoante, a sibilante [s], varia entre <s> e <z>, o que pode indicar inabilidade em utilizar grafias que distinguem consoantes surdas e sonoras, como se vê em *dezasete*, *ofisyays* e *gũozalBes*. Ainda entre consoantes, percebe-se oscilação na grafia de vibrante múltipla em posição inicial, como em *reys* e *RyBero*. Quanto à consoante velar [k], ocorre um caso de grafia <q>, *precurador*, ao lado de <c>, em *camara*, *caza*, *comum* e *cozas*.<sup>15</sup> Na representação de vogais, constata-se a tendência para indicar vogal alta [i] pela grafia <y> a par de <i> (com uma única ocorrência de <i> longo <j>, em *mjl*), contraste

<sup>15</sup> Este caso não é incluído no quadro 4 porque não há exemplo de <c> em posição medial.

que ocorre em posição medial.<sup>16</sup> Há alternância entre grafias <e> e <y> para a conjunção, com marca de oralidade no segundo caso. Com base nos dados até agora apresentados, apresenta-se a quadro abaixo.

Consoantes / Vogais	Grafias	Ocorrências
Oclusiva velar sonora [g]	<g> / <gu>	<i>gaspar</i> (10) / <i>gũozalBes</i> (6).
Fricativa palatal sonora [ʃ]	<g> / <j>	<i>ganero</i> (1), <i>guys</i> (3,8), <i>aguntarõ</i> (4), <i>geronymo</i> (7), <i>guntos</i> (9) / <i>Jerônimo</i> (12).
Fricativa alveolar surda [s] em posição média	<s> / <z>	<i>dezasete</i> (2), <i>ofisyays</i> (5) / <i>gũozalBes</i> (6).
Vibrante múltipla [ʃ] em posição inicial	<r> / <R>	<i>rodriguez</i> (7), <i>reys</i> (10) / <i>RyBero</i> (4), <i>Rodriguez</i> (12).
Vogal alta anterior [i]	<y> / <j> (i longo)	<i>dyas</i> (1), <i>Byla</i> (2), <i>myrym</i> (3), <i>RyBero</i> (4), <i>ofisyays</i> (5), <i>geronymo</i> (7), <i>rryBero</i> (8), <i>escryBã</i> (10), / <i>mjl</i> (1).
Média [e] e alta [i]	<e> / <y>	<i>e</i> (1, 2, 2, 6, 6, 8) / <i>y</i> (7, 10).

**Quadro 5:** Variação gráfica na Ata da Câmara de Mogi das Cruzes.

No fragmento do testamento de Bartolomeu da Cunha Gago, a sibilante surda em posição final de palavra é representada por <s>, como nos exemplos *portes*, *Reis*, *dias*, *pataCas*. O uso da grafia <ll> tem, em dois casos, base etimológica: *elle*, que se explica pelo latim *ille*, e *Villa*, do latim *villa*. Além disso, há um exemplo sem base etimológica, *fillagramde*. A única ocorrência de exemplo de <l> nessa posição é *Selim*. Cabe mencionar a ocorrência de *pagei*, com <g> para oclusiva velar diante de <e>, grafia que pode encontrar variação ao longo de todo o testamento. No caso do uso da grafia <Co> ao lado de <qu>, parece tratar-se de preferência por uma

<sup>16</sup> Para a marcação de nasalidade das vogais, predomina a grafia <m>, seguida de <->, havendo ocorrências de <n> em posição medial, grafia empregada pelo autor da ata e por dois signatários.

grafia hipercorreta. Há duas ocorrências de *Coais* e duas de *Coatro*, enquanto que há apenas uma de *quais*.<sup>17</sup>

Pode-se constatar que o exame das dificuldades na leitura de manuscritos é muito profícuo, na medida em que contribui com informações relevantes para a compreensão do *usus scribendi*. Elementos como os alógrafos, a fronteira de palavras, a ligadura e o sinal tironiano são importantes marcas para a história da escrita e indícios de habilidade do escriba, que importam inclusive para a História da Língua.

Além dos casos de variação gráfica, há outros dados gráficos muito curiosos para a caracterização do estado de língua da época, na ata de Mogi das Cruzes. Prováveis marcas de oralidade foram registradas, como a síncope de vogal em *Breador* por *Vereador*, fenômeno característico atualmente do português rural. Há ainda mais formas características do atual falar rural, como formas com vogal [e]: *precurador* e *pera*. A monotongação é outro fenômeno bem representado na ata: *cozas*, *ganero*, *parseiro*, *rryBero*, *RyBero*. Um dado morfológico desperta atenção: a forma *aguntarõ*, que guarda a grafia etimológica da desinência de terceira pessoa do plural do pretérito perfeito.

## Conclusão

O exame de dificuldades de leitura em fragmentos de textos em português, de diferentes épocas, leva a refletir sobre o ato de escrever. Evidenciam-se, na leitura, aspectos da morfologia e do encadeamento das letras, além da variação gráfica, elementos que decorrem tanto de aspectos psicofisiológicos quanto da situação social do escriba e, conseqüentemente, do seu nível de aprendizagem.

O traçado da escrita, ao correr da pena, submete-se a influências da mão que escreve e do olho que lê. Pela lei do menor esforço, tende-se a simplificar os traços essenciais das letras para tornar

<sup>17</sup> Quanto às marcas de nasalidade, há distribuição entre <m> e <n> em posição medial e final, sem ocorrência de til. Cabe mencionar a preferência por <n> em posição medial.

mais leve o trabalho, que resulta menor quanto menos se levante o instrumento de escrita. O olho tende a regularizar as transformações gráficas porque pretende reconhecer os traços essenciais das letras com o menor esforço possível. Nesse sentido, o que era facilitação para o escriba pode ser dificuldade para os leitores. Por outro lado, ocorrem letras mais elaboradas por obra do estilo do escriba, que também podem apresentar problemas de leitura. Se o ritmo da escrita é lento, há desenho autônomo de caracteres e insegurança do traço. A habilidade da mão determina a medida de encadeamentos e fronteiras, e a cultura determina a regularidade das formas e dos nexos.

Não só o traçado das letras, mas também a variação de grafemas e alógrafos demonstra que a escolha de formas parece ser própria de um indivíduo ou grupo, podendo-se falar, neste caso, em pluralidade na ortografia, que o escriba domina com maior ou menor perícia. Casos de instabilidade gráfica podem refletir particularidades fonéticas do português representado nos documentos em análise.

Em síntese, os aspectos analisados sob a denominação de hábitos gráficos, em documentos de períodos distintos, aponta para a necessidade de um estudo persistente e minucioso que, a partir de dados individuais, venha a constituir quadros mais amplos no que se refere ao traçado das letras e à representação gráfica de unidades fonológicas. Nesse sentido, pesquisas filológicas ora em andamento em âmbito nacional têm muito a oferecer, se se considerar o muito que ainda há por fazer. Espera-se que o panorama aqui delineado venha a se ampliar, de modo a se conseguir o rigor desejável para a qualidade das lições a serem estabelecidas pelos pesquisadores que se dedicam hoje ao estudo de documentos manuscritos em português.

## REFERÊNCIAS

A DEMANDA do Santo Graal. [14--]. Manuscrito do século XV depositado na Biblioteca Nacional de Viena. Códice 2594, 98v.

ATA da Câmara da Vila de Santana das Cruzes de Mogi Mirim. 21 jan. 1617. Manuscrito depositado no Arquivo Histórico e Pedagógico de Mogi das Cruzes. Caderno 1, 5r.

CAMBRAIA, C. N. et al. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Humanitas; Publicações da FFLCH/USP, 1999. (Série Diachronica, v.1).

CARTER, H. H. **The portuguese book of Joseph of Arimathea**. Chapel Hill: University of North Carolina, 1967.

CORTESÃO, J. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

HIGOUNET, C. **L'Écriture**. 7.<sup>ème</sup> ed. Paris: PUF, 1986.

HOUAISS, A. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: INL, 1967.

KOPP, U. F. **Lexicon tironianum**: nachdruck aus Kopp's "Palaeographia critica" von 1817, mit Nachwort und einem Alphabetum Tironianum von Bernhard Bischoff. Osnabrück: Otto Zeller, 1965

SANTOS, M. J. A. **Da visigótica à carolina**: a escrita em Portugal de 882 a 1172. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

SPINA, S. **Introdução à edótica**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

TARALLO, F. **Tempos lingüísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Editora Ática, 1990.

TESTAMENTO de Bartolomeu da Cunha Gago. 1685. Manuscrito do século XVII depositado no Arquivo Histórico Municipal Dr. Félix Guisard Filho, Taubaté -SP. Documento n.28, caixa n.2, fól. 2r. a 5r. 1685.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AVALLE D' ARCO, S. **Principi di critica testuale**. Padova: Editrice Antenore, 1972.

AZEVEDO FILHO, L. A. de. **Iniciação em crítica textual**. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: Edusp, 1987.

BARBOZA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**. 2. ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1830.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CRUZ, A. **Paleografia portuguesa**. Porto: Universidade Portucalense, 1987.

JACKSON, D. **The story of writing**. Londres: Barry and Jeckins, 1981.

LIMA, L. C. de. **Orthographia da lingua portugueza**. Lisboa Occidental : Off. Antonio Isidoro, 1736.

MAIA, C.de A. **História do galego-português**. Lisboa: Calouste Gulbenkian; JNICT; 1997.

MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

MATTOS e SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia. São Paulo: Contexto, 1991.

MEGALE, H. **Língua portuguesa**: fenômenos históricos e variedade atual. In: SILVA, L. A. da. (Org.). *A língua que falamos*. São Paulo: Globo, 2005. p. 269-287.

MUZERELLE, D. **Vocabulaire codicologique; Répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits**. Paris: Editions CEMI, 1985.

OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**: edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.

PENHA, J. A. P. **Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos**. Franca: Ed. UNESP, 1997.

SCHUMANN, F. (Org.) **Governadores do Rio de Janeiro**: correspondência activa e passiva com a Corte. Rio de Janeiro: Oficinas Graficas do Archivo Nacional, 1915.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. 4.ed. Lisboa: Sá da Costa, 1990.

## **D. RAPHAEL BLUTEAU: MARCO NA LEXICOGRAFIA PORTUGUESA DE SETECENTOS**

**Clotilde de Almeida Azevedo MURAKAWA**

### **Antecedentes da lexicografia portuguesa de setecentos**

A produção lexicográfica no século XV foi, segundo Verdelho (1995, p.217) “uma das manifestações mais importantes da expressão cultural e especialmente lingüística do Renascimento”. Para que isto ocorresse, vários fatores concorreram e em especial a fabricação, divulgação e acesso aos textos que surgiam; também contribuíram as técnicas tipográficas e as exigências sempre crescentes do público leitor. A prática dicionarística atingiu, assim, a sua maturidade em meados do século XV.

Na época, era necessário para o processo de ensino da língua latina que manuais do léxico fossem elaborados comparando o latim às línguas vernáculas. Desta forma, os dicionários se tornaram meios importantes para a estruturação do léxico e para a “formação do patrimônio escrito das línguas modernas”. (VERDELHO, 1995, p. 217).

A tradição lexicográfica renascentista deu continuidade ao que se fazia na Idade Média, mas estabeleceu procedimentos próprios. Já no período medieval notava-se a preocupação em elaborar obras especiais sobre artes médicas e botânicas, estudos bíblicos, teológicos e jurídicos e também vocabulários das artes liberais com especial destaque para a terminologia poética e gramatical.

Para Verdelho, em seu livro *Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, publicado em 1995:

Os dicionários do Renascimento procuram enquadrar-se coerentemente, entre um conjunto de factores resultantes da renovação escolar humanista, da modificação do pensamento e do horizonte lingüístico, do progresso técnico, e da comercialização da escola. Começam a coligir, selectiva e exclusivamente, o vocabulário prestigiado pela memória textual antiga, e são produzidos e editados de acordo com as motivações da concorrência comercial e das solicitações do público. (VERDELHO, 1995, p. 220).

A lexicografia ganhava, assim, no Renascimento, o espaço de disciplina lingüística autônoma. A produção de manuais necessários ao ensino do latim e língua vernácula contribuíram muito para a expansão e produção de dicionários.

Um outro aspecto merecedor de destaque e que marcou o papel da lexicografia no Renascimento foi a aceitação de que o dicionário devia ser uma obra em constante atualização. O componente lexical deveria ser visto como uma realidade dinâmica e evolutiva, passível de ser ampliado; ao contrário do pensamento medieval que via as obras lexicográficas como um *corpus* fixado, sem permitir alterações. E como destaca Verdelho (1995, p. 227):

Com o advento da imprensa e a multiplicidade das referências textuais e ainda com a proliferação do acto pedagógico, o texto lexicográfico oferecia, ao espírito crítico humanista, uma fragilidade estimulante para o exercício de aperfeiçoamento e o ímpeto inovador. Os dicionários aparecem assim como manual mais susceptível de ser corrigido e actualizado. Acresce-se a esta conjuntura histórico-cultural a mobilidade e criatividade do “corpus” lexical, solicitadas pelo mundo das coisas e realidades novas e pela emergência dos vernáculos que impunham o funcionamento de paradigmas lexicais abertos.

O aparecimento da palavra “dictionarium” nas obras lexicográficas foi um indício de que uma nova disciplina lingüística estava surgindo designando um objeto com fins pedagógicos.

“Dictionarium” substituiu na metade do século XVI o “lexicon” do grego.

Foi em conformidade com esse modelo de dicionário destinado a ser um auxiliar no ensino da língua latina, juntamente com a gramática, que a lexicografia portuguesa bilingüe apresentou sua primeira obra lexicográfica de autoria de Jerônimo Cardoso (c.1500 – c.1569), na 2ª metade do século XVI: o *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*<sup>1</sup>, publicado em 1562. Neste dicionário Cardoso deu início à primeira alfabetação do *corpus* lexical da língua que serviu de modelo para a produção dicionarística subsequente. Formando um único volume, o “dictionarium” passou a ser um manual útil para as aulas de gramática, contribuindo para a aprendizagem do léxico do latim e suas equivalências na língua portuguesa.

Como registra Inocêncio Francisco da Silva (1860, v. IV, p. 259) em seu *Diccionario Bibliographico*, a obra de Jerônimo Cardoso:

Era o primeiro vocabulario d’este genero que se imprimia para subsidio do estudo das linguas latina e portugueza; e por isso mereceu extraordinaria aceitação; o que bem provam as repetidas reimpressões que d’elle se fizeram, ainda depois de apparecer o outro *Diccionario* de Agostinho Barbosa e até a *Prosodia* de Bento Pereira.

Para Verdelho (1994, p. 674) o *Dictionarium* de Cardoso apresenta um *corpus* lexical “interessante e significativo para a época, composto por cerca de 12.100 formas diferentes, distribuídas por pouco mais de 12.000 entradas a que foram ainda acrescentadas 728 na segunda edição (1569).”

Depois do *Dictionarium* de Cardoso foram publicadas mais 2 obras bilingües no século XVII, que deram continuidade ao pensamento lingüístico do Renascimento.

No século XVII, temos o *Dictionarium Lusitanico-Latinum* de Agostinho Barbosa (1590 –1649), publicado em 1611 por *Frutosum Laurentium* de Basto, que apresenta um *corpus* do latim autorizado com uma copiosa exemplificação de sinônimos na parte da língua portuguesa. E o *Thesouro da Lingua Portuguesa* de

<sup>1</sup> Cf. VERDELHO, 1994.

autoria do Pe. Bento Pereira (1605 –1681) publicado em 1646 por Paulo Craesbeeck. Este “thesaurus” aparece incluído na Prosodia in Vocabularium Bilingue Latinum et Lusitanum, Castellanium Digesta (1634)<sup>2</sup>.

### Raphael Bluteau e seu Vocabulario Portuguez e Latino

No século XVIII, publicou-se pelo Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, o Vocabulario Portuguez e Latino<sup>3</sup> do Pe. Raphael Bluteau, em 8 volumes, publicados ao longo de 9 anos, a saber: volumes I e II, em 1712; III e IV em 1713; volume V, em 1716; volumes VI e VII, em 1720 e o volume VIII, em 1721. Aos 8 volumes juntaram-se dois outros de suplementos publicados em 1727 e 1728.

Raphael Bluteau, filho de pais franceses, nasceu em Londres em 04 de dezembro de 1638 e com 6 anos de idade deixou a Inglaterra com sua mãe, indo para a França, fugindo das perturbações que acometiam seu país de nascimento, em decorrência da morte de Carlos I. Desde jovem Bluteau demonstrou talento e grande interesse pelos estudos humanísticos e pela vida religiosa. Depois de cursar Humanidades em Paris e doutorar-se em Teologia em Roma, vestiu a roupa de clérigo regular da ordem dos teatinos de S. Caetano, em 1661.

Tendo adquirido na França a fama de grande orador, foi designado pelo superior de sua ordem para ir para Portugal, onde a ordem de S. Caetano já aí estava instalada há aproximadamente 20 anos. Recebeu, logo, Bluteau o apoio da corte portuguesa e em especial a proteção da rainha D. Maria Francisca de Sabóia.

Bluteau acompanhou Duarte Ribeiro de Macedo à corte de Turim para tratar o casamento da princesa Isabel com o Duque de Sabóia Vitor Amadeo; esta missão acabou sendo encaminhada por Bluteau em virtude da morte de Duarte Macedo durante a viagem. Malgrado o acerto de casamento, Bluteau retornou a Lisboa e com a morte de D. Maria Francisca teve alguns dissabores que o levaram a

<sup>2</sup> Cf. VERDELHO, 1994.

<sup>3</sup> Cf. BLUTEAU, 1712-1728.

se retirar para a França, onde permaneceu até 1704, quando retornou a Portugal. Em sua chegada, não teve boa acolhida dos portugueses por ser suspeito ao governo, em virtude da guerra declarada com a França. Recolheu-se, então, ao mosteiro de Alcobaça, onde se supõe ter sido o local em que Bluteau concluiu sua monumental obra lexicográfica o Vocabulario Portuguez e Latino (1712 – 1728) e outras obras de importância para o cenário cultural português.

Voltou para Lisboa em 1713, onde, a partir de então, recebeu a proteção do rei D. João V que entre as inúmeras provas de estima ao ilustre teatinos, ordenou que suas obras fossem publicadas a custa da fazenda real e o nomeou acadêmico do número para a Academia dos Generosos e para a dos Aplicados. Participou com grande destaque das Conferências Discretas e Eruditas, realizadas em casa de D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira.

Bluteau teve um final de vida tranqüilo e respeitado até os 95 anos e no dizer de Inocêncio Francisco da Silva (1862, v. VII, p. 43):

Respeitado geralmente dos homens mais doutos e instruídos do seu tempo, que o veneravam como mestre e estimavam como amigo, passou descansadamente os últimos anos de sua longa vida, até falecer a 14 de Fevereiro de 1734, contando mais de 95 de idade, dos quaes viveu seis em Inglaterra, cinco em Italia, em França vinte e oito e cinquenta e seis em Portugal.

### O Vocabulario Portuguez e Latino e sua estrutura externa

O Vocabulario de Bluteau deu continuidade ao espírito humanista da Renascença que via o dicionário como uma obra em constante evolução; foi o primeiro a fixar um *corpus* lexical autorizado em língua portuguesa. Bluteau organizou um *corpus* de 410 obras, aproximadamente, de 288 autores portugueses dos séculos XV ao XVIII.

O volume I do Vocabulario apresenta uma parte introdutória muito importante que expõe de maneira detalhada os objetivos de

Bluteau e a importância de se ter uma obra dessa natureza em língua portuguesa. Na Dedicatória feita a D. João V Bluteau diz:

Nesta Obra offereço a V. M. hum extracto de grandes livrarias, & hum trabalho de trinta annos; pequeno tributo para tão grande Monarcha; mas na extenção de outo Volumes, grande theatro, para operaçoens de Regio entendimento. Escolher vozes, & accommodar palavras, não he improprio à Magestade. A primeyra occupação do primeyro Rey do mundo foy ver, & considerar, que nomes havia de por ás criaturas. Nesta curiosa nomenclatura gastou Adaõ as primeyras horas de seu governo, Legislador de vocabulos, no preludio da vida, compositor do primeyro Diccionario, & neste notabilissimo exercicio, superior a todos os Potentados, seus successores, porque nascendo os Reys na abundancia dos bens da terra, jazem no berço faltos de palavras, & por ley da natureza, obrigados ao Silencio da Infancia. (BLUTEAU, 1712, v. I)

E em passagem mais adiante, falando da importância de seu trabalho para os estudos das línguas latina e portuguesa reafirma:

Desta sorte, com a uniaõ dos ditos idiomas, terá V. M. nesta obra huma imagem das ideas de sua duplicada eloquencia, & nesta propria imagem veráõ os vassallos de V. M. as duas línguas, Portugueza, & Latina, postas em paralelo, & com tão exacta correspondencia dispostas, que qualquer delles, sufficientemente instruido nos rudimentos da Grammatica, poderá formar discursos, escrever cartas, & compor livros em latim com facilidade, & elegancia; e juntamente alcançará o genuino sentido de muytas palavras Portuguezas, difficultosas de entender, ou por serem termos proprios de sciencias, & Artes liberaes; & officios fabris; ou por serem tomadas do Latim, ou do Grego, mas já admittidas, & naturalizadas pelos melhores Escritores deste Reyno, como se pode ver nas citaçoens, com que procuro, grangearlhe a aceitação, que merecem, & fazer publico, & commum a todos o uso, que dellas particularmente fizerão ao seu intento os seus primeiros Autores. (BLUTEAU, 1712, v. I).

Nesta passagem, Bluteau chama a atenção para a importância de se ter em língua portuguesa uma obra que pudesse registrar as equivalências do português com a língua latina e que fosse um auxiliar na arte de produzir textos.

Ainda na parte introdutória de seu Vocabulario, no Catalogo Alphabetico, Topographico, e Chronologico dos Autores Portuguezes Citados pela Mayor Parte nesta Obra, Bluteau ressalta a importância de um *corpus* de referência formado por autores portugueses:

As palavras não significam por sua natureza, mas por instituiçam dos homens; & cada Nação, assim barbara, como polida, deu principio, & sentido às palavras, de que usa. Daquí nasce, que não temos outra prova da propriedade das palavras, que o uso dellas, & deste uso não hã evidencia mais certa, & permanente, que a q̄ nos fica nas obras dos Autores, ou manuscritas, ou impressas. (BLUTEAU, 1712, v. I)

Inicia-se, assim, com o Vocabulario de Bluteau, um novo modelo lexicográfico baseado em um *corpus* de referência autorizado por escritores portugueses.

Bluteau deu o nome de Vocabulario à sua obra, porque fazia ainda alguns reparos ao emprego da palavra “*dictionary*”. Na entrada DICCIONARIO (1713, v. III, p.214) ele registra:

DICCIONARIO - Livro em que as palavras de huma, ou mais línguas, estão impressas por ordem alphabetica. De ordinario lhe chamamos Dictionarium, que he palavra novamente forjada, & tão pouco Latina, que se deriva de *Dictio*, que em latim como bem mostra Vossio no cap. 13 do I livro *Divitijs Sermonis*, não significa huma dicção, ou huma palavra. Outros lhe chamão *Vocabularium*, & tem este nome vantagem de ser derivado de *Vocabulu*, de que Cicero usa para significar hũa palavra. Em hum discurso Latino, eu não quizera usar destas duas palavras, se não como de barbaras com alguma modificação. *Index vocabulorum alicujus linguae genitivo indicis*.

Com esta definição Bluteau justifica o uso de Vocabulário para a sua obra lexicográfica. No volume VIII ele define VOCABULARIO:

VOCABULÁRIO - Dicionario. Repertorio de vocabulos. Vocabularios e Dicionarios, são titulos de livros, & obras, cuja intelligencia facilmente se confunde com injuria de seus Autores. O Autor de qualquer Vocabulário não está obrigado a trazer todo o genero de vocabulos, porque estes ou são nomes de cousas, ou nomes de pessoas. Por cousas se entende, tudo o q̃ no mundo existe, & he visivel, ou invisivel, espiritual ou material, temporal, ou eterno. Os nomes de todas estas, juntamente com os de todas as sciencias, artes, & exercicios, são a materia, & o objeto do Vocabulário de hũa ou mais lingoas. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 562).

Bluteau nos deixa, assim, o seu pensamento sobre dicionário de língua e enciclopédia, e demonstra a impossibilidade de se ter todo o léxico de uma língua registrado em uma só obra. Neste mesmo verbete VOCABULARIO, apresenta uma passagem curiosa a esse respeito:

Certo sogeito, fallando comigo neste meu Vocabulário, disse-me com admiração: Padre, como lhe escapou a V.P. Adam? Vime obrigado a dizer-lhe: Senhor, & V.M. como escapou a Herodes? Pareceome que antes quereria ser chamado Innocente, que ignorante. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 563)

Além da relação de autores portugueses acompanhados de suas obras, forma o *corpus* de referência da parte latina 47 autores que estão no volume I sob o título: Summaria Noticia dos Antiguos Autores Latinos, Citados Nesta Obra para Exemplares de Boa Latinidade. Nesta parte, Bluteau tece comentários sobre os autores que pertencem ao **tempo antiquissimo**: “[...] he o que correo pello espaço de quinhentos, & quatorze annos, desde a fundaçam de Roma ate Livio Andronico Poeta” [...]; os que pertencem ao **tempo antigo**: “[...]he o que se conta desde o ditto Livio atè o tempo de Cicero, o qual durou pouco mais de cem annos” [...]; os que pertencem ao **tempo perfeito**: “[...] foi o de Cicero, de Julio Cesar, & dos

Oradores, Historiadores, & Poetas, seus contemporaneos, em cujas obras se admira a pureza, & o vigor de huma incorrupta & adulta Latinidade”. E finalmente o chamado **tempo imperfeito**: “[...]he o em que depois da morte de Cicero se começou a Latinidade a viciar, & corromper de sorte, que finalmente degenerou em horrivel barbaria”.<sup>4</sup>

Completam o vasto *corpus* de referência português e latino, mais 14 Livros Portuguezes cujo Autor se Dissimula, ou se Ignora.

Se compararmos as 410 obras de 288 autores portugueses com os 47 autores latinos, podemos afirmar que é a língua portuguesa o foco de atenção e interesse de Raphael Bluteau e não a língua latina como nos leva a pensar o título de sua obra.

Utilizando-se das obras de autores de sua época, muitos dos quais foram contemporâneos seus, Bluteau deixa impresso em seu Vocabulário o pensamento da sociedade de seu tempo. Grande é o número de autores que escreveram obras sobre prédica, teologia ascética, meditação, cerimônias religiosas e vidas de santos, evidenciando a superioridade da cultura religiosa em seu tempo. Referências constantes à Monarquia e à Igreja em seu Vocabulário mostram a importância dessas duas classes à época.

Nesta parte introdutória, constituída de 112 páginas, além das partes já mencionadas acima, podemos encontrar composições poéticas escritas por vários autores, em honra a Bluteau; cópia de uma carta de D. Francisco de Sousa Capitão da Guarda de El Rey de Portugal e uma carta do Grão Duque da Toscana, traduzida para o português, endereçadas ao monge. Esta última carta foi em agradecimento à obra Primicias Evangelicas, ou Sermões e Panegyricos<sup>5</sup> de P. D. Raphael Bluteau, publicada em 1676 e oferecida a Cosmo Terceiro, Grão Duque da Toscana.

Ainda na parte introdutória, estão impressas as licenças do Santo Ofício e do Ordinário do Paço, e um longo Prólogo do autor dedicado a vários tipos de leitores, indo do leitor benévolo, ao malévolo, ao impaciente, ao português, ao estrangeiro, ao douto,

<sup>4</sup> Cf. BLUTEAU, 1712, v. I.

<sup>5</sup> Cf. SILVA, 1862, vol VII, p.43.

ao indouto, ao pseudocrítico, ao impertinente e ao mofino; a todos Bluteau faz elogios e críticas.

As 112 páginas não numeradas e introdutórias ao Vocabulário formam um conjunto de informações importantes para o estudo das obras do *corpus* de referência e de sua época.

### A construção de verbetes no Vocabulário de Bluteau

Concluídas as observações acima a respeito da estrutura externa ou macroestrutura do Vocabulário de Bluteau, entramos, a seguir, na análise da construção e estrutura dos verbetes, onde residem as várias qualidades do lexicógrafo português. Suas definições lexicográficas são, por vezes, extensas e detalhadas, abrangendo não só a explicação de uma palavra e a relação de seus sinônimos, mas também pormenores descritivos e históricos, alguns até certo ponto curiosos, como acontece com o verbete ANANAS (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 360), como veremos mais adiante. Outras vezes, prolonga a definição por inúmeras colunas, como é o caso de ABELHA (BLUTEAU, 1713, v. I, p. 23) com 4 colunas, ERVA (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 193), com 5 colunas, PÁO (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 228) com 7 ou ainda PEDRA (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 349), com 24 colunas e meia, chegando, às vezes, à exaustão. Tal procedimento detalhista aparece com muita frequência na descrição da flora e da fauna ou de fatos referentes à história.

Bluteau adota alguns procedimentos lexicográficos que merecem ser observados. A palavra-entrada está sempre grafada em maiúscula e acompanhada, na maioria das vezes, de sua forma minúscula, devidamente acentuada, indicando a pronúncia.

Após a definição vem a forma latina equivalente, confirmando o que já dissemos anteriormente sobre a importância dos manuais do léxico no estudo da língua latina em comparação com a portuguesa.

A informação gramatical sobre a classe a que pertence a palavra-entrada não aparece registrada. Algumas vezes encontramos essa informação no interior do verbete para indicar se a entrada é um

verbo ou também se sendo substantivo pode funcionar como adjetivo, e se adjetivo, como substantivo.

A classe gramatical acompanha a entrada se esta é um instrumento gramatical, como em alguns exemplos que selecionamos abaixo:

- ANTE - Preposição, que denota propriedade de tempo (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 369).
- ATE - Preposição, que serve de limitar certo tempo, lugar, numero, etc (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 627).
- ASSIM - Adverbio. Desta sorte, desta maneira, deste modo (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 605).
- SEU - Pronome possessivo de terceira pessoa no singular masculino. O que he de algũa pessoa, ou de outra coisa. *Suus - a - um. Cic.* (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 628).
- POIS - Particula da oração Portuguesa, de que se usa variamente, como se ve nos exemplos, □ se seguem: [...] (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 570).
- PORÉM - Conjunção gramatical (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 620).
- SE - Particula condicional (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 529).
- EIS - Adverbio demonstrativo (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 19).
- ELLE - Pronome relativo. Raras vezes se exprime em Latim este pronome, porque de ordinario se diz *Loquitur, amat, docet* (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 23).
- EU - Pronome primitivo de 1ª pessoa. *Ego, mei, mihi, me, me* (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 356).
- ESTA - Pronome demonstrativo de cousa, ou pessoa (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 298).

A flexão de gênero acompanha a forma equivalente latina e não a portuguesa, e isto porque o latim possuindo três gêneros masculino, feminino e neutro é diferente do português com apenas dois. Assim a unidade TEMPLO no português é masculina, mas em latim é do gênero neutro. Isto explica Bluteau registrar a flexão latina e não a portuguesa que supunha-se ser conhecida do consulente de seu vocabulário. Basta consultar, como exemplo: ASSESSOR, ALVELOA, ANTIGUIDADE. Somente consultando detidamente

o Vocabulário é que podemos encontrar alguma classificação gramatical; é o caso de: SADIO - adjetivo; RISIVEL - adjetivo; ou ainda DESAGUISADO OU DESAGUIZO - substantivo; SAGRADO, tomado como substantivo; DEVER - Nome = obrigação. <sup>6</sup> Tal procedimento, entretanto, não é sistemático.

A etimologia completa a informação do verbete e vem, na maioria das vezes, logo no início, depois da palavra- entrada e antes da definição. Muitas vezes Bluteau faz um histórico sobre a etimologia da unidade. Em:

- ADAGA - Deriva-se do Alemão *Dagen*, que val o mesmo, que espada curta (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 119).
- EPOCA - Deriva-se do grego *Epequeim*, que significa *Reter, Parar, limitar* (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 181).
- VILLAGEM - Deriva-se do Francez *Village*, que quer dizer *Aldea* (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 491).
- AÇUDE - Deriva-se do Arabio *Zude*, ou *C,ud*, que quer dizer, Regadôr, ou do Hebraico *Zub*, ou segundo Thomasino, no seo Dicionario, *Zoub*, que val o mesmo, que Regar, & de *Zoub*, ou *Zub*, se formou *A-zubda*, que he *Engenho de fazer correr agoa* (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 118).

Complementam ainda a definição lingüística os significados polissêmicos que as palavras podem ter. Cada uma vem acompanhada da equivalente latina. Confrim-se, por exemplo: CORRER, COURAÇA, CARREGAR, ADEVINHAR, ALIMPAR. <sup>7</sup>

A terminologia científica foi também objeto de atenção de Bluteau e está registrada no verbete logo no início a seguir à palavra-entrada ou, quando em caso de especialização, no interior do verbete. Assim, as unidades lexicais apresentam as mais variadas marcas lingüísticas, todas identificadas como **termo de** ou **palavra de** acompanhado da especialidade. Numa consulta aleatória, extraímos da obra de Bluteau, aproximadamente 65 unidades pertencentes a alguma área específica: termo medico ou de medicina (ALOPEZIA,

CHYLO); termo da cirurgia (CICATRIZ, VENTOSO); termo nautico (CIFAR); termo de pintor (ESTREZIR); termo da fortificação (ESTRADA); termo astronômico (ESCRUPULO); termo de navio (ESCATELADO); termo militar (ESCALA, PATRULHA); termo gramatico (DIMINUTIVO); termo arithmetico (DIMINUIR); termo dialectico (DIFERENÇA); termo de boticario (DECOCC,AM); termo forense (DECLARATORIA, DECLINAR); termo da musica (DEDUCCIONAL); palavra de ourivez (DEBUXAR); termo da alta volateria (DECEINAR); termo da gineta (DESMAGINADO); termo da algebra (EQUAÇÃO); termo da geometria (EQUIANGULO); termo de joalheiro (ERVA); termo farmaceutico (EPITHEMA); termo de marinagem (ESTAY OU ESTAES, OSTAGAS); termo da pratica Forense (TRÊPLICA); termo escolastico da Filosofia & Theologia (UBI, UBIQUIDADE); termo da armeria (VEIRADO, PALLA); termo anatomico (VENOSO); termo da universidade (VESPÉRIAS); termo de atafona (VEYO); termo ascetico (VIA); termo theologico (VIADOR); termo de Comunidades Religiosas (VOGAL); termo de lapidario (ROSA); termo dogmatico (RITO); termo de alveytar (PALMA); termo de carpinteyro (PALMETA); termo de colmeeiro (ALIMPADEIRA); termo de impressor (CURSIVO); termo da rethorica (DEFINITIVO); termo mithologico (ABADIR); termo da Architectura (ABACO); termo da Optica, & da Medicina (SCLEROPTICO); termo de artilheiro (TACO); termo da guerra (TORNILHEIRO); termo metrico (ANAPESTO); termo da Agricultura (SALMEJAR); termo do direito Canonico (DECRETAES); termo do Direito Civil (DEVOLVERSE); termo Chimico, & Pharmaceutico (DISSOLUENTE); termo da Logica (DILEMA); termo de livreiro (DIANTEIRA); termo do Breviario (DUPLICE); termo de caçador (DORMIDA); termo de Sapateiro (ENTRANHADO); termo Philosophico (ENTE); termo de Cavallaria (ENCAPOTAR); termo de marceneiro (EMBUTIR); termo de pedreiro (ENVASAMENTO); termos Chronologicos (EMBOLISMAL/EMBOLISMO); termo de lavrador (EMPEAR OU EMPIAR); termo da caça das aves de rapina (EMPOLGAR); termo de Alfayate (ENSANCHAS); termo de espingardeiro

<sup>6</sup> Consultar as entradas no Vocabulário (BLUTEAU, 1712-1728) em seus respectivos lugares.

<sup>7</sup> Consultar as entradas no Vocabulário em seus respectivos lugares.

(DESCANÇO); termo de Fundidor (ESPETAM); termo da Poesia Latina (ESPONDEO); termo de manejo (ESTRELLEIRO); termo Ascético (ABNEGAÇÃO); termo de Pregadores & de Escriturários (ACCOMODAC,AM); termo de cozinheiro (ALFITETE); termo de hortelão (ALFOBRE); termo de sangrador (ALMOFADINHA); termo de redeiro (ALVITANADO); termo de parida (ALUMIAR); termo de Esparteyro (ATAFERA).<sup>8</sup>

A atenção de Bluteau (1712-1728) também se volta para os níveis de linguagem e alguns exemplos extraímos de seu Vocabulário: termo do vulgo ou termo vulgar (ESMERILHAR, ENFERNAR, PAPEAR, EMBABACAR, EMBEZERRAR, TERO LÊRO, ESTROPIADO); frase chula (SAFAR, CATATAO); figurado (DESCONTAR); termo poético (EQUOREO, ESTELLANTE); palavra antiquada (ASOBERBAR, VEGADA); sentido moral (ANELAR); metafórico (ALIENAR, DESCALÇO, SALTEAR).<sup>9</sup>

Ao término do verbete, dependendo da palavra-entrada, Bluteau relaciona os adágios portugueses que dão um fecho muito interessante à informação lingüística. Basta a consulta de algumas unidades no Vocabulário para se ter uma idéia da riqueza de informação ao gosto popular. Através dos adágios muito se pode conhecer sobre a cultura portuguesa nos seus mais variados aspectos. Para Bluteau o adágio é

ADAGIO - Sentença cômum, popular, & breve com allusão a alguma cousa. Derivase Adagio do Latim *Ad, & Ago, quatenus est eo*, & val o mesmo, que *Adactus sermo, quod circum agatur*, porque andão os Adagios rodeando no vulgo, de boca em boca, & segundo a definição do Lecenciado Antonio Delicado, que reduziu a lugares cômuns os adagios Portuguezes, os Adagios são as mais approvadas sentenças, que a experiencia achou nas açoens humanas, dittas em breves, & eloquentes palavras. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 119).

<sup>8</sup> Consultar as entradas no Vocabulário (BLUTEAU, 1712-1728) em seus respectivos lugares.

<sup>9</sup> Consultar as entradas no Vocabulário (BLUTEAU, 1712-1728) em seus respectivos lugares.

Seguem exemplos extraídos de algumas entradas:

- ERVA – *Erva* mâ, não lhe empece a giada. *Erva* crua, deitala na rua. A mâ *Erva* depressa nace, & depressa envelhece. Filho das *Ervas*. Aquelle, de que se desconhecem os Pays. (BLUTEAU, 1713, v. III, p.195).
- VELHACO – Casa, em que não há cão, nem gato, he casa de velhaco. Filho bastardo, ou muito bom, ou muito velhaco. Fazer bê a velhaco, he deitar agoa ao mar. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 385).
- VENDER – Quem démos vende, démos compra. Quem cabritos vende, & cabras não tem, donde lhe vem? Vende gato por lebre. Não vendas a teu amigo, nem de rico compres trigo. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p.394).
- VINHO – Onde alhos há, vinho haverá. A condição do bom vinho, como a do bom amigo. Azeite de cima, mel do fundo, vinho do meyo. A mulher e o vinho tirão o homem de seu juízo. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 506).

O Vocabulário de Bluteau não é uma obra lexicográfica que trata apenas de palavras, mas também trata de coisas e por isso deve ser considerada um dicionário ou um vocabulário enciclopédico.

Vale aqui lembrar uma passagem do lingüista alemão R. Werner (1982, p.282, tradução nossa) que distingue a definição lingüística da enciclopédica.

A distinção entre definição lingüística e definição enciclopédica não se refere à estruturação de conjunto dos dicionários. Teoricamente, esta distinção está muito clara no caso da definição enciclopédica: o lema é considerado como significante da língua objeto, que se refere indiretamente a uma fração da realidade extralingüística tal como se delimita uma coletividade humana definida cultural e socialmente, mediante um conceito. Neste caso, a definição não daria informações sobre o significante lingüístico, seus conteúdos, seu uso ou sua interpretação, mas sobre os conhecimentos sociais da realidade extralingüística.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> “La distinción entre definición lingüística y definición enciclopédica no se refiere a la estructuración de conjunto de los diccionarios. En teoría, esta distinción es

A definição de Werner se aplica exatamente ao que Bluteau registrou em seu Vocabulário. Suas definições enciclopédicas situam o leitor numa determinada época, porque são definições baseadas na realidade extralingüística.

Para a definição lingüística afirma Werner (1982, p. 282, tradução nossa) em passagem mais adiante:

No caso da definição lingüística o mesmo lema teria de ser concebido como significante metalingüístico que se refere ao significante da língua objeto formalmente idêntico.. A definição descreveria, neste caso, o conteúdo lingüístico de uma unidade léxica.<sup>11</sup>

A definição enciclopédica, tão freqüente em Bluteau, está mesclada na definição lingüística. As entradas ADEGA, CHUVA, COSTO, OPIO. ANFIAM, PEGA podem, entre muitas no Vocabulário, bem ilustrar a informação enciclopédica contida nos verbetes. Dessas entradas, transcrevemos abaixo, a informação registrada em ADEGA, COSTO, OPIO, PEGA:

- ADEGA – A casa onde se recolhe o vinho nas suas vasilhas. [...] Adega de agoa, casa fresca, que tem vasos aonde se conserva agoa. Em Almerim mandaraõ os Reys fazer huma Adega das agoas do Tejo, aonde em potes grandes se conservão sem se corromperem por espaço de annos. Chron. de Coneg. Regrant. fol. 106. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 121).
- COSTO - He o nome de huma raiz, & de huma erva. O *costo* verdadeyro he uma raiz succosa, da grossura do dedo polegar, pouco mais, ou menos, côr branca, & sabor aromatico,

muy clara: en el caso de la difinición enciclopédica, el lema se considera como significante de la lengua objeto, que se refiere indirectamente a una fracción de la realidad extralingüística tal como se delimita una colectividad humana definida cultural y socialmente, mediante un concepto. En este caso, la definición no daría informaciones sobre el significante lingüístico, sus contenidos, su uso o su interpretación, sino sobre los conocimientos sociales de la realidad extralingüística.” (WERNER, 1982, p.282).

<sup>11</sup> “En el caso de la definición lingüística, el mismo lema habría de concebirse como significante metalingüístico que se refiere al significante de la lengua objeto formalmente idêntico. La definición describiría, en este caso, el contenido lingüístico de una unidad léxica.” (WERNER, 1982, p.282).

& cheyrosa, com alguma acrimonia, & mistura de doce e amargoso. Fizeraõ os antigos mençaõ de tres castas de *costo* verdadeyro, a saber *costo* Arabico, que he branco; *costo* Indico, que he negro, duro, & lizo, & antes parece pedaço de pao de carvalho, que raiz; & *costo* Syriaco, que he o pesado, & tira à côr do buxo. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 586).

• OPIO - He o licor, que por incisão destilla das cabeças das dormideyras, quando chegam a madurecer. [...] A summa frialdade do opio tira o sentido às partes, & por isto adormece a dor (Querem outros que o opio seja quente, & que faça dormir como o vinho, que com fumos calidos causa sono). He taõ poderoso, que difficilmente pôde alterar o nosso calor natural, & dizem que tres grãos de opio bastão para matar o homem mais robusto. Porém tenho lido que houve quem tomou trinta & seis grãos delle sem dano. (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 22).

• PEGA - Ave que tem as costas pretas, & a barriga branca. Não he de comer, porque se mantem de bichos nojentos. He facil de domesticar, & he capaz de aprender, quando com cuidado a ensinão. Faz o seu ninho com arte particular & de ordinario poem nove, ou dez ovos. He ralé dos Gaviaens de fama. Em França junto a Santo Albino houve entre pegas, & gralhas huma batalha taõ cruel, que de cada parte cahiraõ em terra muitas mortas, & foraõ tantas as que nesta peleja se ajuntãrão, que tomavão campo de duas legoas. Dalli a algüs dias se deu lugar naquelle mesmo lugar huma batalha, em que morreo muyta gente; desta batalha, & deste estrago, parece que foy annuncio a peleja, & morte das pegas. (BLUTEAU, 1720, v. VI, 365).

O Vocabulário, com sua característica enciclopédica, registra também nomes próprios de acidentes geográficos, nomes das províncias, cidades, vilas e aldeias de Portugal, do Brasil e de outras regiões da Europa, Ásia e África. Seguem alguns exemplos :

- OLINDA - Celebre Villa do Brasil, assentada em hum outeyro, na Capitania & Bispado de Pernambuco, donde desemboca no mar o Rio Beberibe. Antigamente foy chamada Marim, mas

a sua lindeza, & amenidade do sitio lhe mudou o nome em Olinda. (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 68).

- EUPHRATES - Hum dos grandes rios do mundo. Nace de hum lago, chamado *Chieldor Giol*, naquella parte da Armenia Mayor, que dizemos *Turcomania*, no alto do monte *Parides*. Faz seu curso por hum espaço a Ponente, donde volta a Meyo dia, atravessando o monte *Tauro*, para se juntar ao Tigres. (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 364).

- EVORA - Cidade Archiepiscopal de Portugal, & Principal da Provincia de Alemtejo, & cabeça de Correição □ alcança dezouto Villas; celebre pela sua Universidade, Instituida pelo Cardeal D. Henrique, anno de mil, & quinhentos, & cincoenta & nove; fundada em hum lugar superior a huma fertilissima campina; cercada de muros, que El Rey D. Fernando levantou, com dez portas, que lhe fazem serventia; [...] (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 363).

- PENAGARCIA - Villa de Portugal, na Beyra, tres legoas de Idanha a nova, em sitio alto, nas fraldas da serra Gardunha. (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 385).

TIBERIADES, ou Tiberias. Cidade da Tribu de Zabulon, na Galilea, edificada num monte, na borda da Lagoa do mesmo nome, & muitas vezes honrada com a Divina presença de Christo Senhor Nosso. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 161).

Bluteau registra unidades que podemos chamar de empréstimos, pois são de outros países da Europa, Ásia, África e América, chegando mesmo a fornecer uma informação detalhada para o seu tempo. Vejamos alguns exemplos:

- AMOUCO - (Termo da India) val o mesmo que homem determinado, & apostado, que depreza a vida, & não teme a morte. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 352).

- PACA - Animal do Brasil. He huma especie de coelho, do tamanho de marãã, & grunhe quasi como porco. Tem lombos largos, orelhas sem pelo, ventas largas, barba de gato, os pes mais altos que as mãos, a barriga branca, & nas ilhargas malhas cinzentas. (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 169).

- TAEL - Moeda do Oriente (Só em prata trazião mil taeis, que são da nossa moeda mil cruzados. Histor. de Fer. Mendes

Pinto, pag. 36, col. 2) (Devendo aos Japões setecentos mil *Tais*, ou cruzados, O P. Anton. Cardim, na sua Relação) [...] (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 15).

Um número representativo de obras que são relatos de viagens dos portugueses na época de suas conquistas, mostram o conhecimento enciclopédico e a grande erudição de Bluteau. Numa consulta ao Vocabulário, vamos encontrar informações preciosas sobre a flora, a fauna, usos e costumes de inúmeros países por onde os portugueses passaram em suas conquistas. Referentes a esses aspectos, extraímos os seguintes exemplos:

- DUTRO – (Palavra da India) He huma erva da India, a qual lança de si huns pomos, que embebedaõ muito, & tâto que a pessoa, a que se dá ou ã vinho, ou em agoa, ou no comer, por espaço de vinte & quatro horas, se não levanta, nem está em seu acordo. (BLUTEAU, 1713, v. III, p. 315).

- SARIGUÊ. Ou Çariguê, ou Çarigoê. Animal do Brasil. He do tamanho de hũ grande cachorro; cabeça de raposa, focinho agudo, dentes, & barba à maneyra de gato, as mãos mais curtas que os pés, & pela mayor parte negro. (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 502).

É importante ressaltar que Bluteau registra um número significativo de unidades lexicais referentes à flora e à fauna brasileiras, unidades extraídas das várias obras de viajantes portugueses que estiveram no Brasil. É de Simão de Vasconcelos a definição que encontramos em Bluteau sobre IABOTICABA e COTIA:

- IABOTICABA – Arvore do Brasil. Seu fruto nace no mesmo pao da Arvore desde a rais até o último das vergontees, com taõ grande abundancia, que quasi não se enxerga o tronco. He preto, redondo, do tamanho de hum pequeno limaõ, & de sabor de uvas. Suave até para enfermos. Ex Vasconc. Notic. do Brasil 265. (BLUTEAU, 1713, v. IV, p. 4).

COTIA, Cotia, por outro nome *Aguti*. Animal do Brasil. He huma especie de coelho, mas com orelhas redondas, & com algumas feyçoens de porco, ao qual arremeda tambem no

grunhir. Macacos, *Cotias*, Lontras. Vasconc. Notic. do Brasil, pag. 289. (BLUTEAU, 1712, v. II, p. 590).

A unidade lexical pertencente à realidade brasileira é sempre marcada como termo do Brasil e é identificada antes da definição. (MURAKAWA, 2005). No interior do verbete, podemos encontrar a correspondente da entrada na língua indígena.

- MANDIÓCA – Raiz como cinoura, ou nabo, que he toda a fartura do Brasil. Produz um talo direito da altura de hum homem, ornado de folhas repartidas a modo de estrelas. A flor, & a semente são pequenas. Tem a Mandioca debaixo de si nove especies, a saber: Mandiibabáará, Mandiibparati, Mandiibuçu, Mandiibumana, Aipiy, Tapeçima, Arpipoca, Manajupeba, & Macaxera.[...] (BLUTEAU, 1716, v.V, p. 286).
- IERPEMONGA – Serpente marinha do Brasil, a qual muytas vezes está immovel debaixo da agoa. Todo o animal que chegou a tocalla, fica taõ pegado á sua pelle, que apenas o podem apartar. Destas prezas faz seu mantimento. Algumas vezes sahe do mar, & na praia se enrosca. [...] (BLUTEAU, 1713, v. IV, p. 39).

Ainda sobre a estrutura do verbete, Bluteau inaugura uma nova fase na lexicografia portuguesa: as definições e as equivalências latinas vêm acompanhadas de exemplos abonados com uma completa informação bibliográfica: autor, obra, tomo, livro, volume, capítulo, página, parágrafo, fólio. Esta informação mostra o valor e a importância da fonte de referência numa obra lexicográfica, informação que serviu de modelo para os dicionários que, a partir daí, foram publicados.

Depois de mostrar a estruturação que o autor faz do verbete, restam-nos algumas considerações sobre o modo bastante peculiar de Bluteau redigir, algumas vezes, a definição da palavra-entrada. Através dela o autor deixa transparecer o seu modo pessoal e o da sociedade de seu tempo, de ver a realidade extralingüística. Sendo Bluteau monge teatino e qualificador do Santo Ofício, sua posição de analista e juiz levaram-no a emitir juízos de valor bastante

interessantes, reflexos de sua época. As entradas ADEVINHAC,AM e SUPERSTIÇÃO mostram esse tipo de procedimento:

- ADEVINHAC,AM – Arte, ou acção de adivinhar. *Divinatio, onis. Fem. Cic.* [...] Da supersticiosa, & falsa arte de adivinhar se achão nos authores muitas outras especies, que passo em silencio por serem materia indigna da curiosidade de hum Christão. Mas porque pode succeder, que seja necessario a hum pregador, ou a hum orador fallar nellas, para as confutar, & detestar, tenho apontado as que me parecem mais conhecidas, & seguindo o leitor a ordem Alfabética deste livro, achará os termos destes modos de querer adivinhar, declarados em huma só palavra propria, para evitar circunloçoens. (BLUTEAU, 1712, v. I, p.124).
- SUPERSTIÇÃO - Deriva-se do verbo Latino *Superstare*, ou de *Superstes*. [...] Mais propria, & particularmente fallando, *Superstição* he hum culto, não devido ao verdadeyro Deos, ou a algum Idolo, ou falso, & fabuloso Nume. A Oração, *v.g.* feyta em circunstances indebitas, & superfluas do tempo, lugar, postura, & c. a invenção de milagres falsos, a impertinencia de varias devoções, não usadas, & não approvadas da Igreja, são superstições, que se reduzem ao culto não devido ao verdadeyro Deos. (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 790).

Também em outras entradas encontramos o modo particular de Bluteau dar algumas definições; é o caso de AMUADO e REQUEBRADO:

- AMUADO - O que desgostado, se afasta, & persiste no enfado, sem manifestar a causa. He proprio dos rapazes. (BLUTEAU, 1712, v. I p. 356).
- REQUEBRADO - Aquelle, que anda dobrando, & de certo modo requebrando o corpo para hum e outro lado, affectação propria de homens vãos & lascivos. (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 272).

Algumas vezes chega mesmo a dizer “Na minha opinião...”, ou usa a 1ª pessoa, declarando o seu pensamento a respeito. É o que acontece no verbete MARRANO, nome injurioso com que eram chamados os judeus convertidos na Península Ibérica.

• MARRANO – Nome injurioso, que algumas nações dão aos Castelhanos, ou que os mesmos Castelhanos attribuem aos Mouros, ou Judeos, que em Castella se convertem à Fé Catholica, com presumpção de que a conversão deste genero de homem he apparente, & fingida. [...] Na minha opinião a mais natural, & mais provavel especulação, he a dos que dizem que quando em Castella se converterão os Judeos, que nella ficarão, hũa das condições q̄ pedirão, foi, q̄ por algum tempo os não obrigassem a comer carne de porco [...] (BLUTEAU, 1716, v. V, p. 342).

Com relação a MARRANO, há que se registrar que a unidade se refere a um porco pequeno e que segundo Bluteau no verbete MARRÃO, é “o porco pequeno, que acabou de mamar”. (BLUTEAU, 1716, v. V, p. 342).

No verbete GALLO, Bluteau elabora uma definição com uma série de epítetos que evidencia a sua maneira particular e mesmo poética de descrever a ave:

• GALLO - O Macho da Gallinha. Domesticado annunciador do Sol. He orgulhoso, petulante, atrevido, & brigado. Passeia com arrogancia, arqueando a cauda, & sempre grave, & sosegado, postoque nunca sem espora. Com nobre sympathia, muytas vezes poem os olhos no Ceo. Tem barbas pendentes, mas de côr de sangue, & prompto para guerrear, sempre traz elmo. Os seus jogos são batalhas, com seus emulos joga as cristas, & aindaque perca, não perde o brio, vencido, se cala; vencedor, canta, sonoro pregoeiro da sua victoria. Sempre altivo, não reconhece superior, & na sua volatil familia, sempre impera. Deitase com o Sol, & com saudades delle, não dorme quieto; na mayor tranquillidade interrompe o silencio da noite enfatiado do interreino das sombras, desperta a Aurora, chama a luz, & sem fallencia prophetiza o dia. Como Ave do Sol, tem deste planeta muyta viveza, & galhardia; canta à meya noite, porque neste tempo começa a tornar o Sol para o nosso Emisferio, & canta mais ao romper da Alva, porque já tem mais perto o Sol, fomentador luminoso da sua sympathia. Finalmente o Gallo o Symbolo da vigilancia, o apontador das faltas do Principe da

Igreja, & generoso terror do Rey das feras. (BLUTEAU, 1713, v. IV, p. 21).

De modo pessoal, elenca uma adjetivação que merece ser analisada: domestico annunciador do Sol; orgulhoso, petulante, atrevido, brigado; simbolo da vigilancia, apontador das faltas do Principe da Igreja. Da definição de Bluteau, chamamos a atenção para a informação histórico-religiosa que pode ser resgatada através das últimas linhas do verbete. Ao dizer que o galo é “symbolo da vigilancia”, “o apontador das faltas do Principe da Igreja”, está se reportando a Pedro que, segundo a Bíblia, negou a Cristo três vezes antes que o galo cantasse pela 3ª vez. Ao buscarmos explicação para tal definição, encontramos que a 3ª das quatro vigílias em que estava dividida a noite para os antigos romanos era a do galicínio, da meia-noite às 3 horas da manhã. Bluteau ao definir o referente GALLO atribui-lhe qualidades humanas, transformando-o em um símbolo.

Tão interessante quanto GALO é a definição de RUGA:

• RUGA - Sinal, que a idade imprime na superficie da pelle dos animaes. As primeiras rugas do homem apparecem na cara, & nos cantos dos olhos. Formãose as rugas de hũas cavidades, ou pequenos espaços vãos, que por imperfeção do cozimento, o succo nutritivo não acaba de encher, estender, & (como dizem os Fysicos) assimilar, que he enxerir pelos poros das partes, que se hão de nutrir, as particulas do alimento, & como por opposição, ajuntallas com a carne. Rugas com amores, não fazem boa liga. (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 395).

Nesta primeira parte da definição, Bluteau procura descrever a entrada RUGA de maneira científica, muito embora, entremeie um adágio português: Rugas com amores, não fazem boa liga. Entretanto, dá continuidade ao verbete, registrando informação enciclopédica que merece ser transcrita abaixo:

• No Egypto se livrão de rugas, ou dellas se preservão com o balsamo da Arabia Feliz, nesta forma: A mulher, □ se quer embalsamar, toma hum banho quente, & fica nelle até o calor penetrar pelos poros do corpo; depois com balsamo, muytas

vezes unta o rosto, & os peytos, & assim se deyta outra hora no banho, para o balsamo ter tempo de se embeber, & secar no couro. Sahe do banho para a sua occupação, & fica alguns dias neste estado, no cabo dos quaes, toma outro banho, & torna untarse como a primeyra vez. Dura o effeyto desta operação o espaço de hum mez, (q̃ he a mayor duração, que a natureza pode conceder a esta mentida mocidade, porque não ha remedio, que apague de todo os regos do arado do tempo.) [...] (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 395).

A segunda parte da definição registra um fato de cultura e aí o lexicógrafo deixa sua marca de juízo de valor, criando a metáfora registrada acima entre parênteses.

Um particular juízo faz Bluteau em AVARENTO:

- AVARENTO - Homem duro em ter, & curto em dár; inutilmente rico, & viciosamente virtuoso, porque só por não gastar jejua, & por recear perder não joga: por medo do Fisco, não he criminoso, & só por não parecer opulento, he modesto. O mesmo ouro, que he o seu idolo, he o seu verdugo; não logra o seu, por não o misturar com o alheo, vive pobre, para morrer rico; morre rico, para com a salvação perder tudo; nesta vida o seu maior gosto, he negarse o necessario, & podendo muyto, o não obrar nada, he todo o seu empenho. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 655).

A descrição do AVARENTO feita num jogo de antônimos mostra o domínio que Bluteau tinha da língua portuguesas, transformando a definição da entrada num texto ou máxima.

Muitos outros exemplos podemos extrair do Vocabulário demonstrando certa particularidade na definição. O autor usou com muita constância de diminutivos e de ampla adjetivação no processo definitório. Para exemplificar o diminutivo selecionamos as entradas abaixo:

- AVELORIOS - Grãosinhos de vidro redondinhos do tamanho de cabeças de alfinete, & furados no meyo, de que se fazem continhas, fios, & meadinhas, que algumas molheres costumão

trazer no pescoço, & no pulso dos braços. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 662).

- CUECAS - São huns calçoensinhos que se trazem debaixo dos calçoens, & se atão debaixo do joelho, por amor do frio. Houve tempo, em que servião de calçoens. *Bracca interiores*. (BLUTEAU, 1712, v. II, p. 629).

- PÍNULA, ou Pinnula. (Termo da Mathematica) He uma chapinha de cobre perpendicularmente levantada sobre a extremidade de hum Astrolabio, Dioptra, ou instrumento, com que se observa, & juntamente passãõ os rayos visuaes para o objecto, que se examine. (BLUTEAU, 1720, vol. VI, p.519).

- REQUEBROS - Palavrinhas doces, que o galan diz á sua dama, louvando sua fermosura, condenando sua crueldade, & c. *Musa dicta, orum. Neut. Plur. Plaut.* BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 272).

Para exemplificar a adjetivação empregada pelo lexicógrafo, temos:

- ANANAS - Fruto do Brasil. He da feiçã de huma pinha de Portugal; o gosto, & o cheiro a modo de maracotão o mais fino, suas folhas são semelhantes à pencas da erva babosa. A cabeça do fruto ornou a natureza cõ hum penacho, ou grinalda de cores apraziveis: esta separada, & entregue á terra he principio de outro Ananãs semelhante, alem de que dentro do mesmo fruto, nace semente delle, em quantidade. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 360).

- CARICIAS - Mimosas, & alegres demonstrações de affecto, como as da mãy para seu menino ou do menino para a mãy. *Blanditiæ, arum. Fem. Plur. Ovid.* (BLUTEAU, 1712, v. II, 148).

- POMBO - Ave domestica conhecida, querida de todas as nações, porque he branda, nobre, & rendosa aos que a crião. Em varios lugares celebra Plinio Histor. a nobreza desta ave. (BLUTEAU, 1720, v. VI, p. 589).

- TUFÃO - Cruelissima tormenta de vento a que (segundo Fernão M. Pinto, na sua Historia, pag. 53, col.2) os Chins derão este nome. Porém muito antes do descobrimento da China, falla Plinio no vento *Typho*, que (se não me engano) he o proprio *Tufão*. (BLUTEAU, 1721, v. VIII, p. 321).

Bluteau procurou ser o mais abrangente possível em seu trabalho lexicográfico, chegando à exaustão, e algumas vezes a detalhes desnecessários. Isto o fez vítima de críticas, sendo considerado um exibicionista de sua erudição. Mas isto, em nada, tira o grande mérito do monge teatino que demonstrou um conhecimento profundo da língua portuguesa, deixando muito claro que ao elaborar o seu Vocabulário Portuguez e Latino sua intenção era descrever a língua portuguesa e não a língua latina que serviu em sua obra lexicográfica como equivalência para os exemplos em português.

O Vocabulário de Bluteau oferece ao lingüista, mas mais especialmente ao lexicógrafo e ao filólogo, um material inestimável de estudo. Um volume de informações lingüísticas e enciclopédicas nele contido pode ser recolhido ao longo de todos os volumes. Como em muitos aspectos Bluteau não tem um procedimento sistemático na elaboração do verbete, há, realmente, a necessidade de se consultar, paulatinamente, os seus 8 volumes e mais os 2 suplementos, para se obter a informação muitas vezes pretendida. E muitas vezes somos surpreendidos com informações inovadoras, dizendo respeito ao processo de formação de palavras ou ainda a neologismos registrados pelo autor. Ilustram bem este fato alguns exemplos. Em AGNO CASTO, nome de uma planta, Bluteau critica a formação equivocada dessa palavra composta designativa de uma planta e aproveita o tema para criticar outra composição também equivocada que aparece em CONEGO REGRANTE.

- AGNO CASTO – Planta. A ignorância dos Boticarios & o abuso ajuntarão nesta palavra os dous nomes, Grego & Latino, que significão a mesma cousa, porque *Agnos* em Grego val o mesmo, que *castus* em Latim; de sorte, que *Agno casto* vem a ser o mesmo que *casto casto*. De outra semelhante corrupção, ou idêntica interpretação se queixa o Autor do Crysol purificativo, pag. 43 aonde diz, que a imperícia dos tempos antigos acrecentara ao nome Grego *Canonicus* a interpretação latina *Regularis*, de maneira □ *Conego Regrante*, ou *Canonicus Regularis* não são dous nomes de diferente significado, mas sò de diferente idioma, porque *Canonicos* em Grego, he o mesmo que em latim *Regularis*. O nome mais comum desta planta he

Arvore da Castidade. *Vid.* Castidade. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 120).

A explicação sobre novo engano com relação ao processo de composição em CONEGO REGRANTE somente pôde ser obtida compulsando o verbete; ao tratar de AGNO CASTO Bluteau relaciona outro processo semelhante; esta é uma técnica recorrente empregada pelo lexicógrafo. Termina ele o verbete retornando ao nome popular da planta que é entrada no Vocabulário.

Com relação aos neologismos encontramos, durante a consulta, dois exemplos significativos em APATHIA e ROPA DE CHAMBRE. Com relação a APATHIA, diz Bluteau:

- APATHIA - Estoica insensibilidade de certas pessoas que com nenhuma cousa se abálão [...] Nos Autores Portuguezes não tenho achado *Apathia*, porem vendo, que outras naçoens usaõ deste termo, não tenho escrupulo de o pôr no numero das palavras Portuguezas, quanto mais que já estão admitidas outras duas semelhantes, que tambem se tomaraõ do Grego, a saber *Sympathia*, & *Antipathia*. *Apathia* se deriva de *A* privativo & de *Pathos*, *paixão*, & assi *Apathia* val o mesmo que sem *paixão*. (BLUTEAU, 1712, v. I, p. 420).

A ausência da unidade lexical em português e o conhecimento e o domínio das línguas portuguesa, grega e latina por Bluteau, autorizaram-no a criação de uma nova unidade

E sobre ROPA DE CHAMBRE que podemos considerar um neologismo por empréstimo temos:

- ROPA de Chambre - De algum tempo a esta parte se introduzio em Portugal este modo de fallar à imitação dos Francezes, que chamão *Robe de Chambre*, aquella veste comprida, & com mângas, com que se cobre o corpo todo, antes de sahir da camera, composto. Ropa de Chambre, *Vestis domestica*, ou *cubicularia*, *ae. Fem.* ou *vestis cubicularis*. Ropa (sem mais nada) se chama na Corte o vestido de ir ao Paço; ou de dia publico no traje Francez, & a vestem as senhoras; tem cauda mais comprida, & he decotada. (BLUTEAU, 1720, v. VII, p. 373).

## Considerações finais

Nossa intenção foi apresentar neste texto a prática lexicográfica adotada por D. Raphael Bluteau. Abordamos alguns aspectos que reputamos de importância, a partir de orientação teórica ditada pela moderna lexicografia com relação à estrutura externa e interna de um dicionário. Bluteau adota alguns procedimentos sistemáticos na elaboração dos verbetes, como por exemplo o registro da flexão de gênero e número das equivalências latinas; neste caso, sua posição é justificada pelo fato de seu Vocabulário ser uma obra de referência e por isso de cunho didático para a aprendizagem do português e do seu equivalente latino, seguindo preceitos pedagógicos adotados desde a Renascença.

Bluteau não registra a classe gramatical das entradas em português. Se o faz é muitas vezes no interior do verbo, quando é necessário mostrar que uma mesma unidade lexical pode ter função de adjetivo ou de substantivo, como em:

- ERMO – Lugar solitário. *Solitudo, inis. Fem. Eremus, i.* (Esta última palavra he Grega, mas usada dos Santos Padres em Latim.) Ermo. Adjectivo, como quando se diz lugar ermo. *Solitarius, a, um. Cic.[...]* (BLUTEAU, 1713, v. III, p.189).
- FEITICEIRO – Homem, que com Arte Diabolica, & com pacto, ou explicito, ou implicito faz couzas superiores ás forças da natureza. [...] Feiticeiro. Adjectivo. Cousa, que agrada tanto, que em certo modo enlea, & encanta. Homem, que tem a cõversaõ feiticeira. [...] (BLUTEAU, 1713, v. IV, p. 64).
- PALMAR – Campo, onde nascem palmas. *Palmetum, i. Neut. Horat.* Palmar, nas Historias do Brasil, não só significa campo, mas tambem aldea, & casa dos moradores daquellas terras, que de ordinario fazem as suas povoações em campos abundantes de palmas.[...] Palmar. Adjectivo. Letra palmar. Letra grande, letra de hum palmo de alto. *Littera palmaris, ou palmaria.[...]*. (BLUTEAU, 1720, v. VI, p.208).

Na maioria das vezes, a informação enciclopédica completa a informação lingüística das entradas e neste aspecto o Vocabulário se transforma num repositório da cultura portuguesa e também da

cultura universal. Não foi sem razão que Bluteau ao dedicar sua obra a D. João V considerou-a “hum extracto de grandes livrarias, & hum trabalho de trinta annos; pequeno tributo para taõ grande Monarcha; mas na extençaõ de outo Volumes, grande theatro, para operaçoens de Regio entendimento”. (BLUTEAU, 1712, vol. I).

Entre os inúmeros e variados méritos que o Vocabulário possui um deles merece ser ressaltado: o início de uma lexicografia portuguesa baseada em um *corpus* de referência organizado a partir de obras dos séculos XV ao XVIII, pertencentes às mais diversas áreas de conhecimento do período de setecentos; e o registro dessas obras, acompanhando os exemplos, no interior dos verbetes indicando volume, página, parágrafo, fólio e, quando existia, até mesmo a edição consultada.

O Vocabulário de Bluteau, além de ter ampliado em cinco vezes o *corpus* lexical da língua portuguesa até à época dicionarizado, constituiu-se, a partir de sua publicação, uma obra de consulta obrigatória para toda a lexicografia portuguesa subsequente.

À guisa de conclusão, transcrevemos as palavras do bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, em seu Dicionario Bibliographico Portuguez sobre o ilustre lexicógrafo.

Foi o P. Bluteau verdadeiramente sabio e erudito á moda do seu tempo; mais ou menos versado em todo o genero de estudos, mereceu-lhe particular predilecção o das linguas mortas e vivas. Falava expedita e desembaraçadamente a ingleza, franceza, italiana, portugueza, castelhana, latina e grega; e em qualquer dellas compunha com grande facilidade, tendo aprofundado o conhecimento das grammaticas de todas. Os portuguezes lhe devem eterna gratidão, por lhes dar um Diccionario que não tinham, e de que tanto necessitavam; abalançando-se e conseguindo elle só com o proprio esforço e estudo, o que as Academias não puderam vencer antes, nem depois! (SILVA, 1862, v. VII, p. 43).

## REFERÊNCIAS

BLUTEAU, P. R. **Vocabulario portuguez e latino**. Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. 2 suplementos.

MURAKAWA, C. de A. A. Brasileirismo: um registro lexicográfico desde o século XVIII. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 2005, Lisboa. **Actas...** Lisboa: APL, 2005. p.745-755.

SILVA, I. F. da. **Diccionario bibliographico portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1870. 9 v.

VERDELHO, T. **Origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. Lisboa: INIC, 1995

\_\_\_\_\_. Portugiesisch: Lexikographie. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (Ed.). **Lexikon der Romanistischen Linguistik**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. v. VI, parte 2, p. 673 – 692.

WERNER, R. La definicion lexicografica. In: HAENSCH, G. et al. **La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 259-328.

# MADEIRENSISMOS E BRASILEIRISMOS NA TERMINOLOGIA AÇUCAREIRA (DO SÉCULO XV À ACTUALIDADE)

Naidea Nunes NUNES

## O açúcar de cana: enquadramento histórico-geográfico e cultural

A cana-de-açúcar originária da Papua Nova Guiné difundiu-se no oriente chegando à Índia e à China, onde surgiram as primeiras tentativas para fabricar açúcar sólido. A planta e as técnicas de fabrico de açúcar foram trazidas do oriente pelos árabes que desenvolveram a cultura açucareira na Ásia Menor e na Bacia Mediterrânica: Síria, Palestina, Egipto, Chipre, Sicília, Levante Espanhol, Andaluzia e Marrocos. Assim, os árabes foram os grandes responsáveis pela introdução e desenvolvimento do consumo do açúcar na Europa Ocidental, a partir do século X, na medicina, farmacopeia, doçaria e culinária.

A introdução da cultura sacarina na ilha da Madeira, em meados do século XV, logo após o descobrimento da ilha pelos portugueses, marca a passagem da produção açucareira do Mediterrâneo para o Atlântico, constituindo o campo experimental onde se ensaiaram as técnicas e a estrutura sócio-económica que será transplantada para as novas regiões atlânticas produtoras de açúcar. Ou seja, na

Madeira, desenvolve-se o sistema colonial de produção açucareira que será transplantado para as outras ilhas atlânticas e para a América, nomeadamente para o Brasil.

Foi o Infante D. Henrique o responsável pela introdução da cana-de-açúcar na ilha da Madeira, mandando vir da Sicília as primeiras socas de cana-de-açúcar e os técnicos ou mestres especializados na produção açucareira, apesar de testemunhada a breve existência de cultura açucareira no reino de Portugal, do Algarve a Coimbra, no início do século XV. Coloca-se também a hipótese da cultura açucareira ter vindo de Granada ou de Valência para a Madeira. No entanto, dadas as relações comerciais entre Portugal e Itália, parece-nos muito provável que o Infante mandasse buscar as plantas da cana-de-açúcar directamente à ilha da Sicília, por ser uma região com características climáticas e ambientais semelhantes à Madeira. A primeira referência ao açúcar da Madeira data de 1433 e vinte anos depois já era produzido em suficiente quantidade para ser exportado para Portugal e para a Europa, sendo considerado o mais refinado do mercado. Assim, o açúcar da Madeira afirma-se, no mercado europeu, pela sua qualidade, competindo com o açúcar da Sicília, Egipto e Marrocos.

A produção açucareira madeirense entra em crise a partir da segunda metade do século XVI, devido à doença da cana e à concorrência do açúcar de Canárias, de S. Tomé e do Brasil, com custos de produção mais baixos. No entanto, continuam a existir plantações de cana esporádicas e alguma produção muito reduzida de açúcar que não chega para as necessidades, sendo por isso importado açúcar do Brasil para a indústria conserveira, nomeadamente para a produção de **casquinha** (fruta conservada ou cristalizada em açúcar, principalmente cidrão).

No Brasil, o arranque da produção açucareira data da década de 1540, com a montagem dos primeiros engenhos. O primeiro surto açucareiro realiza-se sobretudo no centro e sul do Brasil, mas depois desenvolve-se no Nordeste. O desenvolvimento do tráfico de escravos da costa africana, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe para o Brasil leva ao grande incremento da produção açucareira brasileira.

## Fontes documentais

Utilizámos documentação histórica como fonte de atestações da terminologia açucareira, por ser importante registar as primeiras ocorrências dos termos açucareiros para reconstituir a origem e a história dos mesmos. Por falta de espaço e dada a extensão da documentação consultada, não nos foi possível apresentar, nas referências bibliográficas, todas as fontes documentais, nomeadamente do Mediterrâneo (Sicília, Valência e Granada) e de Canárias, optando-se por indicar as da língua portuguesa.

Para a ilha da Madeira, como toda a documentação histórica sobre a produção açucareira, de origem notarial, administrativa e alfandegária, já se encontra publicada, utilizámos as edições existentes, confrontando-as com os manuscritos. A documentação histórica sobre a primitiva produção açucareira da ilha da Madeira data do século XV ao século XVII. Trata-se de documentação rica e variada: notarial (Testamento de António Teixeira de 1535), literária (As Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso e o Códice Valentim Fernandes), administrativa (Vereações da Câmara Municipal do Funchal e Tombo Primeiro da Câmara Municipal do Funchal) e alfandegária (Livros de Contas da Ilha da Madeira)<sup>1</sup>.

Para o Brasil, utilizámos edições dos Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583-1598), texto de Fernão Cardim, datado de finais do século XVI; os Diálogos das Grandezas do Brasil, texto de Ambrósio Fernandes Brandão, datado de 1618; a História do Brasil (1500-1627) de Frei Vicente do Salvador, datada de 1628; e a edição fac-símile do texto de André João Antonil, Cultura e Opulência do Brasil de 1711, que apresenta a descrição mais completa e pormenorizada que conhecemos da terminologia e tecnologia do açúcar no Brasil, permitindo reconstituir os termos e as técnicas da produção açucareira madeirense, conservados no Brasil, embora apresentando já algumas inovações terminológicas e tecnológicas<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cf. TESTAMENTO..., 1865; FRUTUOSO, 1979; COSTA, 1995, 1997; MELO, 1972-1990; COSTA; PEREIRA, 1985, 1989.

<sup>2</sup> Cf. CARDIM, 1939; BRANDÃO, 1997; SALVADOR, 1954; ANTONIL, 1711.

## Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira

Muitos dos termos e técnicas da produção açucareira passam do Mediterrâneo para a ilha da Madeira e desta são transplantados para Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil e América espanhola, nomeadamente os termos **trapiche**, **forma de açúcar**, **pão de açúcar**, **açúcar de escumas**, **açúcar cândi**, **açúcar de uma cozedura**, **açúcar de duas cozeduras**, **açúcar de mel** e **açúcar branco**. Com o desenvolvimento da produção açucareira, na ilha da Madeira, surgem novos termos e técnicas, designadamente **açúcar de panela**, **açúcar somenos** e **rapadura**. O mesmo acontece no Brasil, com o desenvolvimento da produção açucareira na América, surgem novos termos, nomeadamente **açúcar de cara fechada**, **açúcar de cara quebrada**, **açúcar redondo**, **açúcar batido** e **açúcar macho**.

### Açúcar de cara fechada

Açúcar duro, bem purgado, que não se quebra. Termo atestado no Brasil, em inícios do século XVIII. Termo composto pelo nome **açúcar** com um complemento determinativo nominal introduzido por preposição **de cara fechada**. Segundo Nelson Barbalho (1984), o açúcar de cara fechada é o açúcar que mais se solidifica e que dificilmente se quebra, sendo que a cara do açúcar corresponde à parte superior da forma de açúcar, onde se colocava o barro para realizar a purga do açúcar.

Documentação Histórica – Brasil:

Assucar de cara fechada a. 1711: “e ao que mais se endurece e dificultosamente se quebra, chamão assucar de cara fechada.” (ANTONIL, 1711, p.76).

### Açúcar de cara quebrada

Açúcar húmido, mal purgado, que facilmente se quebra, por oposição ao açúcar de cara fechada. Termo atestado no Brasil, em inícios do século XVIII. Forma composta pelo nome **açúcar** com um complemento determinativo nominal introduzido por preposição, **de cara quebrada**, com um adjectivo qualificativo. Trata-se de um termo ausente da documentação madeirense, embora possa ser um madeirensismo, uma vez que naquela documentação ocorrem os termos **cara do açúcar** e **açúcar quebrado**.

Documentação Histórica – Brasil:

Assucar de cara quebrada a. 1711: “e ao que facilmente com qualquer pancada se quebra chamão assucar de cara quebrada.” (ANTONIL, 1711, p.76).

### Açúcar de panela

Açúcar de inferior qualidade, não purgado, feito a partir do mel ou remel extraído da purga do açúcar nas formas, sendo elaborado num recipiente designado panela, do qual recebe o nome. Termo cuja primeira atestação registámos na Madeira, no século XV, passando depois para Canárias, Granada e Brasil. Este termo é composto pelo nome **açúcar** com o complemento nominal determinativo introduzido por preposição **de panela**, podendo ser reduzido ao nome **panela**. Conforme Corominas e Pascual (1991), **panela** é uma forma deivada de **pano**, do lat. *pannus*. Segundo Machado (1967), seguido por Cunha (1992), **panela** provém do lat. vulg. *\*pannella*, diminutivo de *panna*. Pérez Vidal (1991) informa que o açúcar de panela ou panela era feito do terceiro mel, do qual se obtém um açúcar não cristalizado, sendo coalhado numa espécie de vaso, em português panela. O mesmo autor acrescenta ainda que o termo **panela** é um portuguesismo levado da ilha da Madeira e depois de Canárias para a Andaluzia e América, referindo a primeira atestação daquele na ilha da Madeira, em 1452, para designar um açúcar de inferior qualidade. Fernández Ovies (1981) refere o termo *azúcar de panales* e *panal*, que define como açúcar rosado, indicando

que Corominas deriva este da forma *pan*; sendo assim, trata-se de um outro tipo de açúcar que não devemos confundir com o açúcar de panela. Segundo Bluteau (1712-1721), seguido por António de Morais Silva (1813), **panela** é um termo do engenho de açúcar do Brasil, que designa o açúcar feito do mel das formas. Estes autores desconhecem a existência deste termo na ilha da Madeira, de onde teria passado para o Brasil. Segundo Nelson Barbalho (1984), o **açúcar de panela** ou **açúcar panela** é o tipo de açúcar resultante da cozedura do mel que escorre das formas, o qual antigamente era elaborado e vendido em panelas.

#### Documentação Histórica – Madeira:

Açúcar de panella a. 1452: “do dito açúcar que me ha de dar asy ho das formas como de panella apurado” (MELO, 1972-1990, p.8); a. 1471, 1485, 1491, 1496, 1498, 1501: “melles cozidos em açuquar de panella” (COSTA, 1995, p.5); “e com as caras e cogulhos que do açuquar ssair tornem a riffinar o açuquar de panella” (COSTA, 1995, p.5); “nõ carregue melles nem açuquares de panella pera fora que seja todo refinado aho menos de huua cozedura” (MELO, 1972-1990, p.192); “pera os melles dos açuquares desa ylha se cozerem e fazerem em açuquar de panella” (MELO, 1972-1990, p.254); “sobre ho cozimento dos melles pera se fazer delles açuquar de panella” (MELO, 1972-1990, p.263); “despois que for feyto no açuquar de panella seja refinado” (MELO, 1972-1990, p.351); “por delles se fazer muyto açuquar de panella mamdamos que njhus melles nam sayam” (MELO, 1972-1990, p.378). / VAR. Panella a. 1501: “com este quebrado poderá meter outro algum de panella” (MELO, 1972-1990, p.413), 1611: “e de panella se carregarão duas em conta de hua por ser assuqar que menos uall” (MELO, 1972-1990, p.140); Panellas a. 1650: “380 caixas de asuqre brancos mascavados e panellas” (VIEIRA, 1996, p.181); asuqres de panella a. 1650: “asuqres de panella carregados na não” (VIEIRA, 1996, p.205); a. 1651: “e os mascavados e panellas a raspas” (VIEIRA, 1996, p.211).

#### Canárias:

Paneles a. 1508: “penas tocantes al azúcar blanco y de espumas y paneles” (SERRA RÁFOLS, 1949, p.24), 1525: “todas las mieles, paneles y azúcar refinado” (MARTINEZ GALINDO, 1988, p.654). VAR.: Azúcar de panela a. 1509: “asi de condenación por el azúcar blanca como de panela” (SERRA RÁFOLS, 1949, p.33); Paneles a. 1522: “todos los azúcares, mieles y remieles, escumas y rescumas, panelas, refinados que en la hacienda se hicieren” (LOBO, 1979, p.93); Azúcar de panelo a.1524: “estaba obligado a pagar cierto azúcar de panela por un contrato” (LOBO, 1979, p.554); / Paneles de los azúcares a. 1524: “acordase que quien quisiere pueda sacar y cargar las panelas de los azúcares” (ROSA; MARRERO, 1986, p.240); / açúcar de panelas a. 1531: “otrosy que ninguna ny algunas personas sean osados de hazer ny hagan açúcar tumbado ny de panelas si no fuere para lo refinar” (MORALES PADRÓN, 1974, p.146); açúcar de panela a. 1540: “Otro si que ninguna persona sea osado de hazer ni haga açúcar de panela si no fuere por lo refinar con agua” (PERAZA DE AYALA, 1976, p.181), “pero que haciendo cada pan de arroba y no menos lo puedan hazer sin pena porque siendo tan rande todos los que lo compraren tendran conocimiento de ser el tal açúcar de panela.” (PERAZA DE AYALA, 1976, p.181).

#### Brasil:

Panelas a. 1618: “cem mil arrobas de açúcar a que chamam panelas.” (BRANDÃO, 1997, p.90); a. 1618: “Todos estes açúcares pagam de direitos na alfândega de Lisboa, o branco e mascavado a 250 réis a arroba e os panelas a 150 réis a arroba.” (BRANDÃO, 1997, p.90).

Nota: Curiosamente, não encontramos este termo no texto de Antonil (1711). Actualmente, na Venezuela, o termo *panela* refere o açúcar escuro pouco elaborado, cristalizado em moldes quadrados de madeira, enquanto o termo *papelón* é atribuído ao mesmo açúcar escuro não purgado de forma cónica, embrulhado em folhas de cana.

## Açúcar batido

Açúcar feito com o mel da purga do açúcar. Termo que parece corresponder à denominação siciliana e madeirense **açúcar de mel**. Segundo Nelson Barbalho (1984), seguido por Alberto Vieira e Clode (1996), no Brasil, o termo **açúcar batido** designa o tipo de açúcar fabricado com o mel de furo, ou seja, o primeiro mel escorrido das formas do açúcar. Assim, o termo **açúcar (branco) batido** parece ser um novo termo, desenvolvido no Brasil, que substitui a designação antiga **açúcar de mel**.

Documentação Histórica – Sicília:

Zuccari mellis séc. xv: “furmas plenas zuccari mellis stantes subtus cretam” (CARACAUSI, 1983, p.406). / VAR.: Czuccari bianchi di meli a. 1584: “Item czuccari bianchi di meli de lo anno 83” (REBORA, 1968, p.95).

Madeira:

Açuquar de melles a. 1500: “de todo ho açuquar que se fezer asy de canas como de meles” (MELO, 1972-1990, p.494); Açuquar de mell a. 1507: “e asy de caras e todo açuquar de mell que na dita cassa teuer” (MELO, 1972-1990, p.495).

Brasil:

Batidos a. 1618: “e o mel que por essa maneira vai caindo das formas se ajunta todo em um tanque grande, do qual se faz depois o retame e ainda outro modo de açúcares, a que chamam batidos.” (BRANDÃO, 1997, p.99); Assucar branco batido a. 1711: “Outros porém o tornão a cozer ou o vendem para isso aos que fazem delle assucar branco batido” (ANTONIL, 1711, p.83); Branco batido a. 1711: “O mel que cae das formas depois de lhes botarem barro, torna a cozer-se e a bater-se nas tachas que para isso estão destinadas e se faz delle assucar que chamão branco batido.” (ANTONIL, 1711, p.85); Batido a. 1711: “de vinte annos a esta parte mudarão-se muito os preços assim do assucar branco como do mascavado e batido.” (ANTONIL, 1711, p.94).

## Açúcar Macho

Açúcar bem purgado da parte de cima das formas. Termo que apenas registámos na documentação do Brasil, em inícios do século XVII, parecendo tratar-se de um brasileirismo, ou seja, um termo surgido no Brasil para designar o melhor açúcar da cara da forma. Segundo Nelson Barbalho (1984), seguido por Alberto Vieira e Clode (1996), o termo açúcar macho refere o tipo de açúcar de qualidade superior, extraído da cara das formas do açúcar. Nelson Barbalho (1984) refere Antonil (1711), informando que se consideram machos os açúcares branco fino, redondo e baixo, ou seja, o açúcar retirado da cara da forma até metade do cone.

Documentação Histórica – Brasil:

Açúcar macho a. 1618: “dez mil arrobas de açúcar macho, afora os meles que são retames e batidos.” (BRANDÃO, 1997, p.100); assucares machos a. 1711: “do branco ha fino, ha redondo e ha baixo e todos estes são assucares machos.” (ANTONIL, 1711, p.91).

## Açúcar mascavado

Açúcar de inferior qualidade, escuro com resíduos de mel, da quarta e última parte ou ponta do pão de açúcar, correspondente ao açúcar mal purgado do fundo da forma. O termo **açúcar mascavado** ou **mascabado** surge, em inícios do século XVI, na Madeira e nas Canárias, ocorrendo apenas no século XVII em Granada, sendo um portuguesismo ou madeirensismo. Na Sicília e em Valência, registámos anteriormente outros termos para designar o mesmo conceito, respectivamente zucarorum de mistura xiruppata ou zuccari de cucuchis de melle e rossos. Segundo Corominas e Pascual (1991), seguido por Machado (1967), **açúcar mascabado** provém do port. **mascabar**, em castelhano *menoscabar*, forma composta de *menos* e *cabar*, fabricar mal, do lat. vulgar \**minus capare*. Segundo Cunha (1992), o termo **mascavado** provém de **mascavar**, separar o açúcar de pior qualidade. Ou seja, o nome **mascavado**, inicialmente, não tinha um valor técnico específico

da actividade açucareira, sofrendo uma termologização na ilha da Madeira, donde passa para o Brasil, já como termo específico da produção açucareira. Segundo Pérez Vidal (1971), o termo **mascabado** designa o açúcar moreno com melaço da primeira cozedura, ou o açúcar inferior de segunda produção, feito do mel que escorre das formas, ou ainda o açúcar bruto sem purgar ou o açúcar mal purgado procedente da ponta das formas. O mesmo autor indica que, no Brasil, **mascavar** é cortar a ponta escura do pão de açúcar e **mascavado** é o açúcar dela procedente. Pérez Vidal (1991) afirma, ainda, que o termo **mascabado** teria chegado a Canárias, em fins do século XV, a partir da ilha da Madeira, sendo um portuguesismo ou madeirensismo. Segundo Morais Silva (1813), seguido por Domingos Vieira (1871-1874), Caldas Aulete (1881) e Figueiredo (1899), o adjectivo **mascavado** designa o açúcar negro inferior ao somenos. Este autor regista ainda o verbo **mascavar** que define como separar, nos engenhos, o açúcar branco do somenos e do mascavado. Figueiredo (1899) refere a forma **mascavo** como sinónimo de **mascavado**, açúcar não refinado, classificando o termo como brasileirismo, uma vez que desconhece a ocorrência deste termo na produção açucareira madeirense, desde o século XV, para denominar o açúcar com mel, mal purgado do fundo das formas.

#### Documentação Histórica – Madeira:

Mazcabado a. 1504: “setecentas e noventa e duas arrobas daçuquer de refugo e retame e mazcabado” (COSTA; PEREIRA, 1985, p.40); açuquar mazcabado a. 1520: “vall ao todo este açuquar mazcabado que remderom os quymtos destas quatro comarquas” (COSTA; PEREIRA, 1985, p.60); mascabado a. 1527: “que eles bem verdadeiramente lealldem todo açuquar que for pêra lealldar mascabado he que nom for pera lealldar.” (COSTA, 1995, p.158); mascavado a. 1649: “12 caixas de branco e de mascavado” (VIEIRA, 1996a, p.83).

#### Brasil:

Mascavado séc. xvi: “Em cada tarefa se gasta uma barcada de lenha que tem doze canadas, e deita sessenta formas de assucar

branco, mascavado, mole e alto.” (CARDIM, 1939, p.320); a. 1618: “Todos estes açúcares pagam de direitos na alfândega de Lisboa, o branco e mascavado a 250 réis a arroba e os panelas a 150 réis a arroba” (BRANDÃO, 1997, p.90); a. 1711: “e este assucar menos purgado he o que se chama mascavado” (ANTONIL, 1711, p.85); assucar mascavado a. 1711: “e no meyo da caixa assucar mascavado por branco como tem já acontecido.” (ANTONIL, 1711, p.93).

### Açúcar redondo

Açúcar do segundo quarto do pão de açúcar, menos branco do que o açúcar da cara da forma. Termo que apenas registámos no Brasil, em inícios do século XVIII. Segundo Nelson Barbalho (1984), baseado nas informações de Antonil (1711), o termo açúcar redondo denomina o tipo de açúcar branco de segunda qualidade, do segundo quarto da forma, intermediário entre o branco macho e o mascavado. Salientamos que, já no Mediterrâneo, o pão de açúcar, depois de retirado da forma, era dividido em quatro partes, que correspondiam a quatro diferentes qualidades de açúcar, com as respectivas denominações, como no Brasil, sendo que a novidade está na nova denominação açúcar redondo, termo que parece ter surgido no Brasil, uma vez que este não ocorre na documentação histórica madeirense consultada.

#### Documentação Histórica – Brasil:

Assucar redondo a. 1711: “Do branco ha fino, ha redondo e ha baixo [...] o assucar redondo he algum tanto menos alvo, e menos fechado e tal he comumente o da segunda parte da forma.” (ANTONIL, 1711, p.91).

### Açúcar somenos

Açúcar mal purgado e mal cristalizado da terceira ou penúltima parte do pão de açúcar, ou seja, açúcar de inferior qualidade e valor do que o branco, mas superior ao mascavado. Registámos a primeira atestação deste termo na Madeira, no século XV, como termo técnico e específico da actividade açucareira. Assim, **somenos**

é, inicialmente, uma forma genérica que sofre um processo de termologização na Madeira, onde adquire acepção açucareira, sendo um madeirensismo levado para o Brasil. Na Sicília e em Valência, nos séculos XV e XVI, encontrámos outros termos para denominar o mesmo conceito, respectivamente *zuccari musture*, *mesturi*, *misture* e *mesturasses* ou *escuallats*. Segundo Nelson Barbalho (1984), **açúcar somenos** é o tipo de açúcar meio embranquecido, de coloração escura ou morena, de inferior qualidade, também designado açúcar baixo ou açúcar inferior, sendo um tipo de açúcar macho de qualidade inferior ao fino e ao redondo, ou seja, da penúltima parte do pão de açúcar, sendo superior ao mascavado do fundo da forma.

#### Documentação Histórica – Madeira:

Somenos a. 1469: “e pello outro mays somenos das duas os alujdradores lhe darã preço” (MELO, 1972-1990, p.48), 1550: “que o laurador ou dono do açuçar ou outra pessoa alga tire o bõ e meta outro somenos” (MELO, 1972-1990, p.120). / SIN.: açuquares bayxos a. 1469: “e muytos pobres lavram os açuquares bayxos em tamtas maneyras de conseruas” (MELO, 1972-1990, p.48).

#### Brasil:

Somenos a. 1618: “quando se sabe aproveitar este açúcar, costuma a ser um muito bom e outro somenos e algum sumamente mau, segundo os mestres que o fazem são bons ou ruins.” (BRANDÃO, 1997, p.100). / SIN.: assucar baixo a. 1711: “O assucar baixo he ainda menos alvo e quasi trigueiro na cor e ainda que seja bem fechado e forte, comtudo por ter menos alvura chama-se baixo ou inferior.” (ANTONIL, 1711, p.91-92).

Nota: Curiosamente, em Antonil (1711), a denominação **açúcar baixo** parece substituir o termo **açúcar somenos** ou **somenos**.

## Aguardente (de cana)

Bebida alcoólica obtida através de fermentação do sumo da cana ou do melaço e destilação destes no alambique. A primeira atestação do termo **aguardente**, na ilha da Madeira, data do século XVI, sem complemento de especificação determinativo da sua origem, podendo ser feita de vinho, do sumo de cana ou do melaço de cana. O termo **aguardente** resulta da composição por aglutinação do nome **água** com o adjectivo **ardente**, do latim *acqua ardens*, e ocorre com o complemento nominal de especificação introduzido por preposição **de cana**. O termo simples **aguardente** é genérico e designa destilados de diferentes plantas, enquanto o termo complexo **aguardente de cana** se refere ao destilado da cana-de-açúcar. Antonil (1711) refere a aguardente feita a partir do mel ou melaço de cana e não directamente do sumo da cana. No Brasil, desenvolve-se o fabrico da aguardente, que era usada como moeda corrente para comprar escravos em África. O termo **cachaça** que, inicialmente, designa a primeira espuma não aproveitada da fervura do sumo da cana nas caldeiras, no Brasil, passa a designar a aguardente. Na documentação contemporânea da Madeira, a aguardente de cana distingue-se da aguardente de inferior qualidade feita de melaço, importada do Brasil e denominada **cachaça**. A primeira atestação do termo **aguardente**, na documentação histórica madeirense, data de 1649, surgindo juntamente com o termo derivado desta **aguardenteiro**, em 1652. Sendo que, no Brasil, registámos o termo **aguardente** com a forma **agua ardente**, ainda sem aglutinação das duas palavras e sem o complemento determinativo **de cana**.

#### Documentação Histórica – Madeira:

Agoardente a. 1649: “remetendolhos em agoardente a essa Bahia” (VIEIRA, 1996, p.120).

#### Brasil:

Agua ardente a. 1711: “Outros porém o tornão a cozer ou o vendem para isso aos que fazem delle assucar branco batido ou estillão agua ardente.” (ANTONIL, 1711, p.83).

Nota: Falta-nos consultar mais documentação histórica da Madeira e do Brasil, nomeadamente da Bahia e Recife, para conhecer melhor a história da aguardente nestas regiões açucareiras.

## Cachaça

Primeira espuma não aproveitada da fervura do sumo da cana nas caldeiras. Registámos a primeira atestação do termo **cacheça**, no Brasil, em Antonil (1711). Este autor apresenta ainda o termo composto **cacheça azeda**, denominando a primeira espuma das caldeiras fermentada, que era aproveitada pelos escravos como bebida. Na documentação madeirense consultada, apenas registámos o termo **cacheça** associado à produção açucareira, em 1836, denominando a aguardente importada do Brasil. Machado (1967) refere a primeira datação do nome **cacheça**, na língua portuguesa, no século XIII, com a acepção de pescoço. Para Machado, **cacheça** é uma forma derivada de *cacheço*, enquanto para Cunha (1992) e Aurélio (1999), este termo é de origem controversa. O termo **cacheça**, com a acepção de aguardente de cana, de acordo com Cunha (1992), data de Antonil (1711). Segundo Corominas e Pascual (1991), a forma castelhana *cachaza* é, provavelmente, um portuguesismo, sendo uma forma derivada de *cache* (pescoço do porco). Segundo López Lengo (1991), o termo *cachaza* deriva de *cache*, pedaço pequeno, do lat. *capulus* (de *capere*, colher). Este termo parece ser uma forma derivada de **cacheço** com o sufixo depreciativo *-aça*, que indica uma substância residual, como **bagajo** de **baga**. Segundo Moraes Silva (1813), seguido por Domingos Vieira (1871-1874) e Figueiredo (1899), no Brasil, o termo **cacheça** designa a espuma grossa que, na primeira fervura, se tira do sumo da cana na caldeira, onde se limpa para passar às tachas, e a aguardente do mel ou das borras do melão. Moraes Silva (1813) refere ainda o termo **descacheçar** para limpar ou escumar o sumo da cana nas caldeiras. Em Aurélio (FERREIRA, 1999), **cacheça** é um brasileirismo, que designa a aguardente obtida através da fermentação e destilação do mel ou borras do melão, e, por extensão, qualquer bebida alcoólica, apresentando como segunda acepção, no Brasil, a espuma grossa

que, na primeira fervura, se tira do sumo da cana na caldeira. Entre outros termos derivados de **cacheça**, refere-se a forma **cachaceira** com a acepção brasileira de lugar onde se apara e junta a cacheça, tirada das caldeiras de açúcar e com a acepção de bebedeira; e a forma **cachaceiro**, pessoa que bebe muita cacheça, tal como **cachacista**. Segundo Câmara Cascudo (1969), a **cacheça** teria surgido, no Brasil, num engenho da capitania de São Vicente, entre 1532 e 1548, a partir do vinho de cana-de-açúcar ou **garapa azeda**, que fermentava ao relento em cochos de madeira para os animais e que os senhores de engenho passaram a servir aos escravos. Esta bebida era denominada **cacheça** e, depois de destilada, passou a designar-se **cacheça**. Assim, a palavra **cacheça** ter-se-ia formado no Brasil, a partir do português, para designar a aguardente de cana de inferior qualidade, difundindo-se, nos países ibero-americanos, com a forma espanhola *cachaza*. Segundo Moreno Fragnals (1978), em Cuba, o nome *cachaza* refere-se às impurezas do processo de clarificação ou defecação do sumo da cana, enquanto *cachazón* é o resíduo ou a segunda cacheça obtida no processo de clarificação da *cachaza*; *cachacera* é o tanque de *cachaza* e *cachacero* o escravo ou trabalhador cujo trabalho consiste em separar as cachazas com a espuma e deitá-las na cachacera. Segundo Fernandez Ovies (1981), *cachaza* é um americanismo de origem portuguesa, que surge no Brasil, denominando a espuma ou impurezas do sumo da cana e, por extensão semântica, adquire o significado de aguardente de cana. Segundo Nelson Barbalho (1984), **cacheça** é a espuma grossa tirada das caldeiras, na primeira fervura do caldo de cana, destinado à fabricação de açúcar, e **cachaceira** é o depósito em que se apara e junta a cacheça retirada do caldo de cana das caldeiras. Segundo López Lengo (1991), **cachaza** é a aguardente de melão de cana ou a aguardente obtida das espumas e resíduos da clarificação do sumo da cana-de-açúcar, referindo que esta designação tem origem no significado primário do termo **cachaza** como espuma e impurezas que se formam na defecação ou purificação do sumo da cana. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2005), **cacheça** é a espuma grossa que se forma durante a primeira fervura do caldo de cana; antiga bebida fermentada feita da borra

do caldo de cana, servida aos animais e aos escravos dos antigos engenhos; aguardente de cana; bebedeira e qualquer bebida alcoólica, especialmente destilada, sendo que o termo derivado **cachaceiro** denomina um bêbado. Quanto à etimologia deste termo, refere-se Nascentes (1932) que nos diz que, em Portugal, **cachaça** significou “vinho de borras” e, por extensão, no Brasil, aplicou-se o nome à aguardente feita de borras de melaço, afastando a hipótese do termo provir da forma feminina de **cachaço** (parte gorda e grossa do pescoço do porco).

O termo **cachaça** parece ser um nome muito antigo para denominar o porco, passando, depois, por associação, a designar as impurezas do sumo da cana fermentadas, talvez porque se tornavam numa bebida alcoólica considerada suja. Embora, na documentação histórica madeirense relativa à produção açucareira, não surja a unidade terminológica **cachaça**, registada apenas como alcunha, é provável que a associação do termo à produção açucareira tenha surgido já nesta região, tendo-se desenvolvido depois no Brasil, onde passa a denominar a aguardente de cana. A não ocorrência do termo **cachaça**, na documentação madeirense sobre a produção açucareira, poderá ser explicada pelo facto de este termo ser coloquial ou por designar um subproduto de inferior qualidade, não aproveitado ou de consumo interno. Esta hipótese explicativa é sugerida por João Adriano Ribeiro, num estudo inédito sobre “Alcunhas”, ao qual o autor nos facultou o acesso, que encontrou a palavra **cachassa**, num documento madeirense datado de 1611, ocorrendo junto do antropónimo **Ana Fernandes**, por alcunha **a Cachassa**. Segundo o mesmo autor, no mesmo texto inédito, “esta palavra está no feminino, porque se fosse no masculino, ou seja, cachaço, tratava-se do porco que costumava ser levado de um lugar para outro, para cobrir as porcas, como era usual este termo no Seixal e em S. Vicente.”. Sabemos que as alcunhas podem passar do marido para a mulher, sendo esta **Cachaça**, talvez porque aquele tinha a alcunha de **Cachaço**, nome que pode ser motivado socialmente pelo comportamento do indivíduo masculino, por analogia com o porco macho. Adriano Ribeiro, no texto inédito referido, explica ainda que:

[...] na década de 20 do século XIX, surgem posturas camarárias no sentido de evitar a importação de aguardente de cachaça que era oriunda do Brasil. Na realidade, este termo outrora usado na Madeira, na época florescente do açúcar e da aguardente caíra em desuso, uma vez que, em meados do século XVIII, apenas existia um engenho, o da Ribeira dos Socorridos e que fabricava mel. Em 1836, aparecem alusões a aguardente de cachaça num periódico do Funchal (Flor do Oceano, nº 69, p.70-71).

É nesta altura que encontramos o termo **cachacista**, numa carta datada de 1836<sup>3</sup>, para designar o indivíduo que defende a introdução de **cachaça** (aguardente de cana do Brasil) na Madeira, ocorrendo num contexto de contestação da importação daquele produto do Brasil, por ser negativo para a economia madeirense. Adriano Ribeiro acrescenta “O termo cachaça passou a ser usual em vários documentos notariais, sobretudo a partir de 1854, com as plantações de cana doce e o fabrico de aguardente de cana”, sublinhando que a palavra **cachaça** não é um brasileirismo, pois a associação deste termo à aguardente de cana terá surgido já na Madeira e só depois se tornou vulgar no Brasil.

#### Documentação histórica – Brasil

*Cachaça* a. 1711: “O fogo faz neste tempo o seu officio e o caldo bota fora a primeira espuma a que chamam cachaça e esta por ser imundíssima vai pelas bordas das caldeiras bem ladrilhadas fora da casa.” (ANTONIL, 1711, p.67); *Cachaça azeda* a. 1711: “já houve quem botou no caldo cachaça azeda em quantidade bastante (...) e contudo coalhou muito bem a seu tempo.” (ANTONIL, 1711, p.70).

Nota: Em S. Tomé, onde realizámos inquéritos linguístico-etnográficos sobre a terminologia açucareira actual, encontrámos esporadicamente o termo **cachaça** para denominar a aguardente de cana ou *grogue* (termo caboverdiano) e, por extensão semântica, **cachaço** denomina um bêbado. Registámos também esporadicamente o termo **cachaça** para denominar a espuma da

<sup>3</sup> Cf. CARTA..., 1836.

fermentação do sumo da cana, no processo de fabrico de aguardente, antes de passar ao alambique para destilação. Encontrámos ainda o termo **cacharamba** como termo corrente para designar a aguardente de cana feita com mistura de açúcar, sendo de inferior qualidade e prejudicial à saúde. O termo **cacharamba** parece resultar de uma truncção da palavra **cachaça** com outra palavra que não conseguimos identificar. Infelizmente, este termo ainda não se encontra registado nos dicionários de língua portuguesa, nomeadamente nos Dicionários Aurélio (FERREIRA, 1999), Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (CASTELEIRO, 2001) e Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2005), que já englobam outras palavras dos espaços lusófonos. Hoje, no Brasil, **cachaça** é sinónimo de aguardente, enquanto, na Madeira, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, o termo **cachaça** designa a espuma da fermentação do sumo da cana no fabrico de aguardente. Na Madeira, registámos ainda a denominação **cachaça** para designar a aguardente de inferior qualidade, feita a partir da borra do tanque de fermentação do sumo da cana, sendo um termo depreciativo que designa um tipo de aguardente de baixa qualidade. Nos inquéritos linguístico-etnográficos sobre a produção açucareira, realizados nas Canárias, encontrámos, na ilha de La Palma, na descrição do processo tradicional de fabrico do mel e do açúcar, os termos *cachaza*, *descachazar*, *cachazera* e *caldera de descachazar*, para denominar respectivamente a espuma com impurezas extraída na cozedura do sumo da cana, a extracção dessa espuma, a caldeira em que se deita essa espuma e a caldeira em que se realiza essa extracção. Actualmente, em espanhol, como podemos ver num dicionário de língua geral, *cachaza* significa aguardente de cana; espumas e impurezas retiradas do sumo da cana durante a cozedura; e é uma forma familiar ou coloquial que significa descontração ou lentidão e que parece ser motivada pelo efeito relaxante da aguardente de cana, tal como o termo *cachaza* ganhou a acepção de descaramento, na Colômbia e no Equador.

## Garapa ou Guarapa

Sumo da cana-de-açúcar extraído no engenho. Na documentação histórica consultada, a primeira atestação do termo **garapa** ocorre, no Brasil, em Antonil (1711) e, posteriormente, na Madeira, em meados do século XIX, sendo que, anteriormente, na documentação do Mediterrâneo e do Atlântico, apenas encontrámos a designação genérica **sumo**. Aparentemente, parece que o termo **garapa** terá surgido na América espanhola e no Brasil, onde surgem respectivamente as formas *guarapo* e **garapa**, sendo um termo de origem controversa, embora classificado, muitas vezes, como africanismo ou americanismo. No entanto, não podemos descartar a hipótese de se tratar de um europeísmo, pois, como já mostrámos, a maior parte dos termos açucareiros surgiram na Europa, donde foram transplantados para a América. A questão que se coloca é saber se a palavra **garapa** é um termo de origem europeia que terá sido transplantado juntamente com os termos e as técnicas açucareiras da Madeira para o Brasil, se é um termo de origem africana levado para o Brasil pelos escravos africanos, ou, ainda, se é um americanismo (oriundo das línguas indígenas da América), passando depois do Brasil para a Madeira.

A origem da palavra **garapa** é discutível. Excluimos a hipótese de se tratar de um termo de origem árabe, uma vez que os sons /g/ e /p/ não existem nessa língua, embora Dozy e Engelmann (1869) registem a forma *guarapus* do baixo latim, em 1243, que parece designar uma espécie de navio. Contudo, este termo apresenta um significado muito diferente da actual forma **garapa/guarapo**, sendo difícil explicar a evolução semântica de navio para designar o sumo da cana-de-açúcar. A hipótese de se tratar de um europeísmo baseia-se também na forma *grappa* ou *grape* do italiano, francês e inglês, por extensão semântica do termo da produção vitivinícola para a produção açucareira, mas como não registámos este termo na documentação consultada das regiões açucareiras do Mediterrâneo nem na Madeira e o facto de a primeira atestação do termo, na documentação consultada, ocorrer no Brasil, em 1711, e apenas na segunda metade do século XIX, na Madeira, parece indicar tratar-

se de um americanismo. No entanto, o mesmo acontece com o termo de origem árabe **alambique** que, embora seja muito antigo, a primeira atestação que registámos, na documentação consultada, ocorre no Brasil, em 1711, com a forma **lambique**, surgindo na documentação madeirense apenas na segunda metade do século XIX. E sabemos que a maior parte dos termos relacionados com a produção açucareira, que foram considerados americanismos, são, na verdade, termos de origem europeia, podendo ser, depois, termos de torna-viagem, ou seja, termos que depois de levados para a América e depois de quase terem desaparecido na Europa, com a extinção da produção açucareira, devido à forte concorrência do açúcar do Brasil, voltam à Europa, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, com a reintrodução da cultura açucareira na Madeira, nas Canárias e em Motril (Granada).

Em italiano, o termo *grappa* designa a uva e a aguardente resultante da destilação do vinho, forma que pode estar na origem do termo português **garapa**, visto que, no Mediterrâneo, o sistema de extracção do sumo da cana resulta da adaptação da tecnologia do azeite e do vinho à cana-de-açúcar. Assim, este termo poderia, por transferência semântica, ter passado a designar o sumo da cana, adquirindo, em português, a forma **garapa** e sendo depois transplantado da Madeira para o Brasil, tal como se verifica com o termo **bagajo**, que, além de designar os resíduos da uva e da azeitona, passa também a denominar os resíduos da cana-de-açúcar. Excluimos a hipótese da palavra **garapa** ter origem germânica, embora Corominas (1991) refira a forma *grapa* como antiga forma do catalão. Segundo este autor, a primeira documentação data do século XIV: *grapa*, *grapar* e *grapada*, através da língua d'oc e do italiano *grappa*, sendo uma palavra do francês antigo de origem germânica (do germânico ocidental) que chega a Espanha, desaparecendo com a concorrência da forma francesa *grappe*. A forma portuguesa **garapa** pode também ter surgido a partir do francês *grappe* ou da forma inglesa equivalente *grape*, designando a uva. Como sabemos que os ingleses tiveram uma forte presença e influência linguística na Madeira, associada às actividades vitivinícola e sacarina, seria provável colocar a hipótese do termo **garapa** ter passado da uva para

a produção açucareira, talvez com o ressurgimento da indústria do açúcar na ilha, a partir da segunda metade do século XIX, e ter sido levado pelos emigrantes madeirenses para a América. No entanto, o facto de a palavra **garapa** surgir desde muito cedo no Brasil e nas Antilhas, e ser um termo que se encontra na África Central e Ocidental, pode levar a excluir esta hipótese e a considerar mais provável tratar-se de um africanismo, assim como também poderá ser um americanismo do guarani (tal como os termos **guaraná** e *guayaba*), do tupi ou uma forma quichua, introduzida no português e no espanhol da América.

A hipótese de se tratar de um africanismo é defendida por Augusto Morínigo (1993) que define o termo *guarapo* como o sumo da cana antes de ser transformado em açúcar ou em aguardente, informando ser um termo usado em toda a América açucareira, ou seja, onde se cultiva a cana-de-açúcar. O autor deste dicionário diz ser improvável a origem quichua do termo e refere que, como o Brasil e as Antilhas foram grandes produtores de açúcar, no século XVI, e em ambas as regiões houve população africana nos engenhos, é provável que este termo tenha origem no étimo africano central e ocidental **garapa** (bebida fermentada), o que explica a ocorrência das formas **garapa** no Brasil, correspondendo à forma espanhola *guarapo*, formas atestadas desde 1643, sendo que a forma *guarapo*, ter-se-ia propagado a toda a América espanhola a partir das Antilhas. Esta hipótese parece ser confirmada por Antonil (1711) que associa a **garapa** aos escravos negros, ao escrever: “desta espuma tomam os negros para fazerem sua garapa, que é a bebida de que mais gostam” e “última espuma das meladuras que, como temos dito, servem para a garapa dos negros” (ANTONIL, 1711, p.74 e p. 78). Para Corominas e Pascual (1991), trata-se de uma palavra de origem incerta, provavelmente uma forma africana propagada a partir das Antilhas, pois hoje é uma palavra empregue em todos os países ibero-americanos, referindo como primeira atestação a data de 1620, em Santo Domingo, num texto de Tirso de Molina. Este autor associa a palavra *guarapo* aos escravos africanos e informa que este termo surge, no Brasil, com a forma **garapa** (com a variante **guarapa**), atestada desde 1643. Corominas e Pascual (1991) refere Fernando

Ortiz, no seu Glossário de Afronegrismos, que documenta a palavra **garapa** como designação de uma bebida alcoólica doce derivada do milho, em Angola, Benguela e Congo. Corominas e Pascual (1991) defende que, como a forma africana coincide com a forma registada desde muito cedo no Brasil (onde também existiam muitos negros nos engenhos de açúcar) e com a atribuição do vocábulo aos escravos por Tirso de Molina, parece provada a origem africana da palavra, embora coloque ainda a hipótese do vocábulo negro provir de uma deformação do castelhano *jarabe*. Quanto à mudança de **garapa** em *guarapo*, o autor afirma ser fácil de explicar pelo grande número de palavras antilhanas em *gua-*. Corominas e Pascual (1991) acrescenta ainda que a palavra portuguesa **garapa** pode ser uma forma derivada regressiva do castelhano *garapiña*, indicando que a forma cubana e mexicana *garapiña* designa uma bebida refrigerante feita da casca de ananás, colocada em água com açúcar durante alguns dias para tornar-se ácida. O autor parece ter-se baseado nas informações do Dicionário da Real Academia Espanhola (DICCIONARIO, 1925) sobre o termo *garapiña*. Neste dicionário, o termo *guarapo* surge como americanismo para designar o sumo da cana doce que produz o açúcar e a bebida fermentada feita com esse sumo. Em Aurélio (FERREIRA, 1999), o termo **garapa** é derivado regressivo do espanhol *garapiña*, de *garapiñar*, solidificar um líquido de modo a formar grumos. Aurélio (FERREIRA, 1999) classifica **garapa** como brasileirismo, apresentando várias acepções: bebida refrigerante de mel ou de açúcar com água e gotas de limão; refresco de qualquer fruta; qualquer líquido que se põe a fermentar para ser destilado e o caldo de cana destinado à destilação.

A hipótese de se tratar de um americanismo é apresentada por Santamaria (1942) que apresenta a forma *guarapo*, do quichua *huarapu*, como americanismo para designar o sumo da cana doce que produz o açúcar, mas também a bebida popular das costas mexicanas, preparada por fermentação da casca do ananás ou do sumo da cana. Segundo o autor, no Chile, o termo *guarapo* designa o sumo da uva, antes da destilação, a aguardente e ainda a bebida fermentada que se prepara com o mel de palma. Este autor refere ainda o termo *caldo*, que, no México e Antilhas, tal como no Brasil,

designa também o sumo da cana, sendo sinónimo de *guarapo*. Por sua vez, Malaret (1946) também classifica a forma *guarapo*, do quichua *huarapu*, como americanismo para designar o sumo da cana doce, denominando, no Chile, uma bebida fermentada feita com este sumo e, na Venezuela, o sumo de ananás fermentado. Malaret informa ainda que, em Porto Rico e S. Domingo, o termo *guarapo* designa qualquer bebida muito aguada e, na Guatemala, denomina a cana velha que começa a fermentar. Clóvis Monteiro (1959) também defende que o termo **garapa** provém do tupi *guarapa* (gerúndio supino de *guarab*, o resolvido ou o mexido) ou do guarani *ygará-hab* (o líquido escorrido). Machado (1967) apresenta a mesma etimologia, referindo o século XVI como data provável de surgimento do termo no Brasil, segundo informação de Moraes Silva (1813), enquanto para Cunha (1992), a palavra **garapa** é de origem controversa. Este autor indica como provável data do surgimento deste vocábulo, no Brasil, o século XVI, referindo uma carta escrita na Bahia, em 1638, onde ocorre o termo **garapa** como sinónimo de “vinho de assucar” ou aguardente de cana-de-açúcar. O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (CASTELEIRO, 2001) apresenta o termo **garapa** como tendo origem no tupi *guarapa* e como sendo um brasileirismo, denominando uma bebida preparada com mel e água; o sumo de cana-de-açúcar usado como bebida e qualquer líquido fermentado para ser destilado. López Lengo (1991) indica que o termo *guarapo* é uma forma quichua utilizada em todos os países ibero-americanos, sendo um termo que surge nas Antilhas, referindo Corominas e Pascual. Nos dicionários de americanismos encontramos muitas palavras iniciadas por *gua-* de origem quichua e de outras línguas indígenas americanas, o que pode ser um argumento a favor da origem americana do termo **garapa** em português e *guarapo* em espanhol.

Câmara Cascudo (1969) diz-nos que **garapa** é a primeira espuma fria decorrente da primeira fervura do caldo de cana, conhecida como **cachaça**, entre 1638 e 1644, em Pernambuco. Cascudo identifica a **garapa picada** com o caldo de cana deixado para o dia seguinte, que era proibido no Recife, em 1840, indicando que a **garapa azeda** ou **garapa picada** parece ter resultado das

espumas retiradas do caldo que ficavam ao relento em cochos de madeira para os animais, num engenho da Capitania de S. Vicente, entre 1532 e 1548. Nelson Barbalho (1984), citando Câmara Cascudo (1969), também defende a origem americana do termo *garapa*, sinónimo de caldo de cana, no Brasil, acrescentando que este é um vocábulo indígena do tupi *nbengatu*, proveniente de *guarab* (o resolvido, o mexido), etimologia que explica as formas *guarapa* e *guarapo*, com grande extensão na América e Antilhas. Segundo o mesmo autor, o termo **garapa** também denomina uma bebida refrigerante feita da mistura de água e açúcar ou água e mel e ainda qualquer líquido que se põe a fermentar para depois destilar. O autor, referindo Antonil (1711), indica que **garapa** era a aguardente da cana e o caldo da cana quando destinado à purificação e ainda em forma de espuma, passando do parol da espuma para a segunda caldeira, e acrescenta que a **garapa** assim obtida podia ser doce ou azeda, depois de fermentada. O autor refere ainda os brasileirismos: **garapada**, forma derivada de **garapa**, com a acepção de bebida feita com garapa ou abundância de garapa, **garapeira**, que denomina a engenhoca accionada a electricidade para o fabrico de rapadura e aguardente e o lugar onde se vende caldo de cana e se dá de beber aos animais, e ainda **garapeiro**, aquele que prepara e vende garapa.

Inicialmente, o termo **garapa** era sinónimo de **cachaça** ou aguardente de cana, “vinho das borras do açúcar ou melaço (bebida para negros)”, definição que encontramos em Bluteau (1712-1721, p.30), confirmada por Antonil (1711), onde a palavra **garapa** é utilizada para denominar a **cachaça** ou aguardente de inferior qualidade, por oposição ao sumo da cana, designado com o termo **caldo**. No entanto, em Antonil (1711), o termo **garapa**, além do significado de **cachaça**, também já designa o caldo de cana: “o que se há-de evitar nos engenhos é o emborracharem-se com garapa azeda ou aguardente, bastando conceder-lhes a garapa doce que lhes não faz dano.” (ANTONIL, 1711, p.44). Os termos compostos pelo nome **garapa** com um adjectivo: **garapa azeda** e **garapa doce** parecem denominar, respectivamente, o sumo da cana fermentado, que perde toda a doçura, e o sumo da cana doce ou não fermentado. Depois o termo **garapa**

**azeda**, que designava a aguardente, parece ter sido substituído pelo termo *cachaça*, passando o termo simples **garapa** a designar o sumo extraído da cana, sendo sinónimo de **caldo de cana**.

A consulta sistemática dos dicionários portugueses e brasileiros mostra-nos que a palavra **garapa** é classificada, por quase todos os dicionários de língua portuguesa, como brasileirismo. Bluteau (1712-1721) parece desconhecer o termo **garapa** e denomina de **licor** o sumo da cana extraído no engenho. Moraes Silva (1813), dono de um engenho no Brasil, em fins do século XVIII e inícios do século XIX, parte das primeiras atestações de Bluteau, mas já apresenta o termo **garapa**, sendo seguido por Domingos Vieira (1871-1874), Caldas Aulete (1881) e Figueiredo (1899). Estes autores classificam o termo **garapa** como brasileirismo, apresentando as seguintes acepções: bebida feita de calda ou melaço com água e limão; bebida que se extrai da cana-de-açúcar; bebida refrigerante obtida pela mistura de mel com água e qualquer refresco.

Parece-nos tão provável que a palavra **garapa** seja tanto um europeísmo, como um africanismo ou um americanismo. Assim, a palavra **garapa** poderá ser um termo de origem africana, que surge na América através dos escravos africanos, adquirindo a forma **guarapa** por influência das línguas indígenas americanas, ou poderá ser um termo americano de origem indígena; contudo, não podemos excluir a hipótese do termo **garapa/guarapo** ser um europeísmo, nomeadamente de origem guanche (de Canárias). A hipótese de se tratar de um guanchismo surgiu quando aplicámos os inquéritos linguístico-etnográficos sobre a produção açucareira nas Canárias, onde registámos o termo *guarapo* para denominar o sumo da cana-de-açúcar e a informação de que, na ilha La Gomera, o mesmo termo denomina o mel de palma. Apesar do termo *guarapo*, nas Canárias, geralmente, ser associado à produção açucareira cubana, tal como na Madeira o termo **garapa** é identificado com o Brasil, a hipótese deste ser um guanchismo parece provável e validada pelo facto de o termo estar associado a uma actividade muito antiga, conservada na ilha La Gomera. Nesta ilha, a tradição de extrair o sumo de palma, chamado *guarapo*, para fazer mel de palma, parece ter origem na época indígena. Como o fabrico deste

mel também implica um processo de extracção e de cozedura, seria natural o termo *guarapo*, por analogia, ter passado a designar o sumo da cana do qual também se faz mel. Sabemos que o mel de palma era o alimento preferido dos indígenas gomeros que o comiam com gofio e temos informação de que o mel de palma, tal como o mel de cana, se come com pão, queijo fresco e amassado com gofio e amêndoas. Podemos mesmo colocar a hipótese deste termo ter sido levado pelos escravos guanches de Canárias para a ilha da Madeira, onde trabalhavam nos engenhos de açúcar, surgindo nesta região a associação deste termo à cultura açucareira, difundindo-se depois no Atlântico, embora não tenhamos registado nenhuma atestação deste termo na documentação histórica da produção açucareira destas regiões, talvez por ser um termo coloquial, com pouco prestígio social. Assim, este termo não seria um africanismo nem um americanismo, mas antes um termo de torna-viagem, ou seja, de ida e volta, tal como muitos outros termos açucareiros, uma vez que a cultura sacarina foi transplantada da Europa, nomeadamente da Madeira e de Canárias, para a América.

Alguns dicionários de canarismos e estudiosos de guanchismos parecem confirmar esta hipótese. José Luís Concepción (2002) apresenta algumas palavras de origem guanche que sobrevivem hoje em Canárias, cujo principal exemplo é *gofio*, termo muito frequente que denomina cereais tostados, estando na base da alimentação canaria e da tradicional rapadura de gofio. O autor indica ainda o nome *guayota*, começado por *gu-*, tal como a própria designação indígena *guanche*, para denominar um demónio que acreditavam viver no vulcão de Teide. Estas palavras podem ser um indício de que a palavra *guarapo* também poderá ser de origem guanche. Corrales Zumbado (1994) apresenta o termo *guarapo* como sendo possivelmente de origem africana, tendo como primeira acepção sumo da cana doce e como segunda acepção, em La Gomera e La Palma, seiva que se extrai da palmeira para fazer mel de palma, indicando ainda, para La Palma, a acepção mais genérica de líquidos fermentados. O autor mostra que encontramos as mesmas acepções no espanhol da América, nomeadamente a segunda acepção de seiva de palma para fazer mel de palma, nas Antilhas, Argentina,

Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, acrescentando que *guarapo* designa também o sumo fermentado de algumas frutas e que, no Chile, denomina certa classe de aguardente extraída da cana-de-açúcar. O mesmo autor acrescenta ainda que, no Porto Rico, *guarapo* denomina qualquer bebida muito aguada. Dada a extensão do uso do termo, na América espanhola, para designar o sumo da palmeira fermentado ou cozido para fazer mel e a ocorrência desta acepção também em La Palma, parece-nos que o termo, provavelmente, foi difundido a partir de Canárias, onde teria já ocorrido a associação do termo à produção açucareira, por esta ser posterior à extracção do sumo de palma, pois foram os canários que levaram a cana-de-açúcar para a América espanhola. Corrales Zumbado (1996) refere como primeira acepção do termo *guarapo*, nas Canárias, o sumo da cana doce, seguindo-se a acepção de La Gomera como seiva que se extrai da palmeira, da qual, por cozedura, se elabora o mel de palma, apresentando como sinónimo a forma *garapo*. O mesmo autor regista ainda, em La Gomera, as formas *guarapear*, para extrair o *guarapo* da palmeira, e *guarapero*, pessoa que extrai o *guarapo* e a palmeira seleccionada para extrair o mesmo. Corrales Zumbado (2001) regista ainda as formas *guarapo*, *garapo* e *garopo* como formas de Canárias para designar o sumo da cana doce, indicando que a primeira atestação deste termo, em Canárias, corresponde a um apodo, não ocorrendo inicialmente na documentação relativa à produção açucareira. O mesmo autor refere que *guarapo* é um termo generalizado em Cuba, referindo Ortiz (apud Corrales Zumbado, 2001) que opina que esta forma deriva de *garapa*, palavra generalizada em Angola e Congo para designar uma bebida fermentada, tendo sido levada para a América pelos escravos africanos que trabalhavam nos engenhos. Para o autor, o vocábulo africano *garapa* procede da influência portuguesa de *xarope* ou da forma espanhola *jarape*, que por sua vez procede do árabe *zarab* (bebida). Assim, a forma *guarapo* seria uma palavra corrompida pelos negros africanos, sendo esta, como o próprio autor indica, uma genealogia etimológica de zigzag: do árabe para o espanhol e o português, destes para Angola e Congo e outra vez para o espanhol e o português da América. No

entanto, o autor não explica a existência actual dos termos *guarapo* e **garapa**, respectivamente nas Canárias e na Madeira. Parece-nos mais provável que o termo *guarapo* tenha passado de Canárias para a Madeira, através dos escravos guanches, sendo mais fácil explicar a alteração de género e fonética de *guarapo* em *guarapa* e **garapa**, na língua portuguesa, donde teria passado para o Brasil. Corrales Zumbado (2001) apresenta como segunda acepção do termo *guarapo* seiva que se extrai da palmeira para fazer mel de palma, associando as duas acepções apresentadas do termo e considerando a segunda acepção decorrente da primeira, nascida da similitude entre o sumo da cana e o que se extrai da palmeira. O autor refere ainda que, em La Gomera, *guarapo* também denomina a aguardente feita a partir do mel de palma, tal como no México designa uma bebida muito forte que se prepara com mel de palma, remetendo para Santamaría (1942). O autor deixa, assim, em aberto se *guarapo* será um termo originário de Canárias que terá passado para a América ou se será um afro-americanismo que terá passado da América para Canárias.

Lorenzo Ramos (1994) apresenta o termo *guarapo* como um canarismo, da ilha La Gomera, para denominar o sumo que se extrai da palmeira, com o qual se elabora o mel de palma, tendo como segunda acepção o sumo da cana doce. Alfonso O'Shanahan (1995) identifica *guarapo* como um termo canário, recolhido da tradição oral e escrita, com o significado de mel de palma, não indicando a segunda acepção do termo, o que parece indicar que a acepção de sumo de cana é secundária e procedente da primeira.

Hoje, no Brasil, o termo **garapa** é um termo genérico e não um termo específico da produção açucareira, pois, além de denominar o sumo da cana, sendo sinónimo de **caldo de cana**, designa também qualquer bebida refrigerante e/ou qualquer líquido destinado a fermentar para destilação. A diversidade de acepções da palavra **garapa**, no Brasil, contrasta com a especificidade do termo na ilha da Madeira, onde é um termo técnico que apenas se refere ao sumo da cana extraído no engenho. A primeira atestação deste termo, na documentação consultada da Madeira, ocorre em 1853-54 (nos registos notariais), surgindo depois no texto de Vasconcellos (1855). Podemos sugerir a hipótese do termo **garapa** ter sido

(re)introduzido na ilha, podendo ser um termo de torna-viagem, por ex-emigrantes da Guiana inglesa, como o próprio Vasconcellos, e da América, nomeadamente do Brasil. Na segunda metade do século XIX, a Madeira importa melação de cana de Demerara (Guiana britânica), onde trabalhavam muitos emigrantes madeirenses nas plantações de cana-de-açúcar, facto que poderá justificar a presença, nesta época, do termo **garapa** na região, (re)introduzido pelos referidos emigrantes que, na América, estiveram em contacto com a produção açucareira. Não é provável que este termo tenha sido importado do Brasil para a Madeira, nos séculos XVII e XVIII, aquando da importação de açúcar para a produção de **casquinha**, por se tratar de um termo recente na documentação madeirense e por apresentar a acepção de sumo da cana-de-açúcar extraído no engenho e não a primeira acepção desta palavra, no Brasil, com o significado de aguardente. Vasconcellos (1855) designa o sumo extraído da cana **calda**, indicando entre parêntesis o termo **garapa** como sinónimo, o que poderá indicar que o termo era pouco conhecido. No entanto, o termo **garapa** ocorre, também em 1855, num “Annuncio” de venda deste produto, no periódico O Clamor Público do Funchal, onde surge como sinónimo de *caldo de canna d'assucar*. Em Informações para a Estatística Industrial do Districto do Funchal (1863), verifica-se alguma hesitação em relação ao termo **garapa**, que ocorre na Madeira, visto que o líquido extraído da cana é designado “sumo a que na ilha da Madeira chamam *guarapa*”, mas também “sumo ou *guarapa*”, sendo este último termo apresentado igualmente com a forma **garapa**. No Relatório da Sociedade Agrícola do Funchal (GRANDE, 1865), este termo, utilizado para denominar o sumo da cana, parece estar já generalizado. O Visconde do Cannavial (1883) designa o sumo da cana com o forma *guarapa*, indicando uma oscilação entre as formas *garapa* e *guarapa*. Nos Diplomas do Regimen Saccharino da Madeira (1911-1913), o sumo da cana é designado com a forma **garapa**, que parece ser a forma dominante. Não sabemos se este seria um termo técnico erudito ou um termo popular, mas não há dúvida de que se torna um termo específico muito utilizado e produtivo, originando formas derivadas e compostas como: **garapeiro**, denominando

o trabalhador de engenho que prepara a fermentação da **garapa** para fazer aguardente; e os termos **garapa virgem** e **garapa morta** ou **garapa azeda**, formas compostas pelo nome **garapa** e pelos adjectivos **virgem**, para designar o sumo extraído da cana sem junção de água, e **morta** ou **azeda** para denominar o sumo da cana fermentado, pronto para ir para o alambique. Apesar da ocorrência destes termos na terminologia açucareira actual da Madeira, quando são registados nos dicionários de língua portuguesa, surgem apenas classificados como brasileirismos.

#### Documentação Histórica – Açores:

*Calda* a.1588: “e uma fornalha com uma caldeira em cima a maior que então se achou onde cozia aquela calda e cozida a deitava em uma tacha e ao outro dia fazia o mesmo até que fez cópia de melado para se poder fazer assuquire.” (FRUTUOSO, livro IV, p.211). / *SIN.*: *Sumo* a.1588: “Sebastião Pires que foi o primeiro que prantou um alqueire de terra ou dois delas e cozendo o sumo e deitando-lhe senrada acabado de alimpar e escumar ficou o melado perfeito” (FRUTUOSO, livro IV, p.209). / *VAR.*: *Sumo das canas* a.1588: “uma pedra grande e mui cavada a maneira de gamela e furada pelo fundo por onde o sumo das canas que dentro nela se moiam ia por debaixo do chão por uma calle ou bica sair fora da andaímo da besta que moia” (FRUTUOSO, livro IV, p.211).

#### Brasil:

*Caldo* a.1628: “e para as fornalhas em que o caldo se cose e incorpora o assucar era necessario uma casa de cento e cincoenta palmos de comprido e cincoenta de largo” (SALVADOR, 1954, p.421), 1711: “assim para que não trasborde o caldo ou melado dos cobres» (ANTONIL, 1711, p.61). / *VAR.*: *Caldo da canna* a.1711: “A cinza das fornalhas serve para fazer decoada e esta para alimpar o caldo da canna nas caldeiras”. (ANTONIL, 1711, p.61). / *SIN.*: *Liquor* a.1711: “os paroes por onde corre o caldo, que cae no passar da pomba, e vay a dar em hum ou em outro parol e desta sorte nem hua so pinga se perde daquelle doce liquor” (ANTONIL, 1711, p.69); / *Garappa* a.1711: “A escuma tambem desta segunda caldeira vay ao parol da

escuma e dahi torna para a primeira ou segunda caldeira até o fim da tarefa e desta escuma tomão os negros para fazerem sua garappa, que he a bebida de que mais gostão (...) guardando-a em potes até perder a doçura e azedar-se, porque então dizem que está em seu ponto para se beber” (ANTONIL, 1711, p.68-69); *Garapa azeda* / *Garapa doce* a.1711: “O que se ha de evitar nos engenhos, he o emborracharem-se com garapa azeda ou agua ardente, bastando conceder-lhes garapa doce, que lhes não faz dano” (ANTONIL, 1711, p.28); / *Sumo* a.1618: “aonde larga e lança de si o tal bagaço todo o sumo que a cana tinha, o qual se ajunta em um tanque, e dali o lançam em grandes caldeiras de cobre” (BRANDÃO, 1997, p.98), 1633: “instrumentos em que se espreme e tira o sumo dos frutos, como em Europa o vinho e o azeite, que lá se chamam lagares: e porque estes, em que no Brasil se faz o mesmo às canas doces, e se espreme, coze e endurece o sumo delas, têm maior e mais engenhosa fábrica, se chamaram vulgarmente engenhos.” (VIEIRA, 1996, p.304). / *VAR.*: *Çumo da canna* a.1711: “Guindando-se o çumo da canna (que chamão caldo) para o parol da guinda, dahi vay por hua bica a entrar na casa dos cobres.” (ANTONIL, 1711, p.67).

#### Valência:

*Çumo* a.1564: “machucan las cañas dulces y para cozer el çumo de ellas de que se haze el açucar” (BARCELÓ; LABARTA, 1990, p.189), 1610: ‘Assi començaron a cortar las cañas dulces a pedaços y a desentrañarles el çumo, echandolas en atahonas y muliendolas com muelas de piedra, rodeadas por bestias o por ruedas de madera” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.62). / *VAR.*: *Zumo de las cañas dulces* a.1766: “Primeramente el zumo de las cañas dulces se pone en las quatro calderas del jarope, en donde mediante el fuego se limpia, esto es, se espuma hasta que acabe de echar todas las heces.” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.72); / *Zumo* a.1766: “donde ai hombres que com garfios hacen bolver a passar por encima de las dos bigas (que llaman muelas), vestidas de hierro, las cañas dulces ya molidas, para que nuevamente se muelan i expriman el zumo.” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.66). / *SIN.*: *Xugo* a.1610: “cortan y desmenuzan las cañas y las sacan todo el xugo, hasta dexarlas más prensadas

y secas que el esparto.” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.63); / *Licor* a.1766: “De allí se saca el licor i se pone en los cosios donde se yela i passadas veinte i quatro horas, para que en ellas vaya al suelo lo más crasso se saca i se mete en las calderas del azúcar” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.74); / *Jarope* a.1766: “Esta oficina de calderas está sobre el horno i en ella ai a distancia proporcionada i en linea recta quatro calderillas para el jarope, seis calderas para el llet, dos calderos para el azúcar.” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.71). / VAR.: *Exarob* a.1514: “Dos canters per a portar exarob, d’aram.” (BARCELÓ, LABARTA, 1990, p.84); / *Xarop* a.1607: “Item set canters de coure de triar xarop.” (GISBERT SANTONJA, 1990, p.253).

Granada:

*Caldo* a.1591: “pagarme por el dicho privilegio y liçencia de cada tarea de quinientas arrobas de caña, media forma de cinquenta libras de açúcar en caldo como sale de los primeros cocimientos” (DOMINGUEZ GARCIA, 1995, p.125).

Nota: Ainda, hoje, no Brasil, nomeadamente no Nordeste brasileiro, a palavra **garapa** coexiste com a expressão **caldo de cana**, termo usado nas cidades onde se vende o sumo da cana, sendo aquela a designação mais popular com grande difusão, apresentando grande produtividade, como demonstram as formas derivadas referidas. Na documentação contemporânea da Madeira, encontrámos a forma **guarapa** a par de **garapa** e, na documentação oral, registámos esporadicamente **garapo da cana** e **guarapo** como variantes de **garapa**. Trata-se da influência do termo espanhol **guarapo** em ex-emigrantes madeirenses na Venezuela. Assim, os emigrantes madeirenses importaram recentemente da Venezuela a catana ou facão de cortar as canas, também denominado *macheta*, designação da Venezuela e Argentina. Curiosamente, não encontrámos o termo *garapa* na documentação histórica nem na documentação oral contemporânea de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, onde apenas ocorre o termo **calda** (correspondendo à forma brasileira **caldo**), para denominar o mesmo conceito, sendo uma forma mais antiga, registada nos Açores, em 1588, a

par da forma **sumo** (de cana). Actualmente, em toda a América espanhola, o termo *guarapo* denomina o sumo da cana extraído nos trapiches e fábricas. Em Cuba, *guarapa* é o sumo da cana e *guarapeira* o local onde se realiza a moenda da cana. Registámos ainda o termo **garapa**, na Classificação Nacional das Profissões (1998), associado a nomes de profissão da indústria açucareira, provavelmente de cana e de beterraba, por exemplo: **preparador de produtos de pré-clarificação de garapa, operador de sulfitação de garapa ou de xarope e operador de bateria de esquentadores de garapa**.

## Rapadura

Crostras grossas de mel ou de açúcar caramelizadas, que ficam coladas às caldeiras e tachas, resultantes do cozimento e concentração do sumo da cana, que se rapam para usar como rebuçado de açúcar ou para misturar com água e desfazer em mel. A primeira atestação do termo **rapadura** surge na Madeira e em Canárias, na primeira metade do século XVI. Segundo Cunha (1992), no Brasil, a primeira atestação do termo **rapadura**, com a acepção de açúcar mascavo em forma de pequenos tijolos, data de 1844, sendo que o texto de Antonil (1711) antecipa em um século a datação referida. Como podemos ver, a documentação madeirense permite-nos antecipar muito as datações anteriores, uma vez que o termo **rapadura** é um madeirensismo, ou seja, desenvolve-se na ilha da Madeira como termo associado à produção açucareira. O termo **rapadura** é uma forma derivada de **rapar** com o sufixo – **(d)ura**. Corominas (1991) indica como étimo do termo **rapadura** o got. *\*hrapon*, arrancar ou rapar, palavra de origem gótica (dos godos, antigo povo germânico). Em Granada e em Valência, registámos os termos *costras*, segundo Corominas (1991), do lat. *crusta*, costra, do cat. *crosta*, a parte mais dura do pão, e, segundo López Lengo (1991), o termo *costra de açúcar* procede do lat. *custra*. Os termos *costras* e *rapaduras* são sinónimos geográficos. Para Bluteau (1712-1721), **rapadura** é o que se tira rapando, sendo sinónimo de **raspa**, o que se tira com raspador. Morais Silva (1813) define a palavra **rapadura** ou **raspas**, no Brasil, como massa dura de açúcar

ainda não purgado ou de mascavado coagulado, na qual se lançam amendoins, corrigindo a forma **raspadura** e afirmando que o termo correcto é **rapadura**, por ser uma palavra derivada de **rapar** e não de **raspar**. Domingos Vieira (1871-1874) afirma que o termo **rapadura** é um brasileirismo, apresentando a mesma definição de Morais Silva. Caldas Aulete (1881) classifica o termo **rapadura** como brasileirismo, com a variante **raspadura** ou **raspas**, definindo-o como torrão de açúcar mascavado, resultante das rapaduras das caldeiras, e pequenos tijolos ou ladrilhos de açúcar mascavado. Figueiredo (1899) também informa que **rapadura**, no Brasil, designa o açúcar mascavado coagulado em forma de pequenos tijolos quadrados. Como podemos verificar, o termo **rapadura**, no Brasil, nomeadamente no Nordeste, adquire uma nova acepção, denominando os tijolos de açúcar não purgado com as mesmas propriedades do açúcar mascavado, estendendo-se a outros tipos de doces de mel de cana, aos quais se junta farinha, leite, ovos e frutos secos. Sylvio Rabello (1969) informa que o termo **rapadura**, no Nordeste do Brasil, é a forma mais frequente; no entanto, um pequeno número de pessoas idosas usa a forma **raspadura**, com **s** intercalar, do verbo **raspar** (por influência do espanhol). O autor indica que, actualmente, na América, este termo designa as crostas açucaradas que se rapam das caldeiras ou tachas em que se condensa o mel, mas também o açúcar com muito melaço feito com as crostas açucaradas, o mel coalhado em formas de madeira sem ser purgado e ainda qualquer dos produtos precedentes misturado com vários ingredientes. Assim, no Nordeste brasileiro, a **rapadura** deixa de ser um subproduto do açúcar, apresentando as qualidades do açúcar mascavo ou açúcar integral com mel, caixeadado em formas de madeira ou ladrilhos e embrulhado em folhas secas de cana, depois de retirado das formas, sendo um alimento nutritivo, resultante de um processo de fabrico arcaico e rudimentar.

Segundo Fernández Ovies (1981), o termo *raspadura*, no Peru, denomina o ponto do mel anterior à massa de açúcar, sendo um americanismo. A maior parte dos dicionários classificam o termo **rapadura** como brasileirismo ou expressão própria do Brasil. Contudo, o nosso estudo confirma que se trata de um

portuguesismo, ou melhor madeirensismo, que surge na Madeira e é transplantado para Canárias e América. Segundo Pérez Vidal (1991), **rapadura** é a crosta acaramelada residual que se raspa das vasilhas de cozedura do sumo da cana. O autor indica que, no Brasil, este termo coincide com a acepção cubana de *raspadura*, sendo um portuguesismo nas Canárias e na América. Pérez Vidal (1983) explica que o termo **rapadura** foi erradamente considerado um americanismo, pela sua grande extensão na América e por ser desconhecida a sua origem europeia, atestada na documentação histórica da ilha da Madeira e de Canárias. O autor acrescenta que a acepção primitiva portuguesa deste termo, no âmbito da indústria açucareira, é crostas açucaradas que se rapam das caldeiras e tachas, e que a **rapadura**, assim como as **espumas**, **respumas**, **coguchos** e **pés**, é um subproduto do açúcar. Pérez Vidal informa ainda que nos engenhos pequenos ou trapiches da América, cuja principal ou única fabricação é a **rapadura**, dá-se ao mel o ponto correspondente e, depois de ligeira batida, deita-se em moldes com a forma de ladrilhos ou quadriláteros, acrescentando que este açúcar mascavo de cor morena coalhado, com a forma de pequenos ladrilhos, é designado **rapadura** em Cuba, Honduras, México, Panamá, Peru e Brasil. O autor refere Antonil (1711) que descreve o fabrico da **rapadura** como resultado de uma série de operações: do mel apurado nas tachas saem diferentes têmperas, ou seja, três tipos de açúcar, dos quais o último, mais batido do que os primeiros, se transforma em **rapadura**. Pérez Vidal (1983) salienta que o termo **rapadura** ainda hoje existe em Canárias, na ilha de La Palma, para designar um doce rústico tradicional de mel de cana de cor negra e de forma cónica, conservando a forma do antigo pão de açúcar, denominado **rapadura de mel** e **rapadura de gofio**. Trata-se de um doce feito de farinha de cereais, previamente tostados, de mel de cana e amêndoas tostadas. O autor sublinha que, na América, o termo **rapadura** ou **raspadura** é também sinónimo de doce de mel de cana com vários ingredientes. Pérez Vidal (1947) explica que a origem do termo em análise resulta das raspas das caldeiras e tachas de elaboração do açúcar, indicando que a sua denominação, por extensão semântica, na América, passa a designar o açúcar bruto

e moreno de forma cónica ou em ladrilhos e, mais tarde, através de nova ampliação de significado, em Canárias e na América, o termo **rapadura** adquire o significado de produtos de confeitaria, compostos de vários ingredientes, mas cuja base principal é o mel de cana ou o açúcar.

Segundo Nelson Barbalho (1984), **rapadura** é o tijolo de açúcar de cor morena com mel, sem ser purgado, feito em formas de madeira, ou seja, a massa dura de açúcar não purgado ou de mascavado coalhado e as crostas grossas do açúcar rapadas das tachas. De acordo com Moreno Fragnals (1978), em Cuba, *rapadura* ou *raspadura* e *raspa* são os pedaços de massa cozida, depois de batida e endurecida, que ficam nos tachos, apresentando também a aceção de doce preparado a partir do melado ou meladura, batida rapidamente em quente para que ao esfriar cristalize em forminhas. O mesmo autor acrescenta que as raspaduras, pelo facto de conterem mel, são denominadas também *azúcar verde*, *azúcar en bruto* ou *azúcar bruto*.

Em Aurélio (FERREIRA, 1999), o termo **rapadura** é classificado como brasileirismo, com a aceção de açúcar mascavo, em forma de pequenos tijolos. No Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (CASTELEIRO, 2001), o termo **rapadura** surge como acção ou resultado de rapar; o que se extrai depois de rapar qualquer coisa e restos que ficam colados às paredes de um recipiente, apresentando ainda, como brasileirismo, o significado de açúcar não refinado, solidificado em quadrados. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2005), entre outros significados, **rapadura** ocorre como termo do Brasil, denominando o açúcar mascavado solidificado em forma de um pequeno tijolo.

Documentação Histórica – Madeira:

*Rapaduras* a.1523: “Diogo Pirez duas caixas de rapaduras em quatorze arrobas» (COSTA; PEREIRA, 1985, p.95). / VAR.: *Rapaduras de cales* a.1524: “duas caixas de retame em poo e rapaduras de cales vinte arrobas” (COSTA; PEREIRA, 1985, p.136).

Valência:

*Costras* a.1766: “No dejaré de decir de passo que dicho licor se pega al caldero i se hacen unas costras, que son mui pectorales.” (PÉREZ VIDAL, 1973, p.74).

Granada:

*Costras* a.1637: “el dicho nuevo ynpueto de la miel y açúcar y costras.” (DOMINGUEZ GARCIA, 1995, p.134).

Canárias:

*Rapaduras* a.1531: “todo lo que de las cañas procediere e salyere ansy açúcar como espumas de tachas e calderas e respumas e myeles e remyeles e rapaduras.” (MORALES PADRÓN, 1974, p.145).

Brasil:

*Rapaduras* a.1711: “O melado que se da em pratos e vasilhas para comer, he o da primeira e segunda tempera. Do da terceira bem batido na repartideira se fazem as rapaduras, tam desejadas dos meninos: e vem a ser melado coalhado sobre hum quarto de papel com todas as quatro partes levantadas, como se fossem paredes, dentro das quaes endurece esfriandose.” (ANTONIL, 1711, p.74).

Nota: Na documentação oral contemporânea de Cabo Verde, ainda registámos os termos: **raspadura de tacho** ou **de cobre** e **raspa** (forma derivada regressiva de **raspar**), a par dos termos **çucrinha** (forma derivada **de açúcar** com o sufixo diminutivo **-inha**), **caravelha**, **cocorota** e **caramelo**, para denominar o conceito primitivo de crostas caramelizadas rapadas da tacha de cozedura do mel ou do açúcar. O açúcar bruto de cor morena, por estar saturado de mel, denominado **rapadura** ou **raspadura**, na América, nomeadamente na Venezuela, também é designado *panela* ou *papelón*. Santamaria (1942) informa que os termos *rapadura* e *raspa*, no México, são sinónimos de *piloncillo*, e, na Bolívia, designam um bolo de mel de cana, enquanto Malaret (1946) indica que os termos *rapadura*, *raspa* e *raspadura* denominam o açúcar moreno

ou mascavado sem refinar e o açúcar que fica colado às tachas, nos trapiches da América Latina onde há produção açucareira artesanal.

A terminologia e a tecnologia açucareiras recebidas do Mediterrâneo desenvolvem-se na Madeira. Assim, nesta região, surgem novos termos e técnicas que são transplantados, juntamente com a cultura açucareira, para Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil e América espanhola.

Mais tarde, a América torna-se exportadora de terminologia e tecnologia do açúcar, devido ao grande desenvolvimento da sua produção açucareira. A cultura açucareira desenvolveu-se de tal modo na América, onde são incorporados novos termos indígenas e africanos à terminologia do açúcar, que começou a sentir-se como americana, esquecendo-se que foi transplantada da Europa e considerando-se erradamente muitos termos, nomeadamente **rapadura** e **panela**, como americanismos ou brasileirismos, quando, na verdade, são termos de origem europeia, muitos dos quais madeirensismos, cuja primeira atestação ocorre, desde muito cedo (séculos XV e XVI), na documentação histórica madeirense.

Alguns termos açucareiros apresentam origens e percursos linguísticos tão interessantes quanto controversos. O termo **cachaça**, associado à produção açucareira, geralmente classificado como brasileirismo, poderá ter surgido já na ilha da Madeira, passando, por extensão semântica, da designação de porco à denominação do líquido sujo retirado do sumo da cana nas caldeiras que fermentava, originando uma bebida alcoólica de baixa qualidade, passando depois a designar a aguardente resultante da fermentação do sumo da cana. Quanto ao termo **garapa** de origem incerta, considerado geralmente um africanismo, por surgir associado aos escravos africanos dos engenhos de açúcar na América; ou americanismo, por poder provir do tupi ou do guarani; também poderá ser um europeísmo ou guanchismo, devido ao facto de o termo *guarapo* existir desde muito cedo nas ilhas Canárias, nomeadamente em La Gomera, associado a uma actividade tradicional muito antiga, a elaboração do mel de palma, feito com a extracção e cozedura do

sumo da palmeira. Sendo o processo de fabrico do mel de palma similar ao da produção açucareira, pode-se levantar a hipótese da denominação guarapo ter passado do processo mais antigo para a nova actividade do fabrico de açúcar e mel de cana. Como a produção açucareira foi interrompida na Madeira e nas Canárias, devido à concorrência do açúcar do Brasil, pode-se considerar que o termo *guarapo/garapa*, associado à actividade sacarina, tal como o termo **cachaça**, é provavelmente um termo de torna-viagem, ou seja, que teria sido levado da Madeira e de Canárias para a América açucareira, donde depois teria voltado para a Europa, na segunda metade do século XIX, com a reintrodução da cultura açucareira naquelas ilhas atlânticas.

A discussão da origem e história dos termos açucareiros, como **garapa** e **cachaça**, continua em aberto, sendo necessária a consulta exaustiva de toda a documentação existente sobre a produção açucareira e outra, para encontrar novas atestações das palavras, podendo antecipar primeiras datações, bem como confirmar ou invalidar hipóteses explicativas levantadas, indicando novas trilhas linguísticas.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**: edição fac-similada. Lisboa: [s.n.], 1711.
- AULETE, F. J. C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 2 v.
- BARBALHO, N. **Dicionário do açúcar**. Recife: Massangana, 1984.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. La industria azucarera en el litoral valenciano y su léxico (siglos XV-XVI). In: SEMINARIO INTERNACIONAL LA CAÑA DE AZÚCAR EN EL MEDITERRÁNEO, 2., 1990, Motril. **Actas...** Motril: Casa de la Palma, 1990. p.73-94.

BLUTEAU, D. R. **Vocabulario Portuguez e Latino**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos e offerecido a el Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v.

BRANDÃO, A. F. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1997.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil (1583-1598)**. Texto original do século XVI, ed. e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CARACAUSI, G. **Arabismi medievali di Sicilia**. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, 1983.

CARTA de “o patriota” ao redactor. **A Flor do Oceano**, Funchal, n. 69, p. 70-71, 27 mar. 1836.

CASCUDO, L. da C. **Prelúdio da cachaça**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1969.

CASTELEIRO, J. M. (Coord.). **Dicionário da língua portuguesa contemporânea**. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. 2 v.

CLASSIFICAÇÃO nacional das profissões: versão 1994: adenda. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional, 1998.

CONCEPCIÓN, J. L. **The guanches; Survivors and their descendants**. La Laguna: Ediciones Graficolor, 2002.

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. **Diccionario crítico etimológico castellano y hispánico**. Madrid: Editorial Gredos, 1991. 6 v.

CORRALES ZUMBADO, C. **Diccionario histórico del español de Canarias**. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2001.

\_\_\_\_\_. **Diccionario diferencial del español de Canarias**. Madrid: Arco Libros, 1996.

\_\_\_\_\_. **Diccionario de las coincidencias léxicas entre el español de Canarias y el español de América**. Tenerife: Act. Cabildo, 1994.

COSTA, J. Pereira da. **Códice Valentim Fernandes (a. 1507)** (leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vereações da Câmara Municipal do Funchal: século XV**. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

COSTA, J. P.; PEREIRA, F. J. **Livros de contas da ilha da Madeira 1504-1537: II**. Registo da produção de açúcar. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989.

\_\_\_\_\_. **Livros de contas da ilha da Madeira 1504-1537: I**. almoxarifados e alfândegas. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1985.

CUNHA, A. G. **Novo dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

**DIPLOMAS principaes que interessam ao Regimen Saccharino da Madeira**. Funchal: Typographia do Districto do Funchal, 1911-1913.

DOMINGUES GARCIA, M. **La caña de azúcar y la industria azucarera en Motril en la edad moderna**. Motril: Grupo de Estudios de la Costa Granadina, 1995.

GRANDE, E. **Relatório da sociedade agrícola do Funchal**. Funchal: Typographia do Districto do Funchal, 1865.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2005. 18 v.

DOZY, R.; ENGELMANN, W. H. **Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe**. 2. ed. Leyde: E. J. Brill, 1869.

FERNÁNDEZ OVIES, Vicente. **El cultivo de la caña de azúcar en la costa granadina: palabras y cosas**. Tesis (Doctoral)-Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Granada, Granada, 1981.

FERREIRA, A. B. DE H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Tavares Cardoso, 1899. 2 v.

FRUTUOSO, G. **Livro segundo das Saudades da Terra (1584-1590)**. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979.

GISBERTSANTONJA, J. A. En torno a la producción y elaboración de azúcar en las comarcas de la Safor – Valencia – y la Marina Alta – Alicante. Siglos XIV-XIX: Arquitectura y la evidencia arqueológica. In: SEMINARIO INTERNACIONAL LA CAÑA DE AZÚCAR EN EL MEDITERRÁNEO, 2., 1990, Motril. **Actas...** Motril: Casa de La Palma, 1990, p. 211-265.

INFORMAÇÕES para a estatística industrial do Distrito de Leiria e Funchal. Lisboa: Repartição de pesos e medidas, 1863.

LOBO, M. **Protocolos de Alonso Gutierrez (1520-1521)**. Gran Canaria: Instituto de Estudios Canarios, 1979.

LÓPEZ LENGU, J. **Motrileñismos; Léxico azucarero**. Motril: Diputación Provincial de Granada, 1991.

LORENZO RAMOS, A. **Diccionario de canarismos**. La Laguna: Francisco Lemus, 1994.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados**. Lisboa: Livros Horizonte, 1967. 5 v.

MALARET, A. **Diccionario de americanismos**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1946.

MARTINEZ GALINDO, P. **Protocolos de Rodrigo Fernández (1520-1526)**. Tenerife: San Cristóbal de La Laguna, 1988.

MELO, L. F. C. S. Tombo primeiro do registo geral da Câmara Municipal do Funchal. In: ARQUIVO histórico da Madeira. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1972-1990. 5 v.

MONTEIRO, C. **Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma**. Rio de Janeiro: Livraria Académica, 1959.

MORALES PADRÓN, F. **Ordenanzas del concejo de Gran Canaria (1531)**. Transcripción y estudio por Francisco Morales Padrón. Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1974.

MORENO FRAGINALS, M. **El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978. 3 v.

MORÍNIGO, M. A. **Diccionario del español de América**. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1932. 2 v.

O'SHANAHAN, A. **Gran diccionario del habla canaria: más de 13000 voces y frases isleñas, de utilidad para propios y ajenos, recogidas de la tradición oral y escrita**. La Laguna: Centro de La Cultura Popular Canaria, 1995.

PERAZA DE AYALA, J. **Las ordenanzas de Tenerife y otros estudios para la historia municipal de Canarias**. 2. ed. [Santa Cruz]: Aula de Cultura de Tenerife, 1976.

PÉREZ VIDAL, J. **Los portugueses en Canarias. Portuguesismos.** Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991.

\_\_\_\_\_. La rapadura. **El Museo Canario** (Revista publicada por la sociedad del mismo nombre de las Palmas de Gran Canaria, Consejo Superior de Investigaciones Científicas), Madrid, vol. xliii, p.55-68, 1983.

\_\_\_\_\_. **La cultura de la caña de azúcar en el levante Español.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto Miguel de Cervantes; Departamento de Dialectología y Tradiciones Populares, 1973.

\_\_\_\_\_. Conservas y dulces de Canarias. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, Madrid, tomo III, p.236-248, 1947.

RABELLO, S. **Cana de açúcar e região:** aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969.

REBORA, G. **Un impresa zuccheriera del cinquecento.** Napoli: Università degli Studi di Napoli, 1968. (Biblioteca degli Annali di Storia Economica e Sociale, 14).

ROSA, L. de la; MARRERO, M. **Acuerdos del Cabildo de Tenerife V. 1525-1533:** con un apéndice de documentos. Edición y estudio de Leopoldo de la Rosa y Manuela Marrero. Tenerife: San Cristóbal de La Laguna, 1986.

SALVADOR, FR. V. **História do Brasil (1500-1627):** texto original de 1628, editado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

SANTAMARIA, F. J. **Diccionario general de americanismo.** Méjico: Editorial Pedro Robredo, 1942. 3 v.

SERRA RÁFOLS, E. **Acuerdos del Cabildo de Tenerife 1497-1507.** Edición y estudio de Elias Serra Ráfols. La Laguna de Tenerife, 1949.

SILVA, A. de M. **Diccionario da Língua Portuguesa:** recopilado dos vocabularios impressos ate agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2 v.

TESTAMENTO de António Teixeira de 1535. **A flor do Oceano,** Funchal, n. 259, p. 2, 7 out. 1865.

VASCONCELLOS, N. de O. **Methodo de plantar e cultivar a cana de assucar.** Funchal: Typographia da Ordem, 1855.

VIEIRA, A. **O público e o privado na história da Madeira.** Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

VIEIRA, A.; CLODE, F. **A rota do açúcar na Madeira.** Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

VIEIRA, FR. D. **Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza.** Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu Moraes, 1871-1874. 5 v.

## **SOBRE OS AUTORES E OS ORGANIZADORES**

### **ROSANE DE ANDRADE BERLINCK**

Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras –  
Universidade Estadual Paulista - UNESP – Araraquara – SP – Brasil  
– raberlin@terra.com.br

### **MARIA ANTONIETA AMARANTE DE MENDONÇA COHEN**

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais –  
UFMG – Belo Horizonte – MG – Brasil – tilah@letras.ufmg.br

### **MARIA FILOMENA GONÇALVES**

Departamento de Linguística e Literaturas – Universidade de Évora  
– UE – Portugal – filomenagoncalves@sapo.pt

### **MARIA ALDINA MARQUES**

Departamento de Estudos Portugueses – Instituto de Letras e Ciências  
Humanas (ILCH) – Universidade do Minho – UM – Campus de  
Gualtar – Braga – Portugal – mamarques@ilch.uminho.pt

**AIDA SAMPAIO LEMOS**

Departamento de Estudos Portugueses – Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH) – Universidade do Minho – UM – Campus de Gualtar – Braga – Portugal – [alemos@ilch.uminho.pt](mailto:alemos@ilch.uminho.pt)

**GLADIS MASSINI-CAGLIARI**

Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara – SP – Brasil – [gladis@fclar.unesp.br](mailto:gladis@fclar.unesp.br)

**HEITOR MEGALE**

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas -Universidade de São Paulo – USP – São Paulo – SP, Brasil – [megale@usp.br](mailto:megale@usp.br)

**SÍLVIO DE ALMEIDA TOLEDO NETO**

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP – São Paulo – SP – Brasil – [tolnet@osite.com.br](mailto:tolnet@osite.com.br)

**ANDREA HITOS FERREIRA**

Pós-Graduação – Universidade de São Paulo – USP – Brasil – Bolsista FAPESP – [hitos@terra.com.br](mailto:hitos@terra.com.br)

**ERICA CRISTINA CAMAROTTO DE SOUZA**

Pós-Graduação – Universidade de São Paulo – USP – Brasil – Bolsista FAPESP – [erica.camarotto@gmail.com](mailto:erica.camarotto@gmail.com)

**CLOTILDE DE ALMEIDA AZEVEDO MURAKAWA**

Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara – SP – Brasil – [murakawa.jau@netsite.com.br](mailto:murakawa.jau@netsite.com.br)

**NAIDEA NUNES NUNES**

Departamento de Estudos Romanísticos – Universidade da Madeira – UMA – Colégio dos Jesuítas – Funchal – Madeira – Portugal – [naidea@uma.pt](mailto:naidea@uma.pt)

## SOBRE O VOLUME

Série Trilhas Lingüísticas, nº11  
formato: 14 x 21 cm  
mancha: 10 x 18,5 cm  
tipologia: Garamond 12/11  
papel: polen rustic 85 g/m2 (miolo)  
cartão suprema 240 g/m2 (capa)  
1a edição: 2007

Para adquirir esta obra:

SAEPE – Seção de Apóio ao Ensino, Pesquisa e Extensão  
Laboratório Editorial  
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01  
14800-901 – Araraquara  
Fone: (16) 3301-6275 ou 3301-6234  
e-mail: [laboratorioeditorial@fclar.unesp.br](mailto:laboratorioeditorial@fclar.unesp.br)

gráfica  
**unesp**   
araraquara